

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MINISTRO (JOÃO MAURICIO WANDERLEY)

RELATORIO ... DO ANNO DE 1868 APRESENTADO
Á ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA NA 1ª SESSÃO DA
14ª LEGISLATURA. (PUBLICADO EM 1869)

INCLUI ANNEXOS.

RELATORIO

DA

REPARTIÇÃO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS

1889

RELATORIO

DA

REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

APRESENTADO

À ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA

NA PRIMEIRA SESSÃO DA DEZIMA-QUARTA LEGISLATURA

PELO MINISTRO E SECRETARIO D'ESTADO INTERINO

Barão de Cologipe



RIO DE JANEIRO

TYPOGRAPHIA UNIVERSAL DE E. & H. LAEMERT

51 B, Rua dos Invalidos, 51 B

1869

RELATORIO

Augusto : Aquiescentes Senhores Representantes da Nação



CREDO-ME encarregado interinamente do ministerio dos negocios estrangeiros na ausencia do respectivo ministro, a quem Sua Magestade o Imperador houve por bem confiar uma missão especial no Rio da Prata, cabe-me a honra de apresentar-vos o relatório da referida repartição. Nello tratarei, segundo o costume, dos negocios mais importantes, sem prejuizo dos esclarecimentos, de que ainda necessitareis, e que estarei prompto a prestar-vos.

GUERRA COM O PARAGUAY.

Bons officios da Bolivia e do Chile.

Des relatórios anteriores consta que aos governos alliados se fez mais de um offercimento de bons officios, que facilitassem um ajuste de paz com o do Paraguay; e tambem consta que esses bons officios não podiam ser e não foram accitos.

Longo de terem depois apparecido circumstancias, que aconselhassem e justifi-

essaou differente resolução, nas proprias successas da guerra tinham os alliados novos motivos para manter a que haviam tomado.

Procedendo, como antes, do partido accôrdo, tiveram elles, pois, de destinar um offerecimento feito pelos agentes diplomaticos da Bolivia e do Chile.

O governo imperial, respondendo por sua parte á nota de 17 de Julho do anno proximo passado, em que os Srs. Querredo e West Gann manifestaram o desejo de contribuir para o restabelecimento da paz, agradeceu-lhes a prova de amigavel interesse, que assim davam em nome de seus respectivos governos.

Commando em chefe dos exercitos alliados.

Cessou o commando em chefe dos exercitos alliados, conferido ao Sr. brigadeiro general D. Bartolomé Mitre.

Por um protocollo, assignado em Buenos-Ayres no dia 3 de Outubro do anno proximo passado, convieram os governos alliados em que as forças de cada um ficassem sob o exclusivo commando do respectivo general em chefe; e que, em quanto se fizesse a guerra em territorio Paraguyano, fossem as operações militares resolvidas de common accôrdo pelos tres generaes em chefe, tanto quanto as circumstancias o permitissem.

Foi nomeado general em chefe do exercito argentino o Sr. brigadeiro general D. Emilio Mitre.

Bloqueio fluvial.

Regresso do ministro americano, Sr. Washburn, de Assumpção.

Nos relatorios de 1866 e 1867 dos este ministerio conta á assemblya geral do que havia occorrido relativamente ao transitto dos navios de guerra neutraes através das Tribas do bloqueio.

Estas presentaram os mesmos pontos, tanto quanto dos se podessem, seus direitos e interesses do belligerentes com os interesses das Potencias neutraes e amigas.

Depois do apresentado o ultimo relatório occorreram novos incidentes. Procedeu-se nestes com o mesmo espirito de benevolencia, mas as concessões feitas ficaram, como era justo e necessario, sempre dependentes do juizo dos generaes quanto á opportunidade do momento acolhido pelos commandantes para effectuarem a passagem. Attenden-se deste modo á urgencia das operações militares sem prejudicar os interesses sentinels.

Os incidentes, a que me refiro, foram os seguintes:

Retirada do Sr. Washburn, ministro americano em Assumpção.

Entrada do Sr. general Mac-Mahon, seu successor.

Transito das embarcações *Decidie*, *Ardita*, *Lianet*, *Valces* e *Crucler*, pertencentes ás marinhas franceza, italiana e ingleza.

O Sr. Washburn, tendo-se ausentado do Paraguay em uso de licença, regressou no commeo de 1866 no Rio da Prata afim de circumnavegar-se por agua para Assumpção e ali reassumir as funcções do seu cargo. Para isso era-lhe necessario transpor as linhas do bloqueio e elle o pretendeu duas vezes, em Fevereiro e em Abril.

Na primeira occasião não haveria grande inconveniente em conceder-se-lhe o transito, porque então não se fazia mais do que bloqueiar o rio; mas o Sr. Washburn, tendo levado viagem mui longa de Buenos-Ayres para o ponto do bloqueio, ali chegou quando as forças navaes estavam proximas a entrar em operações, que os generaes julgavam decisivas. Mudadas assim as circumstancias, não se pôz a permitir que o referido Sr. effectuasse a sua passagem.

Dea isto occasião á longa correspondencia, que se achava registrada no relatório deste ministerio do anno de 1867.

Quanto á resolução do caso 14.^o, accuso relatório o seguinte:

- Mas o governo do San Magestade quis dar ao dos Estados-Unidos da America
- uma prova da sua amizade, tirando ao mesmo tempo ao seu inimigo a espe-
- rança, que concebia, de complicações que podessem ser-lhe vantajosas, ou pelo
- menos de um effeito moral que não serviria si não para animar uma resis-
- tencia mais prolongada. Autorizou pela sua parte o transito do Sr. Washburn
- mediante um simples protesto, que realvasse no lugar do acontecimento os
- direitos dos alliados.

De feito, o vapor de guerra americano *Shawmut* passou as linhas do bloqueio em Novembro de 1866, protestando o almirante brasileiro nos termos convenientes.

Recorde estes factos, porque á passagem do *Stanokia* alludiu o ministro americano nesta cârta, quando tratou de regresso do seu collega.

Em Maio do anno proximo passado quiz o Sr. Washburn retirar-se do Paraguay a bordo do vapor de guerra *Wasp*, que o almirante Davis mandára expressamente para transportal-o.

O general em chefe interino dos exercitos alliados, a quem se dirigia o commandante do dito vapor, entendeu que não podia então permitir-lhe o transitio, porque estava a ponto de começar operações militares nas proximidades do lugar que se designava: mas, não desejando embaraçar a sahida do ministro americano, indicou e facilitou duas rotas seguras para o seu regresso.

Estas rotas fôrto rejeitadas.

Originou-se, pois, uma questião, na qual, como na de 1866, interveio aqui a legação dos Estados-Unidos.

Como solução satisfactoria propoz o Sr. conselheiro Paranhos o que passo a transcrever e consta da sua nota de 5 de Agosto ao Sr. general Webb :

• O governo imperial não pôde nem quizera proceder em negocio, que, como
• este, interessa seriamente á alliança, sem prévio accordo com seus alliados; e,
• portanto, o abaixo assignado insistiria em que a presente emergencia fosse de-
• finitivamente resolvida no Rio da Prata, ou aqui depois de ouvidos os governos
• argentino e oriental, se não fôr, por um lado, a consideração de que não ha
• actualmente quem represente os Estados-Unidos junto áquelles governos, e por
• outro lado, as disposições egualmente amigaveis e differentes para com os Estados-
• Unidos, que o abaixo assignado encontrou da parte do Sr. Juan E. Torrent,
• enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da republica argentina nesta
• cârta.

• De accordo com o Sr. Torrent, e na esperança de que este accordo será ju-
• stamente apreciado e accito pelos governos alliados no Rio da Prata, o abaixo
• assignado passa a propor ao Sr. general Webb uma solução que não pôde
• deixar de ser julgada satisfactoria, assim pelo governo dos Estados-Unidos como
• pelo seu representante acreditado junto a Sua Magestade o Imperador.

• O Sr. Washburn julgava impossivel que o presidente Lopez consentisse na
• passagem de um vapor brasileiro, sob a bandeira parlamentar, para o fim
• inoffensivo já indicado; pois bem, o governo de Sua Magestade, por si e em
• nome de seus alliados, annuirá de bom grado a que o Sr. ministro dos Estados-
• Unidos desça em navio paraguayo, com bandeira parlamentar, até Curupaty,

• em até ao posto mais avançado dos aliados, sulando o *Wasp* até este ponto
• para receber o agente diplomatico de sua nação.

• Parece que assim ficará removida a difficuldade material apontada pelo Sr. Wash-
• burn, haverá perfeita reciprocidade nos propositos amigaveis e justos que se ma-
• nifestam por uma e outra parte, conciliam-se, em uma palavra, os direitos e
• necessidade suprema dos belligerentes com o transitio e regresso do representante
• dos Estados-Unidos.

• Mas o governo imperial e seus aliados levando ainda mais longe sua defe-
• rencia para com os Estados-Unidos, se os representantes destes nesta corte e na
• republica do Paraguay entenderem que não devem aceitar nenhum daquelles
• meios, ou que o regresso do Sr. Washburn só pôde effectuar-se commodamente e se-
• guramente, inde o *Wasp* recebê-lo no lugar do seu embarque. Neste caso os
• aliados convirão em que o navio de guerra dos Estados-Unidos suba até aquelle
• ponto, e para aquelle fim, salva alguma demora que possam exigir operações
• de guerra em acto de execução, e certos os nossos aliados do que assegura
• o Sr. Webb e elles nunca devidaram, quanto á stricta observancia dos deveres
• de neutralidade por parte do dito navio e do representante da União no terri-
• torio inimigo. :

O Sr. general Webb notou a ultima parte desta proposta, declarando que o
vapor *Wasp* iria receber o Sr. Washburn em Acompanho.

Tendo o governo argentino approvado a resolução de seu ministro, como de-
clarou á missão especial do Brasil em nota de 18 de Agosto, assignou-se no dia
seguinte em Buenos-Ayres um protocollo, autorizando o commandante em chefe
interino dos exercitos aliados a proceder de conformidade com os termos do ajuste
feito nesta corte.

Transito das canhoneiras *Décidéé*, *Ardita* e *Veloz*, *Linné* e *Cracker*.

Em virtude da solicitação dos agentes diplomaticos de França, da Italia e da
Gran-Bretanha, permitto-se que as canhoneiras *Décidéé*, *Ardita* e *Veloz*, *Linné* e
Cracker, pertencentes ás marinhas daquellas nações, passemem além das linhas do
bloqueo. Levrou-se em cada um destes casos um protocollo, no qual, como já
disei, ficou a concessão sujeita, ao juizo da competente autoridade militar quanto
á oportunidade do momento escolhido para o transitio.

Em alguns desses casos tratava-se não sómente de procurar communicação com os agentes consulares residentes no territorio inimigo, mas tambem de prestar-lhes auxilio e de salvar as vidas de muitos estrangeiros, que alli se achavam detidos e corriam perigo.

Transito do ministro americano, general Mac-Mahon, para Assumpção.

O general Mac-Mahon foi nomeado ministro residente dos Estados- Unidos da America em lugar do Sr. Washburn.

Em virtude dos precedentes estabelecidos concedeu-se-lhe o transito. O accordo dos alliados á este respeito consta de um protocollo, assignado em Buenos-Ayres a 3 de Novembro, no qual se fez a reserva declarada nos anteriores.

Communicaçào entre o commandante do vapor americano «Wasp» e o general Mac-Mahon.

Consta que o general Mac-Mahon entregou a Lopez logo que este restituio ao almirante Davis, os seus empregados da legação americana, que o Sr. Washburn em vão reclamára antes da sua partida.

Quando Lopez, vencido em Itororó, Villeta, Lombas Valentinias e Angastura, refugiou-se no interior do paiz, acompanhou-o, como se sabe, o ministro americano, mas d'este nenhuma noticia se teve depois.

Nestas circumstancias pretendeu o commandante do vapor Wasp communicar com elle, expedindo-lhe despachos, cujo portador fosse protegido por uma escolta do exercito brasileiro com bandeira parlamentaria.

Esta pretensão não podia ser, e não foi, satisfeita, porque militavam contra ella os graves motivos expostos pelo Sr. marechal de campo Guilherme Xavier de Souza em sua resposta de 23 de Fevereiro do corrente anno.

Depois manifestou o referido commandante o intento de prescindir da escolta e quiz saber qual a posição e extensão das linhas militares dos exercitos alliados. Esta pergunta tinha por fim habilita-lo para ir ás posições fortificadas de Lopez,

onde presumia chegar-se o Sr. Mac-Mahon, sem atravessar as ditas linhas e portanto sem perturbar as disposições dos generaes alliados.

Estes generaes mantiveram a sua anterior declaração, segundo a qual a solicitação communicada poderia ter lugar quando as forças alliadas se approximassem das posições inimigas.

O commandante Kirkland não achou razoavel esta recusa e registou a promessa dos alliados, dirigindo-lhes afinal um protesto, que foi contestado occorrentemente.

Comunicação entre o commandante do vapor de guerra inglez « Beacon » e o marechal Lopez.

Protecção a subditos inglezes, hespanhóes e da Allemanha do Norte.

O Sr. Parsons, commandante do vapor de guerra inglez *Beacon*, estando encarregado de dar protecção a alguns subditos de sua nação, que ainda se acham detidos por Lopez, pretendeu ir ao acompanhamento deste afim de entregar-lhe uma nota; e para isto pediu uma escolta com bandeira parlamentar.

Nessa occasião declarou o Sr. Parsons que tambem estava incumbido de proteger os subditos hespanhóes e da confederação da Allemanha do Norte.

Respondeu-se neste caso como no do commandante americano.

Governo provisório no Paraguay. Petição dos Paraguayos para o estabelecimento de um.

Os paraguayos, que se achavam em Assumpção no dia 30 de Janeiro, dirigiram nessa data aos governos alliados uma petição, solicitando a criação de um governo provisório, eleito d'entre elles; e declarando que esse governo poderá apresentar um corpo de voluntarios que coopere contra Lopez.

Esta manifestação é importante pela sua espontaneidade e pelo grande numero de paraguayos que a assignam, e mostra que estes não só reconhecem o damno

que no seu paiz tem feito e pôde fazer Lopez, mas tambem depositam inteira confiança nos alliados.

Ainda não se tomou uma resolução sobre este negocio.

Legião paraguaya aggregada ao exercito argentino. Foi-lhe concedido o uso da bandeira de seu paiz.

O governo argentino organisou no principio da guerra e aggregou ao seu exercito uma legião paraguaya, que assim tem estado sempre ao seu serviço.

Em Fevereiro do corrente anno resolveu o dito governo conceder a essa legião o uso da bandeira de seu paiz e, communicando esta resolução ao marido especial de Sua Magestade, o convidou a entender-se com o general brasileiro para que este se pousasse de accordo com o seu collega argentino.

O Sr. conselheiro Paranhos, que, em conferencias verbaes, já tinha manifestado aos alliados do Brazil o pensamento altamente politico e justo de promover e accelerar a reconstrução da nacionalidade paraguaya, não podia deixar de applaudir uma idéa tão ajustada a esse pensamento. Elle assim o manifestou sem a menor demora, assegurando tambem ao governo argentino que o general brasileiro se achára desde logo de perfeito accordo com seus dois collegas.

Tribunal militar mixto, creado em Assumpção pelos generaes alliados para resolver sobre as reclamações relativas aos generos paraguayos ali depositados.

A cidade de Assumpção é actualmente uma praça de guerra, sujeita á exclusiva autoridade militar dos generaes alliados; e contém uma população civil de diversas nacionalidades e tres agentes consulares. Tem além disso um porto, franco ao commercio dos alliados e dos neutraes.

Destas circumstancias e da falta de autoridade civil paraguaya resultava que os ditos generaes seriam obrigados a dedicar á resolução de questões civis grande parte do tempo já absorvido por urgentes occupações militares.

Entre aquellas questões avaliavam as relativas aos generos paraguayos que existiam nos depósitos da cidade e eram instantaneamente reclamados por varios particulares como propriedade neutral.

Dezajando attender com brevidade a estes interesses, crearam os generos alliados um tribunal militar mixto, composto de tres vogaes brasileiros, tres argentinos e um oriental. Este tribunal decidiria summariamente e sem appellação, salvo certos casos muito especiaes, que deveriam ser previamente submettidos aos proprios generaes.

Os consules francez e italiano pretendem que este tribunal os reconhecesse como representantes legaes de subditos de suas nações, ausentes ou fallecidos. Reclamavam em nome delles a entrega de varios productos e apresentavam, como prova da propriedade reclamada, cópias de declamações e inventarios, que diziam feitos pelos seus ditos compatriotas.

O tribunal consultou se devia reconhecer os consules no seu caracter official e aceitar como validos os documentos por elles exhibidos.

Os generos responderam que os consules, que serviam junto ao governo do Lopez, não podiam ser considerados em Assumpção sendo como agentes de nações amigas em territorio de transito, regido pelas leis militares; que não podiam exercer a pretendida representação legal; e que os documentos extrahidos dos seus archivos deviam ser apreciados como as provas de qualquer outra origem.

Saque de propriedades estrangeiras no Paraguay, attribuido ao exercito brasileiro. Reclamações franceza, italiana e americana.

Os Srs. Carrerville e Chaperna, consules de França e de Italia, persuadindo-se que as casas de sua residencia em Assumpção e Luque e as de alguns de seus compatriotas haviam sido saqueadas por forças, pertencentes ao exercito brasileiro, reclamaram contra isso em officios, que dirigiram respectivamente aos Srs. marechal do exercito marquez, hoje duque de Caxias, e marechal de campo Guilherme Xavier de Souza.

Na correspondencia, relativa a estas reclamações e annexa ao presente relatório, encontram-se as respostas dadas pelos dous generos brasileiros e os termos de inventario e depósito dos objectos de valor que foram encontrados e arrecadados com

as vantagens necessarias afim de serem opportunamente restituídos a seus legítimos donos.

Esses documentos mostram a injustiça e precipitação com que foi accusado o exercito brasileiro.

Tambem o Sr. Kirkham, comandante do vapor *Wasp*, da marinha dos Estados-Unidos, denuncia ao Sr. marechal Xavier de Souza que a casa, outrora occupada em Assumpção pelo Sr. Washburn, ministro americano, fôra incendiada, sendo então subtrahidos alguns objectos e removido o archivo da legação, que alli fôra depositado. Reclamou a restituição de tudo e pretendem depois que essa restituição fosse feita a uma pessoa que para isso designou.

Esta exigencia não foi satisfeita pelas razões allegadas na resposta do general brasileiro. Nenhum prova foi apresentada, que justificasse tais allegações, nem é de suppr, que o ministro americano deixasse em abandono o archivo da sua legação, que não seria por certo resgatado por quem não havia respeitado suas immuniidades pessoais.

Relações com os Estados-Unidos de Colômbia.

Limites e navegação fluvial.

O Sr. conselheiro Azeiteiro, enviado especial de Sua Magestade nos Estados-Unidos da Colômbia, tem feito a possível diligencia para conseguir um accordo sobre as questões de limites e navegação fluvial. Infelizmente seus esforços não têm tido o resultado, que o governo imperial se comprazia de esperar.

As pretensões do Brasil são justas e moderadas, e os dous países tem igual interesse em evitar por meio de ajustes definitivos as desintelligencias, que podem surgir de duas questões tão graves, especialmente da primeira.

Nestas considerações fundava o governo imperial a sua esperanza. Elle a não abandona, embora ainda se veja obrigado a aguardar melhor oportunidade: mas neste momento não pôde assegurar que estejam removidas as difficuldades apresentadas por parte da Colômbia.

Entende o governo da republica que não lhe é permitido entrar em nova negociação si não tomando por base della o *uti possidetis* legal de 1810 e os tratados du

1750 e 1777; e entende assim, porque em 1855 o congresso rejeitou o tratado de 1853 por não attender este ás estipulações daquelles e ao *relatório uti possidetis*.

O governo do Brasil, como já declarou a outros governos americanos e elles admitiram, não reconhece a validade dos dois antigos tratados, e entende que se deve tomar por base o *uti possidetis* real, effectivo, da época em que as colonias de Portugal e Hespanha proclamaram a sua emancipação politica.

Si o congresso, a quem o governo colombiano ha dar conta deste negocio, não tiver autorizado a adopção de uma nova base, será forçoso desistir por em da proposta negociação, e neste sentido procederá o plenipotenciario brasileiro, desistindo igualmente de iniciar o ajuste relativo á navegação fluvial.

O governo colombiano pretende que esta segunda questão pôde ser resolvida antes da outra, porque della não depende. Por parte do Brasil se tem sustentado o contrario e o governo de Sua Magestade está decidido a não inverter a ordem que propôz. Similante inversão seria prejudicial ao direito e aos interesses do imperio.

Discussão por motivo de algumas observações feitas relativamente ao Brasil em um relatório, apresentado ao congresso pelo ministerio de relações exteriores.

O relatório, apresentado ao congresso na sua sessão do anno proximo passado pelo Sr. D. Carlos Martin, então ministro do interior e de relações exteriores, continha, na parte relativa ao Brasil, algumas observações que o Sr. conselheiro Azambuja com razão considerou offensivas.

As actas, relativas a este incidente, acham-se annexas ao presente relatório com as que tratam dos limites e da navegação fluvial.

Aquellas notas não foram trocadas com o Sr. Martin, porque elle retirou-se do ministerio pouco depois do incidente; mas com seu antecessor, o Sr. D. Santiago Perez.

O governo imperial julga que a resposta deste senhor não em uma satisfação completa e assim o disse ao Sr. conselheiro Azambuja em despacho de 24 de Outubro, dando-lhe ao mesmo tempo as instruções que o caso exigia.

Observações feitas na camera dos Srs. deputados sobre a representação diplomatica das republicas vizinhas.

Reclamação do ministro da Bolivia e do encarregado de negocios do Chile.

O ministro da Bolivia e o encarregado de negocios do Chile dirigiram-se simultaneamente ao governo imperial, reclamando contra certas observações, feitas em sessão do anno proximo passado na camera dos Srs. deputados por um membro desta c. até certo ponto, pelo ministro dos negocios estrangeiros.

Reclamaram porque, no seu entender, manifestava-se naquellas observações a supposição de não haver nesta corte representação diplomatica por parte das republicas vizinhas, e que não era certo quanto á Bolivia e ao Chile.

As explicações dadas satisfizeram aos Srs. Quevedo e Brás Gama.

Relações com a republica da Bolivia.

Tratado de 27 de Março de 1867.

O tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição, assignado na cidade de la Paz aos 27 dias de Março de 1867 pelos plenipotenciarios brasileiro e boliviano, recebeu a sanção exigida pela constituição da Bolivia, e foi promulgado a 27 de Setembro do anno proximo passado.

Por decreto de 28 de Novembro desse mesmo anno fez-se egual promulgação por parte do Brasil.

Em cumprimento do art. 3º deste tratado nomearam os dois governos os commissarios, que devem proceder á demarcação da linha divisoria de conformidade com as estipulações do art. 2º.

Concessão do foro de cidadão a todo americano, que entrar no territorio da Bolivia com a intenção de ali estabelecer-se.

O governo da Bolivia communicou ao do Brazil dois decretos, datados a 18 de Março de 1866 e 16 de Julho de 1868, que concedem o foro de cidadão boliviano com certa e limitada restrição, a todo cidadão das outras nacionalidades americanas, que entrar no territorio da republica com a intenção de ali estabelecer-se.

Fazendo esta communicação, manifestou o mesmo governo a esperança de que o de S. M. o Imperador prestasse seu alheio aos principios exarados nos referidos decretos e os tornasse effectivos por sua parte no territorio brasileiro.

O governo imperial apreciou devidamente o sentimento amigavel, que inspira o convito feito pelo da Bolivia, assim como o pensamento politico da sua generosa medida, mas não pôde adherir á doutrina dos dois decretos, porque a constituição do Brazil estabelece principios diversos, que não cabe nas leis ordinarias mudar e a que os brasileiros se mostram firmemente addictos.

Respondeu-se neste sentido ao governo boliviano.

Relações com a republica do Peru'.

A respeito de nossas relações diplomaticas com o Perú nada posso acrescentar ao que vos foi dito no relatório do anno proximo passado.

Demarcacão de limites.

Tendo-se retirado o commissario peruano, como consta do relatório do anno proximo passado, ficou suspensa a demarcacão de limites.

No intuito de adiantar trabalho ordenou o governo imperial ao commissario brasileiro que, não obstante a ausencia do seu collega, procedesse á exploração dos rios Içá ou Putumayo e Japurá, determinando por observações astronomicas

os pontos, em que os marcos deverão ser collocados quando estiver presente o delegado da outra parte interessada.

A commissão brasileira cumpriu essa ordem na parte relativa á linha do norte, isto é, explorou o Içá desde a sua embocadura no Amazonas até o ponto em que a dita linha corta o mesmo Içá. Também explorou o Japurá até á foz do Apaporis.

Os trabalhos desta exploração do Japurá confirmam os que foram feitos em 1782 pela commissão Luso-Hespanhola.

Relações com a Hespanha.

Os successos, occorridos em Hespanha no mez de Setembro do anno proximo passado, não alteraram a marcha dos negócios entre os dois paizes.

O governo imperial se pronunciará opportunamente sobre o reconhecimento da nova ordem de coisas naquella paiz.

Moeda falsa.

O crime de falsificação do nosso papel-moeda e de outros titulos de credito com seu curso legal no imperio ainda é commettido com frequencia em Portugal não obstante a vigilancia dos agentes do Brasil e das autoridades territoriaes.

Para a melhor represalia deste crime muito contribuiria um tratado, em que se estipulasse o julgamento de brasileiros e portuguezes, que, tendo delinquido em um dos dois paizes, refugiam-se no outro, do qual, por ser o de seu nascimento, não podem ser devolvidos por extradição, resultando d'ahi a sua impunidade.

Por falta de um accôrdo, que contenha essa estipulação, não podemos fazer mais do que vigiar em Portugal individuos que têm commettido no Brasil o crime de falsificação.

As informações, ministradas no relatório de 1865, cabe-me acrescentar as seguintes :

Continuão a ser vigiados todos os individuos, que, segundo as communicações

do ministerio da justiça, são indigitados como autores ou complices do crime de falsificação da moeda-papel.

Tambem são vigiados aquelles, que, segundo as informações obtidas pelos nossos agentes no exterior, acham-se implicados no mesmo crime, mas de cuja criminalidade ainda não ha provas.

O processo dos réos Feliciano Joaquim de Oliveira, Manoel José da Silva e Joaquim da Rocha Paiva foi submettido á decisão do jury. Oliveira foi condemnado a tres annos de prisão.

Os réos Manoel da Trindade, Antonio Carlos Teixeira e Roberto Vieira de Moraes, capturados em 1864, foram definitivamente condemnados em Agosto proximo findo, o primeiro a seis annos de prisão cellular ou a dez de degredo para as possessões da Africa, e o segundo e terceiro a quatro annos de prisão ou seis de degredo.

Teixeira e Trindade partiram em Dezembro para a Africa. Roberto Vieira achase ainda no Limocira. A partida deste foi retardada por causa de enfermidade e também, a pedido da legação imperial, porque o testemunho dello pôde ser necessario no novo processo de Gallo, se o primeiro for annullado pelo supremo tribunal de justiça.

O processo de Manoel Moraes da Silva Ramos, instaurado em Maio de 1868, não proseguio por não ter sido possível proceder-se a um corpo de delicto regular.

Por esforços do consal no Porto, que foi auxiliado pelas autoridades locais, conseguiu-se em Agosto ultimo a captura de Francisco Ribeiro, Francisco Antonio Gallo e outros.

Reunio-se o jury na cidade do Porto a 5 de Outubro para julgar aquelles réos, e a 24 do mesmo mez, depois de dezessete dias de audicencia, proferiu a sua decisão, em vista da qual foram condemnados: Francisco Antonio Gallo a dez annos de degredo para as possessões d'Africa ou a cinco de prisão cellular; Francisco Ribeiro a oito annos de degredo ou a quatro de prisão; Antonio Maria de Carvalho a tres annos de prisão correccional ou a duas de prisão cellular. Foram absolvidos Antonio Ferreira de Sousa Porto, José Maria da Costa Pinto, Joaquim Soares Vieira Marques, Antonio José de Andrade e José de Sousa Pinto.

O consal recorreu da sentença de absolvição destes cinco réos para o supremo tribunal de justiça e appella para a relação do Porto quanto á parte da sentença, que condemnou os tres primeiros.

Reclamações de extradição apresentadas ao governo da república Oriental do Uruguay.

O governo oriental não tem podido conseguir a captura de diversos criminosos, homicidas no territorio da república cuja extradição é reclamada com instancia pela legação de Sua Magestade.

A essa legação tem se recomendado que tome as medidas necessarias para que os agentes consulares auxiliem as autoridades dos departamentos; e com este fim deu-se aos ditos agentes conhecimento das reclamações feitas e das informações obtidas a respeito dos individuos reclamados.

Á requisição deste ministerio expedio o da justiça aos presidentes das provincias em 19 de Agosto do anno proximo passado uma circular, recomendando que com os officios, em que expunham a necessidade da extradição, enviassem os documentos comprobatorios do crime, as informações precisas sobre o lugar do horribio e os signaes caracteristicos dos réos refugiados.

Esta recommendação, que não se refere sómente á república Oriental do Uruguay, facilita ás suas autoridades o descobrimento e a captura dos criminosos, refugiados no seu territorio.

Extradição de criminosos refugiados no Imperio.

Entrega de subdito francez Emilio Réboul.

O chefe de policia da corte, em virtude da requisição a elle directamente apresentada pelo consulado de França, capturou e entregou a este em Janeiro do anno proximo passado o subdito da mesma nação Emilio Réboul, criazero gerente de uma casa commercial franceza de Buenos-Ayres, o qual, depois de subtrahir dessa casa diversos valores, cruzára-se para esta cidade.

O ministerio dos negocios estrangeiros, logo que teve noticia do facto, dirigio-se ao da justiça, pedindo informações, e, obtidas estas, solicitou providencias que impedissem a repetição do abuso commettido.

Em consequencia d'isto declarou o ministerio da justiça ao referido chefe de policia que não havia sido regular a extradição de *Emílio Reboul*, por não ter precedido ordem expressa do governo, a quem competia resolver se ella tinha lugar em virtude do tratado, accôrdo ou praxe firmada no principio da reciprocidade.

No mesmo sentido expedia o mencionado ministerio circular aos presidentes das provincias.

Captura e entrega de desertores.

Nos artigos 9.º, 10.º, 12.º e 16.º das convenções consulares, celebradas com a França, a Hespanha e Portugal, estipulou-se que os agentes consulares sollicitarão a captura e entrega dos desertores de navios de suas nações, dirigindo-se por escripto ás competentes autoridades locais e provando que os homens reclamados fazem realmente parte das respectivas tripulações. Os agentes consulares provarão isto, exhibindo o registro do navio e a matricula da equipagem, ou cópia authenticas desses documentos, se o navio já tiver partido.

Esta estipulação não éra bem executada. Para que o fosse, para que se não repetissem os abusos commettidos, expedia este ministerio ao chefe de policia da corte e aos presidentes das provincias o aviso e a circular de 22 de Junho do anno proximo passado, que junto ao presente relatorio com os demais documentos sobre a materia.

Recommendo-se a exacta observancia dos mencionados artigos das convenções consulares e, quanto aos Estados que não têm ajustes com o Brasil, determinou-se que sejam applicadas aos seus desertores as regras estabelecidas para os outros, não só a respeito da captura, como tambem do tempo da detenção.

A circular, dirigida aos presidentes, foi communicada ao corpo diplomatico estrangeiro.

Heranças portuguezas.

Legados deixados por Antonio Joaquim da Cunha.

Antonio Joaquim da Cunha, nobre portuguez, fallecido na cidade do Rio Grande do Sul em 19 de Fevereiro de 1845, legou em seu testamento ás orphãs dos asylos e ás obras de caridade de Portugal as quantias de 5:000\$000 e 1:400\$000 réis.

O vice-consul de Portugal pretendia receber esses legados, mas esta pretensão não foi admitida pelo juiz competente.

A legação portugueza reclamou contra o procedimento do juiz, bem como contra o facto de terem sido os legados sujeitos ao imposto de 30 por cento, estabelecido na lei provincial n.º 578 de 12 de Maio de 1864.

Respondeu-se que a autoridade judiciaria não procedera irregularmente, porque, tratando-se de legados por titulo particular, não lhes deviam ser applicadas as estipulações do accordo de 28 de Maio de 1807, que se referem a legados universaes ou por titulo universal; e que o governo de Sua Magestade não podia manifestar juizo quanto ao imposto, porque a decisão deste ponto, pertencendo á administração da provincia, devia ser agitada perante a autoridade competente pelos legatarios ou seus legitimos representantes.

* A legação de Portugal deixou de reclamar a entrega dos legados, mas replicou, oppondo-se á declaração de incompetencia do governo imperial para decidir a contra questão.

Sustentou-se essa declaração, demonstrando-se que a incompetencia era fundada nas leis que crearam poderes provinciaes e lhes traçaram uma esphera de acção, distincta da dos poderes geraes.

Codigo commercial de signaes maritimos.

O governo imperial, como consta do relatório do anno proximo passado, necessitou e occorre, que lhe dirigiram os de França e da Gran-Bretanha, para que o codigo commercial de signaes, adoptado por esses paizes, tambem o fizesse a bordo dos navios brasileiros, tanto mercantes como de guerra.

Posteriormente, em data de 1.º de Junho, remetter a legação d'Austria a este ministerio um folheto, impresso de ordem do seu governo, contendo a relação nominal dos navios que compõem as respectivas marinhas, mercante e de guerra, e a indicação dos signaes distinctivos, que empregam de conformidade com o referido código.

Em 9 de Fevereiro do corrente anno participou a legação britannica que seu governo julgára conveniente exigir que tinham conhecimento do código todas as pessoas que pretendam habilitar-se como capitães e pilotos, e remetteu ao mesmo tempo um impresso contendo as instruções expedidas para o exame dos candidatos.

O governo francez, como communicou a respectiva legação, determinou que os navios da esquadra imperial sirvam-se exclusivamente da série unica de bandeiras empregadas a bordo dos navios mercantes de todas as nações, que adoptaram o código de signaes maritimos. Esta ordem teve por fim facilitar ás embarcações mercantes a interpretação dos signaes feitos pelas de guerra.

Deu-se conhecimento ao ministerio da marinha destas communicações.

Informações que os agentes diplomaticos e consulares do Império devem prestar sobre commercio e navegação.

Para methodizar e dar a maior publicidade possível aos factos estatísticos commerciaes e outros esclarecimentos, que aos agentes diplomaticos e consulares incumba prestar, determinou o decreto n.º 4258 de 30 de Setembro do anno proximo pasado que estes esclarecimentos, depois de publicados no *Diário Official*, sejam reunidos em collecção annual.

Aos ditos agentes expedio este ministerio em 10 de Dezembro as instruções necessarias, e o governo confia que, sendo ellas bem executadas, produzirá o decreto seus beneficios effeitos.

Expedição de passeportes pelas legações e consulados do Imperio.

O consulado geral em Liverpool representou que, não obstante as advertencias do vice-consulado em Southampton, eram recebidos a bordo dos vapores da «Royal Mail Steam Packet company» passageiros, que se dirigiam aos portos do Imperio sem passeportes, passados ou visados pelos agencias diplomaticas ou consulares brasileiros.

Por outro lado, a legação imperial em Lisboa ponderou a conveniencia de ser a expedição dos passeportes transferida das legações para os consulados.

Examinadas estas duas questões e ouvido sobre a primeira o ministerio da justiça, expedio-se em 3 de Fevereiro do corrente anno de legações e consulados uma circular, determinando que os passeportes sejam em regra expedidos por estes e excepcionalmente por aquellas e marcando o modo como se deverá proceder na sua expedição.

Socorros a estrangeiros.

Em 1866 mandou o presidente da provincia do Rio Grande do Norte conceder passagem, por conta deste ministerio, a clérigos e outros estrangeiros, que alli aportaram e se disseram necessitados desse soccorro. Para prevenir a repetição desta occorrença recommendou-se aos presidentes, em circular de 22 de Outubro do anno proximo passado, que não autorizem tais despesas, salvo caso muito especial, em que as relações internacionaes o exijam e as circumstancias não permittem que se consulte antes ao governo imperial.

Pagamento de dois por cento da arrematação dos navios americanos Virginia, Fanny Crenshaw, Anna Grant e Abigail.

No anno de 1862, durante a guerra civil que dividio os Estados-Unidos em federaes e confederados, moveram os negociantes desta praça Phipps & Irmãos uma extenção por dividas contractadas para despesas dos quatro navios Virginia,

Fanny Crendall, Anna Grant e Abigail, que no anno antecedente tinham entrado neste porto com bandeira e papéis norte-americanos, mas que pertenciam a cidadãos dos Estados Confederados.

Arrematados aquelles navios, foi a execução embargada pelo consul dos Estados-Unidos; e por este motivo tiveram os exequentes de recolher ao cofre dos depositos publicos o producto das arrematações, na importancia de réis 74:513\$725, sobre a qual foi cobrada na fórma da lei, a quantia de réis 1:486\$275, correspondentes a dous por cento.

Recobidos os embargos, foram elles julgados previos pelo juiz do commercio; mas, continuando a causa na superior instancia, veio o consul a ser definitivamente vencido, e sobre elle recahiram todas as custas.

Foram incluídos nessas custas os dous por cento cobrados sobre o deposito do producto das arrematações. Contra isto protestou a legação dos Estados-Unidos, reclamando, por notas de 12 de Junho de 1865 e 27 de Junho de 1866, que os dous por cento fossem restituídos conjunctamente com a quantia de réis 144\$520 pagos ao advogado que se oppôs á cobrança da referida percentagem.

Responderam-se sustentando a legalidade do deposito e do pagamento das respectivas custas.

O governo americano, reconhecendo a legalidade do procedimento havido, abandonou a reclamação, como se vê da nota do respectivo encarregado de negocios, datada de 24 de Março do corrente anno e annexa a este relatório.

Balas explosivas.

Declaração internacional, proscrivendo o uso dellas em caso de guerra.

Sua Magestade o Imperador de todas as Russias, movido por sentimentos de humanidade, propoz a todos os Estados que o uso das balas explosivas fosse proscripto em tempo de guerra e que isto se estipulasse em uma convenção internacional.

Esta idéa foi logo accita pela maior parte dos Estados e a Prussia propoz que se reunisse em S. Petersburgo uma commissão de peritos, encarregada de discutir a questão e de elaborar um projecto contendo a deliberação das diversas Potencias.

O governo do Brasil, respondendo ao convite, que lhe foi dirigido, declarou que adheria em principio ao pensamento da Rússia e que, para deliberar e responder definitivamente, aguardaria o resultado da conferencia internacional. Então subscreveria o accordo, que se houvesse tomado, uma vez que este, como era de justiça, conciliasse o principio humanitario com as necessidades de defesa das nações mais fracas.

Concluidos os trabalhos da commissão militar, que se reuniu em S. Petersburgo de conformidade com a proposta da Prussia, lavrou-se uma declaração final, que foi submettida á assignatura dos plenipotenciarios.

Remettendo ao governo imperial cópia daquella declaração e dos protocolos da commissão, o ministro da Russia o convidou a adhirir aos principios adoptados.

De tudo isto se deu conhecimento ao ministerio da guerra a fim de tomar-se a resolução conveniente.

Estão annexos ao presente relatório os principaes documentos concernentes a este negocio.

Missão especial no Rio da Prata.

A nova phase em que entrou a guerra do Paraguay, depois que chegámos á cidade d'Assumpção, e o inimigo fugio para as Cordilheiras, exigio ser estudada, não só no ponto de vista militar, mas tambem em relação á politica até então seguida pelos alliados.

Em tais circumstancias o governo uruguayo convenceu que um dos ministros d'Estado fosse ao theatro dos acontecimentos para observalos em sua verdadeira luz, auxiliar o nosso general no empenho de accelerar as novas operações militares, e combinar com os governos alliados a acção politica mais conveniente na presente conjunctura.

Essa escolha, como era natural, recaiu no ministro dos negocios estrangeiros, que no conhecimento de todos os negocios da alliança, que têm corrido por aquella repartição, reunia a experiencia de outras missões diplomaticas naquelles Estados.

O governo imperial tem a peito e espera que a alliança prosiga a sua nobre empresa sob o mais perfeito e amigavel accordo entre os governos que a constituem. Elle cre que não são menos firmes e decididos os sentimentos que animam os governos argentino e oriental.

Missão especial em Bolivia.

O Sr. conselheiro Felipe Lopes Netto, havendo conseguido os fins da missão especial de que se achava incumbido em Bolivia, solicitou e obteve a exoneração do cargo de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário naquella república, regressando a esta corte em 2 de Dezembro do anno proximo pasado.

Corpo diplomatico estrangeiro.

As funções de encarregado de negocios interino de Italia, que exercia o Sr. cavalleiro Gonella, findaram com a chegada do Sr. barão Cavalcini-Garofali, que succedeu ao Sr. conde Fé na qualidade de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário e apresentou a sua credencial no dia 27 de Junho do anno proximo pasado.—Notas de 19 e 25 do mesmo mez.

O Sr. H. de Sonleithner, ministro residente de Sua Magestade Imperial e Real Apostolica, que por muitos annos dirigira a legação austriaca nesta corte, foi removida. Succedeu-lhe no mesmo caracter diplomatico o Sr. conde de Lédoff.—Notas de 8 e 12, audiencia de 17 de Outubro.

O Sr. general James Watson Webb, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário dos Estados-Unidos da America, ausente por alguns mezes com licença do seu governo, regressou a esta corte e reassumio as suas funções diplomaticas. Durante a sua ausencia serviu como encarregado de negocios interino o Sr. W. Van Fleet Lidgerwood, secretario da legação.—Notas de 21 de Novembro de 1868 e 25 de Março de 1869.

O Sr. D. Juan E. Torrent, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da república Argentina, que se ausentára com licença do seu governo, foi substituido no mesmo caracter diplomatico pelo Sr. brigadeiro general D. Wencesláu Paucero.—Notas de 18 de Agosto e 27 de Novembro, audiencia de 28 de Novembro de 1868.

No intervallo servio como encarregado de negocios interino o secretario da respectiva legação Sr. D. Ernesto Landivar.

No 1.^o de Janeiro deste anno falleceu o Sr. José de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade Fidelissima. Em quanto não nomea outro agente de igual categoria o governo de Sua dita Magestade acreditou como encarregado de negocios interino ao Sr. Fausto de Queiroz Guedes, secretario da legação, o qual na occasião daquella fallecimento achava-se em Lisboa. O Sr. Guedes apresentou a sua credencial no dia 9 de Março ultimo.—Notas de 6 e 8 de mesmo mez.

Para substituir o Sr. cavalheiro de St. Georges, fallecido em 4 de Janeiro de 1867, foi nomeado o Sr. Conde de Gobineau, que na qualidade de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador dos Franceses, apresentou a sua credencial no dia 27 de Março deste anno.—Notas de 25 e 26 de mesmo mez.

O Sr. D. Ramon de la Quadra, ministro residente de Hespanha, foi exonerado pelo seu governo e retirou-se.—Notas de 20 de Março de 1869.

Em consequencia da retirada do Sr. la Quadra exerce as funcções de encarregado de negocios interino e secretario da legação Sr. D. Norberto Ballesteros y Ordojon.

O Sr. coronel D. Quintino Quevedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Bolivia, ausente no Rio da Prata, onde tambem se acha acreditado, partio para aquella republica com licença do seu governo.—Nota de 23 de Março de 1869.

A legação do Perú não foi preenchida depois da retirada do encarregado de negocios interino Sr. D. Benigno Vigil.

Subsidio concedido ao governo da republica Oriental do Uruguay.

Cesou em Junho do anno proximo passado o subsidio mensal de trinta mil pesos fortes, que o governo do Brazil havia concedido ao da republica Oriental do Uruguay como auxilio para as despezas da guerra.

A cessação desse subsidio verificou-se de conformidade com o que se estipulára no protocollo de 14 de Fevereiro, de que tratou este ministerio no relatório do referido anno.

Amortização dos empréstimos feitos á republica Argentina nos anos de 1851 e 1857.

Pelas razões expostas no relatório de 1866 estava suspenso o pagamento das prestações, com que o governo argentino se obrigara a amortizar os empréstimos de 1851 e 1857.

Em virtude de protocolos assignados em Buenos-Ayres a 12 de Janeiro e 16 de Abril do corrente anno, pagou o governo argentino, no dia 1.º do ultimo dos referidos meses, a quantia de 25,485 pesos fortes, comprometendo-se a satisfazer em 12 de Janeiro de 1870 todas as prestações vencidas com os respectivos juros simples de seis por cento ao anno, e a pagar regularmente da mesma data em diante na que se foria vencendo nos prazos designados na tabella annexa ao protocollo de 22 de Julho de 1864.

Pagamentos dos empréstimos feitos á republica Argentina em 1865 e 1866.

Os dois empréstimos, de um milhão de pesos fortes cada um, feitos pelo governo imperial ao da republica Argentina em 1865 e 1866 para auxiliá-lo a conseguir os fins do tratado de alliance de 1.º de Maio de 1865, tinham de ser pagos pelo mesmo governo argentino, conforme foi estipulado nos respectivos protocolos, logo que elle realizasse um empréstimo em Londres.

Em fins do anno proximo passado conseguiu o governo argentino concluir aquelle empréstimo, porém, em consequencia das despesas occasionadas pela prolongação da guerra, achou-se na impossibilidade de dar plena execução ao que ajustára, e assim o manifestou, propondo a celebração de um novo ajuste, que regulasse o pagamento das quantias devidas.

O governo de Sua Magestade, desejoso de patentear sempre ao seu alliado a cordialidade de seus sentimentos, accueu á esta proposta.

Em consequencia de protocolos assignados em Buenos-Ayres a 12 de Janeiro e 16 de Abril proximos passados, pagou o governo argentino a quantia de um

millão de pesos fortes, importância do empréstimo de 81 de Maio de 1866, obrigando-se:

A addicionar as sommas relativas ao empréstimo de 1.º de Fevereiro de 1866 a conta dos juros e despezas do empréstimo de 1865.

A pagar o capital do empréstimo de 1.º de Fevereiro de 1866 em duas prestações iguaes, vencendo-se a primeira a 12 de Julho de 1870 e a segunda seis meses depois da primeira.

A pagar os juros e gastos dos empréstimos de 1865 e 1866 a'uma só e ultima prestação, seis meses depois da segunda acima alludida.

Despezas do ministerio dos negocios estrangeiros no exercicio de 1867 a 1868.

No annexo n. 2 encontra-se o balanço geral dos creditos e das despezas deste ministerio no exercicio financeiro de 1867—1868.

A lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867, no artigo 4.º, concedeu 837:206\$283 para aquellas despezas.

Devido-se um deficit de 3:113\$230 na verba « secretario d'Estado »; de 50:488\$885 na « de ajudas de custo », e sendo orçado em 396:176\$104 o da verba « extracurriculares no exterior », por terem de sair della os fundos para pagamento das differenças de cambio, na importância de 280:537\$141, foi necessario, para suppy-las, recorrer aos dois meios autorisados por lei—transporte de sobras e credito supplementar—.

Em consequencia foram expedidos os decretos n. 4135 do 1.º de Abril de 1868, publicado no ultimo relatório, e os 1900 e 4301 de 18 de Dezembro do mesmo anno, que se encontram no referido annexo n. 2, os quaes elevaram o total dos creditos a 1,247:871\$275.

Dessa quantia dependeu-se a de 1,194:155\$002, ficando, portanto, um saldo de 53:716\$273.

Orçamento de 1868—1869.

havendo um deficit de 7:150\$000 na verba de § 4.º « ajudas de custo » do orçamento em vigor, que tem de elevar-se á quantia de 28:300\$000 até o fim

do corrente exercício em consequência da continuação da guerra, foi tirada esta quantia da verba do § 1.º « comissões de luitas e de liquidação de reclamações » por decreto n. 4359 de 25 de Abril prealino passado.

Tam da haver tambem um deficit no § 5.º « extraordinarios no exterior », cuja importancia não é por ora conhecida.

Esse deficit provém principalmente de serem pagas por esta verba as differenças de cambio e comissões, para as quaes a lei do orçamento em vigor não assignou fundos.

Orçamento para o anno financeiro de 1870—1871.

No projecto do orçamento para o anno financeiro de 1870—1871 pede-se para as despesas deste ministerio a quantia de 843:686\$666.

A lei vigente concedeu 837:206\$383.

Ha, pois, um pequeno augmento de despesa na importancia de 6:480\$383, motivado pelas necessidades do serviço publico, como se achá demonstrado nas tabellas explicativas do mesmo orçamento.

São estes, augustos e dignissimos Sen. representantes da nação, os assumptos com os quaes julguei dever occupar a vossa attenção.

Palacio do Rio de Janeiro, em 14 de Maio de 1869.

Bento do Colégio.

ANNEXO N. 1

Bons officios da Bolivia e do Chile.

N. 1.

Nota das legações da Bolivia e do Chile ao governo imperial.

(Tradução.) Legações da Bolivia e do Chile.—Buenos-Ayres, 17 de Julho de 1868.

Os abaixo assignados, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Bolivia e encarregado de negocios do Chile, tem a honra de dirigir-se a S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros do imperio do Brasil, para manifestar-lhe que, desejando conjuvar as vistas de seus respectivos governos e de conformidade com o offercimento preliminar feito pelo primeiro, como passo complementario do tratado de amizade que ultimamente assignou com o Sr. ministro argentino, hoje conjunctamente tomam a liberdade de offerrecer em nome de seus governos a interposição amigavel de *bons officios* para a solução pacifica da guerra que os alliados sustentam contra o Paraguay.

Os abaixo assignados concebem a esperanza de que, nas circumstancias actuaes e depois de uma constante luta de quasi quatro annos, que ainda não apresenta uma terminação proxima, receberão do governo de S. Ex. um acolhimento conforme aos sentimentos e fins humanitarios, que motivam esta interposição.

Os governos das republicas alliadas do Pacifico tem sempre deplorado o estado de guerra, que tanto sangue generoso e tantos sacrificios custa a estas quatro nações americanas, e veriam com jubilo chegar o momento em que lhes fosse dado fazer ouvir sua voz mudando pelos beneficios da paz, os inevitaveis e dolorosos desastres da guerra; e isto crêem os abaixo assignados que se poderia obter por meio de um convenio, que conciliasse a justiça, a honra e os interesses de todas as partes contendoras.

Nada será mais grato aos abaixo assignados do que poderem contribuir por sua parte para tão louvavel objecto e, certo disso, deve S. Ex. contar com o seu concurso, se um acolhimento favoravel o fizer necessario.

A boa amizade que as republicas da Bolivia e Chile cultivam com o imperio do Brasil dá aos abaixo assignados a esperanza de que o governo de S. Ex. saberá apreciar as causas que os guiam e dictam este procedimento.

Com tal motivo, e esperando a resposta de S. Ex., tem os abaixo assignados a honra de reiterar ao Exm. Sr. Silveira de Souza as seguranças de sua mais alta e distincta consideração.

A S. Ex. - o Sr. Silveira de Souza.

QUINTINO QUEVEDO.

G. BLEST GANA.

N. 2.

Nota do governo imperial ás legações da Bolivia e do Chile em Buenos-Ayres.

Rio de Janeiro, Ministerio dos negocios estrangeiros, 28 de Julho de 1868.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador e seu ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de dirigir-se aos Srs. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Bolivia, e encarregado de negocios do Chile, em resposta a sua nota collectiva escripta de Buenos-Ayres a 17 do corrente.

Os Srs. D. Quintino Quevedo e D. Guilherme Blest Gana, desejosos de segundar os intentos de seus respectivos governos, resolveram offerocer conjuntamente ao de S. M. o Imperador a interposição de bons officios, em nome dos ditos governos, para a solução pacifica da guerra que os alliados sustentam contra o Paraguay.

O abaixo assignado cumpre o grato dever de levar ao conhecimento dos Srs. representantes das republicas da Bolivia e do Chile que o governo imperial aprecia com satisfação os termos da referida nota; mas que, não podendo tomar em tão grave assumpto uma resolução definitiva sem o accordo com os seus alliados, não lhe é dado nesta occasião mais do que agradecer, como agradece cordialmente, os bons desejos que assim lhe são manifestados e offerocidos em nome daquelles dois governos amigos.

O enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador, em missão especial no Rio da Prata, procurará entender-se a esse respeito com os alliados do Brasil, e terá a honra de communicar opportunamente o que fór com elles accordado em resposta á nota collectiva dirigida a este ministerio.

O abaixo assignado aproveita o presente ensejo para renovar aos Srs. enviado extraordinario da Bolivia e encarregado de negocios do Chile as seguranças de sua alta consideração.

Aos Srs. D. Quintino Quevedo e D. G. Blas Gana.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 3.

(Tradução.) *Protocollo assignado em Buenos-Ayres em 21 de Agosto de 1868.*

Reunidos no ministerio de relações exteriores os Exms. Srs. ministro de relações exteriores Dr. D. Rufino de Elizalde, ministro de relações exteriores da republica do Uruguay, Dr. D. Manoel Herrera y Obes e o enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão de S. M. o Imperador do Brasil cavalheiro Joaquim Thomaz do Amaral, com o fim de tratarem dos bons officios offercidos aos governos alliados na guerra com o do Paraguay, pelos governos da Bolivia e do Chile, depois de tomarem conhecimento das notas apresentadas a seus governos pelas legações da Bolivia e do Chile e em vista dos projectos de resposta que formularam em nome dos mesmos governos, concordaram em que se lhes desse andamento, uma vez que estavam em harmonia com o espirito que anima aos alliados, de conformidade com as estipulações do tratado de alliança, e accordes o assignaram.

JOAQUIM THOMAZ DO AMARAL.

RUFINO DE ELIZALDE.

MANUEL HERRERA Y OBES.

N. 4.

Nota da missão especial do Brasil no Rio da Prata de legações da Bolívia e do Chile.

Missão especial do Brasil.—Buenos-Ayres, 21 de Agosto de 1868.

Os governos alliados na guerra contra o do Paraguay tomaram em consideração o offerecimento de bons officios, que, em nome de seus respectivos governos, lhes fizeram os Srs. coronel D. Quintino Quevedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Bolívia, e D. Guilherme Blest Gana, encarregado de negocios do Chile.

Os governos alliados são os primeiros a deplorar os males e as calamidades de uma guerra entre Estados vizinhos; porém, sem ter a menor parte de responsabilidade, desde que foram aggreddidos de uma maneira condemnada pelo direito internacional e pelos usos e praticas das nações civilisadas, não podiam deixar de responder, como responderam, á cruenta provocação do governo paraguayno. Elles crêem, por consequente, que as causas e os fins desta guerra, bem como os successos que tem havido, não lhes permitem accitar o benevolento offerecimento dos governos da Bolívia e do Chile; e assim o resolveram.

S. Ex. o Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos, accusando a recepção da nota que os Srs. Quevedo e Blest Gana lhe dirigiram em data de 17 do mez proximo passado, exprimio-lhes a satisfação com que o governo imperial apreciou os termos dessa nota e o cordial agradecimento do mesmo governo pelos bons desejos nella manifestados em nome da Bolívia e do Chile.

Nada podendo acrescentar á essa directa manifestação de sentimentos, em execução da ordem que recebi, limito-me, por parte do governo imperial, a comunicar o accordo das alliados aos Srs. Quevedo e Blest Gana, a quem tenho a honra de offerecer as seguranças de minha mais subida consideração.

A SS. EEx. os Srs. coronel D. Quintino Quevedo e D. Guilherme Blest Gana.

JOSEPH THEOMIZ DO AMARAL.

N. 6.

Nota das legações da Bolívia e do Chile a missão especial do Brasil no Rio da Prata.

(Tradução.) Legações da Bolívia e do Chile. — Buenos-Ayres,
24 de Agosto de 1868.

Os abaixo assignados, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Bolívia e encarregado de negocios do Chile, receberam a nota de S. Ex. o Sr. Amaral, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial de S. M. o Imperador do Brasil, datada de 21 do corrente, na qual respondendo á sua interposição de bons officios para a paz com o Paraguay, serve-se communicar-lhes que os governos alliados, por diversas razões, que S. Ex. adduzio, crêem que as causas e os fins dessa guerra, bem como os successos que hão tido lugar, não lhes permittem accellar os benevolos efforcimentos dos governos da Bolívia e do Chile.

Os abaixo assignados lamentam a inefficacia de sua amigavel interposição, cujo resultado levará ao conhecimento de seus respectivos governos, e nesta occasião reiteram a S. Ex. suas respeitosas considerações.

A S. Ex. o Sr. Joaquim Thomaz do Amaral.

JOAQUIM THOMAZ DO AMARAL.

GILBERTO BERT GARA.

Bloqueio Naval

Regresso do ministro americano, Sr. Washburn, de Assumpção.

N. 6.

Officio do commandante do vapor Wasp ao marechal de exercito marquez de Caxias.

(Tradução.) Vapor Wasp dos Estados-Unidos.—Rio da Prata, 26 de Abril de 1868.

Senhor. — Tenho a honra de levar ao seu conhecimento a minha chegada ás suas linhas de operações, com o fim de receber a bordo, e transportar para um dos portos do Rio da Prata, a S. Ex. o honrado C. A. Washburn, ministro residente dos Estados-Unidos na Assumpção, com sua familia, e a propriedade da legação dos Estados-Unidos, que elle possa ter para embarcar. Pelo que tenho a honra de requisitar sejam remettidas na primeira occasião as communicações juntas a S. Ex. o Sr. Washburn, como deseja o contra-almirante C. H. Davis, commandante da força naval dos Estados-Unidos na costa de L.E. da America do Sul, para que se possa retirar este navio deste lugar o mais breve possível, e assim evitar qualquer cousa que não seja totalmente permitida aos neutraes pelos belligerantes. Sou,

Mm. e Exm. Sr. marquez de Caxias, marechal e commandante em chefe das forças alliadas em operações contra o Paraguay,

Vosso obediente creado

W. A. KIRKLAND, commandante.

N. 7.

*Officio do commandante do vapor Wasp ao marechal do exercito
marquez de Caxias.*

Curupaity, em 22 de Maio de 1868.

(Tradução.) Senhor. — Recbi hontem uma communicação de S. Ex. o Sr. Carlos A. Washburn, ministro residente dos Estados-Unidos, em Assumpção, no Paraguay, na qual diz o seguinte :

« Estacs provavelmente informado de que toda a communicação por terra entre São Fernando (quartelgeneral do exercito do Paraguay) e Curupaity é muito difficil, e que seria impossivel, ou quasi, para minha mulher, tilho e creádos procurar este ultimo lugar, excepte por via do rio; estacs tambem informado de que por motivos militares os vapores paraguayos não descem o rio tanto abaixo.

« Em vista pois disto, para que minha familia possa ser posta a bordo do *Wasp* é necessario que elle suba o rio, e S. Ex. o marechal Lopez me avisa que não haverá objecção por parte do Paraguay, e que o vapor pôde vir a qualquer ponto abaixo da embocadura do Tibicuary, que pôde ser assignalado á sua chegada.

« Nesse tal ponto a transcrencia se effectuará facilmente do navio paraguayo. »

À vista da circumstancia acima especificada, tenho pois a honra de solicitar que V. Ex. queira permittir que o vapor *Wasp* dos Estados Unidos atravesse a esquadra alliada ancorada abaixo e acima de Humaitá, para que assim possa o dito navio proseguir o Tacuara abaixo da embocadura do rio Tibicuary, afim de se embarcar S. Ex. o Sr. Washburn com sua familia e bagagem.

Sou de V. Ex.,

Ilm. e Exm. Sr. marquez de Caxias, marechal commandante em chefe das
forças brasileiras,

obediante servo,

W. A. KIRKLAND, commandante.

N. 8.

Officio do marechal de crecito marquez de Caxias ao commandante do vapor Wasp.

Commando em chefe de todas as forças brasileiras e interior dos exercitos alliados em operações contra o governo do Paraguay. Quartel general em Para-Cué, em frente a Humaitá, 23 de Maio de 1868.

Illm.^o Sr. — Accuso o recebimento da nota que com o fecho de 22 do corrente meos me foi dirigida pelo Sr. W. A. Kirkland, tomante commandante do vapor *Wasp* dos Estados-Unidos, a qual chegou ás minhas mãos hontem ás 7 horas da noite.

Solicita o Sr. tenente W. A. Kirkland permissão minha para que o vapor do seu commando, atravessando a esquadra brasileira tanto a divisão que se acha abaixo de Humaitá como a que forçou a sua passagem, siga para o Tacuara abaixo da embocadura do rio Tobicuary, a fim de receber a seu bordo o Sr. Washburn com sua familia e bagagem.

Fundamenta o Sr. commandante W. A. Kirkland o seu pedido nas razões que lhe foram dadas pelo referido Sr. ministro Washburn e que se reduzem ás seguintes:

1.^a A difficuldade grande que existe hoje na communicação por terra entre S. Fernando (quartel-general do exercito do Paraguay) e Curupity, e que torna impossivel, ou quasi, que S. Ex., sua familia e creoulos possam chegar áquelle ultimo lugar, a não ser pela via fluvial;

2.^a Que por motivos militares os vapores paraguayos não descem o rio tão abaixo, concluindo o Sr. ministro Washburn, que para poder elle e sua familia retirar-se do Paraguay é necessario que o vapor dos Estados-Unidos possa vir a qualquer ponto abaixo da embocadura do Tobicuary, devendo assignalar sua chegada alli que o marechal Lopez lhe acieira, que não haveria opposição a tudo isto por parte do Paraguay, e que finalmente esse ponto acima indicado seria facil a transferencia para bordo do vapor norte-americano, do mesmo Sr. ministro Washburn, sua familia, creoulos e bagagens, que alli chegariam em navio paraguay.

Em contestação consequi por manifestar ao Sr. tenente commandante W. A. Kirkland o grande pesar, que me acompanha de não poder satisfazer o seu pedido, sendo para isso compellido por considerações de primeira magnitude e que são aliás, de palmar intuição.

Esses motivos militares de que falla o Sr. ministro Washburn, e que fazem com que os vapores paraguayos não desçam o rio tão abaixo e que apenas toquem, que elles cheguem a esse ponto indicado, abaixo da embocadura do Tebicuary, são os mesmos que actuam em meu espirito, e me collocam na posição para mim pouco agradável, de não poder satisfazer aos desejos de S. Ex. o Sr. Washburn e do Sr. tenente commandante W. A. Kirkland.

Operações e movimentos de guerra, que brevemente tem de ser levadas a effecto nas proximidades do lugar indicado para ponto de chegada do vapor norte-americano o tornam menos apto, e menos conveniente para o fim, a que se propõe o seu digno commandante, a quem nesta occasião devo informar, que, não ha muitos dias, um vapor paraguayo, o *Picabé*, julgo eu, a despeito desses motivos militares, chegou até ao Pilar, onde foi visto e observado e d'onde fez alguns tiros de canhão para terra.

O que acabo de succintamente expôr ao Sr. tenente commandante Kirkland não quer dizer que eu tenha em vista embaragar, ainda que brevemente, a saída de S. Ex. o Sr. ministro Washburn e sua familia do Paraguay. Se não posso aceitar o meio pratico que se me propoe, indico um outro, que dará o mesmo resultado, aliando-se todas as conveniências que o direito das gentes e o da guerra mandam guardar entre belligerantes e neutros.

Embarque S. Ex. o Sr. Washburn, se assim lhe aprouver, sua familia, crendos a bagagem em um vapor paraguayo, que com bandeira parlamentaria venha aguas abaixo até ao Pilar em Tugy. S. Ex. encontrar-se em qualquer desses pontos todos os vehiculos de condução que forem necessarios para o transporte de sua familia e bagagens por terra até Carupaity, para o que darei desde logo minhas ordens, tendo a convicção de que S. Ex. o Sr. ministro Washburn fará commoda viagem até que em Carupaity se passe para bordo do vapor *Wasp*.

Ai vê o Sr. tenente commandante Kirkland a boa vontade e o desejo afieado de que me animam de concorrer para que S. Ex. o Sr. Washburn possa, saindo do Paraguay, dirigir-se para qualquer ponto que queira.

A resposta do Sr. tenente commandante Kirkland me servirá de governo para tomar as providencias, e dar as ordens que forem necessarias.

Não posso deixar de aproveitar a oportunidade para assegurar ao Sr. tenente-commandante W. A. Kirkland os protestos de minha alta consideração e perfeita estima.

A S. S. o Sr. tenente W. A. Kirkland, commandante do vapor norte-americano *Wasp*.

MARQUEZ DE CAXIAS.

N. 9.

Officio do commandante do vapor Wasp ao marechal de campo marquez de Caxias.

(Tuanque.) Bordo do vapor Wasp dos Estados-Unidos. — Curupaity, no rio Paraguay, 8 de Junho de 1868.

Senhor. — Recbi hontem uma communicação de S. Ex. o Sr. Carlos A. Washburn, ministro residente dos Estados-Unidos em Assumpção, no Paraguay, e ora submitto extractos della á consideração de S. Ex.

S. Ex. o Sr. Washburn diz o seguinte:

« Em resposta á proposta de S. Ex. o Sr. marquez de Caxias de fornecer elle tudo o que fór necessario para o transporte por terra do Pilar ou Tagy a Curupaity, tenho somente a dizer, que o estado de saude do Sr. Washburn é tal que para elle é fóra de questão pensar em fazer a projectada viagem por terra.

« Alem disso, julgo que o Sr. marquez de Caxias não tem direito algum de impedir a passagem do Wasp além da esquadra. Depois que o vapor *Shamokin* dos Estados-Unidos passou, as canhoneiras franceza, ingleza e italiana tiveram permissão para subir além da esquadra alliada. Em virtude de que auctoridade ou lei negam-se aos Estados-Unidos direitos e immunidades concedidas a outros?

« No caso do Sr. Vianna de Lima, ministro brasileiro no Paraguay, depois da captura do vapor *Marques de Olinda*, quando interviu em seu favor, respondeu-se que elle podia retirar-se por terra; ou, porém, regeitei essa proposta como absurda. Como pôde o Sr. marquez de Caxias esperar que eu accite para mim aquillo que não quix accitar para um ministro brasileiro!

« Desde a passagem do *Shamokin* tem os brasileiros repetidas vezes reconhecido de as canhoneiras noutros o direito de transportem a linha do bloqueio; e se agora se não permittir que o Wasp passe além da esquadra alliada, servir-vos-hele prevenir ao almirante da nossa situação aqui, dizendo-lhe que a familia do ministro dos Estados-Unidos, residente em Assumpção, está por acio do marquez de Caxias, virtualmente detida como prisioneira no Paraguay. »

Tendo assim levado ao conhecimento de V. Ex. o estado das cousas, de conformidade com a carta do Sr. Washburn, esperarei vinte e quatro horas, ou mais tempo, se fór preciso, por alguma communicação que desejeis enviar-me em resposta. E assegurando a V. Ex. a continuação de minha alta estima, sou,

Ilm.^a e Exm.^a Sr. marechal marquez de Caxias, commandante em chefe de todas as forças brasileiras e interino dos exercitos alliados em operações contra o governo do Paraguay.

Vosso obediente criado

W. A. KIRCKLAND, commandante.

N. 10.

Officio do marechal de exercito marquez de Caxias ao commandante do vapor Wasp.

Commando em chefe de todas as forças brasileiras e interino dos exercitos alliados em operações contra o governo do Paraguay. — Quartel-general em Pera-Cuê, em frente a Humaitá, 8 de Junho de 1868.

Em contestação á nota, que com o fecho de hoje me foi dirigida pelo Sr. W. A. Kirckland, commandante da canhoneira norte-americana *Wasp*, tenho a honra de ler ao conhecimento de S. S. o seguinte :

Li com a devida attenção os períodos da carta que a S. S. escreveu o Exm. Sr. Washburn, e que vieram transcriptos em a nota, a que respondo, e muito deplorar me causou o saber que o Sr. Washburn não se dignou aceitar o meio pratico que tive a honra de lembrar-lhe, e offerecer-lhe para com as commodidades possiveis e segurança inteira poder transportar-se do Paraguay com sua familia, creolos e bagagens.

O Sr. tenente Kirckland nos obsequiará se tiver a bondade de fazer chegar ao conhecimento do Sr. Washburn o sentimento que me acompanha por figurar entre as razões, que S. Ex. expende para recusar minha proposição, o estado morbido de sua senhora, por cujo restabelecimento faço os mais ardentes votos.

Quanto á argumentação tirada pelo Sr. Washburn da passagem do vapor *Sturmacht* dos Estados-Unidos, e das canhoneiras francezas, inglesa e italiana me parece que ella não póde fundamentar a crença em que está o Sr. Washburn de que por parte das Potencias alliadas haja a pretensão de negar-se aos Estados-Unidos e que se tem concedido ás demais nações neutras. Para que possa o Sr. Washburn concordar commigo, basta que S. Ex. se recorde das circumstancias que militavam na época a que se refere, do estado em que se achavam então as operações da guerra, e finalmente do ponto á que se permitiu que as embarcações acima mencionadas chegassem, que foi o de Curuzú, do qual não passaram, e estiveram sempre á vista dos vasos de guerra brasileiros.

Acresce que sou o que não eu dirigia então as operações de guerra.

O procedimento cavalheiresco do Sr. Washburn em favor do ministro brasileiro Visconde de Lima no Paraguay e sua intervenção benéfica fundada nas mais claras e terminantes disposições do direito das gentes, não pôde ser por S. Ex. invocado para por elle pretender exigir, que eu puzesse meu procedimento na actual conjunctura, e no exercício do eminente posto, que occupo, de commandante em chefe dos exércitos alliados e de director da guerra.

S. Ex. deve lembrar-se de que muito differentes eram ainda as circumstancias dessa época.

O aprehensão do vapor *Marques de Olinda*, e de seus passageiros e carregamento, e as violencias que se procuraram pôr em pratica contra o ministro brasileiro em Assumpção, sem que tivesse havido declaração prévia de guerra, só provam o nenhum escrupulo da parte do governo do Paraguay em transgredir, para ferir o Brasil, todas as regras e principios accitos por unanimidade pelas nações cultas e civilizadas.

O proprio Sr. Washburn ha de conhecer em sua consciencia, que a reciprocidade da minha parte para com sua pessoa, e que parece deesjar comminorando o que então se passou, perderia esse nome para assumir as proporções de falta de cumprimento do miai flagrante dos deveres que minha posição me impõe. Felizmente o direito em que me fundei para fazer a S. Ex. a proposta já conhecida pelo Sr. tenente Kirkland não depende do arbitrio ou vontade de quem quer que seja, mas sim do aprehendimento imparcial dos que o quizerem comprehender.

S. Ex. o Sr. Washburn deve saber que as forças alliadas de terra e agua occupam hoje, e operam em todo o terreno, que vai do Passo da Patria até Tobiqueary, tendo-se já dado em todo o espaço intermediario feitos de armas, que demonstram que as operações de guerra estão na sua maior actividade, tendo ha bem poucos dias subido rio acima alguns dos vapores encouraçados da divisão avançada, que deveriam chegar ao Tobiqueary, ao mesmo passa-lo, e que ainda hoje lá deve estar, ao tempo que uma columna do exército seguiu por terra na mesma direcção.

Isto prova de uma maneira irrecusavel tudo quanto acima expendi, porque é fundado em factos, que estão no dominio dos belligerantes e tocando ao do proprio Sr. Washburn, que reside na capital de um delles: Se não fóra a noticia póstuma, que nos deu o Sr. Washburn do estado pouco satisfactorio da saude de sua digna esposa, bem poderia a malevolencia tentar attribuir a S. Ex. intenções, que eu folgo de ser o primeiro a não admittir a possibilidade do que S. Ex. as tinha.

Meu desejo de corresponder á vontade que o Sr. Washburn manifesta de querer quanto antes sair do Paraguay com sua familia é tão grande e tão sincero, e tão longo estou de querer concorrer, ainda que de leve, para que S. Ex., sua familia e creanças continuem nessa situação, que S. Ex. appellida de prisioneiros no Paraguay, que ainda lhe vou offerecer o unico meio de que me lembro, que

está dentro de minhas attribuições, e que com a maior cordura ponho á sua disposição.

Darei minhas ordens para que um dos vapores de guerra brasileiros que passaram Humaitá suba com bandeira parlamentar a receber S. Ex., sua família, crendes e bagagens no ponto do Paraguay que S. Ex. previamente me indicar, e esse vapor voltará ou para que S. Ex. desembarque o mais proximo possível do mesmo Humaitá, ou passe essa fortificação com o necessario accordo do governo do Paraguay, e possa S. Ex. sahir de seu bordo para o da canhoneira Wasp dos Estados-Unidos.

O Sr. tenente W. A. Kirkland, a quem reitero os protestos de minha estima e consideração transmittirá ao Exm. Sr. Washburn esta minha resposta, restando-me bem fundada esperanza de que S. Ex. aceitará o alvitre que lhe offereço.

A S. S. o Sr. tenente W. A. Kirkland, commandante do vapor Wasp.

MARQUEZ DE CAZIAS.

N. 11.

Officio do commandante do vapor Wasp ao marechal de exercito marquez de Cazias.

(Tradução.) Vapor Wasp dos Estados-Unidos.—Curupaity, no Rio Paraguay, 9 de Julho de 1868.

Senhor.—Tenho a honra de accusar a recepção do officio de V. Ex. de 8 do corrente, no qual declarais que offereceis ainda ao Sr. Washburn os unicos meios que estão na orbita de vossas attribuições, e que pondeis á sua disposição com a maior cordialidade. Estes meios são, se bem os comprehendi, os seguintes:

Que V. Ex. mandará um dos vapores de guerra brasileiros, dos que passaram Humaitá, com bandeira parlamentar, para receber a seu bordo S. Ex. o Sr. Washburn e sua familia no ponto do rio Paraguay que o Sr. Washburn previamente vos indicar.

Que este vapor desembarcará o Sr. Washburn no ponto o mais proximo possível de Humaitá, ou passará por esta fortificação com a necessaria permissão do governo do Paraguay, e que S. Ex. o Sr. Washburn poderá então passar-se para bordo da canhoneira dos Estados-Unidos Wasp.

V. Ex., de certo attribua-me o conhecimento, que não tenho, da pratica da guerra, que permite que um dos belligerantes, sob bandeira parlamentar, passe pelas fortificações e penetre no territorio do inimigo, sem ser incommodado. Sei que o governo do Paraguay seria guido por um falso sentimento de cortesia se permitisse semelhante acto a um navio de guerra brasileiro.

S. Ex. o Sr. Washburn, ministro residente dos Estados-Unidos, não poderia embarcar-se em um navio brasileiro nas linhas inimigas sem soffrer fogo e talvez outros ataques, o que occasionaria uma difficuldade entre o seu governo e o do Paraguay; devo, portanto, declinar qualquer proposta semelhante á que V. Ex. agora deseja que eu transmita ao representante dos Estados-Unidos.

V. Ex. faz allusão ás intenções, que V. Ex. diz poderia a intolerancia attribuir ao ministro dos Estados-Unidos no Paraguay; o V. Ex. não explica essas intenções. Uma conversa, porém, provocada por um dos membros do mesmo estado-maior, faz-me crer que V. Ex. julga que a familia do presidente Lopez poderia buscar protecção sob a bandeira americana; e que, para impedir semelhante occurrencia, não permitiria que a canhoneira dos Estados-Unidos *Wasp* passasse além da vossa esquadra. O facto de se deter virtualmente como prisioneiros ao ministro dos Estados-Unidos e sua familia no Paraguay, afim de impedir-se a suspeitada fuga da parte feminina e infantil da familia do presidente Lopez, é tão desrazoada, que parece haver tmea proposito de estender os perigos e difficuldades da guerra a mulheres e crianças.

Ai dei a V. Ex. as razões por que declino da vossa proposta de 8 do corrente, e tenho sómente a acrescentar que o meu navio foi aqui mandado para transportar o ministro dos Estados-Unidos e sua familia com a maior brevidade. Não estou agora mais perto da realisação daquelle objecto do que á minha chegada, sendo isso devido á natureza pouco satisfactoria e procrastinadora da correspondencia que tenho lido a esse respeito. Portanto, se V. Ex. não permitir que o *Wasp* passe além da esquadra aliada, seguirei amanhã 10 do corrente, ás 3 horas da tarde, para levar ao conhecimento do meu governo o actual estado de cousas, afim de que se tomem medidas promptas e efficazes para a sahida do ministro americano do Paraguay. Sou,

Ulm. e Exm. Sr. marechal Marquez de Caxias, commandante em chefe de todas as forças brasileiras; e interino dos exercitos alliados em operações contra o governo do Paraguay,

Vosso obediente criado,

W. A. KACELAND, Commandante.

N. 12.

Officio do marechal de exercito marquez de Caxias ao commandante do vapor Wasp.

Commando em chefe de todas as forças brasileiras e interinas dos exercitos alliados em operações contra o governo do Paraguay.

Quartel-general em Para-Cuê, em frente a Humaitá, 11 de Junho de 1848.

Por dois motivos deixei de responder á nota, que o Sr. tenente commandante W. A. Kirkland me dirigio com data de 9 do corrente mez.

O primeiro por ver que S. S. havia tomado a si a discussão de um assumpto, cuja competencia lhe compete.

O segundo porque S. S. no final da nota, a que respondo, me participava que seguiria para Buenos-Ayres hontem ás 3 horas da tarde. Tendo, porém, recebido a nota, que o Sr. commandante Kirkland me dirigio ainda de Curupaity, e com o fecho de 10, entendo convenientê levar ao conhecimento de S. S. que nessa mesma data tornei affecto aos representantes das Potencias alliadas, por intermedio do ministro brasileiro em Buenos-Ayres, a questão que se tem levantado, e só cumprerei o que fôr por elles resolvido: restando-me a convicção de que as razões puramente militares, que officialmente expendi para negar permissão ao vapor *Wasp* de ir além de nossas linhas de bloqueio e de fogo, não-poderão ser destruidas pelo que se lhe tem opposto, e muito menos por palavras e conversas sem importancia ou significação, trocadas entre qualquer official do meu estado-maior e o Sr. commandante Kirkland.

A resolução que tomei, e da qual acabo de dar noticia ao Sr. tenente Kirkland, não quer dizer que, se S. Ex. o Sr. Washburn accitar a minha ultima proposição, eu a não cumpra nos termos em que a fiz: pelo contrario, terei prazer de que assim as conveniências todas se guardem, e eu preste ao ministro dos Estados-Unidos e ao cavalheiro o Sr. Washburn um pequeno serviço, com o qual elle se desembarace da necessidade de continuar no Paraguay, d'onde parece tanto desejar sair.

Confio na consideração e estima para com S. S. o Sr. commandante tenente W. A. Kirkland.

A. S. S. o Sr. tenente W. A. Kirkland, commandante do vapor *Wasp*.

MARQUEZ DE CAXIAS.

Correspondência no Rio de Janeiro.

N. 13.

Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos.—S. Domingos, 1.^o de Julho de 1868.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, tem a honra de informar a S. Ex. o Sr. João Silveira de Souza, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, que elle recebeu hoje um officio do contra-almirante Carlos H. Davis, que commanda a esquadra dos Estados-Unidos estacionada no Atlantico Austral, communicando-lhe que o vapor dos Estados-Unidos *Wasp*, mandado por elle á Assumpção com o fim de trazer daquella cidade o honrado Sr. Carlos A. Washburn, ministro dos Estados-Unidos, e sua familia, foi impedido de ir á Assumpção, como se havia ordenado ao seu commandante, para cumprir uma commissão que lhe tinha sido dada pelo almirante Davis em virtude de instrucções do ministro da marinha, expedidas á requisição do honrado William H. Steward, secretario de Estado dos Estados-Unidos. E em consequencia de uma tão grave denegação dos direitos dos Estados-Unidos, o commandante do vapor *Wasp*, depois de repetidas sollicitações para passar além das linhas dos alliados em guerra contra o governo do Paraguay, regressou a Montevideo e declarou ao official, commandante da esquadra dos Estados-Unidos estacionada no Atlantico Austral, que tinha sido impedido de levar a effeito a commissão a elle confiada, pela recusa peremptoria do commandante em chefe das forças alliadas, o Marquez de Caxias, de permittir-lhe o transitio além de suas linhas para o Paraguay.

Este muito extraordinario e injustificavel procedimento por parte do Marquez de Caxias, «commandante em chefe de todas as forças brasileiras e *interven* dos exercitos alliados», como elle se assigna, está em plena opposição aos direitos dos Estados-Unidos; e, visto o que se passou entre o abaixo assignado e o governo de Sua Magestade Imperial em Agosto de 1866, é um ultrage feito «á soberania e á honra dos Estados-Unidos», que reclama prompta e severa censura do seu autor.

Quando em 1861 o presidente do Maranhão ferio os sentimentos de uma nação amiga, admitindo no porto daquella provincia o pirata *Sumter*, fornecendo-lhe

o canhão e as provisões necessárias para proseguir em suas depredações contra o commercio interno e desprotegido dos Estados-Unidos; e quando o então ministro dos negocios estrangeiros do Brasil justificou semelhante acto do presidente do Maranhão, o secretario de Estado dos Estados-Unidos declarou « que o procedimento do presidente do Maranhão e a sua approvação pelo ministro dos negocios estrangeiros era intoleravel. » E o abaixo assignado leve ordem para reclamar « que com referencia a semelhante facto, se tomassem medidas que dessem a conhecer ao presidente do Maranhão o desagrado de Sua Magestade. »

O procedimento do Marquez de Caxias contra a soberania e a honra dos Estados-Unidos é muito mais offensivo do que foi o do presidente do Maranhão, porque elle bem sabia que em Agosto de 1866 os Estados-Unidos haviam declarado formalmente ao Brasil que elles não consentiam em semelhante violação de seus direitos soberanos; e sabia tambem que o Brasil tinha por semelhante motivo reconsiderado e revogado o seu acto offensivo. O Marquez de Caxias procedeu, pois, com inteiro conhecimento de que offendia gravemente « a soberania e a honra dos Estados-Unidos »; e desprezava suas representações, cuja precedencia havia sido reconhecida pelo Brasil.

O contra-almirante Davis, em seu officio ao abaixo assignado, diz: — « Em cumprimento de ordens do ministro da marinha, mandei ultimamente o vapor dos Estados-Unidos *Wasp*, que faz parte da esquadra sob meu commando, ao theatro da guerra, com o fim de retirar o Sr. Washburn e sua familia do Paraguay, em satisfacção ao *pedido do secretario de estado*, que desajava ficar o Sr. Washburn de sua embarcação e provavelmente perigosa situação. »

Este fim humanitario do governo de Washington, foi, como V. Ex. não ignora, contrariado pelo representante do Brasil no Paraguay, o qual bem sabia naquella occasião que ultrajava « a soberania e a honra dos Estados-Unidos », e desprezava o explicito accordo a que haviam chegado em 1866 os Estados-Unidos e o Brasil. O abaixo assignado julga portanto do seu dever pedir que o Marquez de Caxias seja censurado do modo que elle abaixo assignado reclama, em nome do seu governo, quando o presidente do Maranhão offensivamente collocou os navios piratas de pessoas rebeldes contra os Estados-Unidos, em pé de igualdade com os navios nacionaes do paiz amigo, contra o qual se achavam em rebellião.

O abaixo assignado não duvida um só momento que o Brasil prompta e peremptoriamente reprovára o extraordinario e mal pouco amigavel procedimento do Marquez de Caxias; e, como esta indesculpavel intervenção já causou uma demora pelo menos de quatro mezes em libertar-se o ministro dos Estados-Unidos e sua familia da posição que o seu governo considera « embaracosa e provavelmente perigosa », o abaixo assignado rega encarecidamente que o governo do Brasil expaça, sem desnecessaria demora, ordens afim de que qualquer « obstaculo » á passagem do navio dos Estados-Unidos *Wasp*, pelas linhas dos alliados, seja removido; e que sem demora se avise ao abaixo assignado de haver desaparecido inteiramente esse obstaculo, afim de que possa elle participar ao official comman-

dante da esquadra dos Estados-Unidos, estacionada no Atlantico Austral, que não haverá ulterior ingerencia por parte de quaesquer autoridades do Brasil no cumprimento do seu dever para com a humanidade e para com o seu governo.

O abaixo assignado aproveita-se desta occasião para renovar a S. Ex. as seguranças de seu respeito e alta consideração.

A S. Ex. o Sr. João Silveira do Souza.

JAMES WATSON WEBB.

N. 14.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 9 de Julho de 1868.

O abaixo assignado, do Conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de accusar o recebimento da nota que, com a data de 1 do corrente, lhe dirigio o Sr. general James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos.

Nessa nota communica o Sr. general Webb o seguinte:

Que recebeu na mencionada data officio do contra-almirante Carlos H. Davis, chefe da esquadra dos Estados-Unidos no Oceano Atlantico Austral, informando-o de que o vapor americano *Wasp*, mandado por elle á Assumpção para d'alli trazer o ministro dos Estados-Unidos o honrado Sr. Washburn e sua familia, foi impedido de subir até aquella cidade, como ao seu commandante havia sido ordenado pelo mesmo contra-almirante em cumprimento de instrucções expedidas pelo ministerio da marinha a pedido do honrado Sr. Seward secretario de Estado dos Estados-Unidos;

Que em consequencia deste grave desconhecimento dos direitos dos Estados-Unidos, o commandante do referido vapor, depois de repetidas solicitações para passar as linhas de guerra dos alliados, regressou a Montevideo declarando ao chefe da esquadra americana que não pudera cumprir sua missão pela recusa peremptoria do general em chefe das forças alliadas;

Que este procedimento muito extraordinario e injustificavel do general em chefe

daquellas forças o Sr. marquez de Caxias, está em patente opposição com os direitos dos Estados-Unidos, e, em vista de que foi resolvido em Agosto de 1866 entre o Sr. general Webb e o governo do Brasil, é um ultrage contra a soberania e a honra dos mesmos Estados, que exige prompta e severa censura ao offensor;

Que, quando em 1861 o ministro dos negocios estrangeiros do Brasil justificou o procedimento do presidente do Maranhão em relação ao navio *Sumter*, o secretario de Estado dos Estados-Unidos declarou que aquelle procedimento e sua approvação era intoleravel, recebendo o Sr. general Webb ordem para pedir que se tomassem medidas a respeito daquella occorrença, que dêsem a conhecer ao presidente do Maranhão a desapprovação de Sua Magestade;

Que o procedimento do Sr. marquez de Caxias é muito mais offensivo á soberania e á honra dos Estados-Unidos do que havia sido o daquelle presidente, porque elle sabia perfeitamente que em Agosto de 1866 os Estados-Unidos tinham formalmente avisado ao Brasil de que não permitiriam semelhante violação de seus direitos soberanos, e que o Brasil tinha consequentemente reconsiderado e revogado o acto offensivo. Que o Sr. marquez de Caxias, portanto, procedeu com inteiro conhecimento de que offendia gravemente á soberania e á honra dos Estados-Unidos.

Em conclusão o Sr. general Webb pede que seja censurado prompta e peremptoriamente o Sr. marquez de Caxias pelo seu extraordinario e pouco amigavel procedimento; e que, como essa sua indisculpavel interferencia já causou uma demora de pelo menos quatro mezes em libertar-se o ministro dos Estados-Unidos e sua familia da sua embaraços e provavelmente perigosa situação, roga o Sr. general Webb encarecidamente que o governo do Brasil, sem desnecessaria demora, expeda ordens para que qualquer obstaculo á passagem do navio dos Estados-Unidos *Wasp* pelas linhas dos alliados, seja removido, e tambem sem demora se avise ao Sr. general Webb haver cessado inteiramente esse obstaculo, para que possa officialmente communicar ao commandante da esquadra americana no Oceano Atlantico Austral, que não haverá ullterior ingerencia de quaesquer autoridades do Brasil no cumprimento de seus deveres para com a humanidade e para com o seu governo.

Respondendo á nota do Sr. general Webb, o abaixo assignado tem a honra de ponderar-lhe o seguinte:

O Sr. marquez de Caxias não podia reconhecer a competencia de um official subalterno da marinha norte-americana, o Sr. tenente Kirkland, commandante do *Wasp*, que apenas em fins de Maio, e não a quatro mezes, directamente lhe exigiu permisso para que esse vapor passasse além das linhas de guerra dos alliados, rompendo assim o bloqueio por elles effectivo e legitimamente estabelecido no rio Paraguay. E recusando-lhe essa permisso o Sr. marquez de Caxias não desconheceu direito algum dos Estados-Unidos, nem de qualquer modo quiz offender nem offendeu á sua soberania e honra: sustentou antes um

direito inquestionavel da soberania dos alliados nas aguas e territorios daquelle rio que occupam presentemente.

Hamper aquelle bloqueio pelo modo por que se pretendia, e pretende, atravessando o Wap as linhas da guerra dos alliados e suas posições militares, para ir até o centro do territorio inimigo bloqueado, com grave prejuizo das operações da mesma guerra, e no momento em que se approximão importantes e talvez decisivos accommetimentos, é que seria indubitavelmente menosprezar um direito dos belligerantes, que jamaiz foi contestado, atacar a soberania de nações amigas sem a menor justificação e difficultar-lhes a prompta terminação da luta em que está enpenhada a sua honra.

Acresce que a recusa do Sr. marquez de Casias não foi peremptoria, como suppõe o Sr. general Webb. Negando-se a admitir o modo pelo qual o Sr. tenente Kirkland desejava fazer saber do Paraguay o Sr. ministro Washburn, o Sr. marquez de Casias lhe oppõe as razões muito poderosas que para isso tinha; e ao mesmo tempo propõe-lhe com a maior cordialidade e deferencia dous expedientes pelos quaes se conseguiria o mesmo fim sem os graves prejuizos que para a justa causa dos alliados resultariam da admisso do meio exigido pelo Sr. tenente Kirkland em nome daquelle ministro.

Esses expedientes razoaveis, que conciliariam de um modo offensa e digno o direito dos alliados com o desejo dos Srs. Washburn e Kirkland, foram por este rejeitados. Continuaram estes senhores a insistir em sua exigencia offensiva dos direitos soberanos dos mesmos alliados.

Um dos menores inconvenientes da satisfação do pedido dos Srs. tenente Kirkland e Washburn seria evidentemente inutilisar de todo o bloqueio estabelecido no Paraguay pelos alliados, porque desse modo se abriria a porta a iguaes pretensões de todas as mais nações, que sob quoscquer outros fundamentos exigirão a mesma permissão para seus navios.

E tanto isto é certo, e tanta consideração deve merecer, pelas suas consequencias as nações amigas, que o proprio Sr. Godea em 1866, quando se tratou da subida do Sr. Washburn para o Paraguay, foi o primeiro a reconhoco-lo, limitando-se então a pedir que, pela *forma a mais digna dos Estados-Unidos e a mais conveniente ao Brazil e a seus alliados*, se facilitasse ao dito Sr. Washburn a passagem para Assumpção por agua ou por terra, e declarando que elle apenas desejava que este senhor e sua comitiva não encontrassem embaraço para ir occupar o seu posto.

Foi isto exactamente o que agora procurou realizar o Sr. marquez de Casias, e que entretanto não foi aceito.

Alludo o Sr. general Webb em sua nota a ordens que o contra-almirante Davis recebeu do ministro da marinha a pedido do honrado Sr. Seward, secretario de Estado dos Estados-Unidos, para a retirada do Sr. Washburn do Paraguay.

O abeiro assignado, porém, pelo permissão ao Sr. general Webb para pen-

derar-lhe que essas ordens não podem deixar de ser entendidas em termos habeis. Se uma nação não pôde perante o direito e a justiça expedir ordens contra os direitos e soberania de outra, essas á que o Sr. general Webb se refere terão sido, sem duvida, acompanhadas, ou devem ser cumpridas com a clausula de se não offenderem taes direitos e soberania, de chegar-se a tal respeito a um accordo conveniente e honroso com as nações nisso interessadas. O mais seria uma violencia, e até desnecessaria no caso vertente, em que por parte do Brasil e seus alliados se tem proposto os expedientes razaveis a que o pleiço assignado já alludia.

Protende o Sr. general Webb que o procedimento do Sr. marquez de Caxias está em patente opposição com o accordo que teve lugar em Agosto de 1866 entre o Sr. general e o governo imperial, e que o mesmo Sr. marquez offendeu gravemente a soberania e a honra dos Estados-Unidos com inteiro conhecimento de que o fazia.

E' isto ainda uma apreciação menos fundada do Sr. general Webb; não só ficam demonstradas as disposições benevolas e amigaveis do Brasil na presente questão para com os Estados-Unidos; mas tambem que a recusa do Sr. marquez em nada podia offender a soberania e honra daquelles Estados, e foi antes um acto legitimo da soberania e honra dos alliados.

Ponde, porém, de parte estas considerações de que o Sr. Webb certamente se convencerá, resta ao abaixo assignado demonstrar ao Sr. general que o accordo de 1866, que invoca, não pôde ser convenientemente applicado ao presente caso.

Primeiramente o governo imperial nunca consentio sem protestar que o *Salamis* passasse as linhas de guerra dos alliados para transportar além dellas o Sr. Washburn; e o protesto realmente feito contra a sua passagem pelo almirante brasileiro, quando aquelle vapor se dirigio a Carupaity, mostra que o Brasil não reconheceu esse facto como um direito.

Em segundo lugar, quando mesmo o governo do Brasil e seus alliados naquella época, por motivos attendíveis da occasião, tivessem julgado conveniente ceder de algum de seus direitos de belligorantes em favor de uma nação amiga, podem hoje ter outros, e realmente os tem mais ponderosos, que os inibem de fazer a mesma concessão, e mais ainda não sendo hoje identica a pretensão, visto que naquelle tempo se apresentava ella em termos mais accitaveis.

Finalmente as proprias circumstancias actuaes da guerra são muito diversas do que eram então; não se achavam naquelle tempo as operações militares no estado de actividade em que se encontram hoje, e proximas a um desenlace.

O Sr. Webb cita o facto de 1865 para pedir que seja censurado e desapprovado peremptoriamente o procedimento do Sr. marquez de Caxias, do mesmo modo que pedira que o fosse o do presidente do Maranhão, naquelle tempo, em relação ao *Sumter*; como, porém, este facto não tenha inteira relação com a questão presente, por isso o abaixo assignado deixará de entrar na sua apreciação.

O governo imperial, em summa, não considera molestando de censura o acto do Sr. marquez de Caxias, a que o Sr. general Webb alluda; antes julgou que o devia approvar já porque foi elle de perfeita conformidade com os direitos e soberania dos alliados, já porque, não podendo annuir ao pedido das Srs. Kirkland e Washburn; o mesmo Sr. marquez de Caxias pôde entretanto á sua disposição, com toda a attenção e boa vontade, os meios proprios para a commoda e segura retirada do Sr. ministro americano do Paraguay.

Espera, pois, o abaixo assignado que o Sr. general Webb, reconhecendo a justiça das razões expostas e os graves inconvenientes que para a causa dos alliados resultariam da subida do Wasp na presente occasião até ao Tebichuary, centro das operações do inimigo, para pôr-se alli em contacto com este sem limitação de tempo, nem condições, não duvidará annuir á resolução tomada sobre este assumpto, accellendo algum dos expedientes propostos para a retirada do Sr. Washburn, e transmittirá neste sentido suas ordens ao Sr. contra-almirante Davis.

Entretanto o governo imperial não terá duvida em accitar tambem qualquer outro alvitre igualmente effizaz e digno, não sendo o que se exige ou de iguaes inconvenientes, que possa ser lembrado pelo Sr. general Webb, e com que concorrem os alliados ou com estes já se tenha concordado ou venha a concordar no Rio da Prata, tanto é o desejo que tem o mesmo governo imperial de que, sem prejuizo nem offensa aos seus direitos e soberania e dos ditos seus alliados, termino quanto antes esta questão de um modo satisfactorio para os Estados-Unidos.

O abaixo assignado rejitera ao Sr. general Webb as seguranças de sua alta consideração.

Ao Sr. general James Watson Webb.

JOÃO SILVEIRA DE SOUZA.

N. 15.

Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.

Legação dos Estados-Unidos.—Rio de Janeiro, 13 de Julho de 1868.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, tem a honra de accusar o recebimento da nota de 9 do corrente de S. Ex. o Sr. João Silveira de Souza, do conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros em resposta á sua nota do dia 1.^o

A nota de S. Ex., depois de resumir o conteúdo da do abaixo assignado do 1.º do corrente, diz:

« O Marquez de Caxias não podia reconhecer a competência do tenente Kirkland, official subalterno da marinha dos Estados-Unidos e commandante do *Wasp*, para pedir directamente licença afim de que aquelle navio passasse além das linhas de guerra do seu bloqueio muito legal e effectivo; pedido este que elle fez tão sómente em fins de Maio e não ha quatro meses. »

Em primeiro lugar, o Marquez reconheceu que o tenente e commandante Kirkland era competente para fazer o pedido que fez, como se evidencia da prompta resposta que lhe deu.

Em segundo lugar, o tenente e commandante Kirkland não foi mandado a *Corupaity* para pedir « directamente *permissão* para passar as linhas dos alliados. » O seu destino era *Assumpção*; e presumindo que o Brasil não quoreria de novo « ferir a sensibilidade do povo dos Estados-Unidos » ou ultrajar « sua soberania e honra », não julgou necessario fazer mais do que notificar attentiosamente ao commandante em chefe brasileiro sua presença, seu destino e objecto; assegurando ao mesmo tempo que nada se faria nem se permitiria contra os direitos de qualquer dos belligerantes, ou contra o caracter nacional de seu navio e bandeira.

Em terceiro lugar, S. Ex. comprehendeu mal a observação do abaixo assignado relativamente á *demora de quatro menses* occasionada pela interferencia do Marquez de Caxias. Se o *Wasp* não tivesse sido impedido em sua passagem para *Assumpção* no dia 23 de Abril ultimo, o Sr. Washburn e sua familia teriam provavelmente chegado a Montevideo em principios de Maio; entretanto que agora não lhes será isso possivel antes de Setembro, e talvez ainda mais tarde, se o *modus operandi* para tira-lo e a sua familia de « sua embarcação e talvez perigosa situação », tiver de ser decidido em Washington.

S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros *nega* em seguida que o Marquez de Caxias, recusando o transito ao *Wasp*, offendesse « a soberania e a honra dos Estados-Unidos », como allegou o secretario de Estado, Sr. Seward; e insiste em que, procedendo por essa fôrma, « elle só manteve um direito inquestionavel de soberania da parte dos alliados. »

E insiste tambem em que, impedindo a passagem ao *Wasp*, o Marquez de Caxias não violou de modo algum o accordo á que chegaram o abaixo assignado e o Brasil em Agosto de 1860, porque no *Sakawaku*, que levava a seu bordo o ministro Washburn, só foi permittido passar as linhas dos alliados sob « protesto. »

A respeito desse protesto, o honrado secretario de Estado escreveu ao abaixo assignado o seguinte:

« Observa cambudo o presidente este incidente, que a opposição á passagem do Sr. Washburn só foi retirada por meio do protesto. Longe de considerar o direito que tinha o Sr. Washburn de seguir para o seu destino como uma questão, que se pudesse debater, os Estados-Unidos não podem consentir em accellar discussão a esse respeito. »

S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros reconhecerá, portanto, que o abaixo assignado não pôde dissentir o *dócto* que assiste aos Estados-Unidos para communicarem-se com o seu ministro no Paraguay. O impedimento, posto em 1866, foi considerado pelo Sr. Seward como desrespeitoso em si mesmo, e inteiramente incompativel com a lei das Nações.

E apesar disso S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros declara ao abaixo assignado que o « governo imperial não considera que o procedimento do marquez de Caxias neste caso seja digno de censura; porém que ao contrario *merece sua approvação.* »

É facto bem conhecido que a *Assumpção*, capital do Paraguay, só se pôde chegar pelo rio daquello nome; e também que muito antes de se havorem o Imperio do Brasil, o Uruguay e a Confederação Argentina obrigado por um ajuste a fazer guerra, não ao povo do Paraguay, porém ao seu governo até depô-lo, tinham os Estados-Unidos estabelecido relações diplomaticas com aquella Republica. É facto que a não ser a presença do ministro dos Estados-Unidos, o Sr. Washburn, em Assumpção em 1864, e a sua ameaça de interromper a sua missão, se ao ministro do Brasil se não permittisse sair do paiz por *agua*, e não por *terra*, como o marquez de Caxias propoz que o fizesse o Sr. Washburn, muito provavelmente o ministro brasileiro teria de partilhar do cativeiro do presidente Campos. Como é pois possível que qualquer brasileiro intelligente allegue que, em consequencia do bloqueio do Paraguay pelo Brasil, os Estados-Unidos não devem communicar-se com o seu ministro pelo unico meio que tem?

Isto excede a comprehensão do abaixo assignado. Porém, como diz o Sr. Seward, por sentimento de seu proprio respeito, os Estados-Unidos *o não podem consentir na discussão desta questão.* » E assim impossibilitado de discuti-la, o abaixo assignado notará a declaração de que no procedimento do marquez de Caxias não ha intenção de faltar ao respeito, nem se mostra sentimento pouco amigavel para com os Estados-Unidos.

E julga-se tornar isto evidente pela declaração « de que elle offerece e pôz á disposição do Sr. Washburn com a melhor boa vontade os meios *adequados* para que segura, commodamente e convenientemente o ministro americano se transportasse do Paraguay. » O que quer dizer que ao Brasil ou ao commandante em chefe das suas forças terrestres e navaes no Paraguay compete determinar quaes são os meios convenientes para a sahida do Paraguay do nosso ministro, e não aos Estados-Unidos! E quaes são esses meios convenientes que assim foram offerecidos?

Primeiro: o marquez de Caxias propoz que o ministro, sua debil mulher e filho, seus crendos e bagagens, etc., etc., atravessassem pouco mais ou menos umas cincoenta ou cem milhas de deserto, para embarcarem-se então em um navio brasileiro com bandeira parlamentaria e descerem o Paraguay até Curupaity; tendo o presidente Lopez, necessariamente, de consentir que o seu territorio fosse devassado por um inimigo, reconhecidamente empenhado em uma guerra *perpetua* contra elle para depô-lo, e não contra o povo do Paraguay.

A esta proposta S. Ex. o Sr. Carlos A. Washburn, ministro dos Estados-Unidos,

acreditado junto ao governo do Paraguay, que os alliados tem por fim «depôr» respondeu como se segue, depois de haver devida e peremptoriamente recusado deixar o seu posto a não ser pela forma que seu governo lhe indicou :

« A proposta que fez o Marquez de Caxias de irmos *por terra*, se quizessemos, é semelhante á que me foi feita pelo governo do Paraguay no caso do ministro brasileiro, o Sr. Vianna de Lima, depois da captura do *Marquez de Olinda*, e da suspensão das suas relações diplomaticas. Quando interviu em seu favor, foi-me dito que elle podia ir *por terra*. Mas eu rejeitei a proposta como *absurda*, e o meu procedimento naquelle caso foi altamente approvado pelo governo e pela imprensa brasileira, enquanto que o do Paraguay foi inteiramente condemnado por ambos. Espera o Marquez de Caxias que eu aceite para mim e minha familia uma proposta que não quiz aceitar para um ministro brasileiro ? »

Em segundo lugar, tendo sido a sua primeira proposta rejeitada com indignação como devia ser, deliberadamente a substituiu o Marquez de Caxias pela seguinte :

« Darei ordens para que um dos navios de guerra brasileiros, que se acham *acima* de Humaitá, saia o rio com bandeira parlamentar para receber S. Ex., sua familia, crendos e bagagem, no ponto do rio pœriamente indicado por S. Ex.; e este vapor na volta, desembarcará S. Ex. no ponto mais proximo possivel de Humaitá, ou *passará aquella fortificação com o consentimento do governo do Paraguay* de maneira que S. Ex. possa passar-se immediatamente para bordo da canhoneira dos Estados-Unidos *Wasp*. »

Seria improprio da parte do abaixo assignado o fallar desta proposta nos termos que ella merece, e por isso a deixo á justa indignação da opinião publica, que afinal tem de manifestar-se sobre esta correspondencia, e que pronunciará sobre esta inusitada proposta a severa condemnação que merece. V. Ex. a tem por *amigavel* e generosa; entretanto que o abaixo assignado a considera pouco amigavel e offensiva, e poderia acrescentar que da parte do Marquez ella é impropria da dignidade de sua posição.

Que o commandante do *Wasp* assim a considerou, é o que se evidencia pela sua resposta, que, escripta na duvida se a proposta era séria ou se com ella se pretendia lançar o *ridículo* sobre todo o negocio, é digna de todo o elogio, diz elle:

« V. Ex. indubitavelmente attribue-me um conhecimento, que não posso, do uso de guerra que permite a um dos belligerantes, prevalecendo-se de uma bandeira parlamentar, passar pelas fortificações e penetrar até o coração do paiz inimigo, sem ser molestado. Sei que o governo paraguay gular-se-hia por uma falsa noção de cortesia, se tal permittisse a um navio de guerra brasileiro.

« Uma conversação, provocada por um dos officiaes do estado-maior de V. Ex., induz-me a crer que V. Ex. presume que a familia do presidente Lopez poderia buscar protecção sob a bandeira americana, e que para evitar semelhante occorrendia, V. Ex. não quer permittir ao navio dos Estados-Unidos *Wasp* que

passe além da sua esquadra. O facto de reter virtualmente como prisioneiro no Paraguay ao ministro dos negócios Estados e sua familia, para obstar a suspetada fuga da parte feminina e infantil da familia do presidente Lopez, é tão desarrazoada que parece estender os perigos e as difficuldades da guerra a mulheres e criangas. »

Esta proposta do Marquez de Caxias não só não é amigavel, como é offensiva, fosse ella formulada para ser recolhida sériamente ou para ridicularisar e tratar com desprezo o pedido do commandante Kirkland. Não é amigavel, porque nega pelos mais frivolos e infundados motivos, um acto de cortesia a uma Potencia amiga e neutral, acto que não poderia ser negado sem offensa, ainda que a lei internacional dêse ao Brasil o direito de semelhante recusa, o que não é exato. É muito offensiva, porque faz suppor que o commandante, officiaes e tripulação do *Wasp* procederiam deshonrosamente e dariam aos paraguayos informações sobre a esquadra brasileira; ao passo que semelhante suspeita de procedimento deshonroso não recahiria sobre os officiaes e tripulação do navio de guerra brasileiro, que com seriedade se propunha penetrar-se por centenas de leguas no territorio inimigo.

Ora é patente que a força e natureza da esquadra brasileira acima e abaixo do Humaitá, são tão conhecidas do presidente Lopez como do Marquez de Caxias, da imprensa e do publico. E, se dermos credito a communicações officiaes é tambem certo que o estado das cousas no Paraguay, acima das posições das forças alliadas, é absolutamente desconhecido do Marquez de Caxias ou do qualquer outra pessoa. Se, pois, todas a bordo do *Wasp* fossem do caracter pouco honrado que se suppõe, o mais que poderiam communicar, em prejuizo dos alliados, seria o numero de navios que viram, informação esta que o presidente Lopez já possui. É portanto absolutamente «il e excessivamente offensiva esta pretensão a respeito do transito do vapor *Wasp*, sob a bandeira dos Estados-Unidos, tendo por commandante e officiaes a cavalheiros conhecedores de todas as obrigações que um elevado sentimento de honra lhes impõe como acutras; é portanto excessivamente offensivo para uma nação amiga o allegar-se que semelhante transito seria prejudicial aos interesses do Brasil, por ter-se brevemente de levar a effeito operações e movimentos militares perto do lugar indicado como destino do vapor norte-americano. Isto é o mesmo que dizer-se: « O vapor de uma potencia neutral e amiga, correndo rapidamente pelas nossas linhas e communicando unicamente com o commandante em chefe e o seu estado-maior, tornar-se-ha, por meios sobrenaturaes sem duvida, sabedor de todas as nossas intenções; e os tripulantes deste vapor, não sendo homens de honra, palestrarão ao nosso inimigo, o presidente e não o povo paraguayo, o conhecimento assim adquirido por meios sobrenaturaes. »

Mas o Marquez de Caxias, ao passo que assim se acutela contra as revelações por parte de officiaes americanos, d'aquillo que todos sabem, o ninguém melhor do que o presidente Lopez; e ao passo que não pôde admittir a idéa de passar

um neutral amigo pelas suas linhas, percebe o benefício que resultaria de aproveitar-se elle mesmo da occasião que se apresenta para mandar « um dos navios brasileiros actualmente postados acima de Humaitá com bandeira parlamentar » até ao coração do paiz inimigo, para transportar o ministro dos Estados-Unidos, e ao mesmo tempo explorar a *terra incognita*, até onde quizeria estender as suas operações! Elle iria ainda mais longe; permitiria ao encouraçado, actualmente postado acima de Humaitá, repassar a fortificação com o consentimento do governo do Paraguay, e desta maneira escapar do que se julga ser uma posição perigosa até a queda de Humaitá, se é que Humaitá tem de cair. O que o presidente Lopez diria a esta proposta, e bom senso do commandante do *Wasp* promptamente indicou; e que o governo brasileiro possa della, encontra-se na sua formal approvação communicada no abaixo assignado pela nota de V. Ex.; mas o que disto dirão os governos, os honras d'Estado, os militares da Europa e da America, é o que resta ver.

O presidente Lopez, « o governo do Paraguay », era o unico que poderia soffrer prejuizo com a presença de um neutral amigo nas suas aguas e no meio de suas obras de defesa. Entretanto, o presidente Lopez, reconhecendo os seus deveres para com esse neutral, conscio da cortesia de que se deve usar entre nações, e não tendo a respeito da honra dos officiaes de marinha americanos nenhuma das duvidas que tanto perturbariam o espirito do marquez de Caxias, e inspiraram-lhe o desejo de mandar um navio de guerra brasileiro até o interior do paiz inimigo sob bandeira parlamentar garantida sem duvida pela bandeira do ministro dos Estados-Unidos, promptamente permitio que o *Wasp* subisse o Paraguay até qualquer lugar que desejasse.

O abaixo assignado é de opinião que as circumstancias deste caso demonstrarão claramente se o acto do marquez de Caxias, approvado pelo Brasil, não foi tão pouco amigavel e tão offensivo, como é evidentemente contrario ao direito internacional e « á soberania e honra dos Estados-Unidos. »

Porém, diz V. Ex.^a, se o *Wasp* obtivesse permissão para passar a linha de bloqueio dos alliados, outras nações ficariam autorizadas a reclamar o mesmo direito para todos os seus navios. Seguramente assim aconteceria, se essas — outras nações — tivessem representantes diplomaticos n'Assumpção que desejassem retirar-se. Mas o Sr. Washburn é o unico diplomata residente na Assumpção; e por consequencia a proposição é insustentavel.

V. Ex. em seguida diz que o contra-almirante Godon, que então commandava a esquadra dos Estados-Unidos no Oceano Atlantico Austral, justificou completamente a acção dos alliados em 1866. « Tão certo, é isto » diz V. Ex., que o mesmo almirante Godon em 1866, quando se tratava da passagem do Sr. Washburn para o Paraguay, foi o primeiro a reconhece-lo, pedindo unicamente a passagem do Sr. Washburn, e que se lhe facilitasse a sua ida para o seu posto quer por terra quer por agua sem se pôr obstaculo á sua passagem. »

« É isso justamente o que o Marquez de Caxias desejava levar a effeito no presente caso, se não se lhe tivesse recusado a opção.

« Não é novo para o abaixo assignado que em 1860 o almirante Gidon, tendo-se desavindo com os tres ministros dos Estados-Unidos no rio da Prata, general Ashoth, Sr. Washburn e governador Kirck; e com os consules dos Estados-Unidos em Buenos-Ayres e Montevideo, em vez de cumprir simplesmente ordens, o fornecer o navio que o Sr. Washburn estava autorisado a reclamar para leva-lo á Assumpção, fez tudo quanto pôde afim de impedir que o Sr. Washburn fizesse semelhante meio de transporte; e uma vez foi deste parte para o norte em vez de ir para o sul, apparentemente para não receber o pedido que previa. Porém é novo para o abaixo assignado que o official commandante da esquadra dos Estados-Unidos nesta estação levasse os seus sentimentos de hostilidade para com o Sr. Washburn ao ponto, não só de esquecer-se do que devia ao seu paiz, como tambem de apoiar, justificar e aconselhar o governo brasileiro, na creença em que estava de quo podia com segurança e com grande razão recusar permisso a um dos nossos navios de guerra passar as suas linhas com o ministro a bordo, contando que a este se facilitasse a viagem para o seu destino *por terra ou por agua*. »

Porém o governo brasileiro e seus representantes no Rio da Prata sabiam perfeitamente que o almirante Gidon não estava investido de poderes diplomaticos e que elle era proverbialmente tão ignorante no que respecta ás leis sobre bloqueio como no que é do direito internacional. Era o ultimo homem, a quem com segurança se podesse confiar a discussão de semelhantes materias; e manifestando juizo sobre a questão do Sr. Washburn, ou admitindo o que quer que fosse a esse respeito, não fez elle mais do que intrometer-se naquillo que não lhe competia. Que elle procedesse assim para satisfazer um sentimento de vingança contra um cavalheiro seu superior a todos os respeitois, não surpreheende ao abaixo assignado, porém surpreheende-o grandemente que V. Ex.^a se refira aos actos poucos patrióticos daquelle personagem, que só era representante de si mesmo e dos seus sentimentos de vingança, para justificar um procedimento, que todos os ministerios do nosso governo e os seus quatro representantes diplomaticos nesta região, assim como todos os estrangeiros intelligentes aqui são concordes em condemnar. O abaixo assignado não duvida que o contra-almirante Gidon fizesse as concessões allegadas, e que as fizesse para satisfazer suas vinganças, procurando produzir um resultado tão diametralmente opposto ao que pediam a justiça, a honra e a soberania nacional, assim como a conveniencia do nosso ministro e sua familia; porém, como elle não estava investido de poderes diplomaticos, e como parece que, no caso de ter esses poderes, não os exerceria no interesse do seu paiz, as suas opiniões e concessões não podem com propriedade ser admittidas nesta correspondencia.

O abaixo assignado não pede desculpa da extensão desta nota. As relações diplomaticas existentes entre os Estados-Unidos e o Brasil e o commercio pro-

seu e futuro entre os seus povos, cujos interesses politicos e commerciaes são inseparaveis, dependem em grande parte do ajuste amigavel da difficuldade pendente, difficuldade esta que não deveria, nem poderia, ter apparecido; e em cujo progresso não estariam envolvidos a soberania e os direitos internacionaes de nenhuma das partes, se o Brasil tivesse promptamente observado para com os Estados-Unidos a cortesia usada entre todas as nações amigas.

Sendo-lhe vedado tratar da questão de direito sobre esta importante materia, o abaixo assignado francamente e no interesse da boa vizinhança passari a patricular com extractos de suas diversas instrucções sobre este assumpto, a bem determinada contricção do seu governo, instrucções que se acham quasi todas na 2ª parte da correspondencia diplomatica dos Estados-Unidos publicada em 1866.

« Sr. Secreat ao general Webb. — Ministerio de estado, Washington, 22 de Abril de 1866.

« Sustemos com grande sorpresa que o Sr. Carlos A. Washburn, ministro residente dos Estados-Unidos na republica do Paraguay, foi impedido ou detido em, ou perto de, Corrientes no Rio Paraná, pelos exercitos alliados empenhados na guerra contra o Paraguay, quando, depois de ter gozado de uma licença, voltava para a Assumpção, capital do Paraguay. Para vosso conhecimento vos envio uma cópia das instrucções que lhe foram expedidas nesta emergencia. Esperamos sinceramente saber que o Imperador do Brasil não ordenou, nem approvou este impedimento á passagem do representante diplomatico dos Estados-Unidos, acto este que sendo desrespeitoso em si mesmo, é tão completamente *inconveniente* com a lei das nações.

« Levareis este assumpto ao conhecimento do governo e do Imperador, e pedireis explicações. »

« Sr. Secreat ao general Webb. — Ministerio de estado, Washington, 27 de Junho de 1866.

« Sou portanto obrigado a escrever na ignorancia da condição actual dos negocios da America do Sul. Não obstante, a *soberania e a honra dos Estados-Unidos não admittirão hesitação ou demora no assumpto*. O Sr. Washburn recbe portanto agora ordens para voltar immediatamente para os Estados-Unidos, se o impedimento acima alludido não tiver cessado em virtude de resolução dos governos interessados.

« No caso de terdes executado as supra mencionadas instrucções, que vos foram expedidos por este ministerio no dia 21 de Abril ultimo, e de não terdes recebido as explicações *satisfactorias* que livestes ordem para pedir ao governo do Brasil, solicitareis essas explicações *peremptoriamente*. Se ellas não vos forem dadas *dentro de seis ou oito dias, exigireis os vossos passaportes, para voltardes aos Estados-Unidos*.

O secretario d'Estado dos Estados-Unidos, o honrado Sr. William H. Seward ao general Asholtz, Ministerio d'Estado, Washington, 24 de Setembro de 1869.

« Tenho agora presente uma correspondencia definitiva havida entre este ministerio e o governo brasileiro, a qual me faz esperar que muito antes de vos chegar as mãos este despacho terão cessado completamente as difficuldades. Porém, entre os papéis, que se acham no archivo ha uma carta, escripta pelo presidente Mitre ao Sr. Washburn em 24 de Julho ultimo, a qual claramente allega e sustenta o direito dos alliados de fazerem durar essa detenção á vontade d'elles. *O presidente dos Estados-Unidos não pôde consentir em manter relações de paz e de amizade, mesmo com nações amigas, quando estas fazem do seu proprio interesse, e não da lei das nações, o regra do seu procedimento.* »

O secretario d'Estado dos Estados-Unidos ao general Welthe—Ministerio d'Estado, Washington, 22 de Setembro de 1869.

« O officio trata da final resolução da penosa questão, que nasceu do facto de haver sido detido o Sr. Washburn etc. etc. etc.

« Entretanto o presidente nota este incidente, que a opposição feita á passagem do Sr. Washburn foi abandonado *ad protestum*. Longe de considerarem que o direito, que tem o Sr. Washburn de seguir para o seu destino, seja susceptivel de discussão, não podem os Estados-Unidos consentir que se discuta semelhante questão.

« Em segundo lugar, estais autorizado a declarar que a sensibilidade do povo americano foi ferida neste negocio. Na falta de explicações da parte dos alliados, não estes habilitado para dizer que a resolução que se tomou será considerada como satisfatoria.

« Sou, vosso obediante servo — *William H. Seward.* »

V. Ex. comprehenderá, pelos precedentes extracitos de instruções do secretario d'Estado dos Estados-Unidos, a razão porque o abaixo assignado não tem entrado em discussão alguma sobre os direitos do seu governo na questão pendente entre elle e os alliados, que fazem guerra ao governo, e não ao povo paraguayo. O abaixo assignado só pôde ter um procedimento, que é insistir com o « governo e o Imperador do Brasil » por uma reconsideração de sua decisão, como lhe foi communicada pela nota de V. Ex. de 9 do corrente. E de novo, nos termos da sua nota de 1 do corrente, o abaixo assignado solicita instantemente que o governo do Brasil, sem demora desnecessaria, espere ordens para que esse todo impedimento á passagem do navio dos Estados-Unidos *Wasp* além das linhas dos alliados no Paraguay, e que disto seja o abaixo assignado immediatamente informado.

O abaixo assignado aproveita esta occasião para renovar a S. Ex. as seguranças de sua distinta consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. João Silveira da Souza.

JAMES WATSON WEBB.

N. 16.

Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos da America.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 5 de Agosto de 1868.

O abaixo assignado, de conselho de S. M. o Imperador, e seu ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de dirigir-se ao Sr. general James Watson Webb, cónsul extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos.

O objecto da presente nota é responder á de 13 do mez ultimo, que fôra recbida pelo antecessor do abaixo assignado, e versa sobre a passagem do vapor *Wasp* através das linhas de rigoroso bloqueio dos alliados nas aguas do rio Paraguay, com o fim de transportar do territorio inimigo o Sr. Charles A. Washburn, ministro residente dos Estados-Unidos junto á Republica do Paraguay.

O abaixo assignado, tendo fido a honra de conferenciar com o Sr. general Webb nos dias 1.^o e 4.^o do corrente, prescindirá aqui de considerar cada uma das proposições da referida nota. O abaixo assignado julga-se dispensado deste dever por estar certo de que ellas não encerram o mais ligeiro pensamento de quebra de amizade e costumada deferencia com que o governo da União tem sempre correspondido ao de S. M. o Imperador, e porque ao mesmo tempo reconhece que é urgente realizar o accordo que ambas as partes desejão com relação ao transito do Sr. Washburn pelo territorio que occupam as forças alliadas.

O governo imperial sente grande pozar em que, ou por não serem bem comprehendidas as proposições do Sr. marquez de Caxias, ou pelo estado de moléstia da esposa do Sr. Washburn, o regresso deste cavalheiro e de sua familia tenha sido até hoje demorado. Mas o abaixo assignado confia em que o Sr. general Webb estará tambem intimamente convencido de que por parte do Brasil ha e heave sempre o mais sincero empenho em manter e estreitar amigaveis relações com o governo de Washington, e consequentemente a maior consideração para com os seus representantes.

O Sr. general Webb sabe que não se negou o transito do agente diplomatico dos Estados-Unidos pelo territorio que os alliados occupam nas aguas e margens do Rio Paraguay, e onde, portanto, exercem plena jurisdicção, conforme o Direito das Gentes. A questão tem versado sobre o modo de realizar esse transito por entre as linhas de guerra dos alliados sem enfraquecer a sua força moral, sem

prejudicar a actividade de suas operações, e crear conflictos com outras potencias neutras.

Agora, como em 1866, quando se tratou da subida do Sr. Washburn, os governos alliados e seus representantes no theatro da guerra, não tiveram nem tem em vista senão conciliar os direitos e necessidades dos belligerentes com os deveres de cortesia e de amizade que elles se comprazem em guardar para com uma nação neutra e amiga como é a dos Estados-Unidos.

O Sr. marquez de Caxias, na qualidade de general em chefe das forças alliadas, sem mais aviso ou requisição de que o officio do Sr. commandante do *Way*, não hesitou em indicar e facilitar dous meios seguros para o prompto regresso do Sr. ministro dos Estados-Unidos que se achava no territorio inimigo. Esses meios, porém, não pareceram infelizmente acataveis, declarou-se-nos que ambos eram impossiveis, e já se não trata de insistir no seu offerecimento; todavia, o aluato assignado pede licença para explica-los, posto que de passagem, visto que evidentemente não foram bem apreciados.

A distancia por terra de Tayí á Carupaity pouco excede do cinco leguas, que seriam percorridas pelo Sr. Washburn em carruagem e com outras comodidades que o general brasileiro teria muito prazer em proporcionar ao Sr. ministro dos Estados-Unidos e á sua familia e comitiva. Só por desconhecerem-se as condições reais desse trajecto é que elle poderia ser comparado, como foi, ás do offensivo offerecimento feito pelo presidente Lopez em 1864, depois de sua declaração de guerra ao ministro do Brasil, o Sr. Vianna de Lima.

O governo do Paraguay rompera em plena paz com o Imperio, e iniciou suas hostilidades pela sorpresa da captura do paquete *Marquez de Olinda*, e prisão de todos os seus passageiros, entre os quaes se achava o presidente da provincia de Matto-Grosso. Era em taes circumstancias que elle queria que o ministro do Brasil se retirasse por terra até o Passo da Pátria, isto é, que o Sr. Vianna de Lima e sua familia andassem mais de cincoenta leguas pelo interior d'um territorio inimigo, sem que ninguém lhe podesse garantir os meios de conducção e os auxilios indispensaveis em tão longo trajecto, faltando até a garantia de segurança pessoal.

A viagem do Sr. Washburn de Tayí a Carupaity se faria em outras circumstancias, e por modo muito diverso: seria breve, commoda e segura. O Sr. Washburn teria de passar como neutro e amigo, entretanto que o ex-ministro do Brasil na Assumpção teria de demorar-se forçosamente pelo interior de um paiz cujo governo acabava de declarar inesperadamente guerra ao Imperio e a annunciára por aquelles actos de inqualificavel sorpresa e violencia.

O segundo meio de transitio indicado pelo general em chefe das forças alliadas, ou o transitio do Sr. Washburn em navio brasileiro até Carupaity, era uma prova de deferencia para com o agente diplomatico dos Estados-Unidos, e não pôde ser considerado diversamente sem flagrante injustiça ás intenções do Sr. marquez de Caxias, e sem desconhecer-se a verdadeira situação dos belligerentes.

A divisão brasileira de seis encouraçados, que forçam a passagem de Humaitá em Fevereiro deste anno, já chegou até ao porto de Assumpção, e mais de uma vez tem cruzado até além do Tabicuary; em torno de Humaitá e em frente, do lado do Chaco ou margem direita do rio Paraguay, dominavam os alliados pela occupação effectiva de suas forças, e, pois, não haveria interesse algum para elles em mandar-se um navio brasileiro receber a seu bordo e transportar o Sr. Washburn, sob bandeira parlamentar, a não ser o interesse de testemunhar seus bons e insustentáveis desejos para com o governo dos Estados-Unidos.

O Sr. general Webb declara que não pôde, segundo as instrucções de seu governo, entrar no exame da questão de direito que envolve o transitio do Sr. Washburn através das linhas de bloqueio, de defesa e ataque dos alliados, e o abaixo assignado reconhece tambem por sua parte que deve abster-se dessa discussão, desde que não se trata de prohibir a passagem daquelle agente diplomatico, mas de concilia-lo com as necessidades indoclinaveis da guerra, a que os alliados foram provocados e que se esforçam por terminar o mais brevemente possivel de um modo honroso e justo.

O governo imperial não pôde nem quizera proceder em negocio que, como este, interessa seriamente a alliança, sem previo accordo com seus alliados; e, portanto, o abaixo assignado insistiria em que a presente emergencia fosse definitivamente resolvida no Rio da Prata, ou aqui depois de ouvidos os governos argentino e oriental, se não fôra, por um lado, a consideração de que não ha actualmente quem represente os Estados-Unidos junto áquelles governos, e por outro lado, as disposições igualmente amigaveis e deferentes para com os Estados-Unidos, que o abaixo assignado encontrou da parte do Sr. Juan E. Torrent, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da republica Argentina nesta corte.

De accordo com o Sr. Torrent, e na esperanza de que este accordo será justamente apreciado e aceito pelos governos alliados no Rio da Prata, o abaixo assignado passa a propôr ao Sr. general Webb uma solução que não pôde deixar de ser julgada satisfactoria, assim pelo governo dos Estados-Unidos como pelo seu representante acreditado junto á S. M. o Imperador.

O Sr. Washburn julgava impossivel que o presidente Lopez consentisse na passagem de um vapor brasileiro, sob bandeira parlamentar, para o fim inoffensivo já indicado, pois bem, o governo de S. M., por si e em nome de seus alliados, annuirá de bom grado a que o Sr. ministro dos Estados-Unidos desça em navio paraguayo, com bandeira parlamentar, até Curupaity, ou até ao posto mais avançado dos alliados, subindo o *Wasp* até este ponto para receber o agente diplomatico de sua nação.

Parcece que assim ficará removida a difficuldade material apontada pelo Sr. Washburn, havendo perfeita reciprocidade nas proposições amigaveis e justas que se manifestam por uma e outra parte, conciliam-se, em uma palavra, os direitos e necessidade suprema dos belligerantes com o transitio e regresso do representante dos Estados-Unidos.

Mas o governo imperial e seus alliados levaram ainda mais longe sua deferencia para com os Estados-Unidos, se os representantes destes nesta corte e na republica do Paraguay entenderem que não devem aceitar nenhum daquelles meios, ou que o regresso do Sr. Washburn só pôde effectuar-se commodamente e seguramente, indo o *Wasp* recebê-lo no lugar do seu embarque. Neste caso os alliados convirão em que o navio de guerra dos Estados-Unidos suba até áquelle porto e para aquelle fim, salvo alguma demora que possam exigir operações de guerra em acto de execução, e certos os nossos alliados de que assegura o Sr. general Webb, e elles nunca duvidaram, quanto á stricta observancia dos deveres de neutralidade por parte do dito navio e do representante da União na territorio inimigo.

O abaixo assignado espera que esta resolução, tomada pelo governo imperial de accordo com o representante da republica Argentina nesta corte, ha de ser benevolamente aceita pelos seus alliados, e parecerá aos olhos dos Srs. general Webb e Washburn e do seu governo como inequivoca prova de cordialidade com que os mesmos alliados não cessam de professar os mais amigaveis sentimentos para com o povo e governo dos Estados-Unidos.

O abaixo assignado aproveita esta oportunidade para renovar ao Sr. general Webb as seguranças de sua alta consideração.

Ao Sr. general James Watson Webb.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 17.

Nota da Legação dos Estados-Unidos da America ao governo imperial.

(Tradução.) Legação dos Estados-Unidos. —Boa-Viagem, 6 de Agosto de 1868.

O abaixo assignado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, tem a honra de accusar a recepção da nota de hontem, 5 de Agosto, que lhe dirigio S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos, do conselho de Sua Magestade o Imperador, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, em resposta á do abaixo assignado ao antecessor de S. Ex., datada em 13 de Julho ultimo, na qual representou contra a decisão do passado governo approvando o procedimento do marquez de Caxias quando negou-se a per-

mitir que o vapor *Wasp*, dos Estados-Unidos, passasse as suas linhas militares, em caminho para Assumpção, capital do Paraguay, com o fim de trazer daquella capital o Sr. Charles A. Washburn, ministro dos Estados-Unidos devidamente acreditado no Paraguay; e assim livra-lo e á sua familia do que o governo dos Estados-Unidos declarou ser « uma desagradavel e provavelmente perigosa situação. »

O abaixo assignado acha-se grandemente impressionado com o amigavel tom da nota de S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros e dirige-lhe seus sinceros agradecimentos pela maneira franca e leal pela qual condescendeu com os desejos do governo dos Estados-Unidos.

S. Ex. reconsiderando a meu precipitada resolução de seu antecessor, e reconhecendo a justiça e necessidade de acção por parte do governo dos Estados-Unidos para a retirada do seu agente diplomatico no Paraguay e o modo adoptado para essa retirada, deu mais outra e muito conveniente prova da parte do governo e Imperador do Brasil da sua resolução em retribuir, os amigaveis sentimentos que sempre guiaram o procedimento dos Estados-Unidos nas suas relações com todos os governos do continente americano.

Uma « politica americana », baseada na adiantada civilização do mundo, nos progressos da época e nos interesses e necessidades de novas nações em contraposição á politico, que é forçosamente filha do passado e manietada pela opinião e acção do tempo em que desportou, é reconhecida por todos os homens d'Estado americanos tanto do norte como do sul. E para assegurar aos governos da America os beneficios desta politica americana, é de principal importancia que o Brasil e os Estados-Unidos assim como todos os governos deste continente, que são todos constitucionaes, cultivem entre si as mais amigaveis relações e a mais estreita alliança politica compativel com as suas formas constitucionaes de governo.

A realização desta grande obra, e mais estreita união dos Estados-Unidos com o Brasil, tem sido o grande fim do abaixo assignado durante sua longa residência nesta corte, e elle tem a satisfação de reconhecer em a nota de S. Ex. a existencia de iguaes sentimentos e fins.

O contra-almirante Davis, commandante da esquadra americana do Atlantico Austral, nesta estação, expedio ordem ao tenente Kirkland, commandante do navio dos Estados-Unidos *Wasp*, para seguir immediatamente até Assumpção a fim de ir buscar o Sr. Washburn e sua familia; e seria ocioso que o abaixo assignado assegurasse a S. Ex. que, em nenhuma circumstancia ou eventualidade seria os interesses dos alliados em guerra contra o governo do Paraguay, contrariados, embaraçados de qualquer modo ou prejudicados pela viagem daquelle navio para Assumpção ou pelo seu regresso.

O abaixo assignado aproveita-se com prazer da presente occasião para renovar a S. Ex., a expressão de seu cordial respeito e alta consideração.

A S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos.

JAMES WATSON WEND.

Despacho do secretario d'Estado dos Estados-Unidos ao general Webb.

N. 18.

(Traducção.)—Departamento d'Estado.—Washington, em 17 de Agosto de 1868.

Senhor.—Foi recebido o vosso despacho n. 68 de 7 de Julho. Soube por esse despacho que o contra-almirante Davis, commandante da esquadra dos Estados-Unidos na estação dos mares meridionaes, mandou que o navio dos Estados-Unidos *Wasp* subisse o Parani para trazer o Sr. Carlos A. Washburn, ministro dos mesmos Estados e sua familia, d'Assumpção, capital do Paraguay, e por esse modo tira-los da sua embaraçosa e talvez perigosa situação; e que o Marquez de Caxias, commandante das forças alliadas, não consentio que o *Wasp* passasse pela sua linha de bloqueio para a Assumpção; voltando o *Wasp*, em consequencia desta recusa, para Montevideo, depois de uma demora de 47 dias, sem ter preenchido o objecto de sua viagem.

Ao vosso despacho acompanha uma cópia da nota, que em o 1.º de Julho ultimo dirigistes a S. Ex. o Sr. João Silveira de Souza, ministro e secretario d'Estado dos negocios estrangeiros de Sua Magestade o Imperador do Brasil, na qual vos queixastes do procedimento do Marquez de Caxias e pedistes que fosse elle desapproado, permitindo-se que o *Wasp* subisse sem demora para a Assumpção, a fim de conduzir o Sr. Washburn e sua familia. Encontro em um anexo a estes papeis, uma correspondencia relativa aos successos que foram a base de vossa nota ao secretario do Brasil. Nessa correspondencia acham-se cartas do contra-almirante Davis, do Sr. Kirkland, commandante do *Wasp*, do Sr. Carlos A. Washburn, ministro dos Estados-Unidos no Paraguay e do Marquez de Caxias. Recbi tambem do Sr. Noran, ultimamente encarregado de negocios dos Estados-Unidos em Londres, um telegramma do qual se evidencia que vós tinheis manifestado a intenção de pedir os vossos passaportes no caso de o governo do Brasil recusar-se ao pedido contido em vossa mencionada nota.

Encontro uma referencia a este ultimo ponto no vosso despacho de 8 de Julho n. 59, cuja recepção já foi anteriormente accusada. Vejo por este ultimo documento, que na occasião em que foi escripto nenhuma resposta tinheis recebido do secretario d'Estado dos negocios estrangeiros do Brasil á vossa nota, e que no caso de ser ella desfavoravel, tinheis a intenção de pedir um passaporte e de vos retirardes immediatamente do Brasil. O grave e critico successo, que, ao que parece, estava ainda pendente, quando escrevestes o vosso despacho, provavelmente já terá tido uma solução; muitos dias porém podem decorrer antes que este governo tenha conhecimento official dessa solução. Em tais circumstancias

ser-nos-hia impossível dar-vos instruções definitivas sobre o modo de proceder no caso de ser sancionado pelo governo brasileiro o procedimento do Marquez de Caxias; nem me julgo autorizado, ou é necessário á vista de informações não authenticas, como as que temos, preferirmos o juizo do governo relativamente á vossa intenção de pedir passaporte e o consequente encerramento de vossa missão no Rio.

Julga-se, porém, não ser nem improprio nem prematuro o tomar-se em consideração os diversos assumptos relativos ao *Wasp*, que são expressamente relacionados em vossa despatch. Approva-se o procedimento do contra-almirante Davis, de mandar que o *Wasp* subisse o Paraná até á Assumpção para o fim indicado.

Este governo sustenta que tem o direito de mandar um navio de guerra pelo Paraná acima á Assumpção, com o fim de receber a seu bordo o ministro dos Estados-Unidos e sua família, e de retira-los da scena do bloqueio e da guerra, para territorio ou aguas neutras; que a recusa do Marquez de Caxias em consentir que o *Wasp* passasse para a Assumpção viola a conveniente cortezia da parte do Brasil e das alliadas para com os Estados-Unidos, e está em contra-venção á lei das nações; que os Srs. Washburn e commandante Kirkland com justiça e propriamente declinaram das alternativas offerecidas pelo Marquez de Caxias. São approvados e adoptados os pedidos feitos em vossa nota ao secretario d'Estado dos negocios estrangeiros do Brasil.

Se ao receberdes este despatch ainda vos achardes no desempenho de vossos deveres officiaes, o leveis ao secretario dos negocios estrangeiros, e lhe entregareis uma cópia se elle a desejar ter.

Sou,

Sr. James Watson Webb,

Vosso obediente creado,

WILLIAM A. SEWARD.

Legação dos Estados-Unidos. — Boa Viagem, 2 de Setembro de 1868.

Cópia authenticca do despatch n. 233.

JAMES WATSON WEBB.

N. 19.

Protocollo, assignado em Buenos-Ayres, permitindo o transitio do vapor Wasp, que devia transportar o Sr. Washburn.

(Tradução.) Aos dezanove dias do mez de Agosto de 1868, na cidade de Buenos-Ayres e no ministerio de relações exteriores reuniram-se S. Ex. o Sr. Dr. D. Rufino de Elizalde, ministro e secretario de Estado de relações exteriores da republica Argentina. S. Ex. o Sr. Dr. D. Manuel Herrera y Obes, ministro de igual repartição da republica Oriental do Uruguay e plenipotenciario em missão especial, e o Sr. conselheiro Joaquim Thomaz do Amaral, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador do Brasil em missão especial nas duas mencionadas republicas, para tratar do ajuste, que, com o concurso do Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da republica Argentina e na fundada esperança de que seria acceto pelos governos argentino e oriental, celebrou no Rio de Janeiro o governo de Sua Magestade o Imperador do Brasil com o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos, e cujos termos constam da notã, que passou a este enviado em 11 de corrente mez S. Ex. o Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

Mediante esse ajuste ficou satisfactoriamente concluida a questão relativa ao transitio do vapor americano *Wasp*, que estava e está destinado a trazer do Paraguay o ministro dos Estados-Unidos Sr. Carlos A. Washburn e sua familia.

S. Ex. o Sr. Dr. D. Rufino de Elizalde o S. Ex. o Sr. Dr. Manuel Herrera y Obes já tinham considerado o dito ajuste com pleno conhecimento de toda a correspondencia relativa á materia, resultando então entre os tres senhores hoje reunidos um accordo verbal, em virtude do qual e sem prejuizo de ser reduzido a escripto, attenta a urgencia do caso, foi o commandante em chefe interino dos exercitos alliados autorizado desde logo a proceder nos termos da citada nota de 11 de corrente.

Reconsiderado o assumpto, e procedendo, como antes, de inteira conformidade com os poderes de que se acham munidos, confirmaram os Srs. representantes dos governos argentino e oriental o pleno assentimento verbal que haviam dado ao referido ajuste, e concordaram com o Sr. ministro do Brasil em que se lavrasse o presente protocollo e delle se firmassem tres exemplares.

JOAQUIM THOMAZ DO AMARAL.

RUFINO DE ELIZALDE.

MANUEL HERRERA Y OBES.

Transito das canhoneiras « Decidé, Ardita, Linnet, Velox e Cracker, » das marinhas de França, Italia e Gran-Bretanha.

N. 20.

Nota da legação de França na republica Argentina ao governo da mesma republica.

(Tradução) Legação de França. — Buenos-Ayres, 22 de Agosto de 1868.

Senhor ministro. — V. Ex. sabe que a legação do Imperador, desde que mandou o Sr. Couverville á Assumpção, acha-se na impossibilidade de communicar com elle. V. Ex. teve a bondade de enviar alguns despachos, que eu dirigia a esse agente, ao Sr. general Gelly y Obes affirm de encamiaba-los ás suas mãos, é porém evidente que o Sr. commandante das forças argentinas não pôde fazer isto, pois que esses despachos estão em seu poder.

Nestas circumstancias e, como, em consequencia das vantagens obtidas pelo exercito alliado, desapareceu o obstaculo que estorvava a navegação do rio Paraguay, desejo confiar ao commandante da canhoneira da marinha imperial *Decidé* o encargo de pôr-se em communicação directa com nosso agente consular em Assumpção. As instrucções, que tenciono dar ao Sr. tenente de navio Vignes, lhe impoñi a obrigação de assegurar a entrega ao Sr. de Couverville dos despachos e correspondencia, que, ha alguns mezes, as ordens do governo do Imperador me prestavam que lhe remetta, e de informar-se ao mesmo tempo sobre a protecção que esse agente e seus nacionaes estejam no caso de reclamar e elle mesmo possa conceder-lhe.

Apresso-me, Sr. ministro, a pôr no conhecimento de V. Ex. esta minha intenção, na confiança de que o governo argentino, conhecendo o objecto da missão confiada ao commandante da *Decidé*, estará disposto a facilitar por meio de seus bons officios a realização dessa missão, em qualquer ponto em que se achem as operações militares no rio Paraguay quando o dito commandante alli chegar.

Tambem pedirei a V. Ex. que rogue ao Sr. general Gelly y Obes queira entregar ao Sr. Vignes os despachos desta legação que não tem podido ser enviados ao Sr. de Couverville.

Apresso-me a renovar ao Sr. ministro as seguranças de meus sentimentos de alta consideração.

A S. Ex. o Sr. de Elizalde, ministro das relações exteriores.

LEON NOEL.

N. 21.

Nota da legação da Itália na república Argentina ao governo da mesma república.

(Tradução.) Legação de Itália.—Buenos-Ayres, 26 de Agosto de 1868.

Senhor ministro.—O desejo de pôr-me em relação com o consel italiano no Paraguay, a necessidade de fazer-lhe chegar as communicações do governo do Rei e as instruções exigidas pela condição dos numerosos súbditos italianos estabelecidos nesse país, decidem-me a ordenar ao commandante da canhoneira a vapor *Arctica*, que vá á Assumpção no navio de seu commando.

Recorre nesta occasião aos bons officios de V. Ex. assim de que este navio da marinha real não encontre obstaculo no cumprimento de sua missão, e ficaria agradecido a V. Ex. se tivesse a bondade de obter que os generaes dos exercitos alliados recebessem instruções para esse fim.

Aproveito esta occasião, etc.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Rufino de Elizalde, ministro de relações exteriores.

J. JOANNINI.

N. 22.

Nota da legação de S. M. Britannica na república Argentina ao governo da mesma república.

(Tradução.) Legação de S. M. Britannica.—Buenos-Ayres, 27 de Agosto de 1868.

Sr. ministro.—Tenho a honra de informar a V. Ex. que tencio mandar o Sr. Gould, primeiro secretario desta legação, ao governo do Paraguay em commissão exclusivamente relativa a interesses britannicos, e que elle partirá d'aqui a bordo de um vapor mercante para Humaitá sabbado proximo 29 do corrente. Chegando áquelle lugar passará para a canhoneira *Lionel* de Sua Magestade, e, depois de entender-se com o commandante das forças alliadas, decidirá se lhe convém, ou não, seguir a bordo daquella canhoneira para Assumpção.

Estou convencido de que, se o Sr. Gould quizer continuar sua viagem na *Léonet*, V. Ex. terá a bondade de pedir aos commandantes alliados que para isso lhe dêem todas as facilidades possíveis.

Posso acrescentar que em tal caso a *Léonet* voltará a uma posição conveniente na retaguarda das esquadras alliadas, logo que isto lhe for possível e depois que o Sr. Gould concluir a sua commissão.

Aproveito esta oportunidade para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Rufino do Elizalde.

G. STUART.

N. 23.

(Tradução.) *Protocollo acerca do transito da Decidée.*

Tendo se reunido na secretaria do ministerio de relações exteriores os Ex.^{mas} Srs. Dr. D. Rufino de Elizalde, ministro e secretario de Estado dessa repartição da republica Argentina, Dr. D. Manoel Herrera y Obes, ministro de relações exteriores da republica Oriental do Uruguay e seu plenipotenciario em missão especial, e conselheiro Joaquim Thomaz do Amaral, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador do Brazil, para tomar em consideração a nota de 22 do corrente dirigida ao governo argentino pela legação de Sua Magestade o Imperador dos Franceses sobre o transito da canhoneira da marinha imperial *Decidée*, nota que tinha sido communicada pelo governo argentino aos Ex.^{mas} Srs. Dr. Herrera e Amaral, depois de manifestadas algumas idéas, concordaram em que o governo argentino respondesse nos seguintes termos:

Senhor ministro.—O governo argentino em virtude do exposto por V. Ex. em sua nota de 22 do corrente, que teve a honra de receber, solicitou o accordo do seus alliados para a resolução deste negocio e lhe é grato dizer a V. Ex. em resposta que os governos alliados, na guerra com o do Paraguay, desejando fazer em obsequio ao governo de Sua Magestade o Imperador dos Franceses quanto seja compativel com seus graves interesses e direitos de belligerantes, ordenam aos generaes de suas forças que permitam o transito da canhoneira da marinha imperial *Decidée*, uma vez que queira effectua-lo em momento que, no juizo dos generaes alliados, não prejudique as operações da guerra.

Porém, para que esta concessão não possa produzir males, que, como belligerantes, não poderiam consentir que resultassem de um acto de deferencia e ami-

zade, esperem que V. Ex. dará as instrucções necessarias para que esta canho-neira regresso no prazo mais curto possível e bastante ao unico objecto de entregar e receber a correspondencia do seu governo, porque a sua demora além desse prazo teria um alcance em que os alliados não poderiam consentir.

O governo argentino tambem dará por sua parte os ordens, que S. Ex. so-licita, sobre a remessa da correspondencia que existe em poder de S. Ex. o Sr. general Gelly y Obes.

Aproveito esta oportunidade para reiterar a V. Ex. a expressão de minha maior consideração e alto apreço.

RUFINO DE ELIZALDE.

E, concordos nisto, assignaram em Buenos-Ayres a 25 do Agosto de 1868.

JOAQUIM THOMAZ DO AMARAL.

MANUEL HERRERA Y OBES.

RUFINO DE ELIZALDE.

N. 24.

(Tradução.) *Protocollo acerca do transito da Arditá.*

Tendo-se reunido na secretaria do ministerio de relações exteriores os Ex.^{tas} Srs. Dr. D. Rufino de Elizalde, ministro e secretario de Estado dessa repartição da republica Argentina, Dr. D. Manuel Herrera y Obes, ministro de relações exteriores da republica Oriental do Uruguay e seu plenipotenciario em missão especial, e conselheiro Joaquim Thomaz do Amaral, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil para tomar em consi-deração a nota de 26 do corrente, dirigida ao governo argentino pela legação de S. M. o Rei de Italia sobre o transito da canhozeira da marinha real *Ardita*, a qual nota tinha sido communicada pelo governo argentino aos Ex.^{tas} Srs. Dr. Herrera e Amaral, depois de manifestadas varias idéas, concordaram em que o governo argentino respondesse nos termos seguintes:

Sr. encarregado de negocios.— O governo argentino em virtude de exposto por V. S. em sua nota de 26 do corrente, que teve a honra de receber, solicitou o accôrde de seus alliados para a resolução deste negocio, e lhe é grato dizer a V. S. em resposta que os governos, alliados na guerra com o do Paraguay, desejando fazer em obsequio ao governo de S. M. o Rei de Italia quanto seja compativel

com seus graves interesses e direitos de belligerantes, ordenam aos generaes de suas forças que permitam o transitto da canhoneira da marinha real *Arctica*, uma vez que quizer effectua-lo em momento que, no juizo dos generaes alliados, não prejudique as operações da guerra.

Porém, para que esta concessão não possa produzir males, que, como belligerantes, não poderiam consentir que resultassem de um acto de deferencia e amizade, esperam, que V. S. dará as necessarias instrucções para que esta canhoneira regresse no prazo mais curto possível e bastante ao unico objecto de entregar e receber a correspondencia do seu governo, porque a sua demora além desse prazo, teria um alcance em que os alliados não poderiam consentir.

Aproveita esta oportunidade para reiterar a V. S. a expressão da minha maior consideração e alto apreço.

RUFINO DE ELIZALDE.

E, conformes nisto, assignaram em Buenos-Ayres aos 27 de Agosto de 1868.

JOAQUIM THOMAZ DO AMARAL.

MANUEL HERRERA Y OBES.

RUFINO DE ELIZALDE.

N. 25.

(Tradução.) *Protocollo acerca do transitto da Linnæi.*

Tendo-se reunido na secretaria do ministerio de relações exteriores os Ex.^{mas} Srs. Dr. D. Rufino de Elizalde, ministro e secretario do Estado dessa repartição da republica Argentina, Dr. D. Manuel Herrera y Obes, ministro de relações exteriores da republica Oriental do Uruguay e seu plenipotenciario em missão especial, e conselheiro Joaquim Thomaz do Amaral, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil, para tomar em consideração a nota de 27 do corrente, dirigida ao governo argentino pela legação de S. M. Britannica sobre o transitto da canhoneira *Linnæi* da marinha de guerra Britannica, a qual nota tinha sido communicada pelo governo argentino aos Ex.^{mas} Srs. Dr. Herrera e Amaral, depois de manifestadas varias idéas, concordaram em que o governo argentino respondesse nos termos seguintes:

Sr. ministro.—O governo argentino em virtude do exposto por V. Ex. em sua nota de 27 do corrente, que teve a honra de receber, sollicito e accedo de

seus alliados para a resolução deste negocio, e lhe é grato dizer a V. Ex. em resposta que os governos alliados na guerra com o do Paraguay, desejando fazer em obsequio ao governo de S. M. Britannica quanto seja compativel com seus graves interesses e direitos de belligerantos, ordenam aos generaes de suas forças que permittam o transito da canhoneira de guerra britannica *Lionet*, uma vez que quizer effectua-lo em momento que, no juizo dos generaes alliados, não prejudique as operações da guerra.

Porém, para que esta concessão não possa produzir males, que, como belligerantes, não poderiam consentir que resultassem de um acto de deferencia e amizade, esperam que V. Ex., como o annuncia, dará as instruções necessarias para que esta canhoneira regressse no prazo mais curto possivel e bastante ao objecto de levar e trazer o Sr. Gould, primeiro secretario da legação de Sua Magestade e ao desempenho da sua missão, porque a sua demora além daquelle prazo teria um alcance, em que os alliados não poderiam consentir.

Aproveito esta oportunidade para reiterar a V. Ex. a expressão da minha maior consideração e alto apreço.

RUBIO DE EAZALDE.

E, concordos nisto, assignaram em Buenos-Ayres aos 28 de Agosto de 1868.

JOAQUIM THOMAS DO AMARAL.

MANUEL HERRERA Y ORES.

RUBIO DE EAZALDE.

N. 26.

Nota da legação italiana na republica Argentina ao governo da mesma republica.

(Tradução.) Legação de Italia, Buenos-Ayres, 23 de Setembro de 1868.

Senhor ministro.— Acabo de saber por carta do commandante da canhoneira da marinha real *Ardita* que S. Ex. o Marquez do Caxias, general em chefe interino dos exercitos alliados, impoz á partida desse navio uma larga demora, que poderá produzir os mais graves consequencias em prejuizo da segurança e interesses dos cidadãos italianos detidos no Paraguay.

Creio que V. Ex. não achará infundada a minha opinião, se eu afirmar que, no caso de não procederem os navios neutraes, a esquadra alliada, chegando antes

della onde sêr possível praticar algumas diligencias em favor dos individuos que esses navios são destinados a proteger, carecerá de objecto a missão delles.

Na presente occasião ao dever de amparar os direitos, que o governo italiano tem sempre sustentado, accresce um interesse de humanidade. Assim, pois, apesar do espirito de conciliação, de que creio ter dado provas, não posso deixar de manifestar a V. Ex. quão sensível surpresa terá o governo do Rei quando souber a resposta dada ao commandante da *Ardita* pelo general em chefe interino dos exercitos alliados.

Reitero agora as reservas, em virtude das quaes meu antecessor, o Sr. commandador Barbolani, sustentou todos os direitos do governo italiano em vista daquelles que os governos alliados attribuem a si mesmos a respeito do bloqueio fluvial; e tenho a honra de participar a V. Ex. que, impellido pelo dever de salvar a grave responsabilidade que recahiria sobre mim se não empregasse todos os meios ao meu alcance para acudir aos meus concidadãos estabelecidos no Paraguay, ordenei ao commandante da canhoneira *Ardita* que se ponha em marcha e não pare senão diante da intimação de força.

Reitero a V. Ex. as seguranças da minha maior consideração.

A S. Ex. o Sr. ministro das relações exteriores da republica Argentina, Sr. Dr. D. Rufino de Elizalde.

COSE DE JUANINI.

N. 27.

Nota da legação de Sua Magestade o Rei da Italia na republica Argentina ao governo da mesma republica.

(Tradução.) Legação de Sua Magestade o Rei da Italia.—Buenos-Ayres, 20 de Novembro de 1868.

Senhor ministro.—O commandante da canhoneira italiana *Vesce*, estacionada no Paraguay, faz-me saber em data de 10 deste mez que, tendo prevenido ao commandante em chefe das forças brasileiras da necessidade, em que estava, de ir á Angostura, mandou o Sr. marquez de Caxias, declarar-lhe por escripto que de então em diante não lhe permitiria o transito e que pela ultima vez poderia o navio italiano subir o rio.

A simples exposição deste facto bastará, estou certo, para que V. Ex. o aprecie em seu justo valor. Sem fallar de novo nas reservas feitas em todas as oc-

existes pelo governo italiano quanto ao bloqueio fluvial (reservas que é de meu dever sustentar), a missão de humanidade, que a *Veloce* desempenha actualmente, a stricta neutralidade observada pela Italia, as atenções mesmo que os officiaes Italianos não cessaram de ter todas as vezes que se tratou de transpôr as linhas dos belligerentes, me autorisariam a esperar que novas objecções não veriam juntar-se ás que foram feitas por occasião da primeira expedição de navios neutros ás aguas do Paraguay.

A recusa, que o Sr. marquez de Caxias oppõe á *Veloce* torna-se tanto mais pe-nível e injustificável quanto é certo que ella se dirige a um navio italiano, en-carrgado de uma missão humanitaria no momento, em que uma esquadra america-na remonta o rio sem obstaculo e com um fim tão humanitario como politico.

Não posso portanto deixar de chamar a attenção de V. Ex. para o ultimo pa-ragrapho da nota do meu antecessor de 23 de Setembro ultimo, que constitue a base das instrucções mandadas então ao commandante italiano, instrucções, que eu não me julgo autorizado a modificar.

Comprazo-me porém de esperar que V. Ex. em sua sabedoria quererá provocar immediatamente as medidas necessarias para que, se o marquez de Caxias ainda não levantou o seu interdicto, sejam expedidas aos commandantes das forças allia-das novas ordens, que ponham termo a um estado de cousa, cujas consequencias eu não poderei deixar de lamentar.

Aceitai, Sr. ministro, as seguranças da minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Mariano Varela, ministro dos negocios estrangeiros.

COSTE DE LA CAJON.

N. 28.

(Tradução.) *Protocollo acerca do transito da Veloce.*

Em Buenos-Ayres, a 23 de Novembro de 1868, reunidos na secretaria do mi-nisterio de relações exteriores S. Ex. o Sr. Dr. D. Mariano Varela, ministro e so-cretario de estado de relações exteriores, e S. Ex. o Sr. Antonio Pedro de Car-valhe Borges, ministro residente de Sua Magestade o Imperador do Brasil, encar-regado dos assumptos da missão especial na ausencia do Sr. conselheiro Joaquim Thomas do Amaral, para tomar em consideração uma nota de Sr. enviado extra-ordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade o Rei da Italia dirigida, com data de 20 do corrente, ao governo argentino relativa á passagem da canho-neira italiana *Veloce* além das linhas do bloqueio estabelecido no rio Paraguay; e

contando já com assentimento expresso do governo da república Oriental do Uruguay ao que nesta conferencia se determinasse, accordaram que o governo argentino respondesse á citada nota nos seguintes termos :

Senhor ministro.—Tive a honra de receber a nota de V. Ex. de 20 de corrente, na qual me faz saber que o Marquez de Caxias fez declarar por escripto ao commandante da canhoneira italiana *Vesce* que d'ahi por diante não lhe permitiria passar as linhas do bloqueio.

Esta prevenção que parece haver sorprendido a V. Ex. é sem embargo perfeitamente conforme a todos os precedentes estabelecidos sobre a passagem de navios neutraes pelas aguas bloqueadas do Paraguay, incluindo nestes antecedentes os de um navio de guerra de Sua Magestade o Rei da Italia.

Em 26 de Agosto do corrente anno, o digno predecessor de V. Ex. dirigio uma nota a este ministerio fazendo presente que, necessitando pôr-se em relações com o consal da Italia no Paraguay tinha ordenado ao commandante da canhoneira *Ardita* se dirigisse á Assumpção com o navio de seu commando e pedindo, em consequencia, se dássem instrucções aos chefes das forças alliadas afim de que aquelle navio da marinha real não encontrasse obstaculos em seu transito. O governo argentino pôde-se então de accordo com os governos alliados, e se expediram ordens aos chefes de suas forças afim de que deixassem passar a canhoneira *Ardita* sempre que seu commandante resolvesse subir em momentos de não entorpecer as operações da guerra. Na nota do ministro argentino, de 27 de Agosto, se recommendava além disso ao Sr. encarregado dos negocios de Sua Magestade o rei da Italia, que dásse as ordens necessarias para que a canhoneira regressasse no mais breve tempo que fosse possivel e que bastasse para conseguir o objecto de sua viagem. Isto parece devidamente obtido, Sr. ministro, uma vez que, segundo consta da nota de V. Ex. a que tenho a honra de responder, as canhoneiras Italianas têm atravessado distinctas vezes as linhas do bloqueio. Por consequente a conducta do Sr. Marquez de Caxias nesta oportunidade, como quando demoreu a passagem da *Ardita* no tempo do predecessor de V. Ex., está conforme ao teor das instrucções que recebeu e foram communicadas ao Sr. conde Joannini, instrucções iguaes, por outra parte, ás que têm sido expedidas aos chefes das forças alliadas, por solicitação de todos os neutraes, cujos navios de guerra têm atravessado as linhas do bloqueio, como os de Sua Magestade Britannica, os de Sua Magestade o Imperador dos Francezes, e ultimamente os dos Estados-Unidos da America.

De todo modo o governo argentino, comprehendendo pela nota de V. Ex. que reputa conveniente aos interesses dos seus concidadãos e do seu governo que a canhoneira *Vesce* suba novamente as aguas do Paraguay, e desojando acceder a seus desejos, pôde-se de accordo com seus alliados, e nesta data se transmitem aos respectivos commandantes em chefe instrucções sufficientes para que não se pouhe obstaculo á sua passagem, sempre que esta não possa entorpecer qualquer operação bellica que estivesse em execução ou a ponto de executar-se.

Deixando assim respondida a nota de V. Ex., tenho a honra de reiterar-lhe os protestos de minha mais alta estimação.

Em fô do que os abaixo assignados assignam o presente protocollo a 23 de Novembro de 1868.

ANTONIO PEDRO DE CANTALHO BORGES.

MARIANO VARELA.

N. 29.

Nota do governo oriental ao governo argentino.

(Traducção.) Ministerio de relações exteriores. — Montevideo, 25 de Novembro de 1868.

Senhor ministro.—Tive a honra de receber a nota de V. Ex., datada de hontem, cobrindo cópia authentica do protocollo assignado por V. Ex. e o Sr. ministro brasileiro, relativo ao traziço da canhoneira italiana *Vesce* além das linhas do bloqueio estabelecido pela esquadra alliada nas aguas do Paraguay.

Esta communicação foi levada ao conhecimento de S. Ex. o Sr. presidente da republica, o qual encarregou-me de dizer a V. Ex. em resposta que, tendo dado o seu assentimento ao accordo, que devia celebrar-se entre V. Ex. e o Sr. ministro brasileiro sobre este assumpto, cumpre agora o dever de approvar por sua parte e inteiramente o que nelle se fez, expedindo nesta data ao Sr. chefe da divisão Oriental no Paraguay as ordens necessarias para o devido cumprimento do que se resolveu no referido protocollo.

Com este motivo reitero a V. Ex. as seguranças da minha maior consideração.

A S. Ex. o Sr. Dr. D. Mariano Varela.

A. ROSSETIZ CADALFERO.

Transito da canhoneira inglesa a Cracker.

N. 30.

Nota da legação britannica ao governo argentino.

(Tradução.) — Buenos-Ayres, 10 de Dezembro de 1868.

Sr. ministro.—Tendo occasião de entrar em communicação com o governo do Paraguay sobre assumptos exclusivamente relativos aos interesses britannicos, e havendo sido posta de minhas ordens para esse fim a canhoneira de S. M. *Cracker*, estou convencido que V. Ex. terá a bondade de pedir aos generaes em chefe das forças alliadas se sirvam prestar toda a facilidade ao commandante Fawkes da dita canhoneira, para que possa levar ao cabo a commissão de que foi encarregado.

Aproveito esta oportunidade para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Mariano Varela, ministro de relações exteriores.

W. STUART.

N. 31.

Protocollo acerca do transito da Cracker.

Em Buenos-Ayres a 10 de Dezembro de 1868, reunidos no ministerio de relações exteriores, S. Ex. o Sr. Dr. D. Mariano Varela, ministro e secretario d'Estado no dito departamento, e S. Ex. o Sr. Antonio Pedro de Carvalho Borges, ministro de Sua Magestade o Imperador do Brasil, para deliberar sobre a resposta que se devia dar por parte dos alliados a uma nota de S. Ex. o Sr. Guilherme Stuart, ministro de S. M. Britannica, em que pede se conceda que a canhoneira inglesa *Cracker* possa passar além das linhas do bloqueio estabelecido no rio Paraguay, e contando com o prévio assentimento expresso do governo da republica Oriental do Uruguay, concordaram em que o governo argentino respondesse ao Sr. Stuart nos termos seguintes:

Sr. ministro.—O meu governo, depois de pôr-se de accordo com seus alliados relativamente ao assumpto da nota, que V. Ex. me fez a honra de escrever-me em 8 do corrente meza, me encarrega de responder-lhe que pelo correio do dia 12 se expediram as ordens necessarias afim de que os chefes dos exercitos de suas nações não ponham obstaculo á passagem da canhoneira *Cracker* sempre que em seu juizo não entorpeça esta passagem qualquer operação de guerra que esteja em execução ou a ponto de executar-se.

Reitero a V. Ex. com este motivo as seguranças de minha mais alta e distincta consideração.

Em 16 de que assignaram e sellaram este protocollo em Buenos-Ayres, a 10 de Dezembro de 1868.

(L. S.)

ANTONIO PEDRO DE CARVALHO BORGES.

(L. S.)

MARIANO VARELA.

Transito do ministro americano, general Mac-Mahan, para Assumpção.

N. 32.

Nota da legação dos Estados-Unidos da America ao governo argentino.

(Tradução.) Legação dos Estados-Unidos. — Buenos-Ayres, 10 de Novembro de 1868.

Tenho a honra de informar a V. Ex. que chegou a esta cidade o general W. T. Mac-Mahan, ministro residente dos Estados-Unidos acreditado junto a república do Paraguay, o qual segue para Assumpção, capital da dita república; e, afim de evitar demoras na continuação da viagem para seu destino, «tenho ordem de verificar» se os obstáculos militares ao seu transito pelo rio até o ponto dos seus deveres officiaes foram e estão agora removidos «pelo governo da república Argentina e na sua parte.

Poco a V. Ex. que me desculpe, si, mencionando ausentar-me desta cidade por alguns dias, solicito breve resposta a esta pergunta.

Correspondendo cordialmente á consideração com que V. Ex. me honra, e rogando-lhe que aceite a segurança da minha maior estima, tenho a honra de ser,

Exm. Sr. D. Mariano Varela, ministro dos negocios estrangeiros,

vosso obediente creado,

H. G. WESTINGHOUSE.

N. 33.

Protocollo acerca do transito do general Mac-Mahan.

Aos 13 dias do mez de Novembro de 1868, reuniram-se na cidade de Buenos-Ayres no ministerio de relações exteriores, SS. EEx. o Sr. Dr. D. Mariano Varela, ministro e secretario de Estado dessa repartição, e o Sr. conselheiro Joaquim Thomas de Amaral, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil em missão especial, afim de tomar em consideração uma nota que o Sr. Worthington, ministro residente dos Estados-Unidos da America dirigio ao governo argentino a respeito do transito para Assumpção do Sr. general Mac-Mahan, ministro residente dos referidos Estados na republica do Paraguay; e, tendo presente o prévio assentimento do governo oriental, que assim o prestou pela impossibilidade em que se acha de fazer-se representar sem demora nesta conferencia, concordaram em que o governo argentino responda á referida nota nos termos seguintes:

Senhor ministro. — O governo argentino solicita o accordo de seus alliados para a resolução do assumpto, de que trata a nota que V. Ex. fez-me a honra de dirigir em data de 10 do corrente mez, e tem a satisfação de dizer em resposta a V. Ex. que os governos alliados ordenam aos generaes de suas forças respectivas, que não ponham obstaculo ao transito do Sr. general Mac-Mahan, salvo se tiverem necessidade de demora-lo no interesse de operações de guerra em acto de execução, como se declarou no recente caso do vapor Wasp. Os governos alliados persuadem-se que o Sr. general Mac-Mahan, comprehendendo a importancia daquellas operações e os interesses que dellas dependem, contribuirá por sua parte para que ellas não soffram embargo.

Aproveito esta oportunidade para reiterar a V. E. a expressão da minha mais alta consideração.

JOAQUIM THOMAS DE AMARAL.

MARIANO VARELA.

Communição entre o commandante do vapor americano «Wasp» e o general Mac-Mahon

Correspondência a esse respeito.

N. 34.

Officio do commandante do vapor Wasp ao commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay.

(Tradução.) Navio dos Estados-Unidos Wasp.—Porto de Assumpção, no Paraguay, em 21 de Fevereiro de 1869.

Senhor. — Tenho a honra de dar-vos conhecimento da minha chegada junto ao vosso quartel-general com o fim de corresponder-me com S. Ex. o Sr. general Mac-Mahon, ministro residente dos Estados-Unidos no Paraguay, e para solicitar que extendais ao meu encarregado de despachos o favor usual da passagem pelas vossas linhas militares; bem como uma bandeira parlamentar, com uma escolta, para acompanhá-lo até chegar aos primeiros piquetes paraguayos.

Peço também que, se os despachos para o general Mac-Mahon entregues a S. Ex. o Sr. Marquez de Caxias pelo commandante do navio dos Estados-Unidos *Kanas*, em 14 de Fevereiro ultimo, não foram encaminhados, sejam-me elles devolvidos.

Tenho a honra de ser, de V. Ex.,

Excm. Sr. Guilherme Xavier de Souza, general em chefe de todas as forças brasileiras em operações contra o governo do Paraguay,

o mais obediente servidor,

W. A. KIMCLAND, commandante.

N. 35.

*Officio do commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay
- ao commandante do vapor Wasp.*

Quartel-general do commando em chefe do exercito do Brasil em operações contra
o Paraguay.—Assumpção, 23 de Fevereiro de 1869.

Sr. commandante.—Tive a honra de receber a vossa nota de 21 do corrente, pela qual me noticiais vossa chegada junto ao meu quartel-general para o fim de communicar com o Sr. general Mac-Mahon, ministro residente dos Estados-Unidos da America junto á república do Paraguay.

Nessa nota solicita o Sr. commandante Kirckland que o general em chefe do exercito do Brasil em operações contra o Paraguay conceda a um portador de despachos para o dito Sr. ministro a cortesia usual de uma passagem através das linhas militares dos alliados, e uma bandeira de parlamentario com uma escolta para acompanhar o dito portador de despachos até aos mais proximos piquetes paraguayos. Solicita, outrossim, o Sr. commandante Kirckland, que lhe sejam devolvidos, se não foram ainda transmitidos ao Sr. general Mac-Mahon, os despachos entregues a S. Ex. o Sr. marquez de Caxias no dia 14 de Fevereiro ultimo (alias 14 de Janeiro ultimo).

Em resposta cabe-me declarar ao Sr. commandante que os despachos, cuja devolução pede, se acham ainda na secretaria deste quartel-general, e ora lhe são remetidos, como deseja, porque não houve occasião de fazê-los chegar ao seu destino, não tendo S. Ex. o Sr. marechal marquez de Caxias noticia alguma official do Sr. ministro dos Estados-Unidos depois da victoria dos alliados em Lombas Valentinas. Enquanto ao transito do portador de despachos para o Sr. general Mac-Mahon, acompanhado por uma escolta dos exercitos alliados com bandeira parlamentar, até aos proximos piquetes paraguayos, é negocio que eu não podia resolver senão de accordo com os generaes alliados. Já habilitado por este accordo, cabe-me responder ao Sr. commandante que, posto seja sempre grato aos generaes alliados dar provas de deferencia aos representantes das nações amigas, como julga que o têm demonstrado, todavia no presente caso não podem elles satisfazer ao pedido do Sr. commandante pelas razões que passo a expôr, e que serão justamente apreciadas, eu o espero, pelo Sr. commandante Kirckland.

Nas circumstancias actuaes é necessidade da guerra, e dever imperioso dos generaes alliados sitiar completamente o inimigo, que depois de vencido moral e

materialmente em todos os seus entronchoamentos do litoral, foi refugiar-se pelo interior do territorio paraguayo, com o fito de prolongar os grandes sacrificios dos Estados alliados nesta trabalhosa campanha á que foram por elle provocados.

As novas operações que os exercitos alliados vão pôr sem demora em execução para levar esta guerra ao seu fim legitimo e beneficio de toda a humanidade, exigem, como bom o comprehenderá o Sr. commandante Kirkland, que se prive o inimigo de toda a communicação com o exterior por mais attendivel que seja o motivo da excepção que se pretenda e por mais respeito que mereçam os transeuntes que queiram dirigir-se de um a outro campo. A esta razão capital accresce que os generaes alliados não têm noticia do lugar em que se acha o Sr. ministro dos Estados-Unidos, e que as forças alliadas estão ainda muito distantes da posição em que se presume ter o general Lopez procurado refugio.

Em taes circumstancias seria moral e materialmente impossivel que os generaes alliados expusessem a dignidade de suas bandeiras e as vidas de alguns de seus camaradas, enviando ao inimigo uma escolta para conduzir despachos ao Sr. general Mac-Mahon, cuja permanencia no territorio paraguayo nem ao menos consta de uma maneira certa aos mesmos generaes alliados.

Concluo, portanto, manifestando ao Sr. commandante Kirkland que muito sinto não poder nesta occasião comprizer aos desejos dos agentes de um governo amigo como é o dos Estados-Unidos, e assegurando-lhe que os seus desejos serão satisfeitos por mim, como pelos generaes meus collegas, logo que cessarem os motivos que ora se oppõem a esse acto de cortesia e amizade para com o governo dos Estados-Unidos da America.

Aproveito a occasião para offerecer ao Sr. commandante Kirkland os protestos de minha alta consideração.

Ao Illm. Sr. W. A. Kirkland, commandante do Wasp.

GUILHERME XAVIER DE SOUZA.

N. 36.

Officio do commandante do Wasp ao commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay.

(Tradução.) Bordo do vapor dos Estados-Unidos *Wasp*. — Assumpção, Paraguay, 25 de Fevereiro de 1869.

Senhor. —Tenho a honra de accusar o recebimento dos despachos que o commandante do vapor dos Estados-Unidos *Kansas* deixára a S. Ex. o Sr. marquez de Caxias afim de serem encaminhados ao major general Mac-Mahon, ministro residente dos Estados-Unidos no Paraguay, e que ainda se achavam em poder de V. Ex.

Recebi outrossim a communicação de V. Ex. de 23 do corrente mez, negando ao meu portador de despachos passagem pelas linhas militares dos alliados, e a bandeira parlamentar com escolta, que eu requisitára na minha carta de 21 do mesmo mez, e é de lastimar a intenção de privar o governo dos Estados-Unidos de communicar-se com o seu ministro residente no Paraguay até que a guerra seja levada a um termo legitimo e benéfico para toda a humanidade, pois parece ser imperioso dever dos generaes alliados siliarem completamente o inimigo, o qual offende tão pouco aos interesses de outros que prolonga os grandes sacrificios das nações alliadas em sua difficilissima campanha, fortificando-se elle mesmo no interior do Paraguay, depois de ter sido moral e materialmente conquistado em todas as suas fortificações pela margem do rio

Difficilmente se comprehende que os generaes alliados não saibam com certeza o ponto do territorio paraguayo em que reside o general Mac-Mahon, ministro residente dos Estados-Unidos junto ao respectivo governo, visto como o marquez de Caxias, antecessor de V. Ex., informára officialmente os officiaes de marinha dos Estados-Unidos, mandados a conferenciar com elle, que havia recebido uma carta do general Mac-Mahon pedindo-lhe que recebesse e lhe encaminhasse os seus despachos.

Devo igualmente chamar a attenção de V. Ex. para este facto: que, depois da occupação da cidade da Assumpção pelo exercito brasileiro, a casa, outr'ora habitada pela legação dos Estados-Unidos, foi devastada, sendo varios cofres, alguns sellados, abertos á força e subtrahido o seu conteúdo; e tambem que o archivo official da legação foi removido. E rogo a V. Ex. que expeça ordem a todas as pessoas sob seu commando afim de que me sejam restituídos, a bordo deste navio,

todos os objectos pertencentes á legação dos Estados-Unidos que estejam actualmente em poder dessas pessoas.

Tenho a honra de ser,

Exm. Sr. marechal Guilherme Xavier de Souza, commandante em chefe do exercito brasileiro em operações contra o governo do Paraguay,

Vosso obediente servo,

W. A. KIRCKLAND, commandante.

N. 37.

Officio do commandante do vapor Wasp ao commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay.

(Tradução.) Bordo do vapor dos Estados-Unidos Wasp.—Assumpção, Paraguay, 2 de Março de 1869.

Senhor.—Compre-mo chamar a attenção de V. Ex. para o facto de não haver eu recebido resposta á minha communicação de 23 do mez ultimo, relativa á propriedade e papeis subtrahidos da legação dos Estados-Unidos depois da occupação desta cidade pelo exercito brasileiro.

Levo tambem ao vosso conhecimento, que segundo ordens recebidas, devo empregar *todos os esforços possiveis* para communicar com o general Mac-Mahon. Devo igualmente chamar vossa attenção para a informação, que os generaes alliados tem, isto é, que o dito general Mac-Mahon, ministro dos Estados-Unidos no Paraguay, acha-se dentro das linhas fortificadas do marechal Lopez, mas não ignoramos se voluntariamente ou compellido pelo marechal paraguayo.

Nenhum despacho do general Mac-Mahon tem sido recebido depois do dia 12 de Dezembro de 1868, em que elle desembarcou no Paraguay, e é, portanto, de supôr que elle está privado de communicar-se e que não procede livremente.

Se os movimentos alliados, do que fallais na vossa carta de 23 do mez ultimo, tornarem-se em ataque contra as trincheiras paraguayas, poderá o ministro dos Estados-Unidos vêr-se exposto pessoalmente a um insulto ou damno, ou a ambas as cousas; e, assim, é meu vehemente desejo informá-lo immediatamente da probabilidade de tais acontecimentos, para que elle, se for possivel, se tire de tão delicada situação.

Devo portanto pedir-vos que me informeis com brevidade sobre a posição e extensão das linhas militares dos brasileiros sob vosso commando, além de que,

sendo possível, eu communique com o general Mac-Mahon sem passar pelas ditas linhas nem perturbar os planos dos generaes alliados.

Tenho a honra de ser,

Ex.^{ma} Sr. marechal Guilherme Xavier de Souza, commandante em chefe do exercito brasileiro em operações contra o Paraguay,

vossa obediente creado,

W. A. KIRKLAND, commandante.

N. 38.

*Officio do commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay
a respeito especial do Brasil no Rio da Prata.*

Commando em chefe interino do exercito brasileiro em operações contra o governo do Paraguay. — Quartel general em Assumpção, 5 de Março de 1869.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. — Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. a cópia inclusa da resposta por mim dada ás notas que em 25 do proximo passado e 2 do corrente me dirigio o commandante da canhoneira americana *Wasp*, e bem assim a da informação prestada pelo coronel Hermes Ernesto da Fonseca, sobre a violação da casa em que esteve a legação norte-americana, a qual na primeira daquellas notas attribue o mesmo commandante ás forças brasileiras.

Deus guarde a V. Ex.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

GUILHERME XAVIER DE SOUZA.

N. 39.

Officio do commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay ao commandante do Wasp.

Commando em chefe do exercito do Brasil em operações.—Assumpção,
3 de Março de 1869.

Sr. commandante.—Recchi no devido tempo as vossas notas de 25 do mez ultimo e 2 do corrente, nas quaes vos referis á resposta que dei ao vosso pedido de 21 do dito mez proximo passado.

Nestas notas tratais ainda de vossa projectada communicação com o Sr. general Mac-Mahon, e de uma especie inteiramente nova e distincta, a saber, de destino que tiveram certos objectos que existiam, ou suppondes que existiam, na casa onde habitou o Ex.^{ma} ministro dos Estados-Unidos d'America junto á república do Paraguay.

Como este negocio é por sua natureza distincto do outro que foi o assumpto de vossa nota de dia 21 e da minha resposta de dia 23, me permittilreis que delle trate separadamente, limitando-se a presente resposta unicamente ao vosso desejo de remessa de despachos, e immediata communicação com o Sr. ministro dos Estados-Unidos.

Em a nota de 25 dizeis que a intenção por mim manifestada é privar o governo dos Estados-Unidos de communicar-se com o seu ministro no Paraguay, até que a guerra seja levada ao seu fim legitimo e benéfico para toda a humanidade. Em seguida observais que é difficil comprehender, como a residencia do Sr. general Mac-Mahon, ministro dos Estados-Unidos, no territorio paraguayo, não é bem conhecida dos generaes alliados, quando meu predecessor, o Sr. Marquez de Caxias, informou a officiaes da marinha de guerra dos Estados-Unidos, enviados a fallar com elle, que recebera uma carta do Sr. general Mac-Mahon requisitando que recebesse o lhe enviasse seus despachos.

Antes de considerar o que sobre este mesmo assumpto contém a nota de 2 do corrente, contestarei o que acima fica extractado da de 25 do mez ultimo. Eu não disse que só depois de terminada a guerra poderiam os generaes alliados annuir ao pedido do Sr. commandante Kirkland, declarei-lhe que o momento não era opportuno para que elles facilitassem qualquer communicação com o inimigo, e muito menos para que enviassem ao lugar em que se presume achar-se o Sr. general Mac-Mahon uma escolta dos exercitos alliados com bandeira de parlamento.

Deprehendo-se facilmente de minha resposta, se não está nella bem expresso, que, aproximando-se as forças alliadas das posições inimigas, a remissão dos despachos do Sr. general Mac-Mahon poderá, provavelmente, ter lugar sem perigo para es portadoras, e sem prejuizo do bom exito das operações de guerra dos alliados. Enão é mesmo natural que venha para esse fim algum parlamentar do campo inimigo, enviado pelo Sr. ministro dos Estados-Unidos, se este alli se acha como affirma o Sr. commandante Kirkland.

Os generaes alliados desejam comprazer ao pedido que lhes é feito em nome do governo dos Estados-Unidos, mas não podem prestar-se já a esse acto, porque o julgam imprudente e incompativel com as necessidades imperiosas da guerra, cuja terminação lhes cumpre accelerar.

É difficil para o Sr. commandante comprehender como os generaes alliados não têm certeza da residencia do Sr. general Mac-Mahon no territorio paraguay, quando o Sr. marquez de Caxias, meu predecessor, declarou ter recebido uma carta daquelle ministro na qual este lhe requisitava que recebesse e lhe enviasse seus despachos.

Permitta-me Sr. commandante observar-lhe que o facto daquelle carta não dava certeza da permanencia, até hoje do Sr. ministro Mac-Mahon no territorio paraguay, e muito menos do lugar de sua residencia. A carta, se bem me recorde, annunciava que viria um navio de guerra com despachos e pedia que não se puzesse embaraço ao tráfego deste. Não dizia para onde seguia o Sr. general Mac-Mahon, nem o Sr. marquez de Caxias se comprometteu a remetter-lhe os despachos onde quer que se achasse o dito Sr. ministro. Era mesmo natural que meu predecessor esperasse encontrar-se nesta capital com o representante diplomatico dos Estados-Unidos.

Não pôde, pois, causar admiração que os generaes alliados não saibam ao certo onde se acha o Sr. general Mac-Mahon. Assim como tambem não admira a incerteza que manifesta o Sr. commandante Kirkland, quando limita-se a declarar aos generaes alliados em sua nota de 2 do corrente, que o Sr. ministro dos Estados-Unidos está dentro das linhas fortificadas do marechal Lopez.

Considerarei agora o que expõe o Sr. commandante em sua ultima nota. Diz o Sr. Kirkland que não sabe se o Sr. ministro dos Estados-Unidos está no acampamento do marechal Lopez por sua livre vontade ou por violencia do mesmo marechal.

Com surpresa leio esta declaração em a nota do Sr. commandante, pois repugna-me crer que o marechal Lopez suscitasse tanto contra a pessoa do ministro dos Estados-Unidos, que por elle fôra recebido amigavelmente em seu caracter official, mas, se a desconfiança do Sr. commandante é fundada, é ella mais uma razão para crer-se temeraria prematura e inutil a que fizessem agora os generaes alliados para pôr o Sr. Kirkland em communicação com o Sr. ministro Mac-Mahon. Neste caso o inimigo dos alliados, que se terá tornado tambem inimigo dos Estados-Unidos, só cederá em presença de força que o ameace seriamente de perto.

Acrescenta o Sr. commandante que, tendo-lhe eu declarado que os exercitos

aliados se põem em marcha brevemente, e devendo resultar deste movimento um ataque aos entrincheiramentos do inimigo, pôde o Sr. general Mac-Mahon ficar exposto a algum damno ou insulto, se não fôr disso prevenido. E, portanto, desejo ardente do Sr. Kirkland dar conhecimento quanto antes ao seu ministro da probabilidade desses successos, ao intuito de que elle se tire, se fôr possível, de tão delicada situação.

Compreendo todo o interesse que o Sr. commandante manifesta para com a pessoa do Sr. ministro Mac-Mahon, mas não vejo nesta ultima consideração de sua nota motivo bastante para que os generaes aliados pratiquem o que presentemente é para elles um impossivel moral e quasi tambem um impossivel material. O Sr. general Mac-Mahon, retirando-se de Lombas Valentinias, não podia ignorar que a guerra contra o marechal Lopez teria de continuar, segundo os legitimos propósitos dos governos alliados, hoje bem conhecidos de todas as nações amigas. E assim como em Lombas Valentinias não ficou elle exposto a damno ou insulto, não ficará tambem em sua nova posição.

Os exercitos alliados, continuando a vêr no Sr. general Mac-Mahon o representante de uma nação amiga e neutra, saberão respeitar o seu caracter official e proteger a sua pessoa, se fôr preciso, tanto quanto depender delles.

Por ultimo pede o Sr. commandante ser informado da posição e extensão das linhas militares que occupa o exercito brasileiro sob meu commando, afim de que, se lhe fôr possível, o Sr. commandante procure communicar-se com Sr. ministro Mac-Mahon, sem atravessar as ditas linhas, e sem, portanto, perturbar as disposições dos generaes alliados.

Comquanto esta pergunta, que até certo ponto envolve um segredo de guerra, me seja feita por um official da marinha de guerra dos Estados-Unidos, e consequentemente por um perfeito cavalheiro, não me é dado satisfazê-la litteralmente. Espero que o Sr. commandante me desculpará de que eu por unica resposta a este periodo de sua nota lhe declare que os generaes alliados, sem terem a pretensão de haver já estabelecido um completo sítio em torno das presumidas posições do inimigo, têm todavia pelos meios a seu alcance procurado impedir toda e qualquer communicação com o litoral, de modo que qualquer tentativa da parte d'elle seja infructifera, ou pelo menos perigosa. Logo que receba as informações que aguardo sobre a questão de facto, responderei ao Sr. commandante ao que respeita aos objectos existentes na casa onde se diz que habitava o ex-ministro dos Estados-Unidos Sr. Washburn.

Tenho a honra de renovar ao Sr. commandante W. A. Kirkland as expressões de minha distincta consideração.

Ao Sr. W. A. Kirkland, commandante da *Wasp*.

N. 40.

Officio do commandante do Wasp ao commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay.

(Tradução.) Bordo do vapor dos Estados-Unidos *Wasp*. — Assumpção, Paraguay, 6 de Março de 1869.

Tenho a honra de accusar a recepção de vossa carta de 3 do corrente, na qual ainda me negais passagem por vossas linhas militares, e recusais tambem informar-me da extensão e posição das mesmas linhas; observando igualmente « que qualquer tentativa de minha parte seria baldada, ou, pelo menos, perigosa. »

O offerecimento, que me fazeis, de attender á minha requisição « quando tiverem cessado os motivos que agora impedem o vosso consentimento », é notavelmente semelhante á resposta do Marquez de Casias ao commandante do vapor dos Estados-Unidos *Kawax*, quando este lhe pediu que encaminhasse certos despachos ao general Mac-Mahon. A resposta foi que não o poderia fazer na occasião, mas logo que se apresentasse uma oportunidade. Semelhante oportunidade não se deu, apparentemente, até agora, visto como os referidos despachos estiveram em vosso quartel-general quarenta e um dias, e têm estado onze a bordo deste navio, esperando a acção dos generaes alliados; e portanto me excusareis de não estar satisfeito com vossa segurança de futura acquiescencia ao meu pedido, attendendo ao exemplo que acabo de citar.

Acho-me pois, como portador de despachos do governo dos Estados-Unidos ao seu ministro residente no Paraguay, privado de toda a communicação com aquelle ministro por acto vosso e dos generaes alliados, vossos collegas; e por consequencia, resta-me sómente remetter-vos e incluso o protesto contra o procedimento do commandante em chefe brasileiro e dos generaes alliados, e contra o procedimento do commandante em chefe do exercito argentino no Paraguay. »

Tenho a honra de ser vosso obediente servo.

As Sr. marechal de campo Xavier de Souza, commandante em chefe do exercito brasileiro em operações contra o Paraguay.

W. A. KIRKLAND, commandante.

N. 41.

Protesto do commandante do Wasp contra os generaes commandantes das forças brasileiras, argentinas e orientaes por haverem negado o transitto d'aquelle vapor.

(Tradução) Considerando que os despachos do governo dos Estados-Unidos a seu ministro residente no Paraguay permaneceram em poder do commandante em chefe do exercito brasileiro em operações contra aquelle governo, desde o dia 14 de Janeiro até o dia 23 de Fevereiro de 1869, e não foram dirigidos ao seu destino, mas recambiados ao abaixo assignado a seu pedido; e visto como o marechal de campo Guilherme Xavier de Souza, commandante em chefe do exercito brasileiro em operações contra o Paraguay (de accordo com os generaes alliados) não sómente impedio o governo dos Estados-Unidos de communicar-se com seu ministro residente no Paraguay desde o dia 27 de Fevereiro de 1869, havendo recusado, e ainda recusando passagem pelas linhas militares dos alliados, e bem assim uma bandeira parlamentar a um portador de despachos do dito governo para seu ministro; mas tambem se recusou a informar ao abaixo assignado acerca da extensão e posição das linhas militares do exercito brasileiro sob seu commando; e além disto, declara ao abaixo assignado, exprimindo este o desejo de communicar-se com o dito ministro dos Estados-Unidos sem passar pelas linhas alliadas que qualquer tentativa de sua parte seria infructifera, ou pelo menos perigosa; sendo o protesto de todo este comportamento da parte do referido marechal de campo Guilherme Xavier de Souza, que é imperioso dever dos generaes alliados privar seu inimigo de toda a communicação com o exterior; e :

Considerando que o brigadeiro-general R. Mitre, commandante em chefe do exercito argentino no Paraguay, impedio a communicação entre o governo dos Estados-Unidos e seu ministro residente no Paraguay, desde o dia 25 de Fevereiro de 1869, e continúa a impedi-la, havendo recusado, e ainda recusando uma bandeira parlamentar com escolta, e igualmente passagem pelas linhas militares argentinas a um portador de despachos do ministro residente dos Estados-Unidos na republica Argentina para o ministro residente dos Estados-Unidos no Paraguay, até que sejam concluidas as operações militares que vão comecar; e attendendo a que os ditos generaes, marechal de campo Guilherme Xavier de Souza e brigadeiro-general Emilio Mitre estão informados, por desertores paraguayos, de que o dito ministro dos Estados-Unidos se acha dentro das linhas fortificadas do exercito paraguayos; e como lhes tem sido ponderado pelo abaixo assignado, que o dito ministro dos Es-

tados-Unidos não está em liberdade, e que em qualquer ataque pelas forças alliadas contra as linhas paraguayas pôde o dito ministro dos Estados-Unidos soffrer insulto ou damno, ou ambas as cousas, e como elles, aiém disso, sabem que o governo dos Estados-Unidos, não havendo recebido despachos do dito ministro desde o dia 12 de Dezembro de 1868, está ansioso por communicar-se com elle por meio de um mensageiro, afim de certificar-se se goza de plena liberdade em seu exercicio; e, finalmente, como o governo dos Estados-Unidos se acha em paz com o governo do Paraguay, e tem o incontestavel direito de communicar-se com o seu ministro naquella republica, sem impedimento legal de qualquer parte ou partes que sejam.

Portanto, eu, William A. Kirkland, tenente commandante na armada dos Estados-Unidos da America, commandando a força naval daquelle governo nas aguas do Rio Paraguay, protesto solemnemente contra o supra mencionado procedimento do marechal de campo Guilherme Xavier de Souza, commandante em chefe do exercito brasileiro, e dos generaes dos exercitos alliados, seus collegas, que impediram toda a communicação entre o governo dos Estados-Unidos e seu ministro residente na republica do Paraguay, e tambem contra o procedimento acima referido do brigadeiro general Emilio Mitre, commandante em chefe do exercito argentino, que desprezou as ordens de seu governo, e da mesma maneira impedio toda a communicação entre o mencionado governo dos Estados-Unidos da America e seu ministro residente na republica do Paraguay, como um ultrage aos direitos de uma nação neutral, e falta de cortezia para com o dito governo dos Estados-Unidos da America, ficando o mesmo governo livre para exigir indemnização e satisfação pelo que fica dito como julgar conveniente.

Feito sob minha firma e sello a bordo do vapor dos Estados-Unidos *Wasp* na cidade de Assumpção, Paraguay no dia 6 de Março de 1869.

A S. Ex. o Sr. marechal de campo Guilherme Xavier de Souza, commandante em chefe do exercito brasileiro em operações contra o Paraguay.

W. A. KIRKLAND.

N. 42.

Officio do commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay, ao commandante do Wasp.

Commando em chefe do exercito do Brasil em operações contra o governo do Paraguay.—Assumpção, 8 de Março de 1869.

Senhor commandante.—Recebi a vossa nota de 6 do corrente, acompanhada de um documento, cuja natureza e alcance não posso comprehender. Vós o denominaste protesto, mas eu o considerarei como additamento á vossa ultima citada nota e o fecho da presente discussão, que podera ser evitada, se houvesseis querido ter uma entrevista commigo.

Tendo sido tão explicito, como fui desde minha primeira resposta, e estando persuadido de que cumpri o meu rigoroso dever com a cortesia devida ao official militar de uma nação neutra e amiga, lencionava pôr termo por minha parte a esta controversia, para a qual faltava-me tempo, quando a vossa nota, a que ora respondo, veio preencher este fim. Nossos governos apreciarão do que lado está a razão.

Não posso, todavia, deixar de notar-vos que a apreciação que fazeis da promessa e cavalheirismo do meu illustre predecessor, Sr. marechal marquez de Caxias, e da que o Sr. brigadeiro general Mitre e eu tivemos occasião de fazer-vos, não corresponde ás instrucções e á urbanidade dos generaes alliados. Dizeis em vossa nota de 6 do corrente que esta ultima promessa tem notavel semelhança com a anterior, que não poudo ser levada a effeito por motivo que evidentemente quereis imputar á vontade do distincto general que a fizera, e em vosso mencionando protesto qualificaes de—pretexto—, as declarações leaes e amigaveis que, ao uso de um incontestavel direito, vos foram dirigidas pelos generaes alliados. Protesto contra esta linguagem e este injusto conceito, protesto ante o meu governo e o vosso, como cavalheiro que sou e como um dos orgãos legitimos do commando das forças alliadas.

O Sr. marquez de Caxias, recebendo os despachos de que foi portador o navio de guerra dos Estados-Unidos *Kaesz*, suppôz que o Sr. ministro Nat-Mahon lhe daria oportunidade de os passar ás suas mãos. Neste sentido foi a sua promessa, promessa sincera e que seria lealmente cumprida se o dito Sr. ministro fosse encontrado em Assumpção, em Laque ou em lugar proximo, conhecido e accessivel aos generaes alliados.

Assim, porém, não aconteceu. Entrando nesta capital e passando por Laque, o Sr. marquez de Caxias não viu o Sr. Mac-Mahon, e não teve deste mais noticia do que a presumpção de ter ido para a nova posição em que o general Lopez refugiou-se, depois das sanguinolentas batalhas do mez de Dezembro, em que foi batido e destronado pelas forças alliadas. Ainda quando o Sr. marquez de Caxias devesse ter mais urgencia em remetter os ditos despachos do que o Sr. ministro Mac-Mahon em recebe-los, como os podia remetter, quando nem ao menos se podia conjecturar com bom fundamento o paradeiro do inimigo, e se o Sr. Mac-Mahon o havia acompanhado e alli permanecia?

Estas razões subsistiam e subsistem ainda em grande parte. Os generaes alliados não têm certeza do lugar onde encontrarião o seu inimigo, presumem que este se acha a grande distancia, e, pois, não poderiam neste momento, sem incorrer em grave responsabilidade, expôr sua bandeira e as vidas de alguns de seus camaradas, dando-vos uma escolta para acompanhar vosso portador de despachos, conforme o vosso primeiro pedido.

Mais de um parlamentarío dos alliados têm sido recebidos hostilmente pelo general Lopez.

Perguntastes, depois desta recusa, qual a posição e extensão das linhas militares que occupava o exercito sob o meu commando, e igual pergunta dirigistes ao meu illustre collega Sr. general Mitre, commandante em chefe do exercito argentino, declarando que queriás ir ao campo inimigo sem atravessar aquellas linhas.

Creio que nenhum general, que tivesse consciencia de seus deveres, satisfaria, nas condições actuaes dos belligerantes no Paraguay, a essa vossa pergunta por outro modo que não aquelle de que usamos. Respondi-vos com a maior cortesia informando-vos de que os generaes alliados têm tomado as precauções que julgaram bastantes para impedir a communicação do inimigo com o litoral, ou, pelo menos, para tornar perigosa qualquer tentativa que elle faça contra nossa vigilancia.

Nas ao mesmo tempo vos promettemos que a vossa desejada communicação com o Sr. ministro dos Estados-Unidos podera ter lugar, sem perigo para os parlamentaríos e sem inconveniente para as operações dos alliados, quando os exercitos destes se approximassem das posições inimigas. E' esta a promessa que registastes e que comparastes com a do Sr. marquez de Caxias, por modo que pareceis duvidar da sinceridade de ambas.

Espero que vosso chefe militar, os agentes diplomaticos de vossa nação accreditados junto aos governos alliados, e, finalmente, vosso governo, pensarão de outro modo e saberão melhor conciliar o seu intento com os direitos sagrados de tres nações provocadas a uma luta tão sanguinolenta, cuja terminação honrosa e segura lhes cumpre accelerar por todos os meios legítimos. Dizeis que o Sr. ministro Mac-Mahon pôde não estar na condição de um agente livre, e quando o privamos de communicar-se com o seu governo.

Devides e divide crer que o representante de uma Potencia neutra, e que não generosamente procedera para com o general Lopez, não tenha sido por este respeitado; mas, se é certa a vossa desconfiança, nem os generosos alliados são responsaveis pela situação em que voluntariamente se collocou aquelle ministro, nem o facto presuppuesto por vós aconselharia, como pendente e efficaç, a tentativa para a qual quereis o concurso dos generosos alliados ou que estes vos franqueassem o transitio para o interior do Paraguay.

Tudo quanto os generosos alliados podem fazer é prestarom seu generoso apoio a todas as victimas do general Lopez logo que elles estejam no caso de o fazer, isto é, quando se appressarem das posições em que o inimigo se tenha refugiado. E o Sr. ministro Mac-Nahon não tem alli que recejar dos exercitos alliados, como não recejou quando estes marcharam sobre os intrincheiramentos de Lombas Valentinas e Angostura.

Tenho a honra de reiterar-vos as expressões de minha distincta consideração.

Ao Ilm. Sr. tenente W. A. Kirkland, commandante do *Wasp*.

GUILHERME XAVIER DE SOUZA,

Commuicação entre o commandante do vapor de guerra inglez « Beacon » e o presidente Lopez. Protecção aos subditos britannicos, hespanhols e da Allemanha do Norte.

N. 43.

Officio do commandante do vapor inglez Beacon á minha especial do Brazil no Rio da Prata.

Bordo do navio de Sua Magestade Britannica *Beacon*. — Assumpção, Paraguay, 21 de Março de 1859.

(Tradução.)—Senhor. No dia 20 do mez ultimo, dia de minha chegada a este porto, tive a honra de procurar a V. Ex. assim como ao commandante em chefe brasileiro, e então informei a V. Ex. do principal motivo porque aqui vinha estacionar; isto é, para offerecer protecção aos subditos britannicos no Paraguay.

No mesmo dia procurei ao commandante em chefe argentino, o general Mitre, e apresentei-lhe uma carta de seu governo ordenando-lhe que me prestasse todo

e auxílio em seu poder, como uma escolta, bandeira parlamentar, etc., com o fim de habilitar-me a entregar ao presidente Lopez uma carta que solicitava a soltura de certos subditos britannicos retidos no Paraguay. O general Mitre promptamente accedeu, e eu lhe disse que necessitava da escolta no decurso de uma semana. Todavia, antes que a semana espirasse disseram-me que por motivos militares era impossivel a partida da escolta.

A 3 do corrente dirigi uma carta ao general Mitre sobre o assumpto em questão, perguntando-lhe por quanto tempo era provavel que, por motivos militares, seria eu impedido de cumprir meu dever; e em sua resposta, datada de 5 do corrente, S. Ex. disse que era impossivel marcar datas, acrescentando « que sómente motivos urgentes collocariam os *generaes alliados* na desagradavel contingencia de recusarem a cooperação pedida. »

A expressão *generaes alliados* mostra claramente que o general Mitre não pôde, só por si, satisfazer o meu razoavel pedido.

Eu portanto appello para V. Ex., que, como ministro plenipotenciario, tem sem duvida poder (e confio, tambem que a boa vontade) para dar aos generaes alliados as instruções necessarias para que elles me habilitem a cumprir a minha obrigação de proteger os subditos britannicos detidos no interior do Paraguay.

Tenho esperado aqui um mez, e sei que durante este tempo os Paraguayos têm atacado uma ou mais vezes os postos avançados dos brasileiros, ao longo da estrada de ferro além de Luque: não pôde portanto haver duvida alguma quanto ao lugar onde se acha o inimigo.

Tenho autorisação do ministro de Sua Magestade em Buenos-Ayres para declarar que a escolta e bandeira parlamentar foram pedidas sómente aos argentinos, porque Mr. Stuart se acha acreditado junto da Confederação Argentina; porém que elle deseja e espera que eu receba toda a coadjuvação dos governos alliados.

Em taes circumstancias confio que V. Ex. não tomará sobre si a responsabilidade de pôr, ou de permitir que aquelles que estão sob sua autoridade ponham quaesquer obstaculos na marcha de um official de marinha britannica, que sem um fim diplomatico e politico, sem a intenção de que sua missão sirva a qualquer fim politico e diplomatico, deseja cumprir um dever em favor de seus compatriotas.

Tenho a honra de ser, com as seguranças de minha muito distincta consideração e respeito, de V. Ex. obediente servo.

A S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos.

E. T. PASSOS,

Commandante da armada real britannica, etc.

P. S. Parece-me tambem conveniente communicar a V. Ex. a circumstancia de achar-me encarregado da protecção dos subditos hispanhóes neste paiz, assim como dos da Confederação da Alemanha do Norte.

N. 44.

*Nota da missão especial do Brasil ao Rio da Prata ao commandante do vapor
inglês Beacon.*

Missão especial do Brasil. — Assumpção, 23 de Março de 1869.

Sr. commandante.— Accuso a recepção de vossa nota de 21 do corrente, relativa á vossa commissão junto ao marechal Lopez, com quem se acham em guerra o Brasil e seus alliados.

Pelo que eu proprio vos ouvi quando tivestes a bondade de visitar-me á minha chegada nesta cidade e no dia 14 do corrente, e pelo que me foi communicado pelo Sr. marechal Guilherme Xavier de Souza, que hoje commanda o exercito brasileiro em operações, estava eu informado do que referis em vossa citada nota.

A authorisação dada ao Sr. general D. Emilio Mitre pelo seu governo não podia deixar de ser entendida como elle o entendeu, isto é, com sujeição ao seu proprio alvitre e ao dos generaes alliados, a quem compete decidir em commun tudo quanto interessar á sua acção collectiva.

A recusa do Sr. general Mitre, foi, pois, consequencia do exame da questão em conselho dos generaes e do accordo a que chegaram, pesando por um lado os serios motivos que determinam a commissão do Sr. commandante Parsons, e por outro lado as necessidades imperiosas da guerra na situação actual dos beligerantes.

O governo de S. M. Britannica, ou seus dignos agentes, no Rio da Prata, desejam communicar-se mais uma vez com o general Lopez, no sympathico empenho de proteger alguns subditos britannicos e de duas outras nações amigas, que ainda estejam constrangidas no campo do inimigo dos alliados.

Os generaes alliados não pretendem impossibilitar a execução de tão justo empenho, mas devem tambem attender á efficacia de suas operações militares, operações em cujo bom exito estão interessadas tres nações, e, posso tambem diz-lo, o mundo civilisado em geral e em particular muitos subditos de S. M. Britannica.

Ora, as operações militares dos alliados, no juizo de seus generaes, poderiam ser prejudicadas, se fosse presentemente aberta ao inimigo uma communicação com o exterior. Não importa qto juizo a menor desconfiança contra o Sr. commandante Parsons, em cujo caracter depositam elles inteira confiança, mas a con-

sideração de que o transito concedido a um neutro tem de ser franqueado a outros, por motivos mais ou menos semelhantes, e de que é impossível, em tão frequentes occasiões e quando os alliados se acham a grande distancia do inimigo, evitar algum abuso deste.

Os generaes alliados, cu o posso assegurar, desejam conciliar quanto seja possível os direitos dos belligerentes com os interesses legítimos dos neutros; sua recusa, portanto, nasce de um motivo imperioso, que eu espero seja justamente apreciado pelo Sr. Parsons, como até hoje o tem sido pelo seu governo o procedimento legal e moderado do Brasil e de seus alliados na presente guerra.

A recusa dos generaes alliados não é absoluta, assenta n'uma condição de lugar e de tempo, condição que não tardará a ser satisfeita, logo que seus exercitos reconheçam as novas posições do general Lopez e dellas se approximem. Este momento está muito proximo, posso tambem assegura-lo ao Sr. commandante.

A circumstancia de um pequeno recanto, perto de Laque, entre avançadas de uma divisão brasileira e uma força inimiga de observação que chegou até aquelle lugar, não tornou conhecida a verdadeira posição de acampamento inimigo, nem fez approximar deste os exercitos alliados. Assim pois, o pedido do Sr. commandante Parsons ainda encontra as mesmas circumstancias que aconselharam a recusa temporaria, ou, para melhor dizer, o adiamento que os generaes alliados lhe oppuzeram.

Não me compete alterar essa deliberação dos generaes, nem eu o poderia fazer, ainda que coubesse tanto em minhas attribuições, sem faltar á consciencia que tenho do acerto com que elles procederam. Rago, pois, ao Sr. Parsons que se digne confiar na promessa dos generaes alliados, a qual será brevemente cumprida e com particular satisfação.

Aproveitando esta oportunidade, reitero ao Sr. commandante as seguranças de minha distincta consideração.

Ao Sr. E. T. Parsons, commandante do navio de guerra *Beccoa*, da marinha de S. M. Britannica.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

Governo provisório no Paraguay.

Petição de paraguayos para o estabelecimento de um.

N. 45.

(Tradução.) — Aos Ex^{tas} governos da alliança contra o governo do Paraguay.

Os paraguayos abaixo assignados, victimas da tyrannia a mais feroz e destruidora, vem reunidos requerer, expendo respeitosa e, que, vencido o tyranno Francisco Solano Lopez em todos os seus estrincheiramentos os mais fortes, e tendo em seguida á sua derrota fugido para as serras do interior, deixando em completo abandono a capital, os partidos e villas da republica, julgam chegado o momento de estabelecer-se um governo provisório, eleito d'entre os mesmos paraguayos, o qual faça conhecer e sentir uma era de liberdade, de paz para com todos, de bem-estar geral e de regeneração completa, a que aspiram e anhelam.

Além disso, o governo provisório poderá apresentar um valioso corpo de voluntarios, que coopeire com os alliados para dar o ultimo golpe de morte ao mais cruel inimigo do povo paraguayo, offerecendo assim ao mundo um testemunho de que, se os paraguayos combatem até morrer sob a tyrannia de Lopez, tambem sabem combater com valor e heroismo para resgatar a familia e recuperar a liberdade de sua patria, infelizmente, por tanto tempo escravizada. Os paraguayos abaixo assignados têm a convicção de que o tyranno Lopez estremecerá quando souber que existe em Assumpção um governo, que decreta e ordena a sua perseguição, e lhe fecha as portas da republica para sua communicação com as nações estrangeiras; e quando vir na sua frente uma força armada de seus proprios compatriotas, que, livres já de seu poder tyrannico, lhe mostrem de facto e obriguem a sentir na sua consciencia todo o peso de seus immensos crimes.

Ao mesmo tempo os paraguayos abaixo assignados supplicam aos Ex^{tas} governos alliados se sirvam resolver favoravelmente esta petição com a possível brevidade, pois o tyranno obrigou suas mães, esposas, irmãos e filhos menores a abandonarem seus lares e, arrebanhando-os como ao gado, sem privê-los do que lhes é necessário, levou-os para os confins das serras onde elle se acha, com o fim evidente de acabar com elles por meio da miseria, do trabalho forçado, dos tormentos e fuzilamentos, porquanto sabe-se que no seu furor barbaresco, está

comprindo o que disse: « que, antes de ser vencido, todos os paraguayos morreriam »; e para que, correndo-se promptamente em seu auxilio se possa salvar ao menos uma parte minima desses desgraçados, que, arrancados das garras do tyranno, louvem commoço os beneficios de sua redempção.

É assim que os paraguayos abaixo assignados requerem como homens livres, quo, certos de se não fazer a guerra a elles e sim unicamente ao tyranno Francisco Solano Lopez, por suas offensas ao imperio do Brasil e ás republicas Argentina e do Uruguay, esperam dos Ex.^{tas} governos alliados sua cooperação, para chegarem aos fins a que se referem nesta petição.

Assumpção, 30 de Janeiro de 1869.

Legião paraguaya ao serviço da republica Argentina. Concessão da respectiva bandeira.

N. 46.

Nota do governo argentino d'umido especial do Brasil nas Republicas do Prata.

(Tradução.)—Buenos-Ayres, 20 de Fevereiro de 1869.

Sr. ministro.—O governo da republica Argentina, que no decurso da guerra do Paraguay, tão cheia de incidentes, tem conservado inalteravel o propósito de que, está convencido, participam seus generosos alliados, de restituir ao povo paraguayo, á custa de seus proprios sacrificios, o direito que lhe arrebatára a tyrannia antiga e tenaz, que estio proximo a destruir, julga chegada a oportunidade de promover a reconstrução da nacionalidade paraguaya por todos os meios que a politica e a justiça ptem ao seu alcance. Não lhe são desconhecidas, como V. Ex. sabe, as enormes difficuldades que é necessario superar para conseguir este propósito final.

A actual acção do terror e os habitos inculcados de obediencia irreflexiva tem dado á guerra o caracter duro e sangrento que a distinguirá na historia, e que na época actual tem dispersado ou levado as povoações ao acompanhamento do despota fugitivo, afastando-as de todos os sitios dominados pelas armas vencedoras da alliança.

Nesta intelligencia, o meu governo, considerando que a legião paraguaya, cujos serviços accitou em 1865 e que tem affrontado todos os perigos e fadigas de quatro annos de campanha, engrossa diariamente suas fileiras pelo concurso espontaneo de numerosos cidadãos de seu paiz, os quaes vem por amor de sua liberdade compartir os seus esforços, julga conveniente conceder-lhe o uso de sua bandeira nacional.

Desta maneira apparecerá um elemento puramente paraguayo contribuindo para a redempção daquelle povo e disposto a servir de nucleo ás povoações dispersas, as quaes virão sem duvida em busca de seus lares á sombra de seu pavilhão e seguras da paz e do direito que em vão procurariam junto do horrivel tyranno, a quem até hoje, por sua desgraça, seguem e obedecem.

O meu governo expedio as convenientes ordens ao general em chefe do seu exercito, assim de que, ponde-se de accordo com o general brasileiro e oriental procedam todos de conformidade com este pensamento.

Convindo, pois, a V. Ex. para dar iguaes instrucções ao general do exercito do Brasil, e anima-me a esperanza de que desde accordo resultarão grandes vantagens mesmo para a alliança, e para o povo paraguayo cujas legítimas teve ella que combater sem odio, porque seguramente fôlle o merece um povo martyr de sua depressão moral e da influencia criminoso de um tyranno.

Com este motivo é-me grato renovar a V. Ex. as seguranças de minha mais alta estima.

A S. Ex. o Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

MARIANO VARELA.

N. 47.

Nota da missão especial do Brasil nas republicas do Prata ao governo argentino.

Missão especial do Brasil.—Assumpção, 9 de Março de 1869.

O abaixo assignado, do conselho de Sua Magestade o Imperador do Brasil, e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial, teve a honra de receber a nota que lhe foi dirigida em data do 26 do mez ultimo por S. Ex. o Sr. D. Mariano Varela, ministro de relações exteriores da república Argentina.

Observa o Sr. ministro que o governo argentino, em todo o curso desta infesta guerra do Paraguay, ha mantido inalteravel o proposito, que está convencido ser tambem o de seus generosos alliados, de restituir, á custa de seus sacrificios, ao povo paraguay o direito que lhe arrebatára a tyrannia antiga e tenaz que os mesmos alliados estão proximos a destruir.

Consequentemente, acrescenta o Sr. ministro, o governo argentino está chegada a oportunidade de promover, por todos os meios que a politica e a justiça põem a seu alcance, a reconstrução da nacionalidade paraguaya.

Depois de algumas considerações sobre o estado da população paraguaya, ainda em grande numero dispersa e atterrada pelo seu implacavel dictador, o Sr. ministro pondera que a legião dessa origem, cujos servicos foram aceitos pelo governo argentino em 1865 e que ha affrontado todos os perigos e fadigas de quatro annos de campanha, vê crescerem diariamente suas fileiras pelo concurso espontaneo de numerosos concidadãos, que vem por amor de sua liberdade compartir esse patriótico esforço.

Em conclusão informa o Sr. ministro de relações exteriores ao abaixo assignado que, movido por todos esses motivos, o governo argentino julga conveniente conceder á dita legião paraguaya o uso de sua bandeira nacional, e expedio as convenientes ordens ao general em chefe do exercito argentino, á fim de que, pondo-se de accordo com o general brasileiro e o oriental, obedeça conformidade com aquelle pensamento.

É convicção do governo argentino que essa legião apparecerá assim como um elemento puramente paraguaya, contribuindo para a redempção daquelle povo e disposta a servir de nucleo ás povoações dispersas, que virão sem duvida em busca de seus lares á sombra do seu pavilhão e seguros da paz e do direito, que debede procurariam junto ao horrivel tyranno a quem por sua desgraça até hoje seguem e obedecem.

Convêda, pois, o Sr. ministro de relações exteriores ao abaixo assignado para que dê iguaes instrucções ao general do exercito brasileiro, prometendo-se S. Ex. que deste accordo resultarão grandes vantagens para a propria alliança, e para o povo cujas legiões ella tem tido de combater sem odio, porque seguramente não o merece um povo martyr de sua depressão moral e da influencia criminosas de um tyranno.

O abaixo assignado se applaude de que o Sr. D. Mariano Varela lhe proporcionasse tão favoravel occasião para repetir por escripto o que em conferencias verbaes já teve a honra de manifestar aos illustres alliados do governo imperial; isto é, que este abunda no pensamento altamente politico e justo de promover e accelerar, no mais perfeito concerto com os seus alliados, e tanto quanto d'elle dependa, a reconstrução da nacionalidade paraguaya, conforme o solemne compromisso da propria alliança.

A medida de que se trata, em nada alterando as condições do pacto de 4° de Maio de 1865, sendo, como é, de manifesta justiça e consequente com o

empenho common dos alliados, não pôde senão inspirar ao governo de Sua Magestade a mais viva sympathia e a maior confiança no logico desenvolvimento que esse acto ha de ter, conforme os desejos inalteraveis, e, pôde tambem diz-lo o abaixo assignado, cada vez mais ardentes da parte dos tres governos alliados.

O abaixo assignado deu-se, pois, pressa em communicar a intenção do governo argentino ao Sr. marechal Guilherme Xavier de Souza, general em chefe do exercito brasileiro, e folga de poder assegurar ao Sr. D. Mariano Varela, que o representante militar do Brasil achou-se desde logo do perfeito accordo com os generaes argentino e oriental, acompanhando igualmente o mesmo abaixo assignado nos votos que faz para que os governos alliados julguem chegada o momento opportuno de conceder mais significativa representação á importante parte do povo paraguay, que hoje descança á sombra da alliança o lhc adhere cordialmente.

O abaixo assignado tem a honra de renovar ao Sr. ministro os protestos de sua mais alta consideração e estima.

A S. Ex. o Sr. D. Mariano Varela, ministro de relações exteriores da republica Argentina.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 48.

Officio do commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay d' missão especial nas republicas do Prata.

Commando em chefe interino do exercito brasileiro em operações contra o governo do Paraguay. — Quartel-general em Assumpção, 3 de Março de 1869.

Ilm. Ex^{ma} Sr.—Accusando a recepção da nota, que nesta data dignou-se V. Ex. dirigir-me chamando a minha attenção para o conteúdo da que em 20 do proximo passado foi enviada a V. Ex. pelo ministro das relações exteriores da republica Argentina, communicando que, em consideração aos bons serviços que tem prestado a legião paraguaya nesta campanha, resolveu o governo da-quella republica conceder-lhe o uso de sua bandeira, cuja nota acompanhou por cópia a de V. Ex., cabe-me a honra de dizer a V. Ex. que com agrado annuo a essa concessão, achando muito justo esse acto do governo argentino em relação á legião paraguaya, cujos serviços com satisfação reconheço.

Respondendo assim é citada nota de V. Ex., prevêo-me da oportunidade para reiterar a V. Ex. os meus protestos de subida estima e distinta consideração.

Deos guarde a V. Ex.

Ilm. e Ex^{ma} Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

GUILHERME XAVIER DE SOUZA.

Tribunal creado em Assumpção pelas generosas allianças para o julgamento de reclamações sobre a propriedade de productos paraguayes encontrados nos depositos de Assumpção.

N. 49.

Officio do commandante de todas as forças brasileiras em operação no Paraguay á missão especial nas republicas do Prata.

Commando em chefe interino do exercito em operação contra o governo do Paraguay.—Quartel-general em Assumpção, 10 de Março de 1869.

Ilm. e Ex^{ma} Sr.—Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. a cópia inclusa das instrucções que regem o tribunal, creado para conhecer das reclamações das pessoas que se considerarem com direito aos couros e outros generos de produção paraguaya, encontradas nos depositos desta cidade e suas dependencias.

Ilm. e Ex^{ma} Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

GUILHERME XAVIER DE SOUZA.

INSTRUÇÕES POR QUE SE DEVE REGER O TRIBUNAL, DE QUE TRATA O OFFICIO DO COMANDANTE EM
CHEFE INTERNO DAS FORÇAS BRASILEIRAS.

Os generaes alliados, desejando dar mais uma prova da generosidade com que têm procedido sempre para com subditos das nações neutras e para com o povo paraguayo, resolveram não considerar presa de guerra a todos os fructos do solo paraguayo, que encontraram nesta capital, abandonada pelo inimigo depois de suas ultimas derrotas, e por elle declarada praça de guerra, como de feito era muito antes da entrada das forças alliadas.

Consequentemente, e conforme o que se proscreeve no edito de 3 do corrente, os mesmos generaes alliados concordaram em crear um tribunal que conheça das reclamações da sobreditá especie, que lhe sejam apresentadas pelas pessoas que se considerarem com direito aos couros e outros generos de producção paraguaya encontrados nos depositos desta capital e suas dependencias.

O dito tribunal reger-se-ha pelas seguintes disposições:

Art. 1.º Os fructos de producção paraguaya que se acharam em differentes depositos desta capital, são considerados despojos do inimigo, e como taes ficam á disposição dos generaes alliados, excepto os de que trata o artigo seguinte:

Art. 2.º Dos ditos fructos considerar-se-hão como propriedade particular neutra, e serão entregues a quem de direito, os que não pertencessem ao governo do general Lopez, nem a individuos que tomasse parte nesta guerra contra os alliados.

Art. 3.º O tribunal, instituido para conhecer das reclamações comprehendidas no artigo antecedente, se comporá de sete juizes, tres brasileiros, tres argentinos e um oriental, nomeados pelos respectivos generaes.

Art. 4.º As causas instauradas neste tribunal serão julgadas breve e summariamente, decididas a maioria de votos.

O tribunal não funcionará sem que estejam presentes cinco de seus membros, nos quaes se achem representadas, pelo menos, duas nações alliadas.

Art. 5.º Os juizes attenderão de preferencia ás provas escriptas, sejam publicas ou particulares, e só em casos mui especiaes poderão separar-se desta regra, devendo, sempre que seja possível, ouvir as pessoas habilitadas para informar sobre a veracidade das reclamações.

Art. 6.º As sentenças são inappellaveis, tornando-se logo esquivéis, tanto as que se resolvam affirmativamente, como as que se decidam indeferindo as pretensões dos reclamantes.

Exceptuão-se desta disposição os casos em quo, por sua importancia, ou difficuldade de apreciação, o tribunal declarar na competente sentença que appella *ex-officio*, ou a pedido das partes, para os generaes alliados, os quaes julgarão em ultima instancia.

Art. 7.º As decisões do tribunal terão força de coisa julgada, não se podendo promover nova reclamação sobre objectos que motivassem o seu julgamento e sobre os quaes recahirse sentença definitiva.

Art. 8.º Os juizes communicarão immediatamente a seus respectivos generaes as decisões que recahirem em cada causa.

Art. 9.º Não se admitirá reclamação alguma sem petição escripta, a qual deve ser acompanhada do documento ou documentos em que o reclamante funda o seu direito, devendo outrossim o mesmo interessado apresentar-se pessoalmente na audiencia que lhe for marcada, para dar as explicações que os juizes julgarem necessarias.

Se os juizes se convencerem de manifesto dolo da parte de algum reclamante, apresentando-se como dono ou representante de fructos que pertencessem ao inimigo, assim informará reservadamente aos generaes alliados, para que estes deliberem se o dito individuo deve ser ou não compellido a sahir para fóra do territorio que domitam os alliados.

Art. 10. A votação do tribunal será nominal, manifestada pelas palavras *sim* ou *não*, e a sentença firmada por todos os juizes.

Art. 11. O tribunal será presidido pelo mais graduado de seus membros militares, não importando esta presidencia mais do que a direcção dos trabalhos e julgamentos, pois em tudo o mais o presidente se achará nas mesmas condições legais dos outros juizes.

Art. 12. O tribunal installar-se-ha no dia 8 do corrente e funcionará desde as sete horas da manhã até ás onze e das duas ás seis da tarde.

Art. 13. As presentes disposições serão publicadas, para conhecimento dos interessados, e dellas se dará um exemplar authenticco a cada um dos membros que compuserem o tribunal.

Assumpção, 6 de Março de 1869.

GUILLERME XAVIER DE SOUSA.

E. MORA.

HENRIQUE CASTRO.

N. 50.

Consulta da commissão de reclamações aos generaes alliados.

Ilms. e Exms. Srs.—Os membros da commissão encarregada de attender ás reclamações de productos do paiz, interpostas por estrangeiros e nacionaes, têm a honra de dirigir-se a VV. EEx. pedindo que se dignem de traçar-lhes uma regra de conducta no caso que motiva esta consulta. Desde que se installou este tribunal tem sido apresentados pelos interessados inventarios certificados pelos Srs. consules de S. M. El-Rei da Italia e S. M. o Imperador dos Francezes, documentos esses extractados de seus respectivos registros e autorizados pela sua qualidade de consules; os membros da commissão têm até agora accitado esses documentos, que julgam um abuso, porque os reclamantes têm justificado por outros meios o direito que lhes assistia aos generos que constituíam a base de sua reclamação; e tem sido esta tambem a razão que tiveram em vista para não dirigir até agora esta consulta, que lhes occorreu desde logo.

Apresenta-se, porém, agora um caso novo que reclama necessaria e peremptoria-mente uma declaração por parte dos Srs. generaes alliados. O consul de S. M. o rei da Italia apresenta-se conferindo poderes a um subdito francez, para que reclame de quem depender os bens de sete subditos italianos, entre os quaes se nota um Sr. Parodi que está e esteve sempre ao serviço do inimigo, havendo fallecido todos, ou a maior parte delles.

O tribunal vacilla sobre os direitos que assistem ao Sr. consul da Italia para assim proceder, e para que suas resoluções levem o cunho da mais cabal legalidade, para que suas decisões não comprometam em cousa alguma a politica que traçaram os Srs. generaes alliados, e de accordo com o espirito conciliador que até hoje tem regulado a sua conducta; julgou opportuno submeter á sua alta decisão o ponto a que esta nota se refere.

O tribunal crê que os consules não se acham revestidos, nesta cidade e resto do territorio paraguay dominado pelos alliados, de tal caracter, pois além de haver desaparecido o governo junto ao qual estavam acreditados, está e deve estar considerada esta cidade como uma praça de guerra, e como muito bem sabem VV. EEx., nas praças de guerra não ha outra autoridade senão a dos chefes militares que nellas dominam; principio extensivo a todo o territorio onde as operações bellicas se desenvolvem e decidem. Um governo é uma pessoa moral, e o desaparecimento de seu possesal não importa sua caducidade desde que tenha sido substituido por outro equivalente ou parecido. No presente caso, entretanto,

não succedeu isto. Os Srs. consules foram acreditados junto ao governo do Paraguay, e, como este desapareceu, caducaram de facto e de direito os seus poderes.

Um agente diplomatico, de qualquer classe que seja, deixa de sê-lo por quatro razões: 1°, por suspensão ou destituição do governo ante o qual está acreditado; 2°, por cessar este sua patente; 3°, pelo desaparecimento, annexação ou dissolução da nação que representa; e 4°, pela dissolução absoluta do governo junto ao qual representava o seu.

O tribunal julga que este ultimo caso está perfeitamente definido e caracterizado, emittindo outras razões por não terem relação com seu objecto.

O tribunal não quiz entrar na apreciação da validade que em si mesmas possão ter as reclamações mandadas por propria autoridade pelo Sr. consul da Italia, julgando necessario e conveniente que primeiramente seja resolvida pelas Srs. generaes alliados a consulta que têm a honra de submeter á sua consideração.

Poderiam os membros da commissão abundar em outras razões que claramente justificassem tanto a conveniencia da consulta, como os fundamentos a seu respeito adduzidos, mas dirigindo-se á illustração de VV. EEx., julgaram dever limitar-se ao exposto, para não distrahir mais os Srs. generaes das delicadas attentões que sobre elles pesam.

Deus guarde a VV. EEx.

Sala das sessões, em Assumpção, 16 de Março de 1869.

Ilms. e Exms. Srs. generaes alliados.

PEDRO ALBUQUERQUE.

EDUARDO VASQUES.

C. LOPEZ.

AGUSTINI MARIN.

ANTONIO AUGUSTO SARRIEN e MELLO, capitão.

JOSÉ JOAQUIM RAMOS FERREIRA, auditor de guerra.

PALEMON DE MIRANDA CHIZ.

N. 51.

*Resolução dos generaes alliados a respeito da comulda da comulda
de reclamações.*

Os generaes alliados tomaram em consideração a duvida apresentada pelo tribunal encarregado de conhecer das reclamações particulares relativas aos productos de origem paraguaya encontrados nesta cidade, e resolveram declarar ao tribunal especial:

Que os agentes consulares que as nações neutras tinham acreditado junto ao governo do marechal Lopez, e cuja residencia official era na cidade de Luque, só podem ser actualmente considerados no territorio dominado pelos alliados, como agentes de nações amigas em territorio de transito e regido pela lei militar.

Que enquanto durar esta situação não podem exercer funções consulares ante os alliados, devendo limitar-se a expedir certificados dos actos que constem em suas chancellarias anteriores á época em que os alliados se apoderaram da cidade de Luque, ou a praticar actos que não sejam destinados a produzir effectos ante os mesmos alliados.

Que tais certificados poderão ser apreciados pelo tribunal livremente como qualquer outra prova e segundo seu merito.

Que os referidos consules não podem outorgar poderes por ausentes ou presentes, proprietarios ou herdeiros, não só pela razão de não exercerem aqui funções consulares, mas tambem pela especialidade do caso que consiste n'um favor dos alliados aos que, por sua presença em territorio neutro ou dos alliados, desvanecem a presumpção de estarem servindo aos interesses do inimigo da alliança.

GUILHERME XAVIER DE SOUZA, marechal de campo.

EMILIO NITRE.

HENRIQUE DE CASTRO.

Saque de propriedades estrangeiras no Paraguay, attribuido ao exercito brasileiro.

Reclamação franceza.

N. 52.

Nota de Sr. Cuervoille ao marechal de exercito marquez de Caxias.

(Tradução.)—Consulado de França na Assumpção (Paraguay). — Assumpção, 13 de Janeiro de 1869.

Sr. marquez.—Não deixo de sentir viva emoção cumprindo hoje o desagradavel; mas imperioso dever de chamar a muito especial attenção de V. Ex. para os factos estranhos que assignalaram a entrada na Assumpção e em Luque das tropas brasileiras, e dos quaes minhas residencias officiaes e eu mesmo fomos testemunhas e primeiras victimas.

Abandonada desde muitos dias pelos paraguayos e occupada sem resistencia, a Assumpção foi tão indignamente saqueada como uma cidade tomada de assalto; os interesses de meus compatriotas ausentes não foram respeitados. Vi saquear o consulado de Portugal e a legação norte-americana; meu proprio consulado foi por duas differentes vezes roubado, meus móveis tirados ou quebrados, meus livros despedaçados, e encontrèi, disseminado por toda a parte, o archivo do consulado geral do Brasil no Paraguay, o qual eu guardava com maior cuidado, se é possível, do que o meu proprio.

Depois da evacuação de Luque pelas famílias paraguayas, foi obrigado por exigencias da vida material a retirar-me para uma certa distancia entro a Assumpção e minha morada habitual, porém os sellos postos em minha casa de Luque não foram mais respeitados do que os da capital; meu cofre contendo muitos depositos em metal, minhas provisões de toda a natureza e até mesmo minha roupa de corpo foram odiosamente roubadas.

Meus sellos se achavam ainda intactos em Luque e em Assumpção no dia da entrada das forças brasileiras.

Demais, Sr. marquez, apresentei-me ante-hontem em minha casa de Luque para arrecadar o que restasse de meu archivo, conduzi-lo á Assumpção e verificar com algum official de vosso exercito os prejuizos causados a meu consulado. O

Sr. coronel commandante de Laque expodio immediatamente um despacho telegraphico a V. Ex. exprimindo-lhe minha intenção, e a resposta foi que deveria eu mesmo em pessoa ir solicitar a permissão de entrar em minha casa. Pedi então para vos dirigir eu proprio um despacho, no intuito de evitar demoras prejudiciaes ao bom de meu serviço e aos interesses de meus concidadãos. Recusaram-m'o.

Não reconheço, Sr. marquez, que me seja necessario uma autorisação qualquer para usar de meu direito stricto e absoluto, e declaro que protesto formalmente contra a recusa que soffri de me deixarem entrar em meu consulado provisório, onde de mais a mais residio com a approvaçáo do governo do imperador meu augusto soberano.

Não me compete, em nome mesmo da humanidade, reclamar em favor das familias paraguayas, neste momento inteiramente arruinadas, e muitas das quaes me haviam confiado as chaves de suas casas e depositos em dinheiro ou joias; porém protesto contra a violação feita nas propriedades de meus compatriotas ausentes, e reservo todos os seus direitos, e isto tanto mais energicamente quanto, como guarda natural de taes propriedades, não me foi mesmo permitido entregar a salvaguarda a nacionaes responsaveis. Gente de toda a qualidade installou-se nas casas cujo aluguel foi pago por francezes, e a autoridade brasileira já se negou, por motivos que não me convem indagar, expulsar esses individuos dos lugares que occupam sem garantias e sem direito.

Vozes mais autorizadas do que a minha reclamarão, sem se fazerem esperar, a justiça que nos é devida, mas ao menos meu governo e meus compatriotas não me accusarão de ter deixado de avisar a V. Ex., embora custe á minha delicadeza registrar semelhantes factos em uma nota official.

Foi com o fim de evitar esta correspondencia que por duas differentes vezes tive a honra de solicitar uma entrevista de V. Ex. Suas occupações, o que na verdade comprehendendo perfeitamente, impediram de receber-me, mas não posso autorisar mais tempo por meu silencio uma situação que, se ainda se prolongasse, degeneraria em fraqueza e talvez insulto á minha bandeira e armas do consulado.

Dignai-vos aceitar, Sr. marechal marquez de Caxias, as seguranças de minha alta e mui respeitosa consideração.

A S. Ex. o Sr. marechal marquez de Caxias, commandante em chefe dos exercitos alliados em operações contra o governo do Paraguay.

CORREVILLE.

P. S.—V. Ex. desculpar-me-ha de sellar o presente officio com o sello particular de minhas armas, visto acharem-se em Laque os sellos officiaes.

N. 53.

Officio do marechal de exercito Marquez de Caxias ao Sr. Cuperilla.

Commando em chefe das forças brasileiras em operações contra o governo do Paraguay.—Montevideo, 26 de Janeiro de 1869.

Só agora me é dado responder á nota de V. S. de 13 do corrente, que recebi na véspera de minha partida para esta cidade, e achando-me, como é notorio, bastante doente.

Constando essa nota de queixas sobre abusos e violencias praticadas no todo ou em parte pelas tropas brasileiras, que occuparam a Assumpção e Luque, nas residencias officiaes de V. S., e contra a propriedade de seus nacionaes ausentes, eu poderia limitar-me a remetter ao Sr. consul cópia da informação que a respeito deu o coronel do exercito imperial Hermes Ernesto da Fonseca, encarregado por mim de occupar e policiar a capital paraguaya, até em proprio chegar com o resto das forças sob meu commando.

A patente elevada desse official, e não menos o brio e distincção que o caracterizam, dão á sua palavra o maior peso; e mostrando elle com prolixa especificação dos factos que nenhum fundamento tem as queixas do Sr. consul, na parte que se refere ás tropas brasileiras, seria sobeja resposta a uma nota em que a vehemencia da phrase toca á descortesia, e em que a declamação supprime o vago das idéas, e o escasso das provas.

Todavia, julgo conveniente dar ao Sr. consul uma contestação mais ampla para que fiquem consignadas algumas circumstancias que têm muita significação presente e futura.

Desoccupada a cidade da Assumpção em Fevereiro do anno passado, por ordem imperiosa do presidente Lopez, foi ainda pelo decreto que expedio com data do 1.^o de Dezembro proximo passado, « evacuada de todos os bens móveis de « qualquer classe o genero que se tivessem podido conservar alli. »

Esta disposição não deixaria, como todas as do general Lopez, de ter a mais prompta e fiel execução, mesmo da parte do Sr. consul e seus nacionaes, e pois não podia ser grande e nem valiosa a porção de bens móveis que, um mez depois do decreto, o exercito aliado achasse na Assumpção.

Se, porém, outra coisa se dava: se os seus nacionaes e particularmente o Sr. consul, alli conservaram seus interesses, eu não comprehendendo como ao lado d'elles não estava S. S., em vez de acompanhar n'um campo de guerra a pessoa

do general Lopez, ou ir juntar-se a elle quando conseguio fugir, depois de aniquillado seu exercito.

Digo isto porque o proprio Sr. consul declarou que vinha do campo daquelle general, quando ja occupada por mim Assumpção. S. S. ali se apresentou tendo-se antes consorçado n'uma casa isolada longe dessa cidade em companhia do Sr. consul de Italia.

A ausencia dos Srs. agentes consulares estrangeiros da Assumpção ao momento em que essa cidade ia ser militarmente dominada pelos forças alliadas, podendo aliás ser considerada como uma extrema complacencia com os desejos do general Lopez, foi, como tinha de ser, uma grave difficuldade á occupação regular e ordeira da capital inimiga; porque faltou quem indicasse ao menos as moradias dos mesmos Srs. agentes, e em geral as casas que por terem generos ou objectos de algum valor carecessem de uma custodia especial.

Eu procurei remediar quanto em mim cabia uma falta que me parece mais grave da parte de quem, como o Sr. consul de França, tinha a seu cargo, segundo declara, depositos metálicos de seus nacionaes, e tambem os consulados de diversos paizes, inclusive o brasileiro, tão sujeito ás violencias paraguayas.

Como bem mostra a informação do Sr. coronel Hermes da Fonseca, que junto por cópia, elle, em cumprimento ás minhas ordens, achando duas casas fechadas, uma com as armas de França e outra com as da Italia, collocou guardas nellas, assim como o fez com varias que encontrou abertas; e não o fez com muitas que appareciam com os portos arrebaldados porque seu numero era extraordinario.

Essas guardas conservaram-se até a minha chegada, em que se estabeleceu uma policia regular por toda a cidade, apprehendendo-se por noite quinze a vinte individuos, estranhos ao exercito, quasi todos de nacionalidades europeas, que eram encontrados subtrahindo pelos fundos das casas desoccupadas, móveis e generos de toda a especie.

Vê, portanto, o Sr. consul que mais não podia fazer a autoridade militar, entrando em uma cidade que o inimigo tinha constituido praça de guerra. Nem só não autorizou, mas esforçou-se em evitar, e reprimio os abusos contra a propriedade alheia, por isso mesmo que sabia estar ella no Paraguay orphã de toda a protecção e legitimo amparo. Consequentemente aos assertos que se refiram ás tropas brasileiras na nota do Sr. consul, insinuando que a cidade de Assumpção foi por ellas—indignamente saqueada—conteste com uma denegação peremptoria de tal facto.

Elle não se dou e não passa de uma calumnia forjada pelos que ainda de longe querem lisongear o poder do general Lopez, a quem serviram tão humildamente.

O Sr. consul de França dando-lhe facil credito corria o risco de deixar crer que actuava ainda sobre elle a atmospheria hostil aos alliados, especialmente aos

brasileiras, que teve de respirar no campo inimigo, de onde acabava de chegar.

Sou ainda obrigado a contestar com uma denegação peremptoria factos que o Sr. consul diz ter presenciado, como o de saquear-se o consulado de Portugal e a legação norte-americana, acrescentando, que tambem o foi por duas vezes o seu proprio consulado.

O que S. S. pôde ter visto, e interpretado de uma maneira tão calumniosa para as tropas brasileiras, foi abrir-se uma casa que nenhum indício tinha de legação ou consulado estrangeiro e tirar de um cofre alli abandonado, os objectos que elle continha inclusive algum dinheiro e joias de pequeno valor, o que todo foi inventariado por uma commissão de officiaes do exercito, e recolhido em deposito no cofre da pagadoria militar até se apresentarem seus legítimos donos. O Sr. consul não diz quando, nem por quem foram violadas suas residencias, da Assumpção e de Luque, quebrados seus móveis e espalhados seus papeis, de modo que essa imputação sem vagamente se pôde referir ás tropas brasileiras, e antes alcança quer aos paraguayos, que ficando na Assumpção, penetravam nas casas para roubar e destruir, segundo explica o Sr. coronel Hermes em sua informação, quer á multidão d'estrangeiros que acompanha o exercito e cujos abusos tanto tem custado reprimir. Assegura o Sr. consul que os seus sellos estavam intactos até ao mesmo dia que as forças brasileiras entraram na Assumpção e em Luque, mas como S. S. não podia verifica-lo por si mesmo, porque só ali appareceu quatro ou cinco dias depois, é possível que falle sobre informações muito erroneas ou apaixonadas, que não me darei ao trabalho de combater.

Sobre o incidente com o chefe das forças brasileiras em Luque, isto é, não ter esse official consentido que o Sr. consul, que de ninguem era alli conhecido, entrasse n'uma casa e levasse della o que lhe aprouvesse, diz S. S. que não sabe « se-lhe necessaria uma authorisação para usar de seu direito stricto e absoluto. »

Parece que não devia ignorar um consul de uma nação como a França, que em praças militarmente occupadas a ninguem é licito entrar nos habitações e tirar dellas os objectos, sem antes justificar a sua propriedade; e quando é um agente diplomático ou consular, sem apresentar-se e como tal fazer-se reconhecer pelo general em chefe das forças.

Portanto, o — direito stricto e absoluto — que invoca o Sr. consul não foi mais do que uma pretensão irreffectiva e que agora pretende justificar, mas grado é falta de razões positivas.

Não carecem as familias paraguayas da intercessão do Sr. consul para com o exercito imperial, pois ellas têm sido respeitadas e tratadas com benevolencia.

Entenda-se, porém, que falle das familias que se acham na Assumpção e outras pontas dominados pelas forças alliadas, porque sei bem que ha muitas mais victimas ainda do terror que lhes inspira o general Lopez, que podem dar occa-

sito a que se exerça a humanidade do Sr. consul, intercedendo para que se as deixe voltar a seus lares, e cessar na cruel periprinção a que são forçadas.

Sobre as propriedades, ou quizesquer outros direitos de seus nacionaes que considere violados pede o Sr. consul apresentar quando quizer suas reclamações, contanto que defina e comprove, primeiro para que não se as possa tomar como insinuações favoráveis á causa do inimigo, e segundo para evitar que, á semelha da justiça e protecção que se deve ao neutro, se deslinem astutas combinações para salvar os interesses de general Lopez e sua familia, que outra coisa não são do que usurpação da fortuna publica do Paraguay.

O Sr. consul tra-me justiça acreditando que minhas arduas obrigações e tambem e máo estado de minha saúde foram que me impediram annuir ás novas entrevistas que solicitou, demorando, como já manifestei, esta resposta.

No mais o silencio do Sr. consul nada podia influir n'um estado de cousas que se não é perfeito, é, pela parte do exercito imperial, pautado na dignidade propria e na disciplina de que sempre dea provas.

Nem será deste exercito que a bandeira e o escudo de armas da França reclamam no Paraguay insultos contra os quaes um digno agente della deya reclamar.

Tendo respondido aos principaes pontos de sua nota, permita-me o Sr. consul que eu não termine sem me mostrar surprehendido de que na conferencia, que teve commigo ao dia seguinte de minha chegada á Assumpção, e que durou perto de duas horas, S. S. nada me indicasse sobre os factos que agora denuncio com tanta vehemencia.

A contradicção que ha nesse proceder mostra, quando menos, que os abusos não foram patentes e nem de tal natureza que chamassem a attenção particular do Sr. consul; e assim confirmam a minha supposição de que em grande parte as queixas formuladas agora, tiveram por base informações erroneas que rectificações, S. S. será o primeiro a desprezar.

Queira o Sr. consul aceitar as seguranças de minha devida consideração.

Ao Sr. Cuverville, consul de França na Assumpção.

MARQUEZ DE CARIAS.

N. 54.

*Officio do commandante da 6.ª brigada de infantaria ao marechal
marquez de Caxias.*

Quartel do commando da 6.ª brigada de infantaria em Assumpção, 17 de
Janeiro de 1869.

Ilm.ª e Exm.ª Sr.—Dignando-se V. Ex., em officio do hoje, determinar-me que como primeira autoridade militar que entrou nesta capital á testa de uma força sob meu commando, pertencente ao exercito brasileiro, informe circumstanciadamente sobre a nota a V. Ex. dirigida em 13 do corrente pelo consul francez, queixando-se de que fôra saqueada não só a casa de seu consulado como outras pertencentes a subditos do seu nação; desrespeitando-se assim os selles postos nas mesmas casas, cumpre-me declarar a V. Ex. que chegando a expedição á tarde e começando a desembarcar nesta cidade depois das 8 horas do 1.º do corrente, concluiu o desembarque da força da 10 horas da noite; e fazendo-a recolher ao Palacio novo, occupei-me o resto da noite em providenciar sobre a segurança da força; no dia seguinte pela manhã cedo procedi com o 10.º batalhão ao reconhecimento da cidade, e occupei suas barreiras; nessa occasião encontrei algumas casas abertas e nellas colloquei guardas para que nada se retirasse dellas; nenhuma tinha o mais leve indicio de pertencer a subdito francez, ou de qualquer outra nação, e a maior parte estava com o tecto (tecto) arrombado nos principaes aposentos, com os móveis estragados, não só por effeito da chuvia, como por emprego de força, indicando que ha já bastante tempo foram postos nesse estado; e a respeito fui informado por filhos do paiz, de que estas casas pertencem a pessoas que cahiram no desagrado do governo desta republica, por não haverem tomado parte na presente guerra, por estarem ausentes, ou por terem sido prisioneiros dos alliados; por suspeitos de complicitade na projectada revolução contra o mesmo governo, e, finalmente, porque algum membro da familia se achava em qualquer daquellas condições, e que o marechal presidente Lopez, quando não podia satisfazer sua vingança sobre os individuos, mandava abric suas casas, despejar os bens de valor, estragar e inutilisar os outros com as proprias casas: de entre ellas me occorre agora citar uma de sobrado que foy esquina átrás da cathedral e que supponho pertencer á familia de um Jaime Garcia, na rua da Assumpção n.º 17, e outra de cujo dono ignoro o nome, na rua da Oliva n.º 54: encontrei tambem duas casas fechadas com armas, uma do consulado francez e outra italiano, em frente das quizes colloquei outras guardas para que fossem respeitadas estas duas casas; ainda no dia 6 do corrente eu as vi fechadas, sem indicio algum de arrombamento, e creio que foi depois deste dia que a autoridade legal do exercito deu posse dellas ao respec-

tivo consel e fez retirar as guardas; ordens, porem, da qual não tive conhecimento.

Possa e deve todavia afirmar a V. Ex. que, durante o tempo que commandei a força aqui existente nenhum facto se deu que revelo a menor violencia praticada por alguém do exercito em propriedade particular, quer dos naturaes do paiz como de estrangeiros. Mr. de Caverville em sua nota se exprime em um periodo da seguinte forma: — « J'ai vu saccager le consulat de Portugal et la légation nord-américaine. . . . » — Ora, as casas que encontrei abertas no dia 2, e nas quaes colloqui guardas, foram depois por ordem de V. Ex. examinadas por uma commissão composta de officios de fazenda e das repartições fiscaes, assim como dos officios superiores dos corpos sob meu commando: commissão que fez recolher a deposito na pagadoria os objectos de valor e dinheiro que foi encontrado nas diferentes casas, cujos proprietarios ainda se ignora. A commissão procedeu sempre publicamente a todas os seus trabalhos, e ao estado de abandono em que estava esta cidade até a occasião em que foi occupada, tendo apenas uma guarnição militar paraguaya; a civilização e os brics do exercito imperial não poderiam aconselhar providencias mais salutaes: pódo ser, pois, que Mr. de Caverville, observando o movimento e providencias da commissão, as houvesse comprehendido mal, e as condemnasse como um acto de pilhagem « sac » praticado por nós.

« Não encontramos casa que nos dêsse indício de pertencer ao consulado portuguez e a légation norte-americana; e sómente a designação della me poderá orientar a esclarecer se será alguma das acima referidas.

Concluindo, V. Ex. me permita que faça uma consideração na qualidade de primeira autoridade militar que tomou posse da cidade da Assumpção, abandonada como estava, ou vacillaria reconhecer o character diplomatico de qualquer representante dos governos estrangeiros que, prescindindo da attitudo neutral na actual guerra, que o governo do Paraguay provocou ao imperio e a seus alliados, houvesse abandonado as suas residencias officiaes, deixando de arvorar o pavilhão de sua nação, e apresentar-se officialmente defendendo seus direitos que seriam sagradamente respeitadas, quando nossos primeiros forças aqui chegaram: nos desertos do Paraguay, paiz semi-selvagem, onde a perturbação trazida pela guerra chamou aventureiros de todos os paizes a procurar fortuna, me autorizam a duvidar da idoneidade de todos, sem que uma justificação mui formal m'os fizessem perfeitamente conhecidos: felizmente nenhum me appareceu, e não tive que haver-me com difficuldades de tal natureza.

Creio ter cumprido o determinado por V. Ex. Deos guarde a V. Ex.

Hlm.º e Rm.º Sr. marquez de Caxias, marechal e commandante em chefe de todas as forças brasileiras em operações contra o governo do Paraguay.

HENRIques RIBEIRO DA FONSECA, coronel.

N. 55.

*Officio do commandante da 6.^a brigada de infantaria ao marechal de exercito
marquez de Caxias.*

Quartel do commando da 6.^a brigada de infantaria na cidade d'Assumpção, 17 de
Janeiro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Em additamento ao officio junto, em que tenho a honra de responder á V. Ex. sobre a nota do consul francez, na qual este se exprime textualmente: «Eu vi saquear o consulado de Portugal e a legação norte-americana», vou regar á V. Ex., além de que possa formar a meu respeito uma justa opinião, se digne exigir daquelle a declaração do dia em que se deu o facto que tão positivamente affirmou; porque me parece que, até o dia 6, não havia elle chegado á esta cidade. É uma questão que interessa-me sobremaneira, e que V. Ex. se dignará aceitar como uma justificação desta minha exigencia.

Deos guarde á V. Ex.

Illm. e Exm. Sr. marquez de Caxias, marechal e commandante em chefe das
forças brasileiras em operações contra o governo do Paraguay.

HENRIE HENRIQUE DA FONSECA, coronel.

N. 56.

*Officio do commandante das forças de cavallaria da 1.^a columna ao chefe
do estado-maior do marechal de exercito marquez de Caxias.*

Commando das forças de cavallaria da 1.^a columna.—Acampamento em Luque.
5 de Fevereiro de 1869.

Illm. e Exm. Sr.—Tendo S. Ex. o Sr. marquez marechal e commandante em
chefe me ordenado que occupasse este ponto, e que passasse uma minuciosa revista
em todas as casas, é ver se encontrava, em alguma dellas, artigos de guerra;
logo que recebi esta ordem mandei o major João Baptista Barreto Leite, assis-

tente do deputado do ajudante-general junto á este commando, que percorresse toda a povoação, com o fim de ver se encontrava alguma casa com insignia ou algum signal que indicasse pertencer á outra nacionalidade que não fosse a do paiz, e nas que assim encontrasse podesse uma guarda; elle, voltando, deu-me parte que tinha cumprido a minha ordem, e que não havia encontrado casa alguma nessas circumstancias.

Ao mesmo tempo que mandei o major Barreto Leite, fiz sahir uma policia, composta de dois officiaes e vinte praças, para evitar que tocassem em qualquer objecto, mesmo pertencente aos filhos do paiz, e ao mesmo, com mais officiaes, passei a examinar o que existia nas casas da povoação, e nelles não encontrei objecto algum pertencente á guerra.

Quando fazia este serviço, tive aviso que existia uma casa que estava arrombada pelos fundos e que dentro della existia um esconde com as armas do consulado de S. M. o Rei da Italia, e que no seu pátio existia uma caixa arrombada; immediatamente nomeei o major José Lourenço Vieira Souto e mais dois officiaes para irem á dita casa averiguar o que havia na caixa: este, cumprindo esta ordem, encontrou o conteúdo na nota que em proprio original tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex., e que na casa existiam alguns outros objectos de uso domestico e bebidas, bem como um cofre de ferro arrombado e mais outros artigos que por serem muitos não são relacionados: contudo fiz collocar alli uma guarda para não deixar tirar coisa alguma; e que todo tenho a honra de communicar a V. Ex. para ser presente ao Exm. Sr. general em chefe, que ordenará á tal respeito o que julgar conveniente.

Deos guarde a V. Ex.

Ilm. e Exm. Sr. general João de Souza da Fonseca Costa, chefe de estado-maior.

VASCO ALVES PEREIRA, coronel.

Reclamação Italiana.

N. 57.

Officio do consul d'Italia ao commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay.

(Tradução.) Assumpção, 6 de Fevereiro de 1869.

Exm. Sr. general.—Com constrangimento devo chamar a alta attenção de V. Ex. sobre alguns factos deploraveis, que assignalam a occupação da capital do Paraguay e de seu departamento pelas forças do imperio do Brasil.

V. Ex. não ignora que a casa que eu occupava em Luque, provisoriamente do consulado italiano, desde Fevereiro de 1868, cujas portas tinha eu sellado com as armas reais do consulado, foram forçadas pelos soldados brasileiros, destruindo papeis, livros e muitas outras coisas depositadas por italianos, allemães e outros europeus, e bem como por familias paraguayas, resgando-se os uniformes do secretario da ex-legação oriental e do gerente do consulado de Portugal, que tinham sido por mim recolhidos na época da prisão deste ultimo Sr., roubando-se tambem minha propria espada e muitos outros effeitos e generos alimenticios de minha propriedade, sem que tenha até hoje recebido a minima satisfação a tal respeito.

Antes que com o coronel commandante das forças de Luque eu me encontrasse em 11 de Janeiro, me foi inteiramente impossivel averiguar minuciosamente o estado que se achava minha propria casa e quinta.

O consulado de S. M. em Assumpção foi invadido a 8 de Janeiro proximo passado por meio do arrombamento em duas janellas, procedendo-se a horrosa saque. A mesma sorte coube a muitos italianos e allemães residentes nessa cidade e fora della, que souberam o furo com que foram suas casas violentadas, arruando-se dellas mercadorias e móveis que alli se achavam depositados e que foram destruidos por pessoas estranhas.

Não fui immediatamente á presença do Sr. marquez de Caxias porque não tinha ainda em meu poder o meu uniforme, e meu secretario por minha ordem tentava de curar dos interesses dos estrangeiros postos sob minha protecção; estava elle por mim encarregado de apresentar um minucioso relatório ao Sr. marquez de Caxias sobre tais occurrencias para poder cumprir com o seu mandato. De tal estado de cousas me vi obrigado a dar parte ao ministro de S. M., e em consequencia de minhas instrucções me vejo forçado a protestar contra a violação do sello em Luque e do saque da minha casa, onde tinham sido postos estes sellos, bem como do meu consulado e das casas dos italianos e prussianos em Assumpção, e mais ainda contra as ameaças feitas contra mim e meu secretario pelo Sr. marquez de Caxias. Se eu tivesse recebido a tempo uma satisfação espontanea que em vão esperei, o governo de S. M. não teria, como tem, o direito de apresentar sérias reclamações ao gabinete do Rio de Janeiro.

Aproveito esta oportunidade para offerecer ao Sr. general os protestos de minha alta consideração.

Exm. Sr. general Guilherme Xavier de Souza.

CHAPPELON,

Consul da Italia, encarregado dos interesses da Prussia.

N. 58.

Officio do commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay ao consul de Italia.

Commande em chefe interino de todas as forças brasileiras em operações contra o governo do Paraguay.—Quartel-general em Assumpção, 14 de Fevereiro de 1869.

Ilm. Sr. — Accusando a recepção da nota que o Sr. Chappéron, consul de Sua Magestade o Rei da Italia, dirigio-me com data de 6 de Fevereiro corrente, na qual chama a minha attenção sobre alguns factos deploraveis que assignalaram a occupação da capital do Paraguay por forças do Imperio do Brasil, declarando S. S. que a casa que occupou em Luque provisoriamente desde Fevereiro de 1868 e cujas portas tinha sellado com as armas reais do consulado, foram fregadas por soldados brasileiros, destruindo papeis, livros e outras muitas cousas depositadas por italianos, allemães, e outros europeus, roubando-se a sua propria espada e outros effeitos, sem que tenha até hoje a minima satisfação a tal respeito; assim como que o consulado de Sua Magestade em Assumpção foi invadido a 5 de Janeiro proximo passado por meio de arrombamento em duas janelas, precedendo-se a horroroso saque, tendo a mesma sorte cabida a italianos e allemães, residentes nesta cidade, e fóra della, que souberam o furor com que foram suas casas violentadas; que não havia S. S. ido immediatamente á presença do Exm. Sr. marquez de Caxias por não ter em seu poder seus uniformes; que de tal estado de cousas, se via obrigado a dar parte ao ministro de Sua Magestade o Rei da Italia e protestar contra a violação do sello em Luque, do saque em sua casa, e mais ainda contra as ameaças á sua pessoa e do seu secretario pelo Exm. Sr. marquez de Caxias; cumprio-me responder a S. S. o Sr. Chappéron, remettendo-lhe as inclusas informações por cópia, que sobre o objecto em questão acabou de dar o coronel commandante da força brasileira em Luque, o coronel que no 1.º do referido mez de Janeiro, com a força sob o seu commando, occupou esta capital, e o coronel inspector geral da policia do exercito imperial.

A contestação expressada em tres documentos nada mais me cumpre accusar, sendo que nesta data leve tambem a materia em questão ao conhecimento de S. Ex. o Sr. marquez de Caxias, marechal e commandante em chefe

do exercito em operações contra o governo do Paraguay, que resolverá a respeito como for de direito.

Prevaleço-me da occasião para offerecer ao Sr. consul Chapperon as seguranças de minha perfeita estima e consideração.

Deos guarde a V. S.

Ao Sr. Chapperon, consul de Sua Magestade o Rei da Italia.

CYLLIUS XAVIER DE SOUZA, marechal de campo.

N. 59.

Officio do commandante da 6.ª brigada de infantaria ao deputado do ajudante-general do exercito.

Assumpção, 10 de Fevereiro de 1869.

Ilm. Sr. — Cumprindo o determinado pelo Exm. Sr. marechal e commandante em chefe interino em o officio de V. S. hontem datado, acerca da representação do consul italiano, aqui existente, representação que com este tenho a honra de devolver a V. S., cazo-me informar que, tendo forças brasileiras, sob meu commando, occupado esta cidade na noite do 1.º de Janeiro deste anno, fugindo nessa occasião a guarnição inimiga, que nella se achava, no dia 2 pela manhã muito côde, procedendo a um reconhecimento, encontrei-a absolutamente abandonada e deserta: e como na frente de duas casas eu vi as armas dos consules da França e da Italia, mandei collocar guardas na frente de cada uma dellas para evitar que fossem violentadas, visto que com a chegada da força de meu commando começaram a affluir aqui grande numero de aventureiros de todos os paizes.

O exercito imperial aqui chegou no dia 3 do mesmo mez, e até este dia não tive occasião de ver o consul italiano.

Assim, pois, não tendo a força do meu commando, nem parte della ido a Luque, e tendo cessado a minha autoridade no dia 5, com a entrada do exercito, nada sei nem posso dizer sobre os factos que o consul italiano affirma terem as suas forças praticado.

Não posso, porém, deixar occulta a minha surpresa e admiração pela conducta do mesmo consul, que representando aqui o governo de uma nação neutra

na guerra que o governo Paraguay provocou ao imperio e a seus alliados, devendo estar no pleno gozo de todos os seus direitos e immunições, não devia ter abandonado a casa de sua residência official para fazer-se acreditar perante qualquer das forças belligerantes, que o accus aqui trouxesse, como consul da Italia pondo-se á testa da defesa dos interesses do seu paiz e de seus nacionaes.

A ausencia do consul devia ter sido espontanea ou violentada pelo dictador Lopez: em ambas as hypotheseas devia elle estar fóra da Assumpção com muita antecedencia: na primeira não encontrando uma explicação na ausencia do consul, e não se devendo suppor que tivesse elle fugido das forças brasileiras, mas supposto se torna de haver violado a neutralidade, em que se devia conservar, pois que era nesta cidade onde residia a maior parte dos subditos italianos, e onde o respectivo consul tinha a maior parte dos seus interesses, se não todos elles, e afe nas fileiras combatentes das forças fugitivas de Lopez; se, porém, a ausencia foi violentada e a Italia ficou sem o seu representante, nos parece que sómente Lopez é culpado dos factos de que o mesmo consul se queixa e que lastimamos.

Deus guarde a V. S.

Hm. Sr. tenente-coronel José Maria de Alencastro, deputado do ajudante-general junto ao commando de todas as forças brasileiras.

HERNAN ESCRIBO DA FONSECA, coronel.

N. 60.

Officio do commandante das forças brasileiras em Luque ao deputado do ajudante-general do exercito.

Commando das forças em Luque, 12 de Fevereiro de 1869.

Hm. Sr. — Respondendo ao officio que V. S. se dignou dirigir-me em data de 9 do corrente por ordem de S. Ex. o Sr. general em chefe, para informar respeito á representação feita pelo consul Italiano, a qual, por cópia, V. S. tambem se dignou enviar-me, eu devia limitar-me a passar os mãos de V. S. para ser presente a S. Ex. como faço, a cópia do officio que em data de 3 de Janeiro findo dirigi ao Exm. Sr. brigadeiro chefe de estado-maior, porém vendo o desejo manifesto do dito consul em accusar os soldados do imperio

avanzando proposições que elle não pôde provar, como a de dizer que os soldados brasileiros forçaram as portas de sua casa em Luque que estavam selladas com as armas do consulado, não posso deixar de dizer mais alguma coisa.

Garanto a V. S. que o consul italiano não é capaz de provar o que avançou; porque quando a força sob meu commando chegou a este ponto já a casa de que se trata estava arrombada, não pela frente e sim pelo fundo que era cercada por um muro de tijolo.

Exteriormente ella não tinha indicio algum de arrombamento, como ainda até hoje se pôde ver e nem tío pouco bandeira ou escudo d'armas de nação alguma.

O arrombamento na porta que dá para o pátio foi feito sem duvida na noite ou noites que precederam á nossa chegada a esta villa da qual me disse o consul de Sua Magestade o Imperador dos Franceses, quando em 9 de Janeiro me fallou pela primeira vez, se haviam retirado quatro dias antes da nossa entrada para uma quinta que tinham alugado no Campo grande, e com tanta precipitação foi o roubo feito que ainda no mencionado pátio foi encontrado o dinheiro e outros objectos de prata e ouro que tenho em meu poder, como já dei parte por duas vezes. Digo que foi de noite por ter sido este julgo emitido pelo proprio consul de França quando em 26 do passado veio tomar conta da casa, o qual encontrou em um castiçal uma vela de cera amarella, um isqueiro com fuzil, etc., e que tudo veio mostrar ao coronel Francisco Vieira de Faria Rocha e major João Baptista Barreto Leite, que por cortezia o haviam acompanhado, dizendo-lhes que os ladrões tinham ido á noite porque aquelles objectos ninguem daquella casa possuia e entretanto alli se encontraram.

Ora tendo nós chegado a este ponto em pleno dia e as portas arrombadas sido logo fechadas á chave, bem seguras, e além disso tendo uma guarda com sentinella, é claro que quem nella entrou de noite é que levou esses arranjos preventivos para o roubo.

O referido consul francez ainda encontrou em seu quarto tres saccos com dinheiro, o que foi visto pelos mencionados coronel e major, é pois evidente que se os soldados brasileiros, que só aqui chegaram de dia, e que mediuu uma hora mais ou menos do momento da nossa entrada até ser encontrada a casa arrombada, se tivessem ido saquear as casas dos consules, teriam occupado primeiro o seu tempo em procurar coisas de valor e não em rasgar livros, papeis e até os uniformes do secretario da legação oriental e do gerente do consulado de Portugal (Leite Pereira, mandado fuzilar pelo presidente Lopez), e nem tío pouco poderiam arrombar uma caixa de ferro como a que tinha o consul italiano.

A parte da casa pertencente ao consul francez ficou intacta em seus moveis, dinheiros, etc.; entretanto na do italiano é onde se deu o roubo!

Não parece isto uma recommendação?

Não parece que tudo foi feito por pessoas que sabiam o que faziam?

Porque deixaram dinheiro, armas, roupas, bahús seus e depositados, tudo fe-

chado, ao consul francez e ao italiano fizeram todos os destroços de que elle se queira?

As apparencias me induzem a crêr que o consul italiano quer irrogar aos soldados brasileiros o que foi sem duvida feito pelos paraguayos, junto a cujo governo elle estava acreditado; mas que em seu despeito contra o Exm. Sr. marquez de Caxias, como se vê do seu officio dirigido ao Exm. Sr. general em chefe, busca um meio de indispor sua nação com o imperio accusando seus soldados de crimes que não commetteram.

Creio ter dado a S. Ex. todas as informações que me foram exigidas por V. S. a quem Deus guarde.

Ilm. Sr. tenente-coronel José Maria de Alencastro, deputado do ajudante-general junto ao commando em chefe.

VASCO ALVES PEREIRA, coronel.

N. 61.

Officio do inspector de policia em Assumpção ao deputado do ajudante-general do exercito

Inspeção de policia em Assumpção, 12 de Fevereiro de 1869.

Ilm. Sr. — Em satisfação ao conteúdo em officio de V. S., de 9 do corrente, cobrindo a representação que o consul italiano dirigio em 6 tambem do corrente a S. Ex. o Sr. marechal de campo, commandante em chefe interino, sobre factos que se deram por occasião de occuparem as forças esta cidade e a de Luque, em que o mesmo consul se queira de violencias e roubos em suas propriedades, vou, conforme o mesmo Exm. Sr. marechal determinou, informar o que sei á semelhante respeito.

Em 5 de Janeiro ultimo, acompanhando a S. Ex. o Sr. marquez de Caxias, marechal do exercito, do acampamento de S. Lourenço e de passagem por Luque, alli vi a maior parte das casas abertas e algumas ainda com indícios de serem ha pouco abandonadas pelos paraguayos; alli S. Ex. ordenou ao coronel Vasco Alves que acampasse, e proseguio S. Ex. sua marcha para esta cidade, onde, depois de entrarem nossos batalhões, fui eu percorrer algumas ruas e observei que na frente das casas que continham as armas de consules estran-

geiros, se achavam guardas collocadas por ordem do coronel Hermes Ernesto da Fonseca, que na noite do dia 1.^o do mez de Janeiro, havia desembarcado neste ponto, e perguntando para que fim ellas alli estavam, me responderam os respectivos commandantes que era para evitar que fossem violadas as ditas casas: depois se soube que pelo interior das casas vizinhas haviam nellas entrado e commettido furtos, mas não se pôde saber por quem, porque ainda na referida noite do dia 1.^o aqui estava uma força paraguaya, e desde a referida noite uma multidão de vivandeiros e aventureiros que acompanhavam a expedição por mar uns e outros que vieram antes da chegada do exercito por terra, já aqui estavam. Sei que por parte de nossas autoridades se tomaram providencias para evitar o saque e que fôra nomeada uma commissão de officiaes para examinar o que havia nas ditas casas, quando se reconheceu que nellas haviam penetrado occultamente e que foi recolhido o pagaderia e alli depositado o dinheiro que foi encontrado; quanto a dizer o mesmo consul não ter recebido a tempo uma satisfação espontanea dos prejuizos que allega, não tem razão, porque S. Ex. o Sr. marquez, ainda acampado o exercito em S. Lauronça, procura entender-se com o consul italiano, mas este se negou formalmente apesar das instancias de S. Ex.; e portanto preferio abandonar suas casas, quando podia ter entrado junto com o nosso exercito, e sem duvida não viria hoje estabelecer uma questão desagradavel; podendo alfançar ao mesmo Ex. Sr. marechal que, pela parte que me toca, do dia 6 em diante, se tem policiado a cidade, e essas violencias e saques de que se falla são exageradas excessivamente por inimigos da causa da alliança, e que esses trastes que faltam em umas casas se acham removidos para outras.

Deus guarde a V. S.

Ilm. Sr. tenente-coronel José Maria de Alencastre, deputado do ajudante-general junto ao commando em chefe.

JOSÉ FERREIRA DA SILVA JUNIOR, coronel.

Reclamação americana.

N. 62.

PARAGRAPHO DO OFFICIO, QUE O COMMANDEANTE DO VAPOZ AMERICANO « WASP » DIRIGIO EM 25 DE FEVEREIRO DE 1869 AO MARCHEAL GUILHERME LAYNE DE SOUZA.

(Tradução.) Deve igualmente chamar a attenção de V. Ex. para este facto: que, depois da occupação da cidade de Assumpção pelo exercito brasileiro, a casa, outr'ora habitada pela legação dos Estados-Unidos, foi devassada, sendo varios cofres, alguns sellados, abertos á força e subtrahido o seu conteúdo; e tambem que o archivo official da legação foi removido. E rogo a V. Ex. que expeda ordem a todas as pessoas sob seu commando affin de que me sejam restituídos, a bordo deste navio, todos os objectos pertencentes á legação dos Estados-Unidos, que estão actualmente em poder dessas pessoas.

N. 63.

PARAGRAPHO DO OFFICIO, QUE O COMMANDEANTE DO VAPOZ DE GUERRA AMERICANO « WASP » DIRIGIO EM 2 DE MARÇO DE 1869 AO MARCHEAL GUILHERME LAYNE DE SOUZA.

(Tradução.) Cumpre-me chamar a attenção de V. Ex. para o facto de não haver eu recebido resposta á minha communicação de 25 do mez ultimo, relativa á propriedade e papéis subtrahidos da legação dos Estados-Unidos depois da occupação desta cidade pelo exercito brasileiro.

N. 64.

*Officio do commandante do Wasp ao commandante de todas as forças
brasileiras em operações no Paraguay.*

(Traducção.) Bordo do vapor dos Estados-Unidos Wasp.—Assumpção, Paraguay, 7
de Março de 1869.

Sr.—Tenho a honra de informar-vos da minha partida e de participar-vos
que nomeei o capitão Frank Mac Nevins agente temporario dos Estados-Unidos
neste porto para receber e guardar, até a reclamação da competente autoridade,
toda a propriedade e papeis, de qualquer natureza e descripção, pertencentes
ao governo dos Estados-Unidos, que lhe entregueis em virtude da minha requi-
sição de Fevereiro de 1869, ou que possam chegar-lhe ás mãos por quaisquer
outros meios.

Tenho a honra de ser,

Exm. Sr. marechal Guilherme Xavier de Souza, commandante em chefe do
exercito brasileiro em operações contra o Paraguay,

Vosso obediente servo,

W. A. KUSCILLAN, commandante.

N. 65.

*Officio do commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay
ao commandante do Wasp.*

Commando em chefe do exercito do Brasil. — Assumpção, 8 de Março de 1869.

Sr. commandante.—Nô final de vossa nota de 25 do mez ultimo, cujo objecto
principal era a vossa desejada communicação com o Sr. general Mac-Mahon,
ministro dos Estados-Unidos, me dirigistes o seguinte pedido: «Tenho tambem
de chamar a attenção de V. Ex. para o facto de ter sido, desde a occupação da
cidade de Assumpção pelo exercito brasileiro, visitada a casa que fôra occupada
pela legação dos Estados-Unidos, e varios caixotes, alguns dos quaes sellados,

abertas á força, e o seu conteúdo retirado d'alli; além disso que o archivo official da legação foi removido. Eu peço a V. Ex. que expede ordem aos seus commandados para que me seja devolvida, a bordo deste navio, toda a propriedade pertencente á legação dos Estados-Unidos que actualmente esteja em poder delles. »

Respondendo á citada nota de 25 do mez ultimo, prometti-vos tratar deste ultimo trecho em separado, para não misturar dous assumptos inteiramente distinctos, acrescentando que o faria depois de recolher certos dados, que não tinha então presentes.

Já estava eu de posse das informações que aguardava e disposto a dirigir-vos hoje a devida resposta, quando hontem, domingo 7 do corrente, recebi a vossa nota desta data, pela qual me communicastes o seguinte :

« Tenho a honra de informar-vos de minha partida e de avisar-vos que nomeei o commandante (captain) Frank Mac Nerina como agente dos Estados-Unidos *pro tempore* neste porto, para receber e guardar, até que sejam reclamadas pela autoridade competente, toda propriedade e papeis de qualquer especie e qualidade que sejam, pertencentes ao governo dos Estados-Unidos; e que possam ser-lhe devolvidos por vós, em virtude de meu pedido de 25 de Fevereiro, ou possam chegar ás suas mãos por quaesquer outros meios. »

O teor deste pedido e do outro anterior, mostra que o Sr. commandante não tem perfeito conhecimento dos factos a que allude e da propriedade que reclama como pertencente ao governo dos Estados-Unidos.

Explicar-vos-hei os factos a que pareceis alludir, mas antes de tudo devo prevenir-vos de que não posso admitir reclamação vossa a esse respeito, sendo, como é, este assumpto da competencia dos governos e de seus representantes diplomaticos.

Menos poderia eu reconhecer o mandatario interino que quereis aqui deixar para receber o que presumis que pertence á legação ou governo dos Estados-Unidos e exista em meu poder ou de meus commandados.

Declarada esta regra de proceder que o direito publico universal me prescreve, passo a informar-vos sobre a questão de facto.

A cidade de Assumpção fôra convertida em praça de guerra pelo general Lopez, que obrigou ao mesmo tempo seus infelizes habitantes, nacionaes e estrangeiros, a retirarem-se para o interior, levando consigo tudo quanto podiam conduzir.

Muitos mezes depois dessa emigração forçada, e quando a cidade estava abandonada até pelas forças paraguayas que a guarneciam, é que os exercitos alliados, vencedores em diversos combates do mez de Dezembro ultimo, aqui entraram.

É certo que eram brasileiras as primeiras forças que entraram, e tambem o é que ellas encontraram muitas casas abertas e outras com os tecos destruídos. Isto teve lugar no dia 1.º de Janeiro á noite.

O primeiro cuidado do coronel brasileiro Hermyes Ernesto da Fonseca, com-

imediatamente duas brigadas, que precederam poucos dias o grosso dos exércitos aliados, que marcharam por terra, foi cobrir a linha interior da cidade, aproveitando-se das trincheiras de inhigo, distribuir patrulhas para policiarem a cidade, e postar guardas nas casas que tinham os escudos dos consulados francez e italiano, bem como em outros edificios onde poudo vêr, ou devia presumir, que continham objectos de valor.

Uma das casas em que se tomou esta ultima providencia, foi a de n. 95 da rua da Justiça, onde se diz que habitava o Sr. ex-ministro dos Estados-Unidos Washburn.

Os objectos encontrados nesta casa foram inventariados e postos em segurança por uma commissão de officiaes militares e das repartições civis do exército brasileiro, nomeada para esse fim pelo marechal marquez de Caxias, como tudo consta dos respectivos termos lavrados do modo mais preciso, authentico e fidedigno.

A esta casa parece referir-se o Sr. commandante Kirkland, posto que não a pudesse indicar sendo pela vaga circumstancia de ter sido habitada ultimamente pelo Sr. Washburn, ex-ministro dos Estados-Unidos.

Encontrou-se ali, em diferentes especies metallicas, a quantia de cerca de vinte mil pedações, joias e varios outros objectos, todos de pequeno valor, que se acham especificados nos inventarios a que acima referi-me.

Encontraram-se mais alguns moveis, e um caixão fechado com parafusos, que apparently já estavam riciados, tendo na parte superior um rótulo que dizia conter o archivo da legação norte-americana.

Nem exterior nem interiormente essa casa apresentava outra indicação de haver sido residencia do Sr. ministro dos Estados-Unidos, que se retirára mezes antes dos acontecimentos que entregaram esta capital ao dominio das forças aliadas.

Pertencerão estes objectos ao Sr. ex-ministro Washburn? Ou serão depositos confiados a esse ministro quando aqui estava, ou alli guardados depois da sua retirada, por pessoas que acompanharam o inimigo, voluntaria, ou forçadamente, na esperança de que essa casa fosse lugar mais seguro, pela circumstancia de ter sido habitada por um agente diplomatico?

O Sr. commandante não o sabe, e ninguém talvez o poderia assegurar senão o proprio Sr. Washburn.

Em todo o caso trata-se de uma questão de propriedade, que deve ser decidida á vista de provas, ou ao menos de palavra sufficientemente autorizada.

A circumstancia da casa e a do mencionado caixão não bastam para determinar a verdadeira origem desses depositos. Com a retirada do Sr. Washburn, essa casa deixou de ser a sua residencia, e não parece provavel que elle nem levasse consigo o archivo da legação, nem o confiasse á guarda de algum dos agentes consulares aqui residentes.

A devolução desses objectos ao Sr. ex-ministro dos Estados-Unidos não soffreri duvida desde que se reconheça que lhe pertencem, bem como serão entregues a

quesequer particulares que os possam reclamar com direito, e não sejam dos que serviram á causa do inimigo das nações aliadas.

O Sr. commandante Kirkland, porém, não está sufficientemente habilitado para esclarecer a duvida que se dá a respeito desses depositos, e menos para reclamar, em caracter official, a sua entrega do poder dos governos alliados.

Deixando assim respondida a ultima parte da nota de 23 de Fevereiro e a de 7 do corrente, aproveito a opportuidade para renovar ao Sr. commandante as seguranças de minha distincta consideração.

Ao Ilm. Sr. W. A. Kirkland, commandante do *Wasp*.

GUARIMAR XAVIER DE SOUZA.

N. 66.

Officio do commandante da 6.ª brigada de infantaria ao chefe de estado-maior do exercito.

Quartel do commando da 6.ª brigada de infantaria.—Assumpção, 4 de Março de 1869.

Ilm. Sr.—Respondendo ao officio que V. S. me dirige de ordem do Exm. Sr. marechal de campo, commandante em chefe, cobrindo a cópia da nota dirigida em 25 do proximo passado pelo commandante da canhoneira americana *Wasp*, que reclama providencias contra o facto de haver sido invadida a casa da legação norte-americana e subtrahidos não só o respectivo archivo, como diversos objectos que alli se achavam, cumpre-me declarar que tendo a 6.ª brigada de infantaria sob meu commando occupado a cidade de Assumpção na noite do 1.º de Janeiro deste anno, foi aquartelada no palacete novo do governo ainda em construção, limitando-me nessa noite, como meio de segurança, em guardar as proximas avenidas: no dia seguinte muy cedo fiz o reconhecimento da cidade com um dos batalhões (o 10º) e estabeleci guardas nas barreiras, aproveitando as mesmas trincheiras do inimigo: depois percorrendo diversas ruas, vi que algumas casas estavam abertas, umas com moveis e a maior parte sem elles; tendo muitas dellas os lectos arrebitados nas soléas; encontrei tambem duas casas fechadas com armas dos consulesados francez e italiano e na frente de cada uma dellas mandei collocar guardas para evitar que fossem violadas. E para que todas as outras proprie-

dades fossem igualmente respeitadas distribui diariamente um batalhão em guarnecer a cidade dentro das barreiras guarnecidas.

Entre as casas que no dia 2 descobri abertas, uma me pareceu ser aquella a que se refere o commovente da canhoneira, porque nella encontrei um caixão fechado com parafusos que já estavam vicinados, tendo no tempo superior uma legenda que indicava ser o archivo da legação norte-americana; porém nesta casa, quer interior quer exteriormente, nenhum signal, nenhuma indicação tinha que revelasse ser a residência official ou particular do encarregado de negocios dos Estados-Unidos; nem mesmo na frente da casa havia signal algum de que alli estivessem expostas as armas respectivas. No dia 5 do mesmo mez aqui chegou o exercito e tomou quartéis; cessando por isso a minha autoridade e responsabilidade: e dando conta a S. Ex. o Sr. marquez, commandante em chefe, da occupação desta cidade por forças sob meu commando, determinou elle que o caixão que tem a legenda de archivo da legação dos Estados-Unidos fosse guardado em um dos depositos do exercito, para o qual foi transferido no mesmo estado em que foi por mim encontrado.

Cabe-me, porém, aqui declarar que tendo tido ordem de S. Ex. o Sr. marquez para fazer guardar e respeitar a inviolabilidade das propriedades particulares e utilizar-me tão sómente para quartéis, depositos e hospitais, dos edificios publicos e casas de residencia do dictador Lopez, ou de pessoas de sua familia, destinei a casa do cabido para hospital dos nossos generaes e officiaes superiores; a casa nobre na praça da cathedra para residencia de Sr. chefe do estado-maior e repartições adjuntas ao commando em chefe; e o sobrado que se diz pertencer ao general Barrios para receber S. Ex. o Sr. commandante em chefe, e porque esta casa não tivesse peça alguma de mobilia, fiz para ella transferir a que estava na casa supposta da legação norte-americana.

Alguns objectos de valor existiam na referida casa, e a respeito determinou o mesmo Ex. Sr. marquez, que uma commissão composta dos officiaes superiores da brigada e de outros das repartições fiscaes de fazenda e do quartel-mestre general precedesse a um inventario delles, e os fizesse recolher á pagadoria militar, o que tudo consta de termos que existem na intendencia do exercito.

Posto que não seja da minha competencia, tomo a liberdade de ponderar que havendo-se retirado desta republica o Sr. ministro norte-americano Washburn cortando suas relações diplomaticas com o presidente Lopez, e não tendo sido substituido, sabendo todavia d'aqui mui livremente a bordo de um navio de guerra de sua nação, é de admirar, senão de duvidar, que houvesse elle deixado aqui o archivo da legação: assim como que vindo depois o general Mac-Mahon pôr-se á testa dos negocios diplomaticos dos Estados-Unidos junto ao governo do Paraguay e seguindo incontinentemente para junto da pessoa de Lopez que achava-se e continuava á frente de seu exercito, sempre longe desta cidade; é tambem admiravel, senão duvidoso, que houvesse este ministro formado já um archivo nesta cidade.

E' crível, pois, que esse caixão que trazia a legenda já referida teria em algum

tempo confido archivar e que eventualmente tivesse ficado em alguma casa particular (talvez de algum súdito dos Estados-Unidos) guardando objectos simplesmente particulares: todavia, contenha o que quer que seja, foi religiosamente respeitado, e se acha guardado, como já disse, em um depósito do exercito.

E' tambem fóra da minha competencia, mas é mister declarar que muito fôgaria, durante o commando que exerci nesta guarnição, encontrar aqui representantes das diversas nações, que me fizessem valer seus direitos e conhecer suas propriedades e as de seus compatriotas, e que me prestassem a valiosa coadjuvação de que seriam capazes, se guardassem as regras de absoluta neutralidade na guerra em que nos achamos: infelizmente, porém, só nos fins do mez de Janeiro é que começaram a fazer-se sentir os consules da França e da Italia e agora o commandante da canhoneira *Wasp*, pelo ministro dos Estados-Unidos; todos os quaes, abandonando seus interesses e cedendo as altas funcções de que se achavam investidos, desceram a soldados ou agentes de Lopez.

A' vista, pois, de todas as faccos que tenho expellido, mui infundada me parece a reclamação que dá materia ao que tenho a honra de responder a V. S., á quem Deus guarde.

Ilm. Sr. coronel Rufino Enéas Gustavo Galvão, chefe do estado-maior.

HERMES ERNESTO DA FONSECA, coronel.

N. 67.

Officio do commandante de todas as forças brasileiras em operações no Paraguay á minsta especial nas republicas do Prata.

Commando em chefe interino do exercito brasileiro em operações contra o governo do Paraguay.—Quartel general em Assumpção, 1.^o de Março de 1869.

Ilm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. os cinco termos juntos por cópia, apresentando o resultado da commissão encarregada de arrecadar o dinheiro e joias que o coronel Hermes Ernesto da Fonseca tinha sob sua guarda.

Approveito o ensejo para assegurar a V. Ex. a minha estima e alta consideração.

Deus guarde a V. Ex.

Ilm. e Exm. Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

GUILLERME XAVIER DE SOUZA.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O OFFICIO RETO.

N. 1.

Termo do que se encontrou na casa n. 95 da rua da Justiça, em Assumpção.

Aos seis dias do mez de Janeiro de mil oitocentos e sessenta e nove, nesta cidade da Assumpção, no palacio em construcção do governo da republica do Paraguay, presente a commissão composta das Srs. coronel Hermes Ernesto da Fonseca, tenentes-coroneis Antonio Joaquim Bacellar, e Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello, majores Joaquim Antonio Dias, Pedro Alves de Alencar, Manoel Antonio Rodrigues e José Libanio de Souza, encarregados da entrega do dinheiro e joias encontradas na casa n. 95 á rua da Justiça, e reunida tambem a commissão nomeada por S. Ex. o Sr. marechal de exercito marquez de Caxias, composta dos Srs. intendente das repartições da fazenda João Baptista de Figueiredo, chefe da repartição fiscal Sebastião Marques de Souza, da pagadoria Joaquim Antonio Vasquez, major assistente do chefe do estado-maior Luiz Eduardo de Carvalho e o primeiro official da intendencia da fazenda Frederico Augusto de Menezes Lara, encarregado de receberem o referido dinheiro e joias; procedeu-se á contagem, encontrando-se em dois habús a importancia de 29:612\$780, nas especies seguintes: 12,850 patações de prata a 2\$000, 1,235 moedas de prata de cinco francos, a 1\$800, 774 pesos bolivianos, a 1\$600, 33 moedas de 1\$000, 15 ditas de 500 rs., 260 ditas de 400 rs., 243 ditas de 200 rs., 22 bolivianos a 80 rs., 1 dollar por 1\$900, 1 moeda por 1\$280, e 211\$300 prata brasileira, o que tudo foi recolhido á pagadoria militar do exercito, assim como as joias que ficam depositadas para serem inventariadas com as demais que se forem encontrando. E dando-se por findos os trabalhos desse dia, eu Frederico de Menezes Lara, primeiro official da intendencia da fazenda, servindo de secretario da commissão, lavrei o presente termo, que vai assignado pelos membros das referidas commissões.

Coronel Hermes Ernesto da Fonseca.—Intendente João Baptista de Figueiredo.
—Tenente-coronel Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello.—Tenente-coronel Antonio Joaquim Bacellar.—Chefe da repartição fiscal Sebastião Marques de Souza.—Chefe da pagadoria Joaquim Antonio Vasquez.—Major assistente do chefe do estado-maior Luiz Eduardo de Carvalho.—Major Pedro Alves de Alencar.—Major Joaquim Antonio Dias.—Major José Libanio de Souza.—Major Manoel Antonio Rodrigues.—O 1º official Frederico Augusto de Menezes Lara.—Conformo, Joaquim Feliciano de Rego Barrer.

N. 2.

Termo do exame feito em alguns volumes e cofre existentes na casa da rua da Justiça n.º 95, em Assumpção.

Aos 7 dias do mez de Janeiro de 1869, nesta cidade da Assumpção, na casa numero 95, á rua da Justiça, presente a commissão, composta dos Srs.: coronel Hermes Ernesto da Fonseca, tenentes-coroneis Antonio Joaquim Bacellar, Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello, majores Joaquim Antonio Dias, Pedro Alves de Alencar, Manoel Antonio Rodrigues e José Libanio de Souza, encarregados de entregar os dinheiros e joias que fossem encontrando na dita casa á commissão nomeada pelo Ex.^{ma} Sr. marechal do exercito marquez de Caxias, que tambem se achava presente, composta dos Srs. intendente das repartições de fazenda, João Baptista de Figueiredo, chefe da repartição fiscal Sebastião Marques de Souza, da pagadoria Joaquim Antonio Vazquez, o major assistente do chefe d'estado-maior, Luis Eduardo de Carvalho, e o primeiro official da intendencia de fazenda Frederico Augusto de Menezes Lara, procedeu-se ao exame em alguns dos volumes e cofre existentes na referida casa e encontrando-se dinheiro e joias, depositou-se tudo em uma caixa, que foi competentemente lacrada para ser aberta no dia seguinte, lacrando-se tambem a porta da entrada em consequencia de ser tarde para se inventariar e proseguir nos trabalhos. Em vista do que eu Frederico Augusto de Menezes Lara, primeiro official da intendencia de fazenda, servindo de secretario da commissão, lavrei o presente termo, que vai assignado pelos membros das referidas commissões.—(Assignados).—Coronel *Hermes Ernesto da Fonseca*.—O intendente *João Baptista de Figueiredo*.—O tenente-coronel *Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello*.—O tenente-coronel *Joaquim Antonio Bacellar*.—O chefe da repartição fiscal *Sebastião Marques de Souza*.—O chefe da pagadoria *Joaquim Antonio Vazquez*.—Os majores *Luis Eduardo de Carvalho*.—*Pedro Alves d'Alencar*.—*Joaquim Antonio Dias*.—*José Libanio de Souza*.—*Manoel Antonio Rodrigues*.—E o primeiro official *Frederico Augusto de Menezes Lara*.—Conforme, *Joaquim Feliciano do Rego Barros*.

N. 3.

Termo do exame e contagem do dinheiro achado na casa n.º 95 da rua da Justiça, em Assumpção.

Aos 8 dias do mez de Janeiro de 1869, nesta cidade da Assumpção, reunida na casa n. 95 da rua da Justiça a commissão composta dos Srs. coronel Hermes Ernesto da Fonseca, tenentes-coroneis Antonio Joaquim Bacellar, Joaquim Cavalcanti d'Albuquerque Bello; majores Joaquim Antonio Dias, Pedro Alves de Alencar, Manoel Antonio Rodrigues, José Libanio de Souza, encarregados de entregarem o dinheiro, joias e outros objectos de valor que foram haitem e hoje encontrados em todos os volumes e cofres existentes na referida casa, e procedendo-se á contagem do dinheiro em presença da commissão nomeada por S. Ex. o Sr. marechal de exercito marquez de Carias, composta dos Srs. intendente das repartições da fazenda João Baptista de Figueiredo, chefe da repartição fiscal Sebastião Marques de Souza, da pagadoria Joaquim Antonio Vasques, major assistente do chefe do estado-maior Luiz Eduardo de Carvalho, e o primeiro official da intendencia Frederico Augusto de Menezes Lara, encontrou-se a quantia de 861\$120 réis, nas seguintes especies: 114 onças de ouro a 30\$000 réis, 4 moedas de ouro brasileiras de 20\$000 réis, 3 libras esterlinas a 8\$880 réis, 2 moedas de 20 francos, a 7\$200 réis, tres quartos de onça a 7\$500 réis, um oitavo de dita por tres mil setecentas e cinco réis, tres palmões de ouro a mil e novecentos réis, 1,904 palmões de prata a 2\$000 réis, 144 moedas de prata de cinco francos a 1\$800 réis, 161 e meio pesos bolivianos a 1\$600 réis, 29 moedas de 1\$000 réis, 6 ditas de 500 réis, 721 ditas de 400 réis, 1,923 ditas de 200 réis, 25 ditas de 100 réis, e 255\$900 réis em notas do Brasil; fazendo deste dinheiro entrega á pagadoria militar do exercito, e bem assim de um cofre fechado com o nome de Antonio Nim Reyes, escripto a giz, para ser aberto amanhã, e de uma caixa competentemente lacrada, contendo joias e mais objectos de valor, que ficam depositados na mesma repartição para ser inventariados em tempo opportuno, e nada mais tendo sido encontrado na referida casa, eu Frederico Augusto de Menezes Lara, primeiro official da intendencia da fazenda, servindo de secretario da commissão, lavrei o presente termo que vai assignado pelos membros das commissões. — (Assignados). — Coronel *Hermes Ernesto da Fonseca*. — O intendente *João Baptista de Figueiredo*. — Os tenentes-coroneis *Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello* e *Antonio Joaquim Bacellar*. — O chefe da repartição fiscal *Sebastião Marques de Souza*. — O da pagadoria *Joaquim Antonio*

Vasques. — Os majores Luiz Eduardo de Carvalho. — Pedro Alves de Alencar. — Joaquim Antonio Dias. — José Libanio de Souza. — Manoel Antonio Rodrigues e o primeiro official Frederico Augusto de Menezes Lara. — Conforme, Joaquim Feliciano do Rego Barros.

N. 4.

Termo da entrega do dinheiro á pagadoria.

Aos 9 dias do mez de Janeiro de 1869, nesta cidade de Assumpção, reunida na pagadoria militar do exercito, a commissão composta dos Srs. coronéis Hermes Ernesto da Fonseca, tenentes-coroneis Antonio Joaquim Bacellar, Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello, majores Joaquim Antonio Dias, Pedro Alves de Alencar, Manoel Antonio Rodrigues e José Silvano de Souza, para assistirem á abertura do cofre depositado hontem naquella repartição e entregarem o dinheiro que fosse nelle encontrado, a commissão que tambem se achava presente, nomeada por S. Ex. o Sr. marechal de exercito marquez de Caxias, composta dos Srs. intendente das repartições de fazenda João Baptista de Figueiredo, chefe da repartição fiscal Sebastião Marques de Souza, da pagadoria Joaquim Antonio Vasques, o major assistente do chefe do estado-maior Luiz Eduardo de Carvalho e o primeiro official da intendencia de fazenda Frederico Augusto de Menezes Lara; abriu-se e referido cofre, encontrando-se um sacco contendo 302\$800 réis em 196 patacoas de prata de 2\$000 réis, 42 moedas de prata de 5 francos a 1\$800 réis e 22 pesos bolivianos a 1\$600 réis, do que se fez entrega á mesma pagadoria; e em Frederico Augusto de Menezes Lara, primeiro official da intendencia de fazenda, servindo de secretario da commissão, lavrei o presente termo que vai assignado pelos membros das referidas commissões. — (Assignadas). — Coronel *Hermes Ernesto da Fonseca*. — Tenentes-coroneis *Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello*. — e *Antonio Joaquim Bacellar*. — O intendente da fazenda *João Baptista de Figueiredo*. — O chefe da repartição fiscal *Sebastião Marques de Souza*. — O chefe da pagadoria *Joaquim Antonio Vasques*. — O major assistente do chefe do estado-maior *Luiz Eduardo de Carvalho*. — Majores *Pedro Alves de Alencar*. — *Joaquim Antonio Dias*. — *José Silvano de Souza*. — *Manoel Antonio Rodrigues* e o primeiro official *Frederico Augusto de Menezes Lara*. — Conforme, *Joaquim Feliciano do Rego Barros*.

N. 5.

Térmo da entrega de joias e diadema achados na referida casa.

Aos 11 dias do mez de Janeiro de 1869, nesta cidade da Assumpção, reunidos na pagadoria militar do exercito os Srs. coronéis Hermes Ernesto da Fonseca, tenentes-coroneis Antonio Joaquim Bacellar e Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello, majores Joaquim Antonio Dias, Pedro Alves de Alencar, Manoel Antonio Rodrigues e José Silvano de Souza, membros da commissão encarregada da entrega das joias e outros objectos de valor encontrados na casa n. 95 é rua da Justiça, e que aos 8 dias deste mez foram depositados naquella repartição em uma caixa fechada e lacrada para serem opportunamente inventariados; abriu-se hoje a dita caixa em presença da commissão nomeada por S. Ex. o Sr. marechal de exercito marquez de Casias, composta dos Srs. intendente das repartições de fazenda João Baptista de Figueiredo, chefe da repartição fiscal Sebastião Marques de Souza, da pagadoria Joaquim Antonio Vazquez, major assistente do chefe do estado-maior Luiz Eduardo de Carvalho, o primeiro official da intendencia da fazenda Frederico Augusto de Menezes Lara, para receberem as ditas joias e mais objectos que inventariaram-se conforme a relação que abaixo se segue: — 60 libras de prata, um par de rédeas com prata, uma cabeçada, idem idem, um tinteiro, um arceiro, idem, uma cuia grande com prata, sete ditas pequenas idem idem, dois pares de esporas de prata, tres cabos de chicote com prata, um fogareiro pequeno de prata com cabo de madeira, uma caneca de madeira guarnecida com prata, quatro relógios de ouro quebrados, numeros 83.956, 2.914, 2.375, 1.170; tres ditas pequenos de ouro com mostradores descobertos, uma pulseira de ouro, um par de brincos de ouro, dois pontes guarnecidos de ouro, um relógio de prata ordinario e quebrado, uma caixa com alfinete e brincos de ouro esmaltados, dois alfinetes de brilhantes, sendo um com dez pedras, um par de brincos de brilhantes quebrados, tres anéis de brilhantes, sendo um quebrado, dez pulseiras de ouro francez de 14 quilates, sendo duas de coral, tres alfinetes diversos, de ouro francez de 14 quilates, duas correntes de relógio idem idem, uma pombinha de ouro esmaltada com brilhantes, doze anéis diferentes de ouro francez de 14 quilates, quatro cruces de ouro idem, uma dita de esmalte, um coração de coral idem, vinte pares de brincos diferentes idem, idem, sendo alguns com pedras ordinarias, duas medalhas pequenas de ouro para retratos e cubelle idem, dois botões pequenos de ouro de 14 quilates, e diversos objectos de ouro de 18 quilates, pesando 20 e meia onças. E dando-se por concluido o traba-

lho por não haver mais nada a inventariar-se, lacrou-se de novo a mesma caixa e recolheu-se a pagadoria até ulterior deliberação do Ex.^{ma} Sr. marechal do exercito marquez de Caxias. E eu Frederico Augusto de Menezes Lara, primeiro official da intendencia da fazenda, lavrei o presente termo que vai assignado pelos membros das referidas commissões. — (Assignados.) — *Hermes Ernesto da Fonseca*, coronel. — O intendant *Joaquim Baptista de Figueiredo*. — *Joaquim Cavalcanti de Albuquerque Bello*, tenente-coronel. — *Antonio Joaquim Bacellar*, tenente-coronel. — O chefe da repartição fiscal *Sebastião Marques de Souza*. — O chefe da pagadoria *Joaquim Antonio Vasquez*. — Major *Leiz Eduardo de Carvalho* — Assistente do chefe do estado-maior *Pedro Alves d'Alencar*, major. — *Joaquim Antonio Dias*, major. — *Jose Silvano de Souza*, major. — *Manceb Antonio Rodrigues*, major. — O primeiro official da intendencia de fazenda, *Frederico Augusto de Menezes Lara*. — Conforme, *Joaquim Feliciano do Rego Barros*.

Relações com os Estados-Unidos da Colombia.

Limites e navegação fluvial.

N. 68.

Nota da missão especial do Brasil em Bogotá ao governo Colombiano.

Missão especial do Brasil nos Estados-Unidos da Colombia. — Bogotá, 10 de Outubro de 1867.

Illm. o Exm. Sr. — Sua Magestade o Imperador, meu Augusto Soberano, Houve por bom por decreto da cópia inclusa franquar desde 7 de Setembro proximo passado, aos navios mercantes de todas as nações a navegação do rio Amazonas até a fronteira do Brasil, e dos rios Tocantins, Tapajoz, Madeira, Rio Negro e de S. Francisco até as pontas nelle indicadas.

A navegação dos affluentes do rio Amazonas na parte em que só uma das margens pertence ao Brasil, ficou depondente de prósio ajuste com os outros Estados ribeirinhos sobre os respectivos limites e regulamentos policiaes e fiscaes.

Aquelle decreto, tendendo a promover o engrandecimento do Imperio, consultou como é obvio tambem as suas relações internacionaes.

Comquanto por conducto da imprensa já deve ter conhecimento esta república do tão liberaes disposições, julgo de meu dever agora, que enceto minhas funções diplomaticas, remette-lo a V. Ex. por um modo authenticico, e como um testemunho de deferencia de meu governo para com o dos Estados-Unidos de Columbia.

Com este motivo é-me grato repetir á V. Ex. os protestos de minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Carlos Martim.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 69

Nota do governo Colombiano á minha especial do Brasil.

(Tradução.)—Secretaria do interior e relações exteriores—Bogotá, 22 de Novembro de 1867.

A nota de S. Ex. o Sr. conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Brasil, datada em 10 de Outubro ultimo e sob n. 2, foi opportunamente recebida nesta repartição, com a cópia, que S. Ex. servio-se enviar, do decreto de 7 de Dezembro de 1866, « relativo á abertura dos rios Amazonas, Tocantins e S. Francisco », expedido pelo governo do Brasil.

Ambas as peças foram levadas ao conhecimento do cidadão presidente da União, o qual ordenou ao abaixo assignado, secretario do interior e de relações exteriores, que responda a S. Ex. nos termos seguintes :

Julga o governo do abaixo assignado que a Colombia tem direito perfeito á livre navegação dos rios, em todo o seu curso, que nascem em seu territorio ou que por elle passam, e á dos que lhes são communs, em alguma parte, com outra nação, sem outra limitação que não seja a obrigação de sujeitar-se aos regulamentos e impostos, estabelecidos pelo Estado, por cujos dominios passam os mesmos rios e que tenham por fim prover á sua segurança ou indemniza-lo dos incommodos que a dita navegação lhe occasiona. A Colombia tem a pretensão de que seus limites com Venezuela e com o Brasil estão assignalados, em parte, pelo rio Negro, e como o decreto se refere tambem a este rio, cuja navegação

não permítte senão até Mandos, o governo colombiano não pôde reciter aquella disposição que lhe é em extremo prejudicial e que estabelece um principio contrario ao que esta republica allega e ao geralmente recebido e praticado por todas as nações.

Nas nem por isso o governo colombiano desconhece a prova de consideração que lhe deu o Brasil ao communicar-lhe officialmente o decreto de que se trata, e esta prova é, sem duvida, mais um motivo para fundar a confiança que abriga o governo do abaixo assignado de que o principio, que elle sustenta e que considera indisputavel, será posto em pratica pelo Brasil sem difficuldade e logo que, fixados os limites entre os dous paizes, possam determinar-se com precisão quasi os rios que, em virtude de tal doutrina, tenha esta republica o direito de navegar livremente.

O abaixo assignado aproveita esta oportunidade para reiterar a S. Ex. o Sr. conselheiro Azambuja as seguranças da mui alta e distincta consideração com que tem a honra de ser de S. Ex. attento servidor.

A S. Ex. e Sr. conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.

Carlos Martins.

N. 70.

Nota da missão especial do Brasil ao governo Colombiano.

Missão especial do Brasil nos Estados-Unidos da Colombia—Bogotá, 27 de Novembro de 1867.

Tive a honra de receber a nota, que dirigio-me em 22 do corrente S. Ex. o Sr. D. Carlos Martins, secretario do interior e das relações exteriores dos Estados-Unidos da Colombia.

Referindo-se ao decreto de 7 de Dezembro do anno proximo passado, que remetti com minha nota de 10 de Outubro ultimo em prova de deferencia do governo de S. M. o Imperador do Brasil para com o desta republica, servio-se S. Ex. communicar-me de ordem do Sr. presidente da União o seguinte:

Que será a Colombia ter direito *perfeito* á livre navegação dos rios, em todo o seu curso, que nascem em seu territorio, ou que passam por elle, e á dos que lhe são communs em alguma parte com outra nação sem nenhuma outra limitação

maje do que a de sujeitar-se aos regulamentos e taxas estabelecidas pelo Estado, por cujos domínios atravessam os mesmos rios, e que tenham por objecto prover á sua segurança ou indemnizar-lhe dos incommodos que lhe occacione a dita navegação.

Accrescenta S. Ex. que a republica pretende que seus limites com Venezuela e Brasil, estão assignalados em parte pelo rio Negro, e como o decreto refere-se tambem a este rio, cuja navegação não permite senão até Manáos, o governo da União não pôde aceitar esta disposição, que lhe é em extremo prejudicial e estabelece um principio contrario ao que está geralmente admittido e é praticado por todas as nações.

Cumpre-me em contestação expor a S. Ex. o Sr. secretario do interior e das relações exteriores que com a expedição do decreto de 7 de Dezembro de 1846 teve por fim o imperio, por um acto seu proprio e espontaneo, franquear o uso innocente de suas aguas interiores a todas as nações maritimas do globo, até onde permittem na actualidade os interesses commerciaes.

O Brasil não podia decretar, só por si, a navegação dos affluentes do Amazonas na parte em que não possui as suas duas margens, sem offender á soberania e independencia dos Estados que exercem sobre elles jurisdicção em commun ou exclusiva.

Dispor, portanto, do que era seu, no intuito de utilizar os immensos recursos naturaes de que abunda o continente americano; convidando ao mesmo tempo os seus vizinhos a dar impulso a esta grande idéa.

E não é de agora que promove o governo imperial o desenvolvimento desta politica.

Dizia o ministro dos negocios estrangeiros do imperio em 1851 e 1852, nas instrucções que dá a aos ministros brasileiros enviados em missão especial ás republicas desta parte do continente americano:

« Deseja o governo imperial promover relações commerciaes com os Estados conterraneos; facilitar o desenvolvimento reciproco para elles e para o Brasil da sua população, commercio e riqueza, e por isso, em lugar de trancar rios que podem ser um poderoso instrumento para augmentar sua população e riqueza, não duvida, mediante convenções adequadas, e regulamentos fiscaes e de policia, conceder aos outros Estados Americanos a faculdade de descer seus rios até o Oceano.»

Os esforços do governo imperial, desde então, não foram de todo imprecuos; além dos tratados existentes com as republicas ao sul do imperio estão vigentes os de navegação e commercio celebrados em 22 de Outubro de 1858 e 3 de Maio de 1859 com as do Perú e Venezuela.

Estes tratados, de que tem S. Ex. conhecimento, expressam os principios os mais liberais; praticamente realisão a doutrina que invoca S. Ex.

Sous effeitos serão ainda mais rapidos e fecundos depois do decreto de 7 do Dezembro e com as medidas fiscaes e policiaes expedidas para sua execução.

Occupando no centro da America um territorio, murado pelos Andes que a afastão do Oceano, e separada do Atlantico pelos desertos do Gran-Chaco, tendo apenas no Pacifico o insignificante porto de Cobija, precisava a Republica de Bolivia, mais do que nenhum outro Estado americano, do que lhe fosse franqueado o baixo Amazonas.

Esta republica já se associou recentemente ao imperio para fazer valer seus ricos e valiosos productos nos mercados estrangeiros, povoar os seus sertões e desenvolver sua industria.

Para o mesmo fim envieu-me o governo imperial a esta republica.

Uma vez que esteja regulada a respectiva fronteira, será uma consequencia immediata o ajuste tambem de navegação e commercio entre os dois paizes.

A politica do Brasil a este respeito é a mais generosa possivel, como o demonstram não só o teor de seu decreto como as suas disposições já reduzidas a actos com a maior parte dos Estados americanos que com elle limitam effectivamente.

E se o governo imperial está disposto a permittir a todas as nações situadas na parte superior de algum rio navegavel, que o communique com o baixo Amazonas, o direito de sahirem livremente por este para o mar; se esta faculdade lhes é outorgada por direito *perfeito* ou *imperfecto*, por principios absolutos do direito das gentes, ou só por direito convencional, como tem sido resolvidas as difficuldades internacionaes que têm suscitado este importante assumpto em todos os tempos tanto na Europa como na America, esta discussão me parece hoje prejudicada, meramente especulativa e pouco conducente aos fins que se têm em vista.

Quanto á referencia ás pretensões da republica ao territorio situado ao pénte do Rio Negro e comprehendido na linha divisoria do tratado celebrado entre o Brasil e a republica de Venezuela em 5 de Maio de 1859, seja-me permittido chamar a attenção do S. Ex. para o que foi estipulado no art. 6.^o do mencionado tratado, em que muy explicitamente declarou S. M. Imperial que não era sua intenção prejudicar quizesquer direitos que os Estados-Unidos da Colombia possam fazer valer sobre o dito territorio.

Confio, pois, por tudo quanto fica exposto, que nenhum motivo haverá para que não seja benevolmente acolhido o decreto de 7 de Dezembro de 1866, que tive a honra de comunicar officialmente ao governo desta republica, tanto mais que, fixados os limites entre os dois paizes, poderio então determinar-se com preciso quaes são as vias que tenha direito de navegar livremente esta republica, sendo estes os fins de minha missão, que tão bem comprehendeu S. Ex. no final de sua nota.

Aproveito-me da occasião para reiterar a S. Ex. os protestos de minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Carlos Martim.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE ALMEIDA.

MEMORANDUM A QUE SE REFÊRE A NOTA DETRÔ.

Se se tivesse de resolver a questão suscitada na nota de S. Ex. o Sr. secretario do interior e das relações exteriores dos Estados-Unidos da Colombia de 22 do corrente, ao contestar a nota pela qual o ministro brasileiro lhe communicou a resolução imperial de abrir o rio Amazonas e alguns de seus affluents, na parte que pertence ao imperio, ao commercio de todas as nações, não por direito convencional, mas por principios de direito das gentes, facil seria demonstrar a S. Ex. que as disposições da acta final do congresso de Vienna de 9 de Junho de 1815, relativas á navegação dos rios que pelo seu curso navegavel separam ou atravessam diversos Estados, não estabeleceram principios que devessem ser observados por toda a Europa, mas só pelas potencias que nellas intervieram, e muito menos para vigorarem neste continente como applicaveis por direito commun aos rios da America, sendo que para a adopção daquelles principios seria indispensavel o assentimento das partes interessadas, assentimento que já se tem pretendido obter por um congresso americano.

Facil tambem seria com a propria autoridade de Wheaton deixar por assentado que o direito que elle reconhece aos Estados que são banhados pelas mesmas aguas só pôde ser assegurado por convenções reciprocas.

« This right of innocent passage being what the text writers call an imperfect right, its exercise is necessarily modified by the safety and convenience of the state affected by it, and can only be effectually secured by mutual convention regulating the mode of its exercise.—Wheaton.—International Law.—Ed. 18, P 2º § 193. »

A esta opinião está subordinada a doutrina de Kent, outro autor americano, e de D. Andrés Bello na sua obra — Principios de derecho internacional —, cap. 3º § 5º, desde que este eminente escriptor reconhece que exercem os Estados, que passam as duas margens de um rio, exclusiva jurisdicção nessa parte de suas aguas fluviaes, e deriva a communidade dellas para os que demoram na parte superior, do que tem sido estatuido, por convenções internacionaes.

É por isso que em 1833 quando varias empresas se projectavam nos Estados-Unidos por cidadãos americanos para violentar a navegação do Amazonas, tão excitada pelo tenente Maury da marinha dos mesmos Estados, declarou o secretario de Estado de então, N. Marcy, ao ministro brasileiro em resposta a uma nota, em que denunciava este ministro semelhantes tentativas:

« The undersigned is quite ready to assure that the officers of the Customs would not knowingly facilitate the departure of any vessel which contemplated any violation of the laws of Brasil. If however any vessel would have sailed with this object in view, she renders herself of course amenable to those laws,

and the government of the United-States will not assume the responsibility, of justifying the act. »

Quer isto dizer que só por via diplomatica ou accôrdo internacional é que se resolvem questões desta natureza.

De feito, a navegação do Rheno, Neckar, Mein, Mosella e Escalda só foi regulada pela acta final do Congresso de Vienna, em 1815; a do rio Elba por outra assignada em 1821 em Druso, a do Danubio pela convenção de 13 de Julho de 1840 entre a Russia e a Austria, etc., e pelo mesmo modo foram solvidas as reclamações discutidas entre o governo dos Estados-Unidos com a Hespanha em 1792 e a Inglaterra em 1826, para que aos cidadãos norte-americanos fosse franqueada a livre navegação do Mississipi e S. Lourenço.

Ainda assim as concessões feitas pela Inglaterra não foram tão amplas como o pretendem o governo de Washington, como se vê dos documentos diplomaticos da época.

Desde, pois, que só por commun accôrdo tem chegado a removerem-se taes difficuldades, não se pôde fazer prevalecer, independentemente de prévia intelligencia, princípios que não são geralmente admitidos.

As nascentes dos rios não determinam a sua propriedade.

As nações têm propriedade na extensão dos rios que correm por seus respectivos territorios.

Esta propriedade não está sujeita, como a particular, pelo direito civil, a servidão alguma, e a nação possuidora do rio pôde negar passagem e transitto ás que ficam superiores quando para isso existam razões ponderosas e não domina mero capricho.

Esta servidão só pôde ser estabelecida por direito convencional aos termos e com as condições por elle declaradas.

São principios todos estes que se derivam do que expõe Klüber — *Direito das gentes moderno*, P.^a 2.^a, Tit. 4.^a, cap. 2.^a § 76, Tit. 2.^a, cap. 1.^a § 124; Martens, *Liv. 2.^a*, cap. 1.^a § 39, *Liv. 3.^a*, cap. 1.^a § 72; Vattel, *Liv. 1.^a*, cap. 8.^a § 89, cap. 22 § 266, *Liv. 2.^a*, cap. 7.^a § 94, cap. 9.^a §§ 126, 127 e 128, cap. 10.^a §§ 131 e 132; Puffendorf, *De jure naturæ et gentium*, *Liv. 3.^a*, cap. 3.^a § 3—6; Chitty — *A treatise on the laws of commerce*, Tom. 2.^a, pag. 86 e 88, etc.

Modernamente têm sido solemnemente confirmados estes principios.

Na sessão da camara dos lords em Inglaterra, de 17 de Junho de 1843, dizia lord Aberdeen :

« Que se julgaria muito feliz se pudesse contribuir por quaesquer meios ao seu alance para abrir a navegação do Rio da Prata, ou de qualquer outro rio, em qualquer parte do mundo, para facilitar e estender o commercio do seu paiz; porém que não era negocio tão facil como se suppunha abrir aquillo que as autoridades competentes haviam declarado cerrado. »

Respondendo a lord Ashburton dizia « que Buenos-Ayres tinha soberania em ambas as margens do rio, e impedia que qualquer poder estrangeiro se internasse por elle, do mesmo modo que nós (os inglezes) temos o direito de prohibir a navegação do S. Lourenço a todo e qualquer poder estranho. »

« Não podemos, dizia ainda lord Aberdeen na sessão da camara dos lords, de 19 de Fevereiro de 1846, respondendo a uma interpegação de lord Beaumont, não podemos pretender exercer direito algum sobre a navegação do rio Paraná, cujas margens se acham ambas no territorio argentino; semelhante pretensão seria contraria á nossa pratica universal e aos principios das nações. »

Tambem são modernas as occurrencias que em 1842 tiveram lugar no rio Gambia, rio importante do Senegal, entre a França e Inglaterra. Esta sustentou o seu direito exclusivo e fundado na sua soberania e propriedade no rio Gambia, e a França o reconheceu.

Ainda mais recentemente.

O tratado celebrado pela Inglaterra com o governador Rosas em 24 de Novembro de 1849, cujas ratificações foram trocadas em Buenos-Ayres em 15 de Maio de 1850, e que pôz termo á intervenção ingleza no Rio da Prata, diz no art. 4.º :

« H. B. M. government recognizes the navigation of the river Paraná to be an inland navigation of the Argentine Confederation, subject solely to its law and regulation, in the same manner as that of the river Uruguay in common with the Oriental State. »

A convenção, conhecida pelo nome do almirante Leprieux, seu negociador, concordada entre elle e o governo do general Rosas no anno de 1849, expressou-se no art. 6.º por identico modo.

Esta convenção nunca foi ratificada, porque o governo francez exigia modificações que o general Rosas não admitia, mas nem aquelle governo, nem as comissões das camaras que a examinaram, puzeram duvida á doutrina estabelecida naquelle artigo.

Entretanto o rio Paraná era necessario para a communicação de algumas nações.

A republica do Paraguay não tinha outra; os immensos sertões da republica da Bolivia por essa parte só podem communicar-se com o Oceano e com as republicas do Prata por aquelle rio, e a provincia de Matto-Grosso nos confins do imperio do Brasil não tem outra sahida facil para o mar senão pelo mesmo rio.

Estos paizes estavam em relação á Confederação Argentina na mesma posição da Bolivia, Colombia, Venezuela e Perú para com o Brasil.

O Brasil é ribeirinho do rio Paraguay, e não tinha, entretanto, direito de descer para o Oceano e de subir pelo Paraná e Uruguay antes das convenções celebradas com os Estados do Prata e a republica do Paraguay.

Os mesmos principios foram consignados nos tratados de limites celebrados

entre as corôas de Portugal e da Hespanha em 13 de Janeiro de 1750 e do 1.º de Outubro de 1777.

O art. 13 deste ultimo tratado, reproduzindo o que havia sido estipulado no art. 18 do primeiro, foi assim redigido :

« La navegación de los rios por donde passare la frontera ó raya será comun a las dos naciones hasta aquel punto en que pertenecieren a entre ambas respectivamente sus dos orillas, y quedará privativa dicha navegación y uso de los rios aquella nacion a quien pertenecieren privativamente sus dos orillas, desde el punto en que principiare esta pertenencia. »

A Hespanha e Portugal que eram ribeirinhas reconheceram, portanto, reciprocamente o direito exclusivo que tinha cada um de navegar aquelles rios, das quaes possuia ambas as margens.

O Brasil não reconhece como validos estes tratados, mas esta circumstancia não destrói o reconhecimento dos principios do direito das gentes que elles consagraram.

N. 71.

Nota da missão especial do Brasil ao governo Colombiano.

Missão especial do Brasil nos Estados-Unidos da Colombia. — Bogotá, 26 de Janeiro de 1868.

Mm. e Ecm. Sr.— Os extraordinarios acontecimentos, por que passava este paiz depois que fui recebido no meu caracter publico de enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, aconselharam-me, por deferencia ao governo desta republica, a não distrahir sua attenção com o objecto especial de minha missão.

Solicitava, não obstante, a reconsideração do tratado celebrado em 1853 entre o Brasil e estes Estados, e o exame e estudo dos protocolos em que foi debattida a linha de fronteira entre os dous paizes pelos respectivos plenipotenciarios.

V. Ex. manifestava-me os mais ardentes desejos de chegarmos a um accordo sobre este importante assumpto, apressando-me para tratarmos d'elle em conferencia em es primeiros dias do mez proximo pasado.

Se viessemos a nos entender, propunha-se V. Ex. a submeter o que fosse ajustado ao congresso na sua proxima sessão legislativa.

A nota de V. Ex. de 22 de Novembro, em resposta á que tive a honra de

dirigir-lhe em 10 de Outubro, dando conhecimento ao governo desta república do decreto pelo qual abria o governo de S. M. o Imperador do Brasil a navegação do Amazonas e de outros rios de sua jurisdição a todas as bandeiras, fez-me desde logo recciar difficuldades para o bom exito de minha missão: difficuldades que procurei entretanto remover por outra via, e pôr meio de um memorandum que passei ás mãos de V. Ex.

Desejando posteriormente, saber se seria possível negociar-se um tratado de limites sobre as mesmas bases do que havia sido celebrado em 23 de Julho de 1853, para poder communica-lo a meu governo pelo mala de Dezembro, declarei-me V. Ex. que as negociações daquelle anno haviam sido rejeitadas no Senado em a sessão de 1855 e que sobre aquellas bases seria impossivel reata-las: não haveria congresso algum que as tomasse em consideração.

Accrescentou, porém, V. Ex. que estava nessa crença pelo estudo que havia feito da materia, e por conhecer o espirito publico do seu paiz, mas que sua resolução definitiva ficava reservada para depois da conferencia que deveríamos ter, sentindo que não pudesse ter ella lugar antes da partida do correio do dia 17 daquelle mez.

V. Ex. dignou-se de prevenir-me que me receberia para aquella fim no dia 26 do mesmo mez.

Antes disso procurei a V. Ex. para assentarmos nos pontos de discussão.

Estes pontos foram desenvolvidos no memorandum incluso, que tive a honra de ler confidencialmente a V. Ex.; aguardando, antes de fazer delle entrega official, despachos de meu governo, segundo os quaes talvez fivesse de introduzir-lhe algumas modificações.

O meu ponto de partida foi o *uti possidetis* da época da emancipação politica da America do Sul, dando a essa phrase latina o unico sentido que poderia ter segundo o Direito Romano; invocando a autoridade de D. Andrés Bello, e as precedentes diplomaticas que offereciam os tratados celebrados pelo Brasil com a maior parte dos Estados, com quem elle confina, afim de fixar-se sob a mesma base a linha divisoria com esta republica.

A fronteira entre os dous paizes devia então ser a que foi descripta nas negociações de 1853.

As possessões brasileiras, ainda considerando-se o tratado do 1.º de Outubro de 1777, não podiam deixar de ser garantidas ao imperio pelo lado do Japurá até Tabatinga, nos termos do tratado que celebrára com o Perú em 23 de Outubro de 1851; e pelo rio Negro até a ilha de S. José, perto da pedra de Cucuy, nos termos do que foi celebrado com Venezuela em 5 de Maio de 1859.

As posses nos extremos dessas fronteiras eram seculares. O forte de Tabatinga foi fundado em 1766; o de S. José de Marabitanas em 1668; monumentos que se por si bastavam para legitimar as pretensões do imperio, e que se reconheceu pelos dous citados ajustes internacionaes.

Não confrontávamos, por esses territorios, conforme sempre ao principio do *uti possidetis*, com os Estados-Unidos de Colombia, e sim com aquellas duas republicas, em virtude das cédulas de 15 de Julho de 1802 e 5 de Março de 1768.

O que nos competia era salvar os direitos eventuaes que pudessem fazer valer esta republica nos mesmos territorios; e esta resalva foi consignada em documentos os mais sollemnes e authenticos.

V. Ex., desviando-se entretanto do sentido natural e geralmente admittido, quando se trata do *uti possidetis* de uma nação; e negando-se a ajustar a fronteira desta republica com o imperio, consultando-se sobretudo o posse real e effectiva dos dous paizes no tempo de sua independencia das respectivas metropoles, estabelecia para base das negociações o *uti possidetis* do direito; o que equivalia a não reconhecer outros titulos senão os tratados de 1750 e 1777, que, segundo o proprio testemunho do governo hespanhol, pela guerra que sobreviera em 1801, e pelo tratado de Badajoz, já haviam evidentemente caducado.

Da exposição feita por V. Ex. conclui que nem mesmo nesses tratados se baseava a fronteira pretendida pelo governo dos Estados-Unidos de Colombia.

V. Ex. declarou-me que nenhum ajuste de limites celebraria a republica que não fosse: baixar pelo Napo até o Solimões ou Amazonas; por este rio até a bôca mais occidental do Japurá; por esse braço até o Caquetá (e mesmo Japurá); aguas arriba até o lago Camapí; e d'ahi em linha recta, quasi em ramo de norte a buscar o Cababuri, continuando pela margem esquerda deste affluent do rio Negro até o Cerro Capi, onde deveria tomar-se, atravessando o cone Maturaca, a direcção do Rio Negro junto á pedra Cucuhy, costeando a margem esquerda deste rio até a sua junção com o braço Cassequiare que communica com o Orinoco.

Esta fronteira é precisamente a que li em a nota dirigida por este governo ao de S. M. o Imperador em 3 de Setembro de 1866, de que V. Ex. teve a bondade de confiar-me uma cópia e na qual, pela primeira vez, enunciou o governo desta republica pretensões ao occidente do Rio Negro sem a menor attenção ás disturnas possessões brasileiras por essas paragens.

Ahi, porém, não se faz derivar a linha divisoria dos tratados celebrados entre as corôas de Hespanha e Portugal em 1750 e 1777, mas de cedulas reses expedidas no principio do seculo xvi, em 1717, 1732, e especialmente em o anno de 1740, por S. M. Catholica.

Já fiz vêr a V. Ex. que tão exageradas pretensões nunca poderiam ser admittidas pelo governo do Brasil, para quem eram estranhas aquellas cedulas, sem renunciar á sua independencia e soberania.

Sem desenvolver todo o seu pensamento, limitou-se V. Ex. a dizer-me que Colombia tinha titulos legitimos a não prescindir da fronteira do Napo, Amazonas, Rio Negro e Orinoco, em virtude dos quaes fôra levantado o mappa geral da republica no anno de 1864.

Citou-me tambem outros mappas, entre os quaes um do general Codazzi que tem a data de 1857.

Este ultimo mappa, de que só possui um exemplar o governo de Colombia, não pôde contrapor-se a outros anteriores do mesmo engenheiro, nem destruir a autoridade de Humboldt e as que tive a honra de mencionar no meu memorandum.

A posição, que assumio V. Ex., não podia ser considerada como um *ultimatum*, assim o penso, enquanto não fór este delicado assumpto discutido com calma e regularmente entre os dois paizes.

Na alludida conferencia não tratámos senão dos preliminares das negociações; era mais uma conversação particular que devia proceder a apresentação de meus plenos poderes.

A discussão foi algum tempo superficial; V. Ex. não exhibio os fundamentos de suas convicções.

Assim que, espero ainda que, reconsiderando-se profundamente a questão, cheguem os dois governos a um accordo que concilie os seus mutuos interesses, e a sua respectiva soberania e independencia.

Fixa vêr a V. Ex. que, no estado em que havia ficado a discussão, conviria que no relatório que tinha de ser presente ao congresso na sua proxima sessão legislativa, nenhuma allusão se fizesse áquella conferencia, que, como é obvio, só teve por fim saber se era chegada a oportunidade de entrarem o Brasil e a republica de Colombia em ajustes de limites e navegação fluvial.

V. Ex. cedeu-se de annuir ao meu pedido, declarando-me que tinha, na qualidade de secretario de relações exteriores, de emitir suas opiniões perante a representação nacional sobre todas estas questões.

Prevendo, pois, que seja o enunciado nesse relatório conforme ás idéas que teve V. Ex. a franqueza de manifestar-me na conferencia de 26 de Dezembro proximo pasado, apresse-me a passar a V. Ex. esta nota para que ao mesmo tempo conste, posto que resumidamente, a minha contestação.

Se já não couber na possibilidade a publicação della entre os annexos que têm de acompanhar o dito documento, e se V. Ex. persistir em seu proposito de dar de tudo conhecimento ao congresso, me permittirei a liberdade de solicitar que seja immediatamente impressa no *Diário Official*, conjunctamente com o memorandum, que, nas actuaes circumstancias, não posso prescindir de transmittir á secretaria do estado de relações exteriores, antes mesmo de receber certas instrucções, que ainda aguardo de meu governo.

Aproveito-as da occasião para reiterar a V. Ex. as expressões de minha mais alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. D. Carlos Martim.

MEMORANDUM Á QUE SE REFERE A NOTA DA MISSÃO ESPECIAL DO BRASIL.

A questão da fronteira entre o Brasil e a república dos Estados-Unidos da Colômbia é a mais fácil de resolver-se de quantas tem tido o imperio com os demais Estados confinantes desde que se entre na negociação com animo deliberado de conclui-la sem prevenções e com espirito inteiramente amigavel e conciliador.

A negociação não pôde ter outra base senão a do *uti possidetis*, posse real e effectiva, herdada pelos dois paizes ao tempo de sua emancipação politica.

E' a definição que lhe dá D. Andrés Bello, documento n. 1.

Esta conhecida phrase tomada do Direito Romano, diz elle, não se presta a nenhum outro sentido.

O *uti possidetis* da época da emancipação das colonias hespanholas era a posse natural de Hespanha; o que a Hespanha possuia real e effectivamente com qualquer titulo ou sem elle, não o que a Hespanha tinha direito de possuir e não possuia.

A autoridade de um publicista tão distincto, que passou sua vida no estudo do direito internacional, não pôde ser recusada.

Estabelecido este principio, fica tambem estabelecido como these que só por elle e não pelos tratados celebrados entre Portugal e Hespanha podem ser regulados os limites entre o imperio do Brasil e as repubblicas que com elle confinam.

Demonstremos:

As convenções com que aquellas duas Potencias procuraram dividir entre si as terras ainda não descobertas ou conquistadas na America e extorpar suas possesões já estabelecidas no mesmo continente, nunca sortiram o desejado effecto.

As duvidas e incertezas de taes estipulações, os embargos emergentes de uma e outra parte, e por fim a guerra, successivamente, inutilisaram todos os ajustes e consagraram o direito do *uti possidetis* como o unico titulo e a unica barreira contra as usurpações de uma e outra nação e de suas colonias na America meridional.

As ultimas estipulações, ajustadas e concluidas entre as duas côrtes para a demarcação de seus domínios no novo mundo, são as do tratado preliminar de 1.^o de Outubro de 1777, disposições em grande parte copiadas do tratado de 13 de Janeiro de 1750, que aquelle teve por fim modificar e esclarecer.

O tratado de 1777 foi rito e annullado pela guerra superveniente em 1801 entre Portugal e Hespanha, e assim ficou para sempre, não sendo restaurado pelo tratado de paz assignado em Badajoz aos 6 de Junho do mesmo anno. A Hespanha conservou a praça de Olivença que tinha conquistado pelo direito da guerra, e Portugal, todo o territorio pertencente á Hespanha, que em virtude do mesmo direito occupára na America.

O governo de S. M. o Imperador do Brasil, reconhecendo a falta de direito

escripto para a demarcação de suas raias com os Estados vizinhos, tem adoptado o proposto as unicas bases razoaveis e equitativas que podem ser invocadas; o *uti possidetis*, enão este existe e as estipulações do tratado de 1777, onde ellas se conformam, ou não vão de encontro ás possessões actuaes respectivas.

É este o unico alcance que pôde tambem ter o *uti possidetis* adoptado pelos Estados Sul-Americanos para deslinde de suas fronteiras; e se assim não fôra, se tivesse de referir-se á tratados ou direitos anteriores seria um principio inutil, pois deixaria sempre a necessidade de discutir os tratados e direitos em que se fundam.

Estes principios têm por si o assenso da razão e da justiça, e estão consagrados no direito publico universal. Rejeitados elles, o unico principio regulador seria a conveniencia, sendo a força de cada nação.

O imperio repugna e repugnará sempre a deslindar suas differenças com os Estados vizinhos por outros meios que não sejam os da amizade e persuasão.

Elle não carece estender suas fronteiras além dos limites actuaes, determinadas pelas suas posses e jurisdicção facta ou expressamente reconhecidas.

Immenso para os seus destinos no futuro e para a sua actividade no presente, não alonga olhos de cubica pelo territorio das republicas limitrophes.

Amigo desinteressado e constante de todas as nacionalidades sul-americanas, sua unica aspiração é regular sobre aquella base e pelo mais amigavel accordo com os Estados confinantes, as raias que os devem estremar.

Esta necessidade, que sente o imperio, deve ser igualmente sentida pelos seus vizinhos, porque a falta de reconhecimento e demarcação das fronteiras suscita contestações e conflictos; obsta a sua melhor segurança e policia, e é um perigo constante para a conservação da mutua benevolencia e amizade, que é do interesse de todos manter e cultivar para consolidarem suas instituições, e prosperidade e preencherem os destinos que lhes depara o seu abençoado solo.

Que esse *uti possidetis* seja o de 1810, ponto de partida adoptado por Colombia em seu pacto fundamental para o deslinde de seus limites com o imperio; que seja o *status quo* em que ficaram as posses que tinham os portuguezes e hespanhões depois do tratado de Badajoz de 6 de Junho de 1801; que seja a época da independencia do Brasil da metropole em 1822, pouco importa.

Estas differentes datas não alteram o estado das occupações dos Estados Sul-Americanos, quando se separaram de Portugal e Hespanha.

O plenipotenciario brasileiro, negociador do tratado de 25 de Julho de 1853, que infelizmente não passou neste paiz por todos os seus tramites para ser considerado lei do Estado, propoz no protocollo das conferencias que, para dirimir quaisquer controvérsias sobre os limites que devia ter o Brasil com Nova Granada, se adoptasse o principio do *uti possidetis*. O plenipotenciario Granadino accitou o principio, fixando a época para bem se determinar as posses de um e outro paiz em o anno de 1810, ao que occorrio o plenipotenciario brasileiro, na creença em que se achava de que o *uti possidetis* de 1810 não differia do de 1822; época da independencia do imperio.

Ficou assim reconhecido que o Brasil tem incontestavelmente direito aos territorios que na America do Sul pertenciam á corôa portugueza com as perdas e aquisições que occorreram depois dos tratados de 1750 e de 1777, e respectivamente, que aos Estados, que com elle confluam, não pertence senão o que era do dominio de Hespanha, salvas tambem as alterações que assignala o seu *uti possidetis*.

Sobre este ponto não pôde pois haver duvidas entre os governos do Brasil e dos Estados-Unidos de Colombia, e esta boa intelligencia facilitará, certamente, a reconsideração dos ajustes de 1853.

Este principio não é novo, e foi firmemente invocado e apoiado pelos commissarios portuguezes e hespanhões, não obstante o que estava disposto por tratados, na parte em que procuraram resolver as questões sobrevindas na fronteira do Rio Negro e pelo lado do Ipurá, isto é, que fossem cobertos os estabelecimentos banhados por aquelles dous rios e nos territorios confinantes.

Não ficou definitivamente assentado por actos sollemnes o que devia ficar pertencendo á cada uma das nações; deploravel legado deixado ás nacionalidades americanas.

Essas interminaveis discussões não foram entretanto improfficuas: dos debates entre as duas corôas resultou o verdadeiro estado das cousas. De facto foi discriminado o que era possuido por portuguezes e hespanhões por autoridades respeitaveis, cujo testemunho muita luz lança sobre estas graves questões.

Estão hoje estabelecidas em bases solidas e duradouras as relações do Brasil com a maior parte dos Estados que com elle entesiam, tendo-se sempre em consideração as controversias preexistentes e sobre tudo o seu respectivo *uti possidetis*.

São conhecidas as negociações havidas com a republica do Estado Oriental em 12 de Outubro de 1857, com a do Perú em 23 do mesmo mez e anno, com a republica Argentina em 14 de Dezembro de 1857 e com a dos Estados-Unidos de Venezuela em 5 de Maio de 1859.

Confrontados estes ajustes com os correspondentes artigos dos tratados de 1750 e 1777 vê-se que predominou nelles sempre aquelle principio, entendido do modo o mais razoavel sem coacção e sem ferir a integridade e os legitimos interesses das partes contractantes.

Assim tem tambem procedido o imperio com as republicas de Bolivia e Paraguay; com a primeira devem ter hoje desaparecido as difficuldades que pareciam insuperaveis para um ajuste satisfactorio da mutua fronteira, e a segunda infelizmente não correspondeu á moderação que constantemente presidio ás propostas do governo imperial, como o evidenciam os protocollos das conferencias havidas no anno de 1856 na côrte do Rio de Janeiro.

São importantes estes documentos para bom se poder avaliar a politica do governo imperial.

Cedia elle em favor da paz dos justos titulos que tinha á mais extensa fronteira, e a despeito de tudo prorompeu a republica do Paraguay nos excessos de uma guerra injustificavel unicamente para resolver pela força o que lhe não

oulogavam os arts. 8 e 9 do tratado de 1777, nem o seu *uti possidetis*, como ficou a toda a luz demonstrado.

A república da Nova Granada e Sua Magestade o Imperador do Brasil convieram em reconhecer, como base para a determinação da fronteira entre seus respectivos territorios o *uti possidetis*, como ficou dito; e de conformidade com este principio, declararam e definiram no art. 2 do tratado celebrado nesta capital em 25 de Julho de 1863, a linha divisoria da maneira seguinte:

« Começará a fronteira na confluencia do rio Apaporis com o Japurá, e seguirá o dito Apaporis, aguas arribas até ao ponto em que elle entra pela sua margem oriental o tributario, chamado, nos mappas do barão de Humboldt e do coronel Codazzi, Tarsira, e continuará pelo dito Tarsira aguas arriba, até um ponto que cubra as vertentes do rio Vaupés, de modo que toda a margem esquerda do Apaporis até a confluencia do Tarsira, e toda a margem esquerda desta até ao ponto que os commissarios marcarem fiquem pertencendo ao Brasil, e toda a margem direita do Apaporis até a confluencia do Tarsira, e ambas as margens do Apaporis, e a margem direita dessa confluencia para cima fiquem pertencendo á Nova Granada.

« Do ponto, que cubra as vertentes do Vaupés, inclinará para o oriente, passando pelas vertentes que dividem as aguas do Vaupés e do Iguaré ou Isana das do Memachi, Naquieni e outros que correm ao Rio Negro Superior ou Guainia; de modo que todas as aguas que vão ao Vaupés e Iguaré ou Isana fiquem pertencendo ao Brasil, e as que vão ao Naquieni, Memachi, e outros tributarios do Guainia, a Nova Granada, até onde se estenderem os territorios dos dois Estados. »

Além destas estipulações declarou-se mais em protocolos das respectivas conferencias o seguinte accordo para servir de base ás instrucções que se deveriam dar aos commissarios demarcadores:

« Que, se ao subir pelo rio Tarsira, se achassem curto como o descreve Humboldt, inclinassem a linha ao noroeste, quanto fosse sufficiente, para cubrir as vertentes do Vaupés, mas que se o achassem tão extenso como é descripto por Codazzi, continuassem por elle a linha divisoria até um ponto do qual, tomando para o norte, fizessem caber as cabeceiras do Vaupés. »

A linha que sempre sustentámos como a rigorosa divisa do nosso *uti possidetis*, e da qual cedemos por aquelle accordo, é a seguinte:

Começando no rio Japurá ou Caquetá em frente á embocadura do Apaporis, segue pelo Japurá, aguas arriba até a embocadura do rio dos Enganos; continuando por este e por aquelle de seus afluentes, cujo curso mais se approxime do rumo norte até suas cabeceiras; inclina-se depois para o oriente a procurar as cabeceiras do rio Memachi, de modo que todas as aguas que vão ao Apaporis, Vaupés e Isana, pertencessem ao Brasil, e as que vão ao Memachi, Naquieni e outros tributarios do Rio Negro superior ou Guainia, á Nova Granada, até onde se estendessem os territorios dos dois Estados.

Convinha aproveitar a circumstancia de estarem os territorios limitrophos, pouco povoados e sem maior importancia material, para discutir e decidir com calma, equitativa e amigavelmente, questões que para o futuro seriam de muito mais difficil soluçao.

Convinha abrir as communicações pela fronteira dos dous paizes, regular entre ambos a navegação fluvial e estabelecer sobre bases seguras as suas respectivas relações politicas e commerciaes.

Erão então, e não podem deixar de ser hoje as aspirações, dos dous governos, tendo-se sobretudo em attenção as liberas disposições do decreto de 7 de Dezembro do anno proximo passado.

A republica da Colombia pretendia ter direito a territorios ao poente do Rio Negro, ao rio Napo, desde sua confluencia com o Aguarico, e ao territorio banhado pelos rios Japurá e Solimões ou Amazonas a confrontar pelo braço Avatipará com o Brasil.

Pelo lado do sul estas pertençaes foram limitadas pelo tratado celebrado entre o Brasil e o Perú em 23 de Outubro de 1851, e pelo que se expôz nos protocolos das conferencias havidas entre os plenipotenciarios colombianos e brasileiros no anno de 1853.

Diz o art. 7.^o do tratado de 23 de Outubro de 1851 :

« Para prevenir dvidas a respeito da fronteira entre os dous paizes concordam as altas partes contractantes em que os limites do imperio do Brasil com a republica do Perú sejam regulados em conformidade do principio *ut possidetis*; por consequente reconhecem, respectivamente, como fronteira a povoação de Tabatinga e d'ahi para o norte em linha recta a encontrar o rio Japurá defronte da foz de Apaporis; e de Tabatinga para o sul o rio Javary desde a sua confluencia com o Amazonas. »

Pelo lado do Rio Negro estipulamos com a republica da Venezuela pelo tratado de 5 de Maio de 1859 o seguinte :

« Começará a linha divisoria nas cabeceiras do rio Memachi; e seguindo pelo mais alto do terreno, passará pelas cabeceiras do Aquio e Tomé e do Guainia e Iquiare ou Issana, de modo que todas as aguas que vão ao Aquio e Tomé fiquem pertencendo a Venezuela, e as que vão ao Guainia, Xié e Issana ao Brasil; e atravessará o Rio Negro defronte da ilha de S. José que está proxima á pedra do Cucuby. »

Com referencia á posição em que se achava a republica para com Venezuela e Perú, foi inserta no mencionado tratado assignado pelos plenipotenciarios dos dous paizes em 1853 a seguinte declaração :

« Tendo a republica da Nova Granada questões pendentes relativamente ao territorio banhado pelas aguas do Tomé e Aquio, assim como relativamente ao situado entre o Japurá e o Amazonas, o cidadão presidente da mesma republica, em nome della, declara que no caso de que lhe venham a pertencer definitivamente ditos territorios, reconhecerá como limites com o Brasil, em virtude do

principio de *uti possidetis*, os estipulados no tratado entre o imperio e Venezuela de 25 de Novembro de 1852 e na convenção entre o mesmo imperio e o Perú de 23 de Outubro de 1851, a saber: pelo que toca ao primeiro, uma linha que, passando pelas vertentes que separam as aguas do Tomó e do Aquio das do Iquiere ou Iuana, siga para o lado do oriente a tocar o Rio Negro defronte da ilha de S. José perto das pedras do Cucuhy, situada pouco mais ou menos no paralelo de 1°, 38' de latitude boreal, e pelo que toca ao segundo, uma linha recta tirada desde o forte do Tabatinga para o lado do norte em direcção á confluencia do Apaporis com o Jaguar.

A linha do tratado de 5 de Maio de 1850 é a mesma fixada no de 25 de Novembro de 1852 á que acima se allude.

Por outro lado com referencia tambem aos limites ao sul pelo Javary, Tabatinga até o Apaporis obrigou-se a republica do Equador, se tivesse de fixar limites com o imperio, em que interessasse uma parte dessa fronteira por um protocollo assignado em Quito aos 3 de Novembro de 1853, a respeitar o *uti possidetis* como ficou resolvido pelo tratado com o Perú de 23 de Outubro de 1851.

As possessões pois do Brasil até Tabatinga e no Solimões ou Amazonas e até a ilha de S. José proximo á pedra do Cucuhy no alto Rio Negro estão fóra de toda a discussão diplomatica, sobretudo tendo-se presente a declaração já citada do tratado de 1853 celebrado com Nova Granada e o art. 6º do que hoje vigora com Venezuela.

Sua Magestade o Imperador do Brasil declarou que ao tratar com a republica de Venezuela relativamente ao territorio situado ao poente do Rio Negro, e banhado pelas aguas do Tomó e do Aquio, do qual allega posse a republica de Venezuela, mas que já foi reclamado pela Nova Granada, não é sua intencção prejudicar quaesquer direitos que esta última republica possa fazer valer sobre o dito territorio.

Assim tambem procedeu o governo imperial com a Bolivia.

A bahia Negra, na margem direita do Paraguay foi reconhecida, na negociação que teve lugar na corte do Rio de Janeiro em o anno de 1858 entre o Brasil e a republica daquella nome esse limite por essa parte entre os dois paizes.

Este reconhecimento foi feito nos protocollas que procederam a celebração dos tratados de 6 de Abril daquella anno.

O mesmo reconhecimento foi reproduzido no protocollo especial que celebraram em Assumpção os respectivos plenipotenciarios, assignatarios da convenção de 12 de Fevereiro de 1858.

Este reconhecimento não importou entretanto invalidar quaesquer titulos que tivesse de fazer prevalecer o governo da Bolivia á margem direita do rio Paraguay entre os parallelos de 20°, 21° e 22°, isto é, ao territorio que se estende da bahia Negra até defronte do rio Apa.

E' conhecido o protesto que dirigio o mesmo governo ao de Sua Magestade o Imperador do Brasil e ao da republica Argentina em 6 de Julho do anno proxi-

mo passado, por apprehensões de que estes dois Estados pretendiam, como alliados, limites com o Paraguay offensivos aos direitos da Bolívia.

O governo imperial declarou sollemnemente em 15 de Setembro que os alliados respeitariam, como haviam respeitado, qualquer direito que Bolívia pudesse ter á margem direita do rio Paraguay, e a mesma declaração fez á república Argentina por nota de 8 de Agosto.

Os direitos daquella república foram resolvidos por notas trocadas entre os alliados na mesma occasião em que celebraram a alliança de 1.^o de Maio de 1865.

Vê-se pois que o Brasil respeita e respeitará sempre, ao ajustar a sua fronteira com alguns dos Estados limitrophes, os direitos eventuaes que pudessem ter outros a territorios contestados.

Se tratou com o Perú e Venezuela foi por estar aquella república de posse das missões de Maynas pela cedula de 15 de Julho de 1802 e por estarem os territorios pelos quaes tinha de correr-se a linha divisoria desde Memachi até o Rio Negro pela cedula de 5 de Março de 1768 sob a immediata jurisdicção de Venezuela, procurando ao mesmo tempo conciliar os seus direitos baseados no *uti possidetis* com os interesses ainda que remotos que pudessem ter os outros Estados Sul-Americanos nessas complexas questões de seus respectivos limites.

Estas questões nunca puderam ser resolvidas pelas duas cortes, a Hespanha e Portugal, por tratados e pelos trabalhos de seus commissarios pelas exageradas pretensões ou *trop de sêe* em querer cada um estender mais os limites do seu paiz.

Só o foram pelo Brasil com o Uruguay, republicas do Perú, Venezuela, Argentina e de Bolívia accommodando-se as disposições do tratado de 1777 ao *uti possidetis* de 1810.

A historia deste tratado é bem conhecida e conhecido é tambem o juizo de abalizados escriptores porque não teve elle cumprida execução.

O conde de Florida Blanca, um de seus assignatarios, na qualidade de plenipotenciario por parte da Hespanha, referindo-se ás disputas a que havia dado lugar a demarcação de 1782, disse em 1789 á junta do Estado fundada naquelle anno por Carlos III.

Outra disputa com Portugal occorreu quando se tratava da navegação dos rios Negro e Japurá desde a boca mais occidental deste, pela qual deviam subir os limites até um ponto que se havia de fixar nelle e no Rio Negro para cubrir os estabelecimentos de uma e outra nação que tinham de ficar como estavam por aquella parte; tudo em execução do artigo 12 do tratado do 1.^o de Outubro de 1777, com referencia ao artigo 9.^o do antigo tratado de 13 de Janeiro de 1750.

O motivo da discordia na execução destas estipulações foi, segundo a apreciação daquelle homem d'Estado, uma equivocação do commissario portuguez a que não souberam satisfazer os hespanhões e versava esta sobre a intelligencia de ditos artigos, declarando elle que isto e a má fé e desconfiança de uns e outros, interromperam e suspenderam a demarcação de limites por esses lugares.

Não é preciso qualificar tão severamente o procedimento dos commissarios; é mais razoavel suppor que aquella desintelligencia proviera de não se haver consultado no ultimo tratado o estado das possesões dos dois países, verificadas no decurso de mais de cinco lustros depois que foi celebrado o primeiro, possesões não interrompidas e de que não podiam ser esbulhadas na execução deste tratado sem fôrtem-se graves interesses internacionaes.

Collocai deus homens no universo, dizia o eminente autor do *Espirito das Leis*, e em breve tempo elles se acharão em luta por causa de suas respectivas fronteiras.

Este aserto, um pouco hyperbolico, não é entretanto um paradoxo, assenta-se contra a realidade no facto constante das serias dissidencias entre as nações do globo por motivo da demarcação de seus limites.

Este facto é muito mais eloquente quando se considera o emaranhamento das fronteiras dos dois países por territorio tão extenso, despovoado e de tão difficil exploração.

Estes litigios têm entretanto por fundamento titulos mais ou menos valiosos e nas questões vertentes se contrabalançam; o que Portugal perdeu no Rio Negro, ganhou-o por outro lado no Japurá e Rio Amazonas.

Vamos a demonstra-lo:

As possesões do Rio Negro e seus afluentes são tão antigas para Portugal que pôde dizer-se que principiaram ao mesmo tempo que seu dominio nas demais colonias de sua dependencia.

Em 1750 e ainda muito antes, o Rio Branco, o Cababury, o Vaupés, o Issana, o Tomé, o Açuio e o Pimichin até Javeté eram e haviam sido explorados e navegados pelos portuguezes.

Desde 1738 Francisco Xavier de Moraes havia fundado Javeté no ponto que communica o Pimichin com o Tomé.

Em 1755, segundo diz Humboldt, as missões de Javeté e S. Balthazar eram consideradas como dependencias do Brasil.

Os portuguezes para evitar os saltos do Rio Negro subiam pelo Japurá e Amaporiz; destes rios passavam pelo Tiquiú ao Vaupés, do Vaupés ao Issana, do Issana ao Tomé e do Tomé baixavam ao Rio Negro.

O primeiro e unico hespanhol que penetrou ali, no anno de 1744, foi o jesuita Manoel Ramon, religioso da companhia de Jesus, superior das missões que dirigia sua congregação no rio Orinoco.

Só então foi que conheceram os hespanhóes que pelo Cassiquare e outros rios se communicava o Orinoco com o Rio Negro, onde datam os estabelecimentos de S. Carlos e Santo Agostinho de 1759 e 1760 sob o pretexto de levantar armazens para uso dos commissarios de demarcação como era descripta pelo tratado de 1750.

Em 1763 quizeram seguir mais abaixo e occuparam o povo portuguez de Ma-

habitantes que já existia fundado pelos religiosos carmelitas em 1688 e de que foram immediatamente repellidos.

D. José d'Isturriaga queixou-se ao capitão-general do Pará, Nollo e Castro, solicitando a evacuação daquelle praça, recorrendo este que com mais razão e direito devia exigir a retirada dos destacamentos das povoações de S. Carlos e Santo Agostinho e de mais povoações, mandadas crear do Cassiquiare para baixo por haverem sido todas introduzidas na dependencia do Rio Negro contra as disposições dos tratados existentes.

A pretensão de D. José d'Isturriaga que deu causa a esta contestação fundava-se na opinião dos commissarios da primeira demarcação que queriam levar a raya pela Lagôa Marachi para uni-la á outra que devia seguir pelo Japurá a buscar o Amazonas.

Estas foram as usurpações dos hespanhóes pelo norte; vejamos agora o que occorria pelo sul.

As missões hespanholas do Japurá ou Caquetá, communmente chamadas missões dos Andaquicé, só se estendiam até o Rio Caguan, ao sul do equador desde o Rio dos Enganos e a grande cataracta ou salto grande que demora na latitude austral 0° 33' e longitude 75° esteve sempre na posse dos indigenas e dos portugueses.

Estes têm alguns estabelecimentos em Tabocas, S. Joaquim de Cueraes e em Curatus; o 2° ao sul do Japurá, e o 3° sobre seu affluent septentrional o Apaporis.

Para cobrir estes estabelecimentos o commissario portuguez pretendia que a linha devia dirigir-se mais acima do Apaporis com direcção para o norte.

Existindo ainda hoje a pretensão por parte de Colombia pelo lado do Rio Negro, que já foi aliás resolvida pelo tratado que tem o Brasil com Venezuela sem se ter em attenção os tratados de 1750 e de 1777, como fazer prevalecer estes mesmos tratados pela boca mais occidental do rio Japurá côm o que não ficariam cobertos os estabelecimentos portuguezos por este lado?

Esta é porém, uma questão hoje decidida, não porque tenha já tido o assentimento da Colombia, mas porque a linha descripta pelo Apaporis vai de accordo com a memoria de 1797 de D. Vicente Aguilar y Jarado, official segundo da secretaria d'Estado e D. Francisco Bequeha, brigadeiro e engenheiro das reaes exercitos de S. M. Catholica, com a opinião de Lião e Pizarro, antigo governador de Maynas, confirmada pelo vice-rei de Santa-Fé e governo hespanhol.

Tanto mais se recommenda essa linha pelo Apaporis continuando pelo Taraira a completar a fronteira pelas vertentes do alto e baixo Rio Negro, cobrindo os principaes estabelecimentos brasileiros, que não se prevaleceu o governo imperial para uma maior linha divisoria de a fazer seguir pelo Rio dos Enganos como o indicam em seus mappas o sabio Humboldt, o distincto colombiano Zea, o illustrado Santes Acosta e tantos outros geographos, em que não cabe suspeitas de parcialidade a favor do imperio.

Os mappaes de Restrepo, do general Mosquera, norte-americanos Cotton e Briceño têm todos a mesma origem, foram levantados segundo as prolongações que tinham os demarcadores da 1.^a demarcação, são contrarios ao *uti possidetis* do Brasil e ao espirito e letra do tratado de 1777.

No Putumayo as missões hespanholas mais meridionaes, chamadas missões baixas, sorvidas por religiosos de Papayan e Pasto, não se estendem até o confluente do Amazonas, mas sómente até 2° 30' de latitude austral que é aonde estão situadas as aldeas de Marive, S. Roman e Assumpção. Os portuguezes são donos da embocadura do Putumayo, e os religiosos do Pasto estão obrigados, para chegarem ás missões do baixo Putumayo, a descer o Amazonas por baixo da boca do Napo a Pexas, a avançar de Pexas para o norte por terra até a quebrada ou cano de Jaguas e a entrar por este cano no rio Putumayo.

Tambem não poderia considerar-se como limite do Colombia a margem esquerda do Amazonas desde o Awaiparansi (longitude de 69° 32') até o Fongo de Manseriche na extremidade occidental da provincia de Maynas.

Os portuguezes tiveram sempre a posse das duas margens até a léste de Loreto (longitude 71° 34') e até o forte de Tabatinga fundado em 1766 ao norte do Amazonas: o que prova exuberantemente que a margem esquerda do Amazonas entre a boca do Awaiparansi e a fronteira junto a Loreto jámais foi considerada por elles como pertencente a territorio hespanhol.

São palavras estas copiadas de Humboldt, a mais competente e respeitavel de todas as autoridades que se possam invocar sobre esta materia; viajou por este continente em principios deste seculo, explorou pessoalmente grande parte dos terrenos disputados, fez nelles observações astronomicas, rectificou posições de pontos mui notaveis, tomou nos mesmos lugares informações fidedignas sobre os territorios que occupavam as missões portuguezas e hespanholas, impoz-se detalhadamente dos archivos publicos de que haviam feito as commissões de limites, e finalmente estudou em sua propria fonte, como elle mesmo diz, esta grande controversia diplomatica.

O Brasil sustenta seus direitos a ambas as margens do Amazonas por essa parte de sua fronteira até o forte de Tabatinga, por serem conformes ao principio de seu *uti possidetis*; e poderia tambem sustenta-los em virtude das antigas estipulações entre as cortas de Portugal e Hespanha se admittisse a sua validade; pois, se é verdade que pelo tratado de 1777 o territorio entre Tabatinga e a boca mais occidental do Japurá deveria ser cedida á Hespanha, não o é menos que essa cessão foi considerada como uma compensação de mais extenso dominio que Portugal deveria adquirir pelo mesmo tratado em outros pontos da fronteira do norte.

Coder dessa fronteira, que aliás já está assentada no tratado celebrado com a republica do Perú, seria impossivel, absolutamente impossivel, não obstante os mais ardentes desejos do governo imperial de ajustar tambem seus limites com os Estados-Unidos do Colombia.

Em summa a linha que ha a considerar é a que foi fixada no tratado pendente de 25 de Julho de 1853.

Esta negociação, tão debatida nos protocolos das conferencias, apresentou o mais satisfactorio resultado, como se póde ver pelo parecer da mesma autoridade que acabou-se de citar, a do barão de Humboldt, que nos transmittio em grande parte os conhecimentos geographicos que possuímos das regiões do Amazonas.

Reconheceu elle, documento n. 2, dando o seu parecer sobre aquelle tratado e o que em 1852 havia sido celebrado com Venezuela, a necessidade de que se adoptasse o principio do *uti possidetis* como o unico meio de sahir das immensas incertezas, nascidas das vagas expressões do tratado de 1777, e faz justiça aos esforços do governo imperial, para tirar estes paizes de seu estado de isolamento e para fazer desaparecer as antipathias que por tanto tempo, subsistiam entre povos vizinhos.

O Brasil desistio das pretensões de Portugal nos estabelecimentos do S. Carlos e Santo Agostinho; contentou-se com a fronteira do Apaporis e Taraira em vez de ser pelo Rio dos Baguanos, e insiste por esta fronteira porque é a mais conforme com o principio do *uti possidetis* com as reservas consignadas nos protocolos das conferencias do tratado que celebraram em 1853 os respectivos plenipotenciarios.

Bagoté, 26 de Dezembro de 1857.

JOAQUIM MARIA NACENTES DE AZAMBUJA.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O MEMORANDUM QUE PRECEDE.

N. 1.

Extracto de uma carta, escripta por D. Andrés Bello ao comendador Miguel Maria Lisboa, datada de Valparaíso em 28 de Fevereiro de 1857.

En cuanto a la definicion del *uti possidetis*, soi interamente de la opinion de U., porque esta conocida frase *uti possidetis* tomada del derecho Romano, no se presta a otro sentido que el que U. le da. El *uti possidetis* a la epoca de la emancipacion de las colonias españolas era la posesion natural de España, lo que España poseia real y efectivamente con cualquiera título ó sin título alguno, no lo que España tenia derecho de poseer y no poseia. »

Está conforme con el original de la carta de D. Andrés Bello, la qual existe em mi poder.

Lima, a 11 de Setembro de 1857.

MIGUEL MARIA LISBOA.

Parer de barto de Humboldt sobre os tratados de limites, celebrados pelo plenipotenciario brasileiro com as republicas de Venezuela e Nova Granada, reconhecendo a necessidade de se adoptar o principio do « uti possidetis » como base para se definir a fronteira dos respectivos paizes.

Berlin, le 22 Decembre 1854.

Monsieur.—Très sensible, monsieur, à la confiance que vous avez bien voulu me témoigner et que je dois sans doute à l'affectueuse bienveillance dont m'honore Mr. le Chevalier d'Araujo, j'ai étudié les documents qui traitent de la convention que vous avez si heureusement conclue et qui sera sans doute adoptée dans des moments plus calmes.

Lors de la paix de Paris j'avais déjà été invité par le duc de Wellington de rédiger un memoire sur les limites de la Guiane portugaise, qui a été publié dans la collection diplomatique de Schoell après avoir joué de la haute approbation de votre cour.

Les incertitudes qui ont régné si longtemps sur les limites des possessions brésiliennes dans le bassin du Rio Negro ont pris naissance en grande partie de la préférence qu'on a voulu donner à des vagues suppositions sur le point, où le Rio Negro est traversé par l'Equateur (1), aux indications plus simples et plus rassurantes (là où manquait toute observation de latitude) des confluent des deux fleuves. Lorsque Mr. de Condamine venait au Grand-Pará, on croyait cette ville placée sous l'Equateur même : il la trouvait de 1° 28' au sud de l'Equateur. Pendant un demi siècle on a été persuadé dans la capitainerie générale de Caracas que l'habile ingénieur D. Gabriel Clonero, avait construit le fortin de S. Carlos del Rio Negro là où passait l'Equateur. Aucune observation astronomique n'avait été faite dans ce lieu avant moi. « La real expedition » des limites de Solano n'a pas dépassé le confluent du Guaviare et de l'Orénoque. J'ai trouvé le fortin de S. Carlos par 1° 53' 42" de latitude boreale.

J'approuve beaucoup, monsieur, la sagesse avec laquelle dans votre negociation vous n'avez (avec les intentions les plus conciliatrices) pas insisté sur des agrandissements de territoire et adopté pour sortir des longues incertitudes qui naissent des vagues expressions de l'ancien traité du 1^{er} Octobre 1777, le principe de l'*uti possidetis* de 1810. Vous avez très-bien senti que ce qu'il y a de plus important pour faire sortir ces sauvages contrées de leur état d'isolement et d'abandon industriel, c'est d'apaiser les antipathies nationales et de profiter par une

libre navigation, de cette admirable entrelacement de rivières qui, comme un don bien faisant de la Providence, a été accordé, assez inutilement jusqu'ici, aux peuples de l'Amérique du Sud.

C'est sur ce point de vue que, de retour de l'expédition de l'Orenoc en 1800, j'ai tâché de fixer l'attention du gouvernement espagnol dans un rapport que j'ai adressé au ministre des affaires étrangères d'alors, le Chevalier d'Urquijo, je disais alors : « Lo que seria lo mas digno de ser obtenido por el medio de mutuas concesiones seria una libertad entera y reciproca de comercio en estas magestuosas rias, el Orinoco, el Cassequiare y Rio Negro ó Guisnia y el Marañon. Nada seria mas proprio para fomentar la prosperidad de unos payses tan atrasados en el cultivo de las tierras; nada mas proprio para disminuir la infelia y irracional antipathia que existe desgraciadamente entre las naciones limitadas. »

Monsieur le ministre resident et commandeur D. Miguel Maria Lisboa, me fit l'honneur de m'adresser à la fin de la lettre (en date du 4 Août 1854) dont il a bien voulu m'honorer, deux demandes spéciales aux quelles je tâcherai de répondre avec franchise.

1.^{re} Avant l'expédition de Solano, c'est-à-dire, vers l'année 1750, la possession de fait des portugais sur le Rio Negro, s'étendait-elle au delà du Cassiquiare?

Il y a eu certainement (bien avant que les espagnols ont établi des missions sur l'Atabapé, le Cassiquiare et le Rio Negro) depuis les établissements portugais formés chez les marabitans de temps à temps, des incursions vers le nord, au delà du Cassiquiare par le Cababuri et le Pacumoni. Vous trouverez même sur ma grande carte de l'Orenoc (Pl. 16 de mon Atlas géographique et physique du voyage) suscrits près d'un lac (par le degré 3^e de latitude du Nord) les mots suivants :

C'est sur les bords de ce lac à l'Est du rio Mavaca que les portugais s'introduisent par le portage (arrustradero) qui va du rio Siaba, affluent du Cassiquiare, au rio Mavaca pour cueillir le fruit aromatique du laurier puchery et la salcaparilla, article d'exportation du Pará. On parvenait à l'Est de l'Esmeralda là, où j'ai été, et monsieur Schomburgh, 30 ans après moi, le plus près des sources de l'Orenoc. C'était de ce côté là des incursions temporaires, ce n'était pas une possession de fait. Si des aventuriers indiens mêlés à quelques colons portugais poussaient assez souvent leurs incursions hostiles jusqu'aux eaux du rio Temi et du Tuamini (avant 1750) c'était pour faire des esclaves, « aller à la conquête des âmes » et les vendre au Rio Negro portugais. L'établissement de Javité sur le Tuamini existait sans doute, mais comme village indien sous la domination d'un chef indien du nom de Javité. Les premiers blancs, que le Père Roman en Fevrier 1744, rencontra en passant le premier de l'Orenoc à Rio Negro, furent les portugais marchands d'esclaves « de la tropa de regaste. » Les Guai-punaves leur vendaient les prisonniers qu'ils ne mangeaient pas. Ce n'est pas dans le village indien qui dominait le chef Javité, c'est dans un des établisse-

ments portugais du Rio Negro que le Père Roman attendit l'arrivée du jésuite portugais Avogadro qui vint du Pará. (Voyage T. 2, P. 416 e 834.)

Les portugais en 1750 n'ont eû, je crois, aucun établissement, aucune culture au nord du rocher Culimacari, sur le quel j'ai bivouaqué avec Mr. Bompland.

2.^e Les limites du traité du 25 Novembre 1852 sont elles d'accord avec ce que vous avez manifesté dans la relation de votre voyage aux régions équinoxiales?

Je n'ai pas visité les eaux du Rio Negro à l'ouest du point où cette rivière reçoit les eaux du caño (2) Pimichin, étant venu à pied à travers la forêt de Javiti (mission du rio Tuamini) au terme du portage sur le caño Pimichin.

J'ai pu recueillir, je crois, quelques renseignements assez précis sur les lieux que vous nommez dans le traité. Ma carte de l'Orenoc et du Rio Negro offre le confluent de l'Apaporis, qui reçoit le Taraira avec le Japurá, confluent de l'Apaporis, qui est à 1° au sud de l'Equateur et par le quel vous commencez vos limites, article 1^{er}, dans le traité du 25 Juillet 1853.

Ma carte offre les rios Aquia, Tornó, Vaupés et Kié. Je placerais l'île de San, José près de la caverne du harem (lieu de debouche du célèbre chef indien Coruy) entre S. Carlos del Rio Negro et S. José de Marabitanas par les 1°, 40' de lat. nord. C'est cette île qu'on regarde aujourd'hui comme frontière.

Je crois avoir pu donner (Voyage id in 4^e T. 2. P. 459) des renseignements très curieux sur les véritables sources du Guinía et sur le cours supérieur du Vaupés que j'ai dus à un moine très judicieux de S. François, le gardien Fray Francisco Puquet de la mission des Andaquies. Il était venu des sources du Japurá (Caqueta) aux sources du Guariare en parlant de la mission du Caguana.

Je n'ai trouvé, Monsieur, dans votre convention rien que soit contraire aux notions géographiques que j'ai pu acquérir.

Récemment il a paru à Londres le voyage d'un naturaliste qui venant du Pará a remonté le Rio Negro et visité les rives si peu connues du Vaupés (Alfred Wallace, travels on the Amazon and Rio Negro 1838, p. 273). Cette curieuse expédition a été de l'année 1850. Mr. Wallace est venu comme moi par la forêt de Pimichin à Javiti où il a eu tort de composer un poème très ennuyeux.

Je désire ardemment que mes reminiscences de vieillard puissent vous offrir quelque intérêt. — Daignez agréer, Mr., etc. — *Le Baron de Humboldt.*

NOTAS À CARTA, QUE FICOU TRANSCRITA DO BARÃO DE HUMBOLDT.

Esta exploração faz desaparecer certa tradição do tempo dos descobridores, segundo a qual deveria passar a raia hispanhola pela equinoctial.

Então pensava-se que S. Carlos se achava sobre o Equador e, verificando-se que esta povoação ficava mais ao norte (a 1°, 53' de latitude boreal), (segundo Humboldt), postulavam os hispanhóes ter direito a estender-se mais para o sul não obstante a incontestável posse de S. José

de Maranhão, S. João Baptista, S. Felipe, S. Joaquim, S. Miguel e todos os outros estabelecimentos portugueses ao norte daquella linha.

Em nada entretanto se fundava aquella tradição senão em procurar títulos para mais extensa usurpação de territorios, que não se encontram nem no tratado de 1777 nem em nenhum outro documento e antes são por elles expressamente impugnados.

O forte de S. Carlos é o verdadeiro limite segundo o não possidit dos hespanhóis qualquer que seja sua latitude, ou a que erradamente calculou Clavero ou a que rectifica depois Humboldt.

Este cheffo presta homenagem a Portugal. O Barão de Humboldt, falando delle (Viagem, edição hespanhola tomo 2.^o paginas 187 e 188) disse o seguinte: Em 1768, antes da expedição de Salano, toda a cunhaca entre S. Baltazar e Javiti era considerada como dependencia do Brasil. O Casique Javiti, autorizado por uma patente real portugueza, fazia seus incursões, passando do Japurá ao Rio Negro pelo rio Vaupés e Xitá.

N 72.

Nota do governo colombiano á missão imperial do Brasil.

(Tradução.) — Secretaria do interior e relações exteriores. — Bogotá, 30 de Janeiro de 1868.

Sr. ministro.—Tive a honra de receber a nota de V. Ex. com data de 27 de Novembro ultimo, accusando a recepção do meu despacho de 20 do mesmo mez, relativo ao decreto pelo qual Sua Magestade o Imperador do Brasil abriu a navegação os rios Amazonas, Tocantins e S. Francisco.

Em resposta á minha citada nota declara V. Ex., depois de recordar os principios asentados e sustentados pelo governo colombiano, que o Brasil não podia decretar por si só a navegação dos affluentes do Amazonas na parte onde não possui suas duas margens, sem offender a soberania dos Estados, que sobre ellas exercem jurisdicção em commun ou exclusiva; e accrescenta V. Ex. que o governo imperial dispoe de que era seu na intenção de utilizar os recursos naturaes tão abundantes no continente americano, sendo a politica do Brasil a este respeito a mais generosa possível, como demonstram o referido decreto e seus actos relativamente aos Estados que confinam com elle.

O poder executivo federal não pôde deixar de comprazer-se, tendo conhecimento da maneira pela qual a logeção do Brasil, orgão autorizado do seu governo, entende aquelle decreto, e das expressões de sentimentos amigaveis e frater-

nas, consignadas na comunicação dirigida por V. Ex. ao departamento de relações exteriores da Colombia.

O cidadão presidente da União, a quem dei conhecimento da citada nota de V. Ex. e do memorandum a ella anexo, encarregou-me de manifestar a V. Ex. sua satisfação pelas vistas conciliadoras expressadas na comunicação de 27 de Novembro, e de apresentar a V. Ex. a contra-memoria inclusa, na qual se trata de justificar a politica tradicional desta nação em um assumpto tão importante, como é o da livre navegação dos rios, e que se liga tão estreitamente com as necessidades universaes da civilização actual.

Na minha resposta ao memorandum de V. Ex. encontrarei o governo de Sua Magestade Imperial uma explicação do comportamento d'este governo. Principios inconcussos de direito publico, sancionados pela pratica e pelo direito convencional, servem de apoio a esse comportamento do meu governo, o qual, com honrosas intenções e sómente seguindo o caminho que lhe marca o progresso, defende um direito que a riqueza publica de ambos os paizes conhece e sustentar, e que hum manifesta, como se comprehende na Colombia o sentimento de igualdade, do que se acha animado seu governo, e a perfeitá franqueza que concede ao commercio do mundo.

O governo da Colombia nada deseja mais ardentemente do que determinar, de commun accordo com o Brasil, os limites que dividem as duas nações de uma maneira definitiva e precisa; não obstante que, na opinião do primeiro, seus direitos territoriaes foram fixados pelos tratados entre Hespanha e Portugal de 1750 e 1777, aos quizes se refere V. Ex. no memorandum acima alludido.

Reitro os sentimentos de mui alta e distincta consideração com que tenho a honra de ser de V. Ex.,

Ex.^{ma} Sr. conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja,

Obediente seu vo,

CARLOS MARTIN.

(Tradução.) — *Contra-memoria a que se refere a nota supra.*

O governo colombiano, por meio da secretaria do interior e relações exteriores, vê-se na necessidade do contraverter os principios exarados no memorandum, datado de 27 de Novembro, do S. Ex. o Sr. conselheiro Azambuja, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador do Brasil relativamente á navegação dos rios que banham os territorios colombiano e brasileiro.

Sustenta o governo da União que tem direito de navegar livremente os ditos rios, sem que essa navegação seja coarctada por mero capricho, e sujeitando-se unicamente aos regulamentos oquitativos que forem dictados com o fim de prover á segurança do Imperio, sem pagar outro imposto a não ser proveniente de al-

gum melhoramento ou commodidade artificial na navegação, porém de maneira nenhuma qualquer imposto que se funde apenas na mesma navegação.

Não parece sufficiente ao governo da União para ceder quanto a este direito, a asserção de que elle sómente provém de direito convencional, pois não a considera fundada. As convenções sobre este assumpto foram celebradas entre as diversas nações que se acham no caso de Colombia e Brasil, não precisamente para assegurar o direito de livre navegação dos rios respectivos, mas sim para regularisar seu uso, de maneira que ao exercê-lo não se encontrassem differenças que motivassem descehdos.

Esta apreciação do governo se fortifica de uma maneira especial ao considerar que las convenções, concorrendo todas a formar uma sanção perfeita, de autoridade inefragavel, do direito que Colombia sustenta, foram celebradas, não agora, em que os interesses commerciaes e civilisadores da adiantada época em que vivemos devem ter toda a especie de facilidade para sua produção e desenvolvimento, mas outr'ora, quando doutrinas sedição e ciúmes mesquinhos de poderio obstruiam as fontes da riqueza dos diversos paizes em particular, que se tornava a origem da riqueza universal.

E não se diga que essas convenções, como anteriormente se fez notar, crearam os direitos dos respectivos paizes que as celebraram: quando se estipula cumprir uma obrigação de strieta justiça, o acto internacional que contém tal estipulação não cria nem aperfeiçoa direito algum; é, sim, de utilidade notoria, sobretudo para regulamentar o uso do direito e afastar qualquer conflicto ao exercê-lo.

O eminente expositor de direito publico Sr. Bello expressa-se nos seguintes termos no capítulo 6º — Do direito commercial e marítimo em tempo de paz:

« Uma nação, que possui a parte superior de um rio navegavel, tem direito a que a nação possuidora da parte inferior não lhe embanice sua navegação até ao mar, nem a vise com regulamentos e gravâmes que não sejam necesarios para sua propria segurança ou para compensar o incommodo que esta navegação lhe occisione. »

E é de notar-se que o Sr. Bello não deduz este principio das convenções sobre a materia, mas sim, pelo contrario, com ellas o apóia e o corrobora.

Diz o mesmo Sr. Bello (capítulo 3º — Do territorio «):

« O territorio do Estado, assim como as herdades dos particulares, costuma achar-se sobrecarregado de differentes serventias. umas pertencem ao direito natural; outras ao convencional ou consuetudinario.

« As primeiras não são mais do que modificações do direito de utilidade innocente. Se, por exemplo, o limite entre duas nações corre pelo meio de um rio, seguindo longitudinalmente seu curso, toda a largura do rio (que supparemos de média na grandeza) será naturalmente common a ambas no que respeita á navegação »

Vê-se pois que, ha serrentia de direito natural para as nações, e que acima dellas, e das mais claras, é a que no presente caso se deduz para o Brasil do direito que Colombia sustenta.

Por consequencia, pouco importa que as fontes dos rios não determinem sua propriedade, nem que as nações a tenham sobre os rios na parte que correm por seus respectivos territorios, visto que a Colombia não pretende que se lhe reconheça dominio em todo o curso dos rios que nascem em seu territorio, mas sim o direito de navega-los na parte que passam pelo solo de outra nação; direito que não é nem se pódo confundir com o de dominio ou propriedade.

Para corroborar as doutrinas expostas, sustentadas em todas as occasiões pelo governo colombiano, bastaria sómente recorrer aos principaes escriptores sobre o direito das gentes, os quaes concordam na effectividade desse direito.

Vêja-se, por exemplo, o que diz Lawrence Weston na sua obra de direito internacional, Part. 2^a, Cap. 4^a:

« As cousas, cujo uso é inextinguível, como o mar e a agua corrente, não podem ser apropriadas de tal maneira que se exclua a outros o uso destes elementos de qualquer modo que não occasione perdas ou inconvenientes ao proprietario.

« O mesmo principio é applicavel aos rios que correm de um Estado através do territorio de outro até ao mar, ou até o territorio de um terceiro Estado. O direito de navegar, com fins commerciaes, um rio que corre através do territorio de diversos Estados, é commun a todas as nações que habitam as differentes partes de suas margens. »

Kent, na sua obra de direito internacional, Lettura 2^a, diz terminantemente:

« Uma nação, que possua sómente a parte superior de um rio navegavel, tem direito de descer por elle até o mar, sem que possa ser embarçada por impostos ou regulamentos inúteis e oppressivos. »

As citações, que S. Ex. faz das asserções de Lord Aberdeen em 1845 e 1846 na 'camara dos Lorde, relativamente á navegação de bureos inglezes nos rios Paraná e La Plata, não parecem ser applicaveis á esta discussão. A Inglaterra não tem, nem tinha, possesões regadas por tais rios, e as repúblicas do Plata com direito lhe negaram essa navegação franca, por mais que ella lhes fosse conveniente, como o julgou Colombia ao abrir seus rios interiores, entre estes o Magdalena, á navegação de todas as nações, concedendo para este fim toda a especie de franquizas.

Outro tanto se poderia dizer do que Mr. Marcy, secretario do Estado dos Estados-Unidos da America, declarou quando cidadãos americanos projectaram varias empozinas para violentar a navegação do Amazonas.

E' reconhecido em direito internacional, como regra geral e como principio incontestavel e de frequente applicação nestes casos, « que um inconveniente ou prejuizo de pouca monta não autorisa para recusar qualquer serviço, de que resulte uma grande e essencial utilidade a outro povo, e que sujeitando-se este a

recompensa-lo, o caso reduzir-se-lia a um uso de *evidente innocencia*, cuja denegação seria justa causa de guerra. » (Bello, Cap. 3.^o « Do Territorio ».)

Por isso julga o poder executivo de Colombia que, segundo os principios de justiça e os interesses da actual civilisação, não foi, nem equitativa nem fundada, a prohibição de navegar os rios Paraná e Uruguay, imposta aos habitantes de Bolivia e aos barcos brasileiros dos confins meridionaes do Imperio.

Na presente contra-memoria não leia bem, sem duvida, o exame da vigencia ou validade dos tratados celebrados entre as côrtes hespanhola e portugueza em 1750 e 1777, relativamente a suas possessões na America meridional; mas, seja como fôr, as clausulas sobre navegação devem considerar-se como dictadas unicamente pela politica seguida para com as colonias. O regimen colonial tinha todo o interesse em conservar estas paizes segregados do resto do mundo, encerrados em seus proprios territorios, privados de luz e acobranhados pela ignorancia e pobreza. Quaesquer restricções nesse sentido erão para a côrte hespanhola, no desejo de conservar-nos dobaixo de seu dominio retrogrado, não só acilaveis mas ainda convenientes para a consecução de seus propósitos e para garantia de seu futuro poderio.

Por estas causas, as quaes facilmente se descobrem, embora se preste pouca attenção ao desenvolvimento de nossa vida colonial, foi que a Hespanha, desconhecendo com lamentavel imprevidencia seus proprios interesses, não só monopolizou o commercio, mas até excluiu aqui certos territorios das importações e privilegios, que lá eram outros, para a exportação; por isto condemnou a instrucção, prohibio a importação de todo o elemento civilizador, lançou obstaculos em todo o sentido e firmou o art. 18 do tratado de 1750 e o art. 13 do de 1777, renunciando o seu direito de navegar as aguas em commun.

Bogotá, 30 de Janeiro de 1868.

CARLOS MARTIN.

N. 73.

Nota do ministro especial do Brasil ao governo colombiano.

Ministro especial do Brasil nos Estados-Unidos da Colombia.—Bogotá, 14 de Junho de 1868:

Quando teve o abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador do Brasil e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario, a honra de communi-car ao governo da União Colombiana por sua nota de 10 de Outubro do anno

proximo passado o decreto imperial, pelo qual foi franqueado aos navios mercantes de todas as nações a navegação do rio Amazonas até á fronteira do imperio, e dos rios Tocantins, Tapajaz, Madeira, Rio Negro e o de S. Francisco até os pontos nelle indicados, ainda não tinha em seu poder o regulamento expedido para sua execução.

Acaba o abaixo assignado de receber do seu governo um exemplar impresso do dito regulamento, que tem a data de 31 de Julho do anno proximo passado, e apressa-se a dar delle conhecimento official a S. Ex. o Sr. D. Santiago Perez, secretario do interior e das relações exteriores dos Estados-Unidos da Colombia, como complemento daquella sua comunicação.

S. Ex. conhecerá pela leitura e exame de suas disposições que apenas se adoptam no dito regulamento as medidas, que são indispensaveis para a boa policia e fiscalização fluvial.

Nada se encontra nelle que cause o menor embaraço e vexame ao commercio licito.

Estão previstas, tanto quanto é possível, todas as complicações e eventualidades para que de nenhum modo se contrarie o pensamento, que presidiu á expedição do decreto de 7 de Dezembro de 1866.

O espirito liberal, com que procurou o governo imperial realizar esse seu pensamento, ainda mais se revela nas disposições dos artigos 6, 10, 21 e 42.

Dando o devido desenvolvimento a estas disposições nos accôrdes a que se refere o artigo terceiro d'aquelle decreto não ha que discutir os principios que devem regular o uso das aguas, que atravessam differentes Estados ribeirinhos.

Seja permitido ao abaixo assignado reproduzir aqui o que teve a honra de ponderar ao antecessor de S. Ex. em 27 de Novembro ultimo:

« Se o governo imperial está disposto a permittir a todas as nações, situadas na parte superior de algum rio navegavel que communique com o baixo Amazonas o direito de sahirem livremente por este para o Oceano; qualquer discussão á este respeito, em seu conceito, se achava prejudicada; era meramente especulativa e pouco conducente aos fins que se tinham em vista.»

O antecessor de S. Ex. acolheu benevolmente as manifestações, que então teve de fazer o abaixo assignado na esta, que se servio dirigir-lhe em 30 de Janeiro do corrente anno.

Assim se expressou S. Ex. :

« O poder executivo federal não pôde deixar de comprazer-se ao ter conhecimento da maneira por que a legação do Brasil, orgão autorizado do seu governo, entendia o decreto imperial e das expressões de fraternas e amigaveis sentimentos, consignadas na citada nota do abaixo assignado.

« O cidadão presidente da União, a quem ficou ella presente, acrescentou S. Ex., lhe ordenára de manifestar sua satisfação pelas vistas conciliadoras expressadas em dita comunicação.»

Pois bem; o regulamento de 31 de Julho do anno próximo passado confirma quanto leve já a honra de expôr o abaixo assignado.

Suas disposições melhor ainda explicam a politica de seu governo com relação a este importante assumpto, e assim confia o abaixo assignado que igual acolhimento lhes prestará o actual governo da União, e de uma vez por todas se desvanecerão as apprehensões que porventura ainda possam haver sobre o verdadeiro alcance daquella politica.

E estando nesta convicção, resta apenas ao abaixo assignado reiterar a S. Ex. as seguranças de sua mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Santiago Perez.

JOAQUIM MARIA NASCIMENTOS DE ALAMBITA.

N. 74.

Nota do governo colombiano á união especial do Brasil.

(Tradução.)—Secretaria do interior e relações exteriores.—Bogotá, 30 de Junho de 1868.

A nota de S. Ex., datada a 14 do corrente, com que servio-se acompanhar o regulamento expedido em virtude do decreto brasileiro sobre a abertura dos rios aos navios mercantes de todas as nações, foi apresentada ao cidadão presidente, o qual ordenou ao abaixo assignado que lhe respondesse do modo como vai ter a honra de faz-lo, começando por tributar ao honrado Sr. ministro os mais sinceros agradecimentos pela attenção, com que dignou-se facilitar o estudo dos mencionados documentos.

Quando o decreto, em que o regulamento se basea, foi communicado á administração anterior, fez-se constar na resposta deste ministerio a convicção, que anima a Colombia, de que é porfeitto o seu direito de navegar livremente os rios que nascem no seu territorio, os que por elle passam e os que a separam de outro ou outros paizes, sem mais limitações do que as reguladas com que o respectivo condão tiver necessidade de prover á sua propria segurança.

Foi necessario que se fizesse constar essa convicção, emanada de um principio incontrouerso em direito natural e cuja sancção é cada dia mais explicita no direito consuetudinario, porque o silencio do governo da União, ao declarar-se

informado de notícia official de que se dava a todas as bandeiras licença para navegar o rio Negro até Mandos, poderia ser interpretado como admissoão de que tambem, e só por permisso imperial, não poderia chegar senão até Mandos a bandeira colombiana, que, para passar por essas aguas e pelas que com ellas vão ter ao mar, não necessita de licença alguma, pois que essas aguas servem á Colombia para demarcar seus limites com Venezuela e mesmo com o Brasil.

No regulamento, para o qual S. Ex. servio-se ultimamente chamar a attenção do abaixo assignado, allude-se aos accórdos que, de conformidade com o artigo 3.º do decreto imperial e para a navegação dos affluentes do Amazonas, na parte em que só uma de suas margens pertence ao Brasil, devem ser celebrados com os outros Estados ribeirinhos sobre os respectivos limites e regulamentos fiscaes e de policia. Como esse artigo poderia involver o desconhecimento do direito, que a navegar livremente o Amazonas, mesmo sem a celebração de taes accórdos, tem os paizes banhados por elle ou por algum ou alguns de seus affluentes; e como o silencio sobre esse artigo poderia ser interpretado como assentimento a que alguns desses Estados seguissem os condominios do rio a impicilhas não só de policia mas tambem fiscaes, esta repartição, que deve ser coherente em tudo com o principio já mencionado, apressa-se a declarar que o referido artigo não é aceitavel, se elle significa as pretensões que acabam de ser denunciadas.

Se taes pretensões não estão comprehendidas nessa disposição imperial, não é intenção do governo colombiano attribui-las ao do Brasil; como tambem não é proposito do primeiro negar-se absolutamente a celebrar com o segundo pacts em que seja explicitamente reconhecido o principio de que ao livre uso innocente desse direito, por natureza, todos os donos de uma corrente common, pois os principios, em vez de receberem força dos tratados, o que fazem é dar a esses tratados justiça intrinseca e sancção duradoura.

Feita a resalta que precede, o abaixo assignado não retirará uma só das expressões, benevolas segundo o juizo de S. Ex., com que este ministerio acolheu a manifestação, que S. Ex. servio-se fazer opportunamente sobre as vistas liberaes do decreto do seu governo; nem tão pouco tomará a liberdade de expôr as reflexões, que poderiam suggerir os artigos 8.º e 9.º do regulamento, artigos que não parecem imprimir a tão importante documento o mesmo caracter de largueza dos artigos 6, 10, 21 e 42, que S. Ex. assigna como prova do espirito liberal do governo do Brasil.

Julgando antes que as apprehensões, a que o honrado Sr. ministro julgou dever alludir, relativas ao que se teria podido pensar sobre o alcance da politica do seu governo quanto ao uso dos rios, desvanecer-se-hiam ante a franca exposicão de principios reconhecidos e de pretensões razoaveis, como sem duvida serão as que se apresentam em apoio da negociação que sobre o assumpto se propohe, o abaixo assignado tem a honra de declarar a S. Ex. que tal é ao mesmo tempo

seu dever por parte da Colombia e sua esperanza em relação ao imperio e termina reiterando ao digno representante do ultimo sua respeitosa consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.

SANTIAGO PEREZ.

N. 75.

Nota da missão especial do Brasil ao governo colombiano.

Missão especial do Brasil nos Estados-Unidos de Colombia. — Bogotá, 14 de Novembro de 1868.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador do Brasil e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial, tem a honra de communicar a S. Ex. o Sr. D. Santiago Perez, secretario do interior e das relações exteriores dos Estados-Unidos de Colombia, que pelo ultimo correio recebeu de sua corte as instruções, que aguardava para poder proseguir regularmente na discussão dos assumptos que fizeram objecto das notas, que dirigio ao governo da União em 27 de Novembro do anno proximo passado e 26 de Janeiro do corrente.

O governo imperial aceita em toda a sua amplitude os principios sobre livre navegação dos rios entre os respectivos ribeirinhos, como os expõe Wheaton, Bell, Kent, Jefferson e outros publicistas, divergindo apenas da applicação que lhes dá o governo desta republica.

Pensa o governo imperial que, entendida devidamente a doutrina desses escriptores, o direito que pretende o governo dos Estados-Unidos de Colombia não pôde ser para os ribeirinhos superiores um direito perfeito, dependendo o seu exercicio, como é obvio, de convenções regulamentares, policiaes e fiscaes com os ribeirinhos inferiores.

Nesta convicção, ordenou o governo imperial ao abaixo assignado que propozesse ao da republica o meio pratico de conciliar por esse lado os interesses dos dois paizes; sendo porém indispensavel um ajuste previo sobre a respectiva linha de fronteira sem o que seriam via quaesquer garantias convencionaes, em antes seriam estas uma origem permanente de duvidas e conflictos.

As difficuldades que até aqui têm embaraçado a solução desta ultima questão não será difficil remover, se se tomar por base da negociação titulos, que sejam compatíveis com a soberania das duas altas partes contractantes.

A confiança, que tem o abaixo assignado no espirito que domina a actual administração, animo-o a solicitar a nomeação de um plenipotenciario por parte da republica, com quem possam ser discutidas e ajustadas as duas mencionadas questões de um modo justo e equitativo.

E, rogando a S. Ex. haja de receber a este respeito as ordens de S. Ex. o Sr. presidente da republica, aproveita-se o abaixo assignado da presente occasião para reiterar-lhe as expressões de sua mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Santiago Perez.

JOAQUIM MARIA MARQUES DE ALAMBICA.

N. 76.

Nota do governo colombiano á missão especial do Brasil.

(Tradução.) Secretaria do interior e relações exteriores.—Bogotá, 24 de Novembro de 1868.

Foi recebida a nota, que S. Ex. dignou-se dirigir a esta repartição em data de 14 do corrente mez, e o abaixo assignado tem a honra de responder-lhe de conformidade com as ordens do poder executivo.

O governo colombiano estima que o do Brasil aceite em toda a sua extensão os principios da livre navegação dos rios entre os respectivos pozos ribeirinhos, como S. Ex. serve-se annunciar, referindo-se certamente ás instrucções que acaba de receber. É porém para deplorar-se que o governo imperial diffira do colombiano quanto á applicação desses principios, pois esta differença, quando a Colombia anda mais pretendo do que a sua pratica franca e completa, como estabeleceu e mantem em seu proprio territorio, parece revelar no animo do Brasil restricções no que é essencial á liberdade das aguas, como a toda especie de liberdades, isto é, a sua sancção pratica e positiva.

Todavia, o abaixo assignado deseja que disto não se deduza que seu governo desconhece a conveniencia e mesmo a necessidade de fixar-se em ajustes e des-

envolvimento que se deva dar aos princípios e o modo pratico de conciliar a livre navegação dos rios communs com a segurança em cada territorio. Por isso parecem-lhe prudentes as convenções sobre policia; mas não pôde aceitar os regulamentos fiscaes, se esta vez generica significar contribuições ou gravames.

O poder executivo cumprirá o grato dever de tomar em consideração o meio de consultar os interesses dos dois paizes, que S. Ex. julgar conveniente apresentar-lhe, segundo as ordens a que servio-se alludir como dadás por seu governo. Talvez se possa assegurar que para a apresentação, exame e adopção desse meio, ou de outro que tenda ao mesmo fim, não é preciso o reconhecimento prévio da linha divisoria entre as duas nações, como isto foi entre Colombia e Venezuela, a cujas interesses de navegação e commercio se attendeu por meio de um ajuste antes que as questões meramente territoriaes tivessem recebido a devida solução. Facilmente se comprehende que os convenios em que só se attende a principios sejam mais factiveis do que aquellos que tambem exigem averiguação e confrontação de factos.

Demais, não podendo as estipulações de um dos convenios ter influencia ou resultados variaveis nas estipulações do outro, porque não se tratará em nenhum delles de fazer concessões para exigir compensação no outro, não se persuade o abaixo assignado que seja indispensavel determinar os limites das terras antes de consagrar a liberdade das aguas; e assim toma a liberdade de indica-lo respectosamente ao honrado Sr. ministro.

Diz S. Ex. que não será difficil remover as difficuldades que até agora tem embaraçado a solução da questão de limites, uma vez que se tomem por base da negociação títulos, que sejam compativeis com a soberania das duas altas partes contractantes.

É de toda evidencia que nenhuma das duas partes contractantes pôde, no ajuste de seus limites, ou em qualquer outro, abdicar sua propria soberania nem pretender que a outra desattenda a sua ou a comprometta; e não é isto, de certo, o que até agora tem afastado o termo da questão.

Por sua parte a Colombia não tem exigido e não exigirá uma linha de terreno além do que milha e prove que de direito lhe pertence; e é claro que ella não vai crear agora, mas sim exhibir seus títulos, taes quizes li'os dão competentes autoridades historicas, legais, geographicas e diplomaticas. E comprehende-se que o Brasil está no caso o tem vontade de fazer outro tanto.

Sobre a base, pois, do *uti possidetis* de direito de 1810 e das estipulações dos tratados de 13 de Janeiro de 1750 e do 1.º de Outubro de 1777 tem esta repartição instrucções para abrir e levar avante a negociação quando S. Ex. quizer iniciar as conferencias ou enviar em celebra-las, ficando constitucionalmente reservada ao congresso nacional a decisão definitiva, por parte da Colombia, sobre os trabalhos que se fizerem nesta materia.

Para tomar como bases unicas e precisas desses trabalhos o *uti possidetis* legal

de 1810 e os tratados referidos tem o poder executivo como principais e importantes motivos os dous seguintes:

Primeiro, que unim o dypõe o art. 3.^o da constituição federal;

Segundo, que, competindo pelo paragrapho 2.^o, art. 51 da mesma constituição, ao senado da republica a approvação das instruções dadas para a celebração de tratados publicos, não podem deixar de ser consideradas como instruções para esse fim, as decisões tomadas pelo mesmo senado nos respectivos assumptos. E, como em 1835 essa corporação rejeitou por unanimidade de votos o tratado preparado em 1833, sendo esta absoluta reprobção expressamente fundada, como se vê da inconcussa impugnação do referido tratado feita pela commissão a cargo do Sr. Fernandes Madrid, no facto de se haver prescindido do *uti possidetis* legal de 1810 e especialmente dos tratados do 1.^o de Janeiro de 1750 e do 1.^o de Outubro de 1777, é evidente adoptar outra base para uma negociação sobre o mesmo assumpto equivaleria a emprehender a inutil tarefa de preparar um trabalho inesequível.

Se o senado da republica, a quem, na sua proxima reunião, se dará conta de todo este importante assumpto, autorisar o poder executivo a assentar em outros fundamentos uma negociação sobre limites com o Brasil, a isto prestará elle opportunamente a devida attenção.

A confiança, que S. Ex. tem no espirito justiceiro da actual administração colombiana, corresponderá o abaixo assignado, como um dever, todas as vezes que para isso se lhe offercer opportunidade, e agora termina offerecendo-lhe com todo o prazer a sua consideração e respeito.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Joaquim Maria Nascimentos de Azambuja.

SANTIAGO PEREZ.

N. 77.

Nota da missão especial do Brasil ao governo colombiano.

Missão especial do Brasil nos Estados-Unidos de Colombia. — Bogotá, 12 de Dezembro de 1855.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador do Brasil e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial, tem presente a nota que se servio dirigir-lhe em 24 do mez proximo passado S. Ex. o Sr. D. Santiago Perez, secretario do interior e das relações exteriores dos Estados-Unidos de Colombia.

Em contestação é do abaixo assignado do dia 14 annunciando achar-se habilitado para entrar regularmente na negociação de um tratado de limites e de uma convenção fluvial entre os dous países, reconhecendo S. Ex. a conveniência e mesmo necessidade de se entenderem ambos por um acto internacional sobre o modo pratico de se conciliar a livre navegação de rios communs com a segurança, a que deve prover cada estado em seu proprio territorio, convem em que se abram conferencias para tratar-se deste assumpto sem dependencia em, tratando de um accordo prévio sobre a respectiva linha de fronteira; não se prestando a que se trate igualmente nas ditas conferencias desta ultima questão, de mais difficil solução, a não tomar-se como ponto de partida o *uti possidetis* legal de 1810 e os tratados de 13 de Janeiro de 1750 e 1777, unica base que pôde admitir o poder executivo da republica em vista da constituição federal e das instrucções que consideram subsistentes, dadas a este respeito pelo congresso da União em 1833 quando teve de pronunciar-se sobre a negociação, concluida em 1853 entre os plenipotenciarios do Brasil e de Colombia.

Applaudindo o governo desta republica os principios sobre livre navegação dos rios entre os respectivos ribeirinhos, lamenta não obstante que diffiram ambos na sua applicação.

Não pretendendo Colombia nada mais do que a pratica franca e completa desses principios, pensa S. Ex. o Sr. secretario do interior e das relações exteriores que a divergencia, em que está o governo imperial, revolta de sua parte algumas restrições á liberdade das aguas como a tem estabelecido e mantem a republica em seu territorio.

O abaixo assignado sente que o pensamento da doutrina que professa seu governo, como o tem expressado em sua correspondencia official, não seja ainda bem comprehendido pelo da republica.

Se o governo do Brasil diverge da applicação, que dá o governo da União aos principios que devem reger a navegação dos rios, não é por certo porque se recuse á sancção pratica e positiva dos favores que se lhe devem conceder.

A proposta do imperio para que se realize a mais completa liberdade fluvial nas aguas communs aos dous Estados e nas que lhe são privativas manifesta pelo contrario as vistas largas da sua politica sobre este importante assumpto.

A divergencia está em supôr esta republica que as nações ribeirinhas, na parte superior de um rio, têm direito perfeito ao uso das aguas inferiores sem porem necessitarem de permisso da Potencia, que exerce sobre ellas exclusiva jurisdicção.

Estranha parece ao abaixo assignado essa doutrina, tendo-se presente e interpretando-se devidamente as prescripções do direito internacional.

A pratica das nações lhes tem dado a mais authentica interpretação, e d'ahi é que se derivam os principios consagrados pelo Sr. Bello e outros publicistas, como os entende o governo imperial, e tem entendido todos os outros governos

no modo por que têm resolvido esta questão em suas discussões e seus actos diplomaticos desde os mais remotos tempos.

E' incontestavel, segundo estas autoridades, o direito de soberania que exercem as nações nos rios, lagos e mares comprehendidos dentro dos limites de suas possessões territoriaes.

Se um rio atravessa differentes nações, dizem elles, cada uma é dona da parte que banha suas terras e sobre ella tem exclusiva jurisdicção.

D'ahi deduz-se logica e naturalmente que o uso da navegação por essas aguas só pôde ser permitido por concessão daquella, que tem nelles dominio.

E' em virtude desse dominio que franqueou o Brasil as aguas do Amazonas e de seus affluentes, na parte que lhe pertencem, aos Estados que com elle confinam.

E' em virtude do mesmo principio que a navegação, em que só uma das margens pertence ao imperio, fica dependendo de prévio ajuste com os outros Estados ribeirinhos sobre os respectivos limites e regulamentos policieis e fiscaes.

Assim é que se tem entendido o governo imperial com todos os outros Estados sul-americanos, como verá S. Ex. do memorandum que acompanha esta nota sob n. 1.

Os Estados, que intervieram nos actos internacionaes transcriptos nesse memorandum, respeitando-se mutuamente no exercicio de seus respectivos direitos soberanos, convieram no principio, universalmente admitto, de que só por concessão especial pôde lhes ser facultado o uso dessas aguas.

Reconhecida, como não pôde deixar de sê-lo, esta these, e, estando as disposições do decreto e regulamento expedidas pelo Brasil sobre este assumpto na parte policial e fiscal conformes aos principios de livre navegação, consagrados no acto do congresso de Vienna de 1815, não ha razão para addiar-se por mais tempo a solução das questões pendentes entre os dois paizes.

Para a adopção destes principios entende porém S. Ex. que não é preciso o reconhecimento prévio da linha de fronteira.

Não pensa assim o abaixo assignado.

Não se cede scão o que se possui, e a falta de designação dos rios pertencentes a cada Estado seria uma origem permanente de dividas e conflictos que é essencial evitar em semelhantes negociações.

As duas altas partes contractantes têm de declarar livres as communicações em seus Estados por quaquever vias terrestres ou fluviaes que dêem passagem de um para outro territorio.

O transito de pessoas e suas bagagens pela fronteira deve ser isento de todo imposto nacional ou municipal, sujeitando-se unicamente as ditas pessoas e suas bagagens aos regulamentos fiscaes e de policia que cada governo estabelece no seu territorio.

Estes regulamentos devem ser os mais favoraveis á navegação e commercio dos dois paizes.

De comum accordo devem elles adoptar, na extensão dos rios que respectivamente lhes pertencem, um systema de policia fluvial e os regulamentos fiscaes que tiverem de estabelecer nos portos habilitados para o commercio, conservando-se a possível uniformidade, quanto seja compativel com as leis especiaes dos dois paizes.

Cada um dos dois governos deve designar os lugares fóra dos portos habilitados para o commercio em que as embarcações, qualquer que seja seu destino, possa communicar com a terra directamente para reparar avarias, prover-se de combustivel ou de outros objectos de que careçam.

Será unicamente permittido descarregar toda ou parte da carga fóra dos portos fluviaes habilitados para o commercio, se, por qualquer incidente fortuito ou extraordinario, não puder a embarcação continuar sua viagem.

Neste caso deverá o capitão dirigir-se previamente aos empregados da estação fiscal mais proxima, ou, em falta destes, a qualquer outra autoridade local, e submeter-se ás medidas que ditos empregados, ou autoridades, julgarem necessarias de conformidade com as leis do paiz para evitar qualquer importação clandestina.

As medidas, que o capitão tiver de tomar de seu proprio arbitrio, antes de prevenir a ditos empregados, ou autoridade local, serão justificaveis, se provar elle que eram ellas indispensaveis para salvar sua embarcação ou sua carga.

As mercadorias, que por estas circumstancias extraordinarias forem postas em terra, não pagarão direito algum, se forem de novo embarcadas e exportadas na mesma ou em outra embarcação.

Toda descarga ou trasbordo de mercadorias, feita sem prévia autorização, ou sem as formalidades prescriptas, ficará sujeita á multa, além das penas que nos respectivos casos devam ser impostas segundo as leis dos dois paizes aos que commetterem o delicto de contrabando.

Todas estas disposições estão previstas no regulamento fluvial do imperio de 31 de Julho do anno proximo passado, e são em geral as em que tem de preceder accordo entre os dois governos.

Em que rios e em que lugares devem ellas ter applicação sem se conhecer antes até onde se deve estender a jurisdicção de cada um dos dois paizes?

A referencia, que faz S. Ex. no tratado sobre navegação fluvial, transitó e alfândegas, celebrado entre estes Estados e a republica de Venezuela, não parece ao abaixo assignado poder servir de precedente para que tenham uma solução parcial as negociações pendentes com o imperio.

Se se attender aos interesses de navegação e commercio sem terem antes resolvido as duas republicas as suas questões territoriaes, foi isto devido a circumstancias especiaes de que não podião prescindir os respectivos governos.

As communicações pelos rios Zulia, Catacumbo e Lago de Maracaibo eram livres e desembaraçadas antes de se separarem ellas em nações distinctas, e tinham

forçosamente de continuar, embora ficasse adiada por falta de accordo a solução das questões que depois sobrevieram sobre o deslinde de seus territorios.

Pôde-se entretanto duvidar da influencia que tem exercido sobre as relações das duas republicas a incerteza em que posteriormente ao anno de 1830 ficou a respectiva fronteira?

Com o Imperio o caso é diverso, nem se quer reconhece a republica de Colombia o *status quo* das possessões brasileiras, e se estivesse disposto o governo da União a reconhecê-lo, o abaixo assignado, ainda mesmo sem instrucções positivas do seu governo, não hesitaria por sua parte em assignar *ad referendum* um tratado sobre navegação com as precias realzas no mesmo ajuste em nos protocolos das conferencias, que o precedessem, em que se declarasse as aguas que são de dominio territorial de cada uma das altas partes contractantes.

De outro modo, repetiri o abaixo assignado, não se removeriam as dividas e conflitos originados da applicação, que se pretendesse fazer do *uti possidetis* de direito como o entende o governo da União federal.

Diz S. Ex. que sobre esta base e a das estipulações dos tratados de 13 de Janeiro de 1750 e de 1.^o de Outubro de 1777 tem instrucções para abrir e adiantar a negociação de limites com o Brasil; o que além disto é este o principio prescripto na constituição federal para a determinação da fronteira da republica com os Estados limitrophes.

Ao abaixo assignado ainda anima-o a esperanza de poder convencer a S. Ex. de que é conveniente abandonar de uma vez este ponto de partida para chegarem os dois paizes a um accordo sobre a fixação de suas respectivas fronteiras.

O art. 3.^o da constituição colombiana assim dispõe:

«Os limites do territorio dos Estados-Unidos de Colombia são os mesmos que no anno de 1810 dividiam o territorio do vice-reinado de Nova Granada das capitánias geraes de Venezuela e Guatemala e de das possessões portuguezas do Brasil; pela parte meridional são, provisoriamente, os designados no tratado celebrado com o governo do Equador em 9 de Julho de 1802, e os demais que a separam hoje daquella republica e da do Perú.»

Na opinião do abaixo assignado este artigo é a expressão mais genuina do principio do *uti possidetis* como o entende o governo imperial e desenvolveu o abaixo assignado no memorandum, que acompanhou sua nota de 26 de Janeiro do corrente anno.

Por possessões portuguezas e hespanholas de 1810 entende-se o territorio que ficaram occupando as duas coras depois do tratado de Badajoz de 6 de Junho de 1801.

Os portuguezes, segundo a autoridade de Humboldt, tiveram sempre a posse das duas margens do Amazonas até a léste de Loreto e até o forte de Taba-tinga.

No Putumayo as missões hespanholas mais meridionaes não se estendem até o confluente do Amazonas, mas sómente de 2.° 20' de latitude austral.

Assim que, não se pôde pôr em duvida o dominio de Portugal, e depois do Brasil, ao territorio comprehendido no triangulo formado pelo Amazonas, Japurá e linha de Tabatinga á boca do Apaporis.

Ahi é que está toda a questão, porquanto as pretensões da republica pelo lado do Rio Negro não se podem fundar sendo em cedulas dos reis de Hespanha que nenhuma applicação tem nas suas relações com o imperio.

Ao mesmo tempo que a constituição federal manda consultar estas cedulas para determinar a fronteira da republica com o Perú, Guatemala e os Estados que formavam a antiga Colombia, com relação ao Brasil apenas diz que deve ser ella trocada tendo-se em attenção as possessões brasileiras de 1810.

Já se vê pois que não é nessas cedulas, nem nos tratados de 1750 e 1777, que se deve buscar os direitos da republica, mas no *uti possidetis*, posse real e effectiva, que tinham as duas metropoles ao tempo da emancipação politica dos Estados sub-americanos.

Não comprehendendo portanto o abaixo assignado a insistencia de S. Ex. para que o *uti possidetis* de direito seja o ponto de partida para a fixação dos limites do Brasil com os Estados-Unidos de Colombia.

Seria inutil e de nenhum effeito a adopção do principio *uti possidetis*, se houvesse de discutir sempre, e examinar sempre, os tratados e outros titulos para a determinação da respectiva linha divisoria.

Se as possessões de 1810 estão de accordo com os tratados, não haverá inconveniente em recorrer a elles para facilitar a sua descripção, mas se o não estão, deverão ellas prevalecer contra os mesmos tratados.

E' assim tambem que têm entendido este principio os Estados hispano-americanos nos tratados que tem celebrado desde o anno de 1851 com o imperio, como se evidencia pelas transcripções do memorandum sob n. 2.

Se elles têm adoptado tambem em suas constituições o *uti possidetis* de 1810, vê-se do dito memorandum que lhes tem dado a mesma intelligencia que dá o abaixo assignado á constituição federal de 1863.

Não podia ella referir-se aos tratados de 1750 e 1777.

Este ultimo tratado não se executou por ser inexecuvel; e era inexecuvel por ser vago e contradictorio, não estando em harmonia com a topographia do paiz, como se demonstrou na refutação ao parecer do Sr. Fernandez Madrid, que, tendo sido approvedo pelo senado de plenipotenciarios no anno de 1855, têm S. Ex. como instrucções pelas quaes se deve guiar o poder executivo na negociação deste importante assumpto.

O abaixo assignado já citou o juizo imparcial do proprio assignatario do tratado de 1777 sobre os motivos que deram lugar a interromper-se e suspender-se a demarcação da linha divisoria entre os dois paizes, entendendo que não ha mais fi dos commissarios encarregados dessa demarcação, mas a não terem attendedo os

seus negociadores de possessões então existentes, verificadas no decurso de mais de 3 lustros depois que foi celebrado o de 1750, se deriam as complicações que, apesar de todos os esforços das corôas de Portugal e Hespanha e dos trabalhos de ditos commissarios, fizeram com que jámais se pudessem entender as duas partes contractantes sobre a sua fronteira pelo alto Rio Negro e Japurá.

Não pensa o abaixo assignado que a simples adopção do parecer do Sr. Madrid pelo senado em 1835 sobre as negociações preparadas pelos plenipotenciarios das duas paizes em 1833 para a fixação da respectiva linha de fronteira importo o reconhecimento do *uti possidetis* subordinando ás estipulações dos tratados de 1750 e 1777.

Os extraordinarios acontecimentos daquelles tempos, que tanto preocupavam o espirito publico, poderiam ter produzido esse resultado que em épocas normaes seria quasi mais consentaneo com os interesses internacionaes, que se prendam á solução definitiva dos assumptos pendentes com o Brasil.

Disse o abaixo assignado, tomando em consideração as difficuldades que até aqui tem embaraçado a solução dessa questão, que seria ella removida desde que se tornasse por base da negociação titulos que fossem comparaveis com a soberania das duas altas partes contractantes.

Um semelhante pensamento, o de não respeitar esta soberania, contesta S. Ex., não abriga sem duvida a republia, e nem eré que tenha sido este o motivo de não se haver até agora obtido aquella solução.

Por nota de 3 do Setembro de 1866, chamando o governo de Colombia a attenção do governo imperial sobre este assumpto, declarou que os cedulas d'El-Rei D. Felippe II, de principio do seculo XVI, as de 1717, 1732 e especialmente a de 1740 deviam ser o ponto de partida para a demarcação dos limites da republia com o Brasil e o Perú.

Ahi se descreve a fronteira sem a menor attenção ao *uti possidetis* do Brasil, adoptando-se nocento aquellas cedulas ás estipulações internacionaes sobrevindas em 1750 e 1777 entre as corôas de Portugal e Hespanha.

No teor destas cedulas foi que se baseou o antecessor de S. Ex. para a assignação perante o ultimo congresso dos negocios pendentes com o imperio.

S. Ex. nas ultimas conferencias que teve com o abaixo assignado, referio-se igualmente a estes titulos como constituindo tambem o *uti possidetis* de direito, que tem o poder executivo como base para qualquer negociação sobre limites.

Semelhantes titulos, como é de toda a evidencia, não podem produzir effeitos alguns internacionaes nas relações entre a republia e o imperio, como já tem sido a honra de ponderar o abaixo assignado.

Foi pois com toda a razão que sollicitei outra base, que não desfoltendesse ou compromettesse a dignidade e soberania do imperio.

O Brasil não ambiciona territorios, mas não pôde abrir mão do que legalmente lhe pertence; de sua parte não tem havido a menor usurpação; as suas possessões actuaes são as mesmas que herdou de Portugal; devem ellas ser respei-

tudo segundo a constituição federal, e appiando-se pois nella, espera o abaixo assignado que o congresso da república, a quem em sua proxima reunião tem de dar S. Ex. conta de todo este importante assumpto, de conformidade do quanto tem exposto o abaixo assignado, se antes S. Ex. não resolver que se encetem as negociações, e tomará na devida attenção para que de uma vez se resolvam os interesses politicos e commerciaes dos dois paizes, sendo Colombia de todas os Estados sul-americanos aquelle com quem não tem podido chegar o Brasil a um accordo sobre a demarcação de sua respectiva fronteira.

Nunca se sollicita do senado instrucções sobre as bases por que se devia negociar um tratado de limites com o imperio, e nem eré o abaixo assignado que sejam ellas necessarias desde que é a este respeito tão explicita a constituição federal promulgada depois que se pronunciou aquella illustre corporação sobre o alludido parecer do Sr. Madrid.

Declarando porém S. Ex. que carece de authorisação competente para abrir as negociações sobre outros fundamentos que não os que deriva o poder executivo do *utè possidetis* do direito, como fica dito, não lhe resta outro expediente senão o resultado das diligencias que para esse fim se propunha fazer S. Ex. na proxima reunião do congresso nacional.

Nestes termos o abaixo assignado aproveita-se da occasião para reiterar a S. Ex. as seguranças de sua mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Santiago Perez.

Joaquim MARIA NASCENTES DE ARAUJO.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A NOTA DA MISSÃO ESPECIAL DO BRASIL.

N. 1.

Memorandum sobre os principios adoptados nos actos internacionaes celebrados entre o Brasil e os outros Estados sul-americanos para regular a navegação fluvial pelos rios que atravessam os respectivos territorios.

Para mostrar quaes são estes principios transcreverá o abaixo assignado esses actos na parte referente ao assumpto.

Tratado de commercio e navegação entre o Brasil e a república Oriental do Uruguay de 29 de Outubro de 1857.

Ambos as altas partes contractantes, desejando estreitar suas relações e fomentar seu commercio respectivo, convieram em principio, em declarar common a navegação do rio Uruguay e a dos affluentes d'este rio que lhes pertencem.

Obrigão-se outrossim a contrahir os outros Estados ribeirinhos do Prata e seus afluentes a celebrarem um accordo semelhante com o fim de tornar livre para os ribeirinhos a navegação dos rios Paraná e Paraguay.

Se os outros Estados contriverem na commun navegação destes rios pelos ribeirinhos, serão igualmente convidados a estabelecer, em commun, os regulamentos de fiscalisação e policia, a que deve ser sujeita a referida navegação. E stos regulamentos deverão ser os mais favoraveis ao melhor e mais amplo desenvolvimento da navegação.

Tratado de amizade, commercio e navegação, celebrado com a Confederação Argentina em 7 de Março de 1854.

As embarcações brasileiras e argentinas, tanto mercantes como de guerra, poderão navegar os rios Paraná, Uruguay e Paraguay na parte em que estes rios pertencem ao Brasil e á Confederação Argentina, com sujeição aos regulamentos fiscaes e de policia, nos quaes ambas as partes contractantes se obrigam a adoptar como bases aquellas disposições, que mais efficamente contribuiam para o desenvolvimento da navegação.

Tratado de amizade, navegação e commercio, celebrado com a república do Paraguay em 6 de Abril de 1855.

O Brasil concede aos navios mercantes da Republica do Paraguay a livre navegação dos rios Paraná, e Paraguay naquellas partes em que é ribeirinho, e a republica do Paraguay concede nos mesmos termos ao Brasil o direito de navegação livre na parte daquelles dois rios em que é ribeirinha, de modo que a navegação dos ditos rios, na parte em que cada-uma das duas nações é ribeirinha, fique sendo commun a ambas.

Convenção especial do commercio e navegação fluvial, celebrada entre o Brasil e a república do Perú em 23 de Outubro de 1855.

S. M. o Imperador do Brasil e a república do Perú, desejando promover, respectivamente, a navegação do rio Amazonas e seus confluentes por barcas de vapor, que, assegurando a exportação dos immensos productos destas vastas regiões, concorre para augmentar o numero de seus habitantes e civilisar as tribus selvagens, convem em que as mercadorias, productos e embarcações, que passarem do Brasil ao Perú ou do Perú ao Brasil pela mutua fronteira e rios, sejam isentas de todo e qualquer direito, imposto ou alcuvala, a que não estiverem sujeitos iguaes productos do proprio territorio com os quaes ficam em tudo iguaes.

Tratado celebrado entre os mesmos Estados em 27 de Outubro de 1826.

S. M. o Imperador do Brasil convém em permittir, como concessão especial, que as embarcações peruanas, regularmente registradas, possam livremente passar do Perú ao Brasil e vice-versa pelo rio Amazonas ou Maranhão e sair pelo dito rio ao Oceano, e vice-versa, sempre que se sujeitem aos regulamentos fiscaes e de policia estabelecidos pela autoridade brasileira.

Em reciprocidade e compensação, a republica do Perú convém tambem em permittir como concessão especial, que as embarcações brasileiras, regularmente registradas, possam livremente passar do Brasil ao Perú e vice-versa, pelo dito rio Amazonas ou Maranhão, sempre que se sujeitem aos regulamentos fiscaes e de policia estabelecidos pela autoridade superior peruana.

Tratado celebrado entre a Imperio e a republica de Venezuela em 5 de Maio de 1829.

S. M. o Imperador do Brasil convém em permittir que as embarcações venezuelanas, regularmente registradas, possam livremente passar da Venezuela ao Brasil e vice-versa pelos rios Negro ou Guainia e Amazonas na parte de sua exclusiva propriedade, e sair ao Oceano e vice-versa sempre que se sujeitem aos regulamentos fiscaes e de policia estabelecidos pela autoridade competente superior brasileira.

Em reciprocidade e como compensação, a republica de Venezuela convém em permittir que as embarcações brasileiras, regularmente registradas possam livremente do Brasil a Venezuela e vice-versa, pelos rios Negro ou Guainia na parte que lhe pertence, Cassiquiare e Orinoco sempre que se sujeitem aos regulamentos fiscaes e de policia estabelecidos pela autoridade superior da Venezuela.

Tratado celebrado entre o Brasil e a republica do Bolívia em 27 de Março de 1829.

S. M. o Imperador do Brasil permite, como concessão especial, que sejam livres para o commercio e navegação mercante da republica de Bolívia as aguas dos rios navegaveis, que, correndo pelo territorio brasileiro, vão a desembocar no Oceano.

Em reciprocidade, tambem permite a republica de Bolívia que sejam livres para o commercio e navegação mercantes do Brasil as aguas de todos seus rios navegaveis.

A convecção Real, assignada pelos plenipotenciarios brasileiro e grandino em 14 de Junho de 1833, tinha unicamente por fim, como teve o primeiro tratado celebrado com a republica do Perú, facilitar o commercio pelas fronteiras e rios communs aos dous Estados; era um ensaio que as partes contrac-

lentes faziam para chegar a conhecer as bases e as condições sobre que deveriam ser definitivamente reguladas as communicações entre os respectivos Estados por quaesquer vias terrestres e fluviaes.

Actualmente a negociação com esta republica deve assentar sobre bases mais largas; regular convenientemente o transito das embarcações colombianas, que se dirigirem ao Oceano ou de lá virem, e o que tem de fazer as embarcações brasileiras para os portos colombianos, e regulamentar a navegação não só no interesse dos dois Estados, mas de modo que cada um delles possa applicar os mesmos principios ás bandeiras de terceiras nações.

Rio de Janeiro, 12 de Dezembro de 1858.

Joaquim Maria NABRETES DE AZAMBUJA.

N. 2.

Memorandum dos principios, adoptados por tratados entre o Brasil e os demais Estados sul-americanos para a demarcação de suas respectivas fronteiras.

Tratado de Limites entre o Brasil e a republica Oriental do Uruguay.

As altas partes contractantes reconhecem como base, que deve regular seus limites, o *uti possidetis*, já designado na clausula segunda do tratado de 31 de Julho de 1821.

Não comprehendendo os termos genericos dessa designação as especialidades necessarias em alguns lugares para que se possa bem determinar o curso da linha divisoria, desejando as altas partes contractantes evitar as contestações que existam ou possam existir por este motivo, e corrigir ao mesmo tempo algumas irregularidades da linha, que prejudicam a sua policia e segurança, e que são susceptiveis de ser corrigidas sem alteração importante da base do *uti possidetis*, convém, etc., etc.—(Segue-se a definição da fronteira.)

Tratado de Limites entre o Brasil e a republica do Perú de 22 de Outubro de 1851.

Para prevenir duvidas a respeito da fronteira alludida, na presente convenção, concordam as altas partes contractantes em que os limites do imperio do Brasil com a republica do Perú sejam regulados em conformidade do principio *uti possidetis*: por conseguinte reconhecem respectivamente como fronteira, etc., etc. (Segue-se a definição da fronteira.)

Convenção relativa ao ajuste do limite com a república do Paraguay de 6 de Abril de 1862.

S. M. o Imperador do Brasil e S. Ex. o Sr. presidente da república do Paraguay se obrigam á nomear, logo que as circumstancias o permittam, e dentro do prazo de seis annos contados da data desta convenção, seus plenipotenciarios afim de examinarem de novo e ajustar definitivamente a linha divisoria dos dous paizes.

Fica entendido, que, enquanto se não celebra o accordo de fronteira de que trata o artigo antecedente, as duas altas partes contractantes respeitarão e farão respeitar o seu *uti possidetis* actual.

As conferencias que precederam a celebração da convenção supra, esclarecendo muito a questão, o abaixo assignado fará um breve resumo da parte que se refere ao *uti possidetis* e aos tratados de 1750 e 1777.

Enuncio o plenipotenciario brasileiro que os principios, que em sua opinião deviam regular os limites entre os dous paizes, eram os mesmos que elle tem seguido em questões semelhantes com outros Estados confinantes, a saber: 1.^o o *uti possidetis*; 2.^o as estipulações celebradas entre as corôas de Portugal e Hespanha naquellas partes, em que ellas não contrariam os factos de posseção e esclarecem as duvidas resultantes da falta de occupação effectiva.

Que o governo imperial reconhecia, como o da república, que os tratados de limites concluidos entre as duas metropoles, Portugal e Hespanha, se deviam considerar ratos e de nenhum valor, porque nunca foram levados a effecto pelas duvidas e embaraços que de uma e outra parte surgiram em sua execução, e por effecto das guerras que sobrevieram entre as mesmas metropoles.

O tratado de 13 de Janeiro de 1750 foi revogado pelo de 12 de Fevereiro de 1761 e a estes actos sobreveio a guerra de 1762, que terminou pelo tratado de Pariz de 10 de Fevereiro de 1763, ficando as cousas no estado em que d'antes se achavam. Seguiu-se o tratado preliminar do 4.^o de Outubro de 1777, que teve a mesma sorte do de 1750, que elle rectificava em grande parte.

As duvidas, suscitadas na demarcação, impediram que este ultimo reconhecimento das fronteiras dos dous paizes tivesse pleno effecto, e por fim a guerra de 1801 o annullou para sempre, visto como o tratado de paz, assignado em Badajoz em 6 de Junho do mesmo anno, não o restaurou, nem mandou que as cousas tornassem ao estado *ante bellum*.

Se o governo imperial estava de accordo nesta parte com o da república, entendia tambem que era preciso recorrer ás estipulações desses tratados como base auxiliar para verificar o que era territorio do Portugal e o que era territorio de Hespanha, bem como as alterações que o dominio de uma e outra nação soffreu com o correr dos annos e dos acontecimentos.

Nos lugares em que um dos dous Estados contestava o dominio do outro, e este

não estava assignado por occupação effectiva ou monumentos materiais de posse, aquella base auxiliar esclarecia a duvida e podia resolve-la porempiricamente.

Ao Brazil pertencia incontestavelmente o territorio que na America do Sul pertencia a Portugal com as perdas e acquisições que occorreram depois dos tratados de 1750 e 1777; e reciprocamente aos Estados confinantes, que foram colonias da Hespanha, pertencia o que era do dominio desta nação, salvas as alterações que assignava o seu *uti possidetis*.

O plenipotenciario paraguayo, declarou que, admitindo o governo da república, e admitindo tambem o governo imperial a base ou principio do *uti possidetis*, era na applicação deste principio que se devia buscar a solução da questão.

No protocollo das conferencias celebradas em Quito aos 3 dias de Novembro de 1853 declarou o plenipotenciario por parte da república do Equador o Sr. Teodoro Gomes de la Torre, ministro e secretario d'Estado nos despachos de guerra e marinha, que seu governo não duvidava ter presente o *uti possidetis* como base para quando se houvessem de entender os dois governos em questões de fronteira.

No tratado, celebrado entre o Brazil e a república argentina em 12 de Dezembro de 1857, observou-se igualmente o principio do *uti possidetis*, acontecendo achar-se a linha divisoria entre os dois paizes conforme ás estipulações dos tratados de 1750 e 1777.

E' sabido que servio de base á linha divisoria, creada pelo tratado de-5 de Maio de 1859 entre o Brazil e a república de Venezuela, o *uti possidetis*, posto effectivo, que tinham os dois paizes no tempo de sua emancipação politica das respectivas metropoles.

Tratado celebrado entre o Brazil e a república da Bolivia em 28 de Março de 1867.

A república de Bolivia e Sua Magestade o Imperador do Brazil convém em reconhecer como base para a determinação da fronteira entre seus respectivos territorios o *uti possidetis*.

De conformidade com este principio foi declarada e definida a fronteira entre os dois paizes.

Dos actos internacionaes, que ficam transcriptos, vê-se tambem que todas as repúblicas da America do Sul adoptaram invariavelmente como base para a demarcação de suas raias com o imperio do Brazil o principio do *uti possidetis*, como foi definido pelo abaixo assignado no seu memorandum de 26 de Janeiro do corrente anno, e nunca o *uti possidetis* de direito, como o pretende o governo de Colombia.

Bogotá, 12 de Dezembro de 1868.

Joaquim Maria Nascimentos de Azambuja.

N. 78.

Nota do ministro especial do Brasil ao governo colombiano.

Missão especial do Brasil aos Estados-Unidos da Colombia. — Bogotá, 8 de Janeiro de 1869.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. — Em varios numeros do *Diário Official* do mez de Setembro proximo passado foram publicados os tratados de 13 de Janeiro de 1750 e 1.^o de Outubro de 1777, celebrados entre as coras de Portugal e Hespanha para a determinação de suas respectivas fronteiras.

V. Ex. teve a bondade de prevenir-me de que essa publicação havia sido feita em consequencia de uma resolução passada na ultima sessão do congresso federal.

Sem duvida que motivaram esta deliberação as questões de limites, pendentes entre o Brasil e os Estados-Unidos da Colombia.

Como pelo simples texto destes actos internacionaes não se possa bem ajuizar dos direitos que adquiriram os Estados americanos depois que se tornaram livres e independentes das duas metropoles, permitta-me V. Ex. algumas breves considerações sobre o alcance que podem elles ter para resolver-se definitivamente aquelle importante assumpto.

O tratado de 1750 foi celebrado sem perfeito conhecimento do que occorria na America; e, reconhecendo as duas altas partes contractantes por isso, e pelas grandes difficuldades sobrevindas em sua execução, que, em vez de concorrerem suas estipulações para estabelecer a melhor harmonia entre ellas, haviam, pelo contrario, produzido controversias e contestações que muito importava remover de seus dominios neste continente, o annullaram pelo de 12 de Fevereiro de 1761, declarando nulos tambem as explicações e todos os actos d'elle emanados.

Reproduzindo o tratado de 1777 em grande parte o de 1750, referio-se a estipulações, que já haviam caducado por acto solemne das duas coras.

Não obstante o disposto no primeiro, havendo baixado os hespanhóes do Orinoco ao Rio Negro pelo braço Cassiquiare, fundaram ali as povoações de S. Carlos e Santo Agostinho.

Sobreveio a guerra de 1762, e, accedendo Portugal ao tratado definitivo de paz de 10 de Fevereiro de 1763, assignado entre as cordas de França, Grã-Bretanha e Hespanha, não exigio a entrega daquelles estabelecimentos, como teria direito pelo que foi estipulado no artigo segundo do de 12 de Fevereiro de 1761.

Quando se celebrou o segundo já os portugueses se achavam estabelecidos nas margens do Amazonas, do Putumayo, ao sul do Japurá e seu afluente septentrional o Apáporis sem a menor contestação por parte da Hespanha.

Sobreveio a guerra de 1801 e pelo tratado de Badajoz de 6 de Junho, não exigiu igualmente a Hespanha que lhe fossem restituídas aquellas possessões nos termos expressados no artigo 20 do tratado de 1777.

A historia é a mesma, os mais louváveis lras e resultado negativo como o demonstraram os trabalhos da demarcação dos annos de 1769 e 1782.

Ficou pois subsistindo o principio de que pelas mencionadas estipulações internacionaes deviam ser cobertos os estabelecimentos que ali tinham effectivamente as duas corôas de Portugal e Hespanha.

Preponderam os commissarios da ultima demarcação restaurar o que já não era possível restaurar, e d'ahi originaram-se as disputas que ainda hoje se discute sobre as verdadeiras possessões dos Estados americanos quando se separaram de suas metropoles.

Este pleito já foi resolvido por todos os que confinam com o Brazil, como consta do memorandum que tive de dirigir a V. Ex. com a minha nota de 12 do mez próximo passado.

Desentredando-se elles das antigas controvérsias, adoptaram como base para a definição de suas fronteiras o *uti possidetis*, não de direito, mas o que lhes foi devolvido em plena soberania na época de sua emancipação politica.

Ora, os tratados de 1760 e 1777 não podem ser validos para uns e outros e sem effectos immediatos internacionaes para outros, e se elles têm sido abandonados como de impossivel execução, e consultados unicamente como base auxiliar sem precedencia de seu respectivo *uti possidetis*, vigora-las hoje para o destino da linha que tem de dividir a republica do imperio seria admitir uma innovação ao direito convencional americano contrária aos proprios interesses dos dois paizes, os quacs por este modo seriam inconciliaveis, como é obvio por tudo quanto se expoz nos protocollos das conferencias, que precederam as negociações de 1853.

O senado da republica na sessão do congresso federal de anno de 1853 pronunciou-se sobre aquellas negociações, mas não teve presente scdo o parecer dado pelo Sr. Fernandez Madrid, o é na approvação que teve no seio nacional aquelle parecer que se funda V. Ex. e fundou-se seu antecessor para admitir como base para qualquer ajuste de limites com o imperio o *uti possidetis* de direito e os tratados de 1760 e 1777.

Não obstante a illustração do Sr. Madrid ha naquelle parecer tantos erros contrarios á letra e espirito desses tratados, que, para que possa V. Ex. formar seu juizo sobre o que alli se expõe, lho rogaria os confrontasse com as exposições feitas sobre os mesmos pontos pelos plenipotenciarios que assignaram os referidos protocollos.

Ha uma creença firmada naquelle parecer de que a linha que traçaram os uc-

gociadores de 1853 é diametralmente opposta ao que se dispõe naquelles tratados.

É verdade que, tendo-se a pretensão de a fazer seguir pelo lago Marachi, como o quizeram em algum tempo os commissarios hespanhões, interpretando por este modo o artigo 12 do tratado de 1777, haveriam elles contravindo ao que fôra ali estipulado, ainda admitindo a sua validade, mas esta interpretação era tão temeraria, que, por insustentavel, della desistiram os mesmos commissarios, reconhecendo elles a final que, subindo-se pelo Japurá á embocadura do rio Apaporis e d'ahi para o norte a buscar um ponto que cubra as possessões portuguezas no alto Rio Negro, se preencheriam os fins que tiveram em vista as cortes de Portugal e Hespanha.

Convém destruir essa crenga e rectificar outros muitos pontos do alludido parecer para que os negocios pendentes entre o Brasil e Colombia possam ter uma solução satisfactoria; e, como o simples texto dos tratados de 1750 e 1777, como disse no principio desta minha nota, não offerece esclarecimentos bastantes para ajuizar-se bem dellas, me refiro aos debates nos referidos protocollos como fazendo parte da mesma nota; e para que sejam publicados com ella como tal refutação de quanto se tem escripto em contrario ás negociações a que me reporto, e uma base segura para que possa o futuro congresso reconsiderar o voto proferido pelo senado no subredito anno de 1853.

Creio que assim concorrerei por minha parte para interpretar devidamente o espirito com que foi recommendado ao poder executivo da União a publicação dos tratados de 1750 e 1777, e é este tambem o meu dever para que não continue a desvairar-se a opinião publica por falta de conhecimento exacto dos assumptos pendentes entre esta republica e o paiz que represento.

Aproveito-me da occasião para reiterar a V. Ex. as expressões de minha mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Santiago Perez.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE ALMEIDA.

Discussão por motivo de algumas observações feitas relativamente ao Brasil em um relatório apresentado ao congresso pelo ministro de relações exteriores.

N. 79.

Nota da missão especial do Brasil ao governo colombiano.

Missão especial do Brasil nos Estados-Unidos da Colombia. — Bogotá, 14 de Abril de 1868.

O abaixo assignado, de conselho de Sua Magestade o Imperador do Brasil, e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial, tem a honra de dirigir-se á S. Ex. o Sr. D. Santiago Perez, secretario do interior e das relações exteriores dos Estados-Unidos da Colombia, sobre um assumpto certamente dos mais desagradaveis, occorrido nos ultimos dias da passada administração:

Refere-se o abaixo assignado á memoria, levada ao conhecimento do congresso na sua presente sessão legislativa, em que foram expostos por S. Ex. o Sr. D. Carlos Martin, então secretario do interior e das relações exteriores, as questões pendentes entre o imperio e esta republica com o espirito o mais prevenido e em termos os mais offensivos e hostis ao seu pais.

Tem por objecto S. Ex. pronunciar-se official e formalmente sobre as difficuldades subsistentes entre o Brasil e a republica do Paraguay, repellir como prejudicial aos interesses dos Estados-Unidos da Colombia a unica base porque pôde ajustar-se a respectiva fronteira e desconhecer mesmo a liberalidade do decreto de 7 de Dezembro de 1866, pelo qual o governo de Sua Magestade abriu a navegação do rio Amazonas, e seus affluentes, até onde exerce jurisdicção o imperio, a todas as bandeiras, no intuito de promover o engrandecimento das regiões americanas que são banhadas e fertilizadas por aquellas aguas.

Todos estes assumptos prestam-se a largas discussões e commentarios diplomaticos que não cabem na presente nota, destinada a um fim especial, o de ficar bem asentado, no interesse das boas relações entre os dois paizes, que não partilha o poder executivo da União as opiniões d'aquelle funcionario publico, que ha sido tão pouco differente para com uma nação amiga, tão exagerado nas idéas que emite sobre cada uma das alludidas questões.

As que consigna S. Ex. sobre os pretendidos direitos da republica a territorios possuidos effectivamente pelo Brasil na parte boreal e austral de seus confins com os Estados que faziam parte da antiga Colombia, já foram refutados antecipa-

inbula na nota que teve de dirigir-lhe o abaixo assignado em 26 de Janeiro e que foi publicada no *Diário Official* de 31 do mez proximo passado.

O pensamento do decreto de 7 de Dezembro de 1866, applicado aliás por todos os governos americanos, e que entendeu S. Ex. não dever aceitar sem reservas, já foi tambem sufficientemente explicado em outra nota do abaixo assignado de 27 de Novembro.

O abaixo assignado não dá por terminada entretanto a discussão; tem de volver a ella na convicção de que saluclida toda sua correspondencia ao criterio do illustrado governo colombiano, e habilitari a ajustar bem das pretensões do de S. M. o Imperador do Brasil sobre limites e de sua politica quanto á navegação fluvial, tão mal apreciada na memoria do predecessor de S. Ex.

Fallando a todas as conveniências internacionaes ao tratar das relações destes Estados com o Brasil usou S. Ex. dos seguintes termos:

« La rara situación del Brasil en America, acusa del contraste de sus instituciones con las de los otros países del continente e su política exterior, aparentemente pasiva, pero en realidad laboriosa e andar, exigen una atención mas detenida que de ordinario. »

Pelo simples facto de subordinar o governo imperial a applicação dos tratados de 1760 e 1777, celebradas entre as corôas de Hespanha e Portugal, *eo uti possidetis* ou posse real e effectiva dos dois paizes ao tempo de sua emancipação politica para o destino de seus respectivos territorios, lê-se na memoria de S. Ex. pag. 35:

« Mas, é menos pronto, pero no muy tarde, la opinión, los intereses y la justicia de las otras naciones e nuestro patriotismo é energia, lograrán hacer ejecutar esos tratados. »

E nota S. Ex. que esses tratados favorecerem mais as pretensões do Brasil do que as que adianta S. Ex., firmando-se em cédulas, como as que se citão na nota de 3 de Setembro de 1866 da administração que precedeu os successos de 23 de Maio do anno proximo passado.

« O territorio de uma nação comprehende, segundo D. Andrés Bello e todos os autores de direito internacional, além do solo que ella habita, os rios, lagos e mares interiores. Se um rio atravessa differentes nações, cada uma é dona da parte que banha suas terras. »

O governo imperial partindo deste principio tem como doutrina corrente que o uso dessas aguas só pôde ser facultado por concessão especial da nação que tem nellas propriedade e exerce ahí dominio.

Esta doutrina é contraria á que estabeleceu S. Ex. por nota de 22 de Novembro.

A discussão estava prejudicada pelos desajos sempre manifestados pelo governo imperial de permittir a todas as nações situadas na parte superior de algum rio navegavel que communique com o baizo Amazonas, o direito de sahír livremente por este até ao Oceano.

Nestes termos confiou o abaixo assignado que nenhum motivo havia para que não fosse benevolmente acolhido aquelle decreto sobre que tantas apprehensões havia da parte de S. Ex.

Assim fez-lhe acreditar o teor da nota do Sr. secretario do interior e das relações exteriores de 30 de Janeiro.

Qual não foi porém sua sorpresa ao ler á pag. 39 da dita memoria o seguinte :

« La difícil situación moral en que la guerra que sostiene contra el Paraguay ha colocado al Brasil en America, mueven a pensar que el decreto a que me he referido pueda ser una medida estrategica del imperio dictada con el fin de ahogar sospechas que le sean desfavorables e para llamar la attention del mundo al norte del continente, cediendo en él cuando todo su pensamiento e sus aspiraciones de actualidad estan en el sur. »

« No debemos perder de vista, acrecentados S. Ex., que instalado el Brasil, como dueño en el Plata, se colocaria en una ventajosa posición respecto a las naciones del Pacifico, en la cual podria suscitar embarazos al gran trafico que estas sostienen con la Europa comercial por Magallanes y el cabo d'Hornos. »

Estando o Brasil na America, não podendo deixar de conhecer seus deveres como Estado americano, sendo a sua vida de paz, ordem e liberdade, moderado sempre em suas relações internacionais e respeitador de todas as nacionalidades conterrâneas, difficilmente se comprehende a insinuação que revela esta parte de sua memoria.

Para o abaixo assignado prendem-se todos estes inqualificaveis conceitos ao que havia antes exposto S. Ex. o Sr. D. Carlos Martim ao tratar das republicas do Rio da Prata e com relação á guerra com o Paraguay.

Havia sido o abaixo assignado com S. Ex. varias conferencias sobre este delicado assumpto.

Asegurou que não havia o mais remoto pensamento de attentarem o imperio, e as republicas Argentina e do Uruguay contra a soberania e independencia daquelle republica sendo o seu unico fim repellir um aggressor injusto.

Era publico e notorio que sob frivolas pretextos e sem a menor provocação da parte dos alliados haviam invadido numerosas forças paraguayas á fôlha fê duas importantes provincias brasileiras e outra argentina, commettendo nellas as mais inauditas barbaridades.

Nenhum governo podia ser juiz da honra e dignidade de uma nação que assim procedia em uso de seus direitos soberanos, nem impedir que ella procurasse obter as reparações e garantias para o futuro, exigidas pela natureza das offensas recebidas e pela sua propria segurança.

E' indebita a intervenção em negocios estranhos que estão salvaguardados pela applicação sensata dos principios do direito internacional.

Conhecendo o abaixo assignado até que ponto iam as apprehensões de S. Ex. sobre o resultado daquelle guerra, e que era este um dos assumptos sobre que

se propunha a chamar a attenção do congresso federal sobre estas e outras apreensões a fim de prevenir juizes que podessem ferir as justas susceptibilidades do Brasil como Potencia tão livre e soberana como os Estados-Unidos de Colombia.

Em este um dever sagrado de sua missão e assim correspondia tambem aos desejos manifestados pelo o illustre cidadão presidente desta republica no acto de o reconhecer em seu caracter publico.

As manifestações do abaixo assignado eram todas confidenciaes, e, tendo este caracter, S. Ex. o Sr. secretario do interior e das relações exteriores não tinha direito de referi-las em sua memoria sem fallar á confiança que devem inspirar os agentes encarregados da direcção dos negocios diplomaticos.

Attendendo á natureza destas communicações havia-lhe promettido S. Ex. o Sr. D. Carlos Martin dar-lhe prévio conhecimento de que referisse sobre este incidente dando-lhe assim a segurança de que nada exporia que não fosse conveniente e conforme á franqueza, cordialidade e abandono com que havia sido elle tratado em conferencia.

O que precede servirá para que S. Ex. o Sr. secretario do interior e das relações exteriores aprecie em seu justo valor a parte da memoria de seu predecessor que passa a transcrever o abaixo assignado:

« Si la providencia con su ayuda como la America y la Europa con sus sympathias assiste a la heroica quanto pequena nacion que valientemente combate encerrada entre sus pertinaces enemigos, pronto esand la necesidad de que las otras naciones americanas desembarazadas de attentiones recientes vuelvan eficazmente sus miradas i lleven su accion a las riberas del Plata. »

S. Ex. dirá se o orgão official de um governo neutral podia assim enunciar-se.

Logo que o abaixo assignado teve conhecimento dos differentes artigos da memoria á que se tem referida, antes mesmo de ser apresentada ao congresso nacional, recorreu sem demora a S. Ex. o Sr. presidente da Uniao como fonte effica e competente para evitar as consequencias que d'ahi resultariam para as boas relações entre os dois paizes.

O resultado da audiencia que teve o abaixo assignado com S. Ex. consta da advertencia inserta na mesma memoria em que S. Ex. o Sr. D. Carlos Martin declara o seguinte:

« Esta exposicion es la presentada por el secretario del interior y relaciones exteriores en cumplimiento del deber que le impone el inciso 17 del articulo 66 de la constitucion federal. Deve advertir-se que en la manera de tratar de las cuestiones relativas al Brasil y en algunos de los conceptos que al tratarlas se expresan, no está de acuerdo el presidente de la Union. »

Esta declaração não pôde satisfazer ao abaixo assignado, não obstante expressar as melhores intenções da parte de S. Ex. o Sr. presidente da republica.

Sendo S. Ex. o chefe do poder executivo, as idéas de seus secretarios como

funcionarios de sua confiança não podem deixar de estar em harmonia com seu pensamento.

Os diferentes ramos da administração convergem todos para um mesmo fim, a suprema direcção dos negocios publicos.

Estes negocios são apresentados annualmente ao congresso federal para que elle tenha conhecimento da marcha do governo durante o ultimo periodo, e são das opiniões individuas de cada um dos membros do gabinete.

Esta é a doutrina seguida em todos os paizes que se regem pelo systema representativo.

Tem o abaixo assignado de ponderar mais a S. Ex. que, ao mesmo tempo que apparecia aquella advertencia, de que teve só elle conhecimento accidentalmente por officiosidade de um amigo, lhe foi dirigida em nome e por ordem de S. Ex. o Sr. presidente da republica em 27 do mez proximo passado, uma nota recebida no dia 31 á tarde, quando já não era tempo de rectifica-la, em que expressamente faz-se allusão áquella memoria como documento ministerial do secretario colombiano das relações exteriores.

Nenhuma outra communicação foi dirigida ao abaixo assignado que o tranquillizasse sobre o alcance dos trechos citados na presente nota.

E tanto mais sensivel é com omissoão, que o abaixo assignado sempre recebeu nesta republica e com especialidade de S. Ex. o Sr. presidente as maiores provas de apreo e de deferencia para com o imperio.

Confia pois o abaixo assignado que o actual governo da União o habilitará a dar ao de S. M. o Imperador do Brasil sobre todo o occorrido, explicações que correspondam ás boas relações existentes entre os dois paizes.

Aguardando a contestação de S. Ex., o abaixo assignado aproveita-se da oppor-tunidade para reiterar-lhe as expressões de sua mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Santiago Perez.

JOAQUIM MARIA NASCENTES DE AZAMBUJA.

N. 80.

Nota do governo colombiano á missão especial do Brasil.

(Tradução.)—Secretaria do ministério do interior e das relações exteriores.— Bogotá, 1.º de Maio de 1868.

Tendo sido levada ao conhecimento do cidadão presidente a nota, que em data de 14 de Abril ultimo, S. Ex. o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador do Brasil servio-se dirigir ao secretario do interior e das relações exteriores dos Estados-Unidos da Colombia, e havendo o abaixo assignado recebido as respectivas instrucções, tem a honra de apresentar-lhe a contestação.

Ao fazê-lo deve principiar por declarar a impossibilidade, em que se acha, de tratar de uma só vez de todos os pontos, que a referida nota abrange, e por admitir a exactidão com que S. Ex. diz que as questões pendentes entre a Colombia e o Brasil são susceptíveis de desenvolvimento. Crê portanto o abaixo assignado que preenche o seu objecto, limitando-se por ora ao ponto, que o Sr. ministro assigna como o especial da sua communicação, que é deixar assentado no interesse das boas relações entre os dois paizes, que o poder executivo não participe de opiniões que, no pensar de S. Ex., são offensivas e hostis ao Brasil.

Não dando o honrado Sr. ministro, como não dá, por terminada a discussão, e annunciando, como se serve fazê-lo, que submeterá sua correspondencia ao criterio do governo colombiano, pois faz-lhe a justiça de crêr que apreciará em seu justo valor as pretensões do Brasil sobre limites e a sua politica a respeito de navegação fluvial, pede o abaixo assignado licença para manifestar que no correr dessa discussão e correspondencia achará o poder executivo a oportunidade para especificar e sustentar, não precisamente todas ou aquellas opiniões como suas proprias ou deste ou daquella funcionario, mas sim as doutrinas constitucionaes e de direito internacional, que é seu dever seguir até levar a bom termo as mencionadas questões entre os dois paizes.

Para formar o seu proprio juizo e cumprir o seu dever no exame e solução de cada uma das questões pendentes ha de o poder executivo ter presentes todos os documentos, officiaes e não officiaes, em que ella se ache elucidada e delle

adoptari os dados e antecedentes que julgar exactos. Regretari, porém, seja qual for a sua origem, e apenas pela indicação do Sr. ministro se julga no caso de manifestalo, tudo quanto lhe pareça apaixonado ou injusto e, com maior razão, o que for offensivo e hostil á uma nação com a qual a Colombia se acha e deseja conservar-se em paz. Precedendo assim, o poder executivo não só guardará a consideração devida á parte com quem discute, mas também fará o que cumpre á sua propria dignidade e á importancia da discussão, adoptando o melhor meio para obter o que se deve de justiça ao povo que representa.

Quanto ao modo como na memoria ultima desta repartição foram tratadas as questões relativas ao Brasil, e quanto a algumas das opiniões que, ao tratar-se dellas, alli foram emitidas, modo e termos, com os quaes no principio da dita memoria se advertio officialmente que não concordava o presidente da União, espera o abaixo assignado que por fim S. Ex. achará satisfactoria a mencionada advertencia. As razões expostas em contrario pelo honrado Sr. ministro, reconhecendo-lhes toda a força de que são susceptíveis, dariam ou poderiam dar lugar a questões de caracter inteiramente interno, quer entre o cidadão presidente e seu secretario do interior e relações exteriores, quer entre o congresso nacional e o poder executivo da União; porém, ao que toca ao honrado representante do imperio, foi bastante, sem duvida que o encarregado constitucional da conservação das relações exteriores não accitasse como suas tal maneira e opiniões, porque desde este instante estão ellas privadas da origem ou caracter indispensaveis para que fossem julgadas como opiniões e maneira do representante da soberania transeunte de Colombia. É verdade que a mensagem do poder executivo e as memorias de seus secretarios são apresentadas ao congresso em sua reunião ordinaria para dar-lhe conhecimento da marcha administrativa do paiz; e tambem é obvio que nesses documentos, que são a historia e a justificação de uma só acção official, deve apparecer a unidade de idéas, da qual deve ter emanado essa acção. Porém S. Ex., se se dignar de examinar todos os documentos colombianos analogos, verá que nelles, além da exposição de motivos dos actos officiaes, ha indicações e apreciações em que o pensamento individual do relator se desenvolve com a absoluta liberdade a que os colombianos estão acostumados; e é claro que essas indicações não têm mais valor, e poder-se-hia dizer mais respiciabilidade, do que a sua propria exactidão ou os fundamentos em que se apoiam. Demais, segundo o proprio texto da constituição, taes documentos ou memorias são da competencia dos secretarios de Estado.

Á vista do exposto e da mencionada advertencia, que torna completamente alheias do animo e da vontade do cidadão presidente tanto a forma como as opiniões da memoria, que S. Ex. julgou offensivas e hostis ao Brasil, o honrado Sr. ministro achará que as relações amigaveis entre esta republica e o imperio, que dignamente representa, não têm cessado de manter-se em bom estado, e que não ha probabilidade de que deixem de continuar no mesmo pé, nem motivo para isso: pois de ambas as partes se continuará a procurar prompto e

equitativo desenlace ás questões pendentes, e estas têm sido e serão questões entre países amigos e governos honrados.

O abaixo assignado reitera ao honrado Sr. ministro as seguranças de sua alta consideração.

A S. Ex. o Sr. conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja.

SANTIAGO PEREZ.

N. 81.

Nota do ministro especial do Brasil ao governo colombiano.

Missão especial do Brasil nos Estados-Unidos da Colombia. — Bogotá, 3 de Maio de 1868.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador do Brasil e seu enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial, apressa-se a accusar recebida a nota de S. Ex. D. Santiago Perez, secretario do interior e das relações exteriores dos Estados-Unidos da Colombia, e do 1.^o do corrente, em contestação á que teve a honra de dirigir-lhe em 14 do mez proximo passado.

Comprez-se o abaixo assignado em reconhecer no pensamento que dictou a nota de S. Ex. esse espirito de justiça que caracteriza os governos legitimos e regulares, está certo de que S. Ex., como verdadeiro interprete dos sentimentos da actual administração, proseguirá na discussão das questões pendentes entre o Brasil e a União colombiana como sôem proceder governos amigos e honrados.

Sobre este ponto basta para completa satisfação do abaixo assignado a segurança que dá S. Ex. de que, para formar seu proprio juizo sobre cada uma das referidas questões, não se atará a estas ou aquellas opiniões, de idéas deste ou daquelle funcionario: terá presentes todos os documentos, tanto officiaes como não officiaes, que as delucidem, e delles adoptará os dados e antecedentes que lhe pareçam mais accitaveis, abandonando quanto possa ser offensivo e hostil ao Brasil com quem Colombia se acha e deseja conservar-se em paz.

Tanto mais satisfactoria é esta manifestação de S. Ex. que está ella em immediata conexão com a maneira por que na memoria ultimam ente apresentada ao congresso federal foram tratadas as mesmas questões.

Referindo-se ao desagradavel assumpto que fez o objecto especial da nota do abaixo assignado, ao mesmo tempo que reconhece S. Ex. a genuina intelligencia do preceito constitucional em virtude do qual são enviadas ao congresso a mensagem do poder executivo e as memorias de seus secretarios, observa que se admittem

nestas memorias, como o testemunham varios precedentes analogos, indicações e apreciações em que o pensamento individual do expositor se desenvolve com a absoluta liberdade á que estão habituados os Colombianos, sem outro valor mais do que sua propria exactidão ou os fundamentos em que se apoiam.

Sento o abaixo assignado não poder acceter este principio com applicação ao caso vertente.

Ao transcrever o abaixo assignado em sua nota de 14 do mez proximo passado alguns trechos da memoria do predecessor de S. Ex., contrahio-se á parte della em que não se guarda a devida deferencia para com seu paiz e seu governo.

As relações entre o Brasil e Colombia mantinham-se no pé da mais perfeita cordialidade.

Nos proprios parlamentos, apesar da liberdade da tribuna, são respeitadas as Potencias amigas, e com muito mais razão o devem ser em um documento publico, emanado do alto funcionario encarregado de expôr perante o paiz o estado de suas relações internacionaes.

Allusões semelhantes ás de que se trata lêm-se em publicações não officiaes, e estas se corrigem por si mesmas, pela lei, ou por outras publicações em contrario.

Crê, pois, o abaixo assignado que não abriga o governo da União a idéa de que seja licito transpôr-se nas relações officiaes entre governos amigos os limites Prescriptos pelas conveniencias internacionaes, e que na interpretação extensiva dada á constituição destes Estados quiz apenas S. Ex. consagrar o principio da independencia relativa com que nesta republica e em todos os paises livres procede-se mesmo officialmente no campo do raciocinio.

Esta intelligencia é a unica conciliavel com o teor geral da nota de S. Ex. e a natureza da reclamação do abaixo assignado.

Nestas termos não pôde deixar de reconhecer o abaixo assignado, como não desconheceu em sua precedente nota, as melhores intenções da parte do governo desta republica no incidente de que se occupa.

A advertencia de S. Ex. o Sr. presidente da União Colombiana, repudiando formalmente perante a representação nacional as opiniões emitidas pelo seu secretario sobre o Brasil teve sem duvida por fim tirar-lhes todo o caracter official.

Não discutirei hoje o abaixo assignado, por inutil, se era esse o meio mais constitucional de serem attendidas as suas representações.

Servo-se S. Ex. manifestar no final de sua nota que não partilha o poder executivo da União as opiniões julgadas pelo abaixo assignado offensivas e hostis a seu paiz; que as relações entre o império e esta republica se tem mantido e não ha probabilidade, nem motivo para que não continuem a manter-se no pé da mais perfeita amizade.

O trecho que acaba de citar o abaixo assignado faz um verdadeiro contraste com as insinuações reveladas pelo predecessor de S. Ex. As questões pendentes foram o thema escolhido por este para predispor a opinião publica deste paiz e quizá as republicas Sul-Americanas contra as pretensões e politica do governo imperial, e S. Ex., pelo contrario, fazendo justiça aos dois governos, manifesta sua convicção de que, procurando ambos dar-lhes prompto e equitativo desenlace, nunca se desligaram dos sentimentos que se devem paizes amigos e governos honrados.

Estas manifestações renoveram do animo do abaixo assignado quaesquer apprehensões sobre as disposições que possam ter para com o imperio os Estados-Unidos da Colombia.

O abaixo assignado submittirá esta correspondencia á consideração do seu governo, e esperando que S. Ex. lhe fará dar a mesma publicidade que teve a memoria a que ella se refere, aproveita-se da occasião para reiterar a S. Ex. as expressões de sua mais alta consideração.

A S. Ex. o Sr. D. Santiago Perez.

JOAQUIM MARIA NASCIMENTOS DE AZAMBUJA.

Observações feitas na camara dos Srs. deputados sobre a representação diplomatica das republicas vizinhas. Reclamação do ministro da Bolivia e do encarregado de negocios do Chile.

Nota da legação da Bolívia em Buenos-Ayres ao governo imperial

[Tradução.] — Legação do Bolívia. — Buenos-Ayres, 14 de Julho de 1868.

O enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da república da Bolívia tem a honra de dirigir-se a S. Ex. o ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros do Imperio do Brasil, manifestando-lhe haver lido com sorpresa, no jornal a *Tribuna* de Buenos-Ayres nos 4328 e 4329, a parte relativa ás sessões da assembleia imperial, transcripta em traducção, em que o Sr. Felicio dos Santos e o mesmo Sr. ministro acreditam que ha carencia absoluta de representação diplomatica das republicas vizinhas nessa corte. O absteio assignado julga de seu dever fazer notar a S. Ex. que a república boliviana tem, desde o 1.º de Fevereiro deste anno, caracterizada e reconhecida competentemente a missão extraordinaria a seu cargo, e que essa missão ficou com a sua representação em effectividade na corte imperial, segundo o teor do officio que o absteio assignado dirigio á secretaria de S. Ex. em data de 13 de Abril, fundamentando os motivos accidentaes de sua ausencia temporaria.

O abaixo assignado lembra, nesta occasião, ao Ex.^{ma} Sr. ministro, que havendo estabelecido com a mais grã cordialidade as boas relações do Brasil e da Bolívia, existem pendentes nessa secretaria um tratado adicional e duas convenções, que, segundo accordo com o Ex.^{ma} Sr. Paranaíba, seu antecessor, foram adiadas e devem continuar-se a concluir-se, quando S. Ex. manifestar ao abaixo assignado estar prompto a levar a effeito esses ajustes.

Fato que fica expedito e abaixo assignado julga que a apreciação generica de S. Ex. na mencionada discussão, na qual referindo-se S. Ex. ás republicas vizinhas, disse: « Devemos sem duvida, mas as causas verdadeiras deste estado pouco satisfactorio, os sobres deputados as conhecem. São as susceptibilidades desses republicas, a incertez e instabilidade do seus governos, as antigas rivalidades de raça e de nacionalidade, as desconfianças infundadas que nutrem e manifestam quasi sempre esses governos a nosso respeito. Apesar de todos os actos, por nós praticados, para mostrar a nossa boa vontade, a diplomacia não pôde de todo remover essas difficuldades, etc. »

isto é aplicável nem exata, muito especialmente à respeito da república boliviana, cuja

cordialidade, tranqueira e sinceridade para com o imperio do Brasil, manifesta-se eloquentemente nos actos expressos e nos termos do tratado de 27 de Março do anno proximo passado.

O abaixo assignado persuadido de que S. Ex. á vista desta exposiçõ rectificará, ante a camara brasileira, os dois pontos que a motivam, abstem-se de entrar em outras considerações que a dita discussão offerece, sendo as julga-se de significação abstracta e se não estivesse comprovado da sincera lealdade do governo imperial para com a república da Bolivia.

Com este motivo tem o abaixo assignado a honra de retirar a S. Ex. os seus protestos de estima e apreço.

A' S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros do imperio do Brasil.

QUINTINO QUEREDO.

N. 83.

Nota do governo imperial á legação da Bolivia em Buenos-Ayres.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 22 de Julho de 1868.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. e Imperador e seu ministro e secretario do Estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de responder á nota que o Sr. D. Quintino Querado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da república da Bolivia, dirige de Buenos-Ayres a este ministerio com a data de 14 de corrente mez.

Diz o Sr. Quintino Querado que leu com sorpresa na Tribuna de Buenos-Ayres, na parte relativa ás sessões da assembleia legislativa do Brasil, o que disse o Sr. deputado Felício dos Santos e ali e antecessor do abaixo assignado, manifestando sobre a supposiçõ de falta absoluta de representação diplomatica nesta corte por parte das repúblicas vizinhas.

Acrescenta o mesmo Sr. ministro que a república boliviana, desde o 1.º de Fevereiro deste anno, tem na corte do Rio de Janeiro uma missão extraordinaria, competentemente caracterizada e reconhecida, missão que não cessára pela ausencia do Sr. Querado, que por sua nota de 13 de Abril ultimo declarou-a temporaria.

Por esta occasiõ o Sr. ministro recorda que, tendo cultivado com a mais grata cordialidade as boas relações subsistentes entre Bolivia e o Brasil, tem nesta secretaria do Estado pendentes um tratado adicional e duas convenções, que, segundo seu accôrdo com o Sr. conselheiro Paranaguá, um dos antecessores do abaixo assignado, foram addiados e devem proseguir e concluir-se, quando o governo imperial manifeste que así habilitado, para levar esses ajustes a uma soluçõ final.

Reproduzindo uma passagem do discurso ministerial a que se refere, o Sr. Quereza diz que não é applicavel nem exacta, muito especialmente em relação á república da Bolívia, cuja cordialidade, franqueza e sinceridade para com o Imperio do Brasil se manifestam eloquentemente nos actos mencionados; e nos termos do tratado de 27 de Março do anno proximo passado.

O abaixo assignado se apressa a assegurar ao Sr. Quereza que nem as palavras, nem a intenção do Illustrado ex-ministro dos negocios estrangeiros do Brasil podiam significar que elle duvidasse da subsistencia dos poderes diplomaticos conferidos ao mesmo Sr. Quereza, e menos ainda dos sentimentos amigaveis e justos que o governo da Bolívia tem manifestado ao de S. M. o Imperador, do que é, sem duvida alguma, testemunho irreversivel o tratado de 27 de Março de 1867.

O antecessor do abaixo assignado referio-se em seu discurso aos Estados sul-americanos que não têm aqui representantes diplomaticos, e disse-o, não como queixa, e ainda menos como censura, mas para reconhecer o facto o., não obstante a falta de effectiva reciprocidade, justificar a nomeação de agentes diplomaticos do Brasil para alguns daquelles Estados.

Considerando sob um ponto de vista geral e retrospectivo as relações do Imperio com as repubblicas contemporaneas, em presença de censuras que lhe eram feitas, o Sr. conselheiro Silveira de Souza enunciou conceitos que nada têm de offensivos, que pelo contrario tendiam a desvanecer apprehensões infundadas, que algumas vezes a imprensa e a tribuna desses Estados têm revelado, e são sem inconvenientes para a manutenção da paz e harmonia dos interesses communs.

O abaixo assignado espera, portanto, que o Sr. Quereza acolherá como satisfactoria esta explicação, não duvidando um só instante da firmeza e reciprocidade com que o governo de Sua Magestade, solicita e aprecia os bons desejos do governo boliviano, e pelo que respeita aos ajustes pendentes, o abaixo assignado não pôde neste momento fazer mais do que reportar-se ás declarações dos seus illustres antecessores.

O abaixo assignado renova ao Sr. Quereza as seguranças de sua alta consideração.

Ao Sr. D. Quintino Quereza.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 84.

Nota da legação da Bolívia em Buenos-Ayres ao governo Imperial.

(Tradução.)—Legação da Bolívia. —Buenos-Ayres, 31 de Julho de 1868.

Á vista do estimavel officio de S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio, datado de 22 de corrente, o abaixo assignado tem a honra de declarar-lhe que viu com muito prazer a satisfactoria explicação de Sr. ministro, dada ao seu officio de 14, o qual o abaixo assignado julga indispensavel dirigir para reafirmar a sua po-

são official e a cordilheira boliviana tão satisfactoriamente estabelecida com o imperio do Brasil.

Com este motivo e abito assignado tem a honra de retribuir a S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos a sua mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos.

QUINZO QUINZO.

N. 85.

Nota da legação do Chile em Buenos-Ayres, ao governo imperial.

(Tradução.) — Legação da republica do Chile. — Buenos-Ayres, Julho de 1868.

Sr. ministro. — Em uma das sessões da camera, dos deputados do imperio, em que se discutia o orçamento do ministerio dos negocios estrangeiros, e cujo data ignora por não haver sido assignada na unica traducção dessa discussão, que li em um jornal desta capital, a Tribuna, dos dias 11 e 12 do corrente, o Exm. Sr. deputado Felício dos Santos affirmou um facto, mais tarde confirmado por V. Ex., que me colloca na necessidade de dirigir a V. Ex. esta communicação.

S. Ex. o Sr. Felício dos Santos expressou-se desta maneira, segundo a traducção do citado jornal, referindo-se ás republicas do Pacifico: «Qual dellas tem aqui representantes? Estão todas sem legação.»

V. Ex. deixou passar sem opposição esta asserção sem dar-lhe resposta alguma, para depois corroborar-la nos termos seguintes, que continão a teor da traducção feita pelo jornal, a Tribuna: «É verdade que as relações com as republicas americanas, nossas vizinhas, poderão estar em um pé mais adiantado; mas é porventura o governo do Brasil responsavel do contrario?»

«Os nobres deputados da opposição não devem fazer esta injustiça ao governo do seu paiz. Para serem justos, bastaria que os nobres deputados se recordassem que este estado de coisas data não de hoje, mas de muitos annos.

«Há muito que os ministerios que se hão succedido, não tem podido remove-lo nem melhor-lo.»

S. Ex. o Sr. Felício dos Santos interrompeu neste ponto a V. Ex. dizendo: «Devemos trabalhar para isso.»

Ao que V. Ex. replicou, continuando: «Devemos sem dúvida; mas as verdadeiras causas deste estado pouco satisfactorio, os nobres deputados se conhecem. São as susceptibilidades dessas republicas, a incerteza e instabilidade de seus governos, as antigas rivalidades de raça e de nacionalidade, as infundadas desconfianças que nutrem o manifestam quasi sempre esses governos a nosso respeito. Apesar de todos os actos por nós praticados para demonstrar a nossa boa vontade, a diplomacia não tem podido remover de todo essas difficuldades. Não querem os nobres deputados que o governo brasileiro

carregos com essas culpas, e nelle menos o ministerio actual. E' uma honra que infelizmente recebemos dos nossos antecessores. Entretanto, quando o ministerio procura o fim desejado, mandando residir em algumas dessas republicas agentes diplomaticos em caracter elevado, accusa-se ao ministerio por proceder assim para com as republicas que não têm entre nós nem um encarregado de negocios, e cuja importancia não corresponde a tais categorias. »

Se a traducção do discurso de V. Ex. é exata, na parte que terei a liberdade de copiar, devo attribuir a um olvido ou distração de V. Ex. a asserção absoluta que encontram as ultimas palavras do paragrapho antecedente. Como poderia de outro modo explicita-las, desde que eu mesmo tenho actualmente a meu cargo a legação que o governo do Chile accredita junto do governo de S. M. o Imperador desde o anno de 1865 ? Até este momento não tenho conhecimento de que o governo imperial haja deixado de reconhecer-me como representante do Chile, nem tambem o meu governo communicou ao de S. M. a retirada de sua legação. Entretanto, a republica do Chile é uma das republicas americanas a que se alludia especialmente na citada discussão, achando-se por consequente entre as que, segundo as expressões de V. Ex., acham-se com representação no imperio.

Se a circumstancia de ter eu a minha residencia habitual em Buenos-Ayres fosse uma razão plausivel para dar-se o Chile como não representado diplomaticamente no Brazil, o governo imperial não teria sido por muito tempo um ministro acreditado ao mesmo tempo nas republicas do Chile, Perú e Equador, como succedeu até ha poucos annos.

Portanto, não desejando nem sendo-me dado attribuir as palavras de V. Ex., por mais claras o terminantes que sejam, a intenção de desconhecer a representação do Chile no imperio, enquanto V. Ex. não se servir significar-me o contrario, julguei de meu dever, como representante de uma nação que ha sido sempre amiga do Brazil, chamar a attenção de V. Ex. para o alludido assumpto, com o fim de regar-lhe se digno rectifica-lo, dando á verdade dos factos a mesma publicidade que ha sido o erro.

Quanto ao que se refere ás poucas ligeiras apreciações feitas por V. Ex. em seu discurso á respeito das republicas americanas, entre as quaes devo considerar a do Chile. V. Ex. me permittirá recordar-lhe um unico facto, pelo que a esta respeito, que manifesta bem ás claras que não ha sido seguramente por culpa (sua susceptibilidade de sua parte, ou pela incertez e instabilidade de seu governo, se os laços de amizade que a ligam com o imperio não são hejs mais estreitos do que tem sido até agora. O facto é este:

Com data de 3 de Junho de 1865 o Sr. enviado extraordinario e ministro plenipotenciario do Chile D. José Victorino Lastarria, dirige-se a um dos antecessores de V. Ex. no ministerio dos negocios estrangeiros, submettendo á consideração do S. Ex. um projecto de tratado de paz, amizade e commercio entre o imperio do Brazil e a republica do Chile, rogando lhe se servisse discutir e ajustar com elle tão importante pacto. S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros respondeu a essa nota, com data de 1.^o de Agosto do mesmo anno, negando-se entrar nessa negociação.

Com sentimentos de mais alta e distincta consideração, tenho a honra de subscrever-me, de V. Ex., mui attento e obediente servidor.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro Silveira de Souza.

G. BARRA CARA.

N. 86.

Nota do governo imperial á legação do Chile em Buenos-Ayres.

Ministério dos negócios estrangeiros. — Rio de Janeiro, em 28 de Julho de 1868.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador, seu ministro e secretario do estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de responder á nota que me corrente mex foi dirigida ao seu antecessor pelo Sr. G. Blest Gana, encarregado de negocios da republica do Chile, a respeito de algumas palavras de um discurso que elle proferira na camara dos deputados.

Poderia o Sr. Blest Gana, que, havendo o Sr. deputado Felicio dos Santos declarado na camara acharem-se sem representação diplomatica nesta corte todas as republicas do Pacifico, corroborar o ex-ministro dos negocios estrangeiros, aquella asserção quando disse que o governo do Brasil não era culpado de estarem as relações com essas republicas menos adelantadas do que podiam, não tendo conseguido os successivos ministerios melhorar tal estado de coisas, que era devido, além de outras razões, a antigos preconceitos e á incerteza e instabilidade dos governos dos ditos Estados americanos.

Releuindo-se nos trechos do discurso que o abaixo assignado acaba de resumir, e recordando que a republica do Chile mantém no imperio desde 1865 uma legação, e que esta não pôde considerar-se retirada pela circumstancia da residencia habitual do seu chefe em Buenos-Ayres, attribuo o Sr. Blest Gana as asserções do Sr. ex-ministro dos negocios estrangeiros a ovidio ou distração do momento, e manifesta o desejo de serem ellas rectificadas, dando-se á verdade do facto a mesma publicidade que tiveram as alludidas asserções.

Finalmente, no intuito de demonstrar que, se os laços de amizade subsistentes entre os dois paizes não são hoje mais estreitos do que tem sido, culpa não é da republica do Chile, recorda ao Sr. Blest Gana o projecto de tratado apresentado por essa legação em 1863, a que o governo imperial não pôde dar seu assentimento.

O abaixo assignado vio com a maior satisfação que o Sr. Blest Gana, fazendo ampla justiça aos sentimentos amigaveis do governo de S. M. o Imperador para com a republica do Chile, attribuiu, antes a uma involuntaria distração do que a proposito deliberado, as expressões que foram motivo á sua reclamação.

A verdadeira explicação, porém, desse incidente não é a que concebira o Sr. Blest Gana, mas a generalidade com que se enunciou o illustrado antecessor do abaixo assignado, generalidade que não cohera, todavia, pensamento algum que não seja benevolente; e, além disso, a desnecessidade de allegar um facto que estava manifestado no relatório do ministerio dos negocios estrangeiros quanto á legação do Chile nesta corte.

As asserções do ex-ministro dos negocios estrangeiros foram tão genericas como aqui.

las a que elle respondia. Considerado sob um ponto de vista geral o retrospectivo as relações entre o Imperio e as republicas conterraneas, S. Ex. não proterio concessões em que se possa encargar a mala leve intenção de offendê-las. Nem se comprehende que, tendo de justificar actos do governo, origem das censuras que lhe eram feitas, podessem estar nas intenções do ministro dissimular a reciprocidade que se dava o se dá por parte da republica do Chile.

É certo que o governo imperial, posto apreciava devidamente os amigaveis sentimentos, que induziram o do Chile a propor em 1865 um tratado de paz e commercio, não pôde, depois do maduro exame, e conquanto animado dos melhores desejos, prestar-se a essa negociação; mas sua recusa fundou-se em motivos expostos e justos. Tem, pois, direito a esperar que por esse facto não se lhe supponha, menos interesse que o do Chile pelo desenvolvimento das boas relações felizmente subsistentes entre os dois Estados.

Por todas estas considerações que tem submettido á justa apreciação e ao criterio do Sr. Blesi Gana, confio o abaixo assignado em que ficará desvanecido o incidente que fez objecto da reclamação a que responde.

O abaixo assignado aproveita a oportunidade para renovar ao Sr. Blesi Gana as seguranças de sua distincta consideração.

Ao Sr. G. Blesi Gana.

José MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 87.

Nota da legação do Chile em Buenos-Ayres ao governo imperial.

(Tradução.)—Legação do Chile no Brasil.—Buenos-Ayres, 24 de Agosto de 1868.

O abaixo assignado tem a honra de receber a nota, que, com a data de 28 de Julho ultimo, se serviu dirigir-lhe S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio do Brasil, respondendo á que em 14 do mesmo endereçou o abaixo assignado ao antecessor de S. Ex.

Explicitadas satisfatoriamente por S. Ex. o Sr. Paranhos as palavras de um discurso pronunciado pelo seu honrado antecessor na camera dos deputados, que motivaram a alludida nota desta legação, sempre ao abaixo assignado declarar, por sua parte, terminado este incidente, agradecendo a S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros o amigavel espirito que dictou a nota de S. Ex. a que responde, e os benevolos sentimentos, que nella manifesta em relação ao Chile e ao seu governo.

Com este motivo, aproveita o abaixo assignado a occasião para reiterar a S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros as seguranças de sua mais alta e distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio do Brasil.

G. Blesi Gana.

Relações com a república da Bolívia.

Tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição.

N. 88.

PROCLAMAÇÃO POR PARTE DO BRASIL.

—*Decreto n. 4010 de 28 de Novembro de 1868.*

Proclama o tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição, celebrado em 27 de Março de 1867 entre o Brasil e a república da Bolívia.

Havendo-se concluido e assignado na cidade de la Paz de Ayacucho, no dia 27 de Março de 1867, um tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição; e tendo sido este acto ratificado, e trocadas as ratificações na mesma cidade nos 22 dias do Setembro do referido anno, hei por bem mandar que o dito tratado seja observado e cumprido, tendo-se em vista o que dispõem as notas reversas trocadas entre os respectivos plenipotenciarios em 19 do mencionado mez do Setembro com referencia aos arts. 2º e 27.

José Maria da Silva Paranhos, de meu conselho e do do Estado, senador do imperio, ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, aos 28 dias do mez de Novembro de 1868, 47º da independencia e do imperio.—Com a rubrica do S. M. o Imperador.—*José Maria da Silva Paranhos.*

Nós, D. Pedro II. Imperador Constitucional e Defensor perpetuo do Brasil, etc. Fazemos saber a todos os que a presente carta de confirmação, approvação e ratificação virem, que aos 27 dias do mez de Março do corrente anno concluiu-se e assignou-se na cidade de la Paz de Ayacucho, entre nós e S. Ex. o presidente provisorio da república da Bolívia, pelos respectivos plenipotenciarios, que se achavam munidos dos competentes plenos poderes, um tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição, cujo teor é o seguinte:

(Segue-se o tratado, cujo texto se acha no relatório do anno proximo pasado.)

E sendo-nos presente o mesmo tratado, cujo texto fica acima inserido, e bem visto, considerado e examinado por nós tudo quanto nelle se contém, e approvamos, ratificamos e confirmamos, assim no todo como em cada um dos seus artigos e estipulações,

e pela presente o damos por firme e valioso para produzir o seu devido effeito, promet-
tendo em fé e palavra imperial, cumpri-la inviolavelmente e fazê-lo cumprir e observar
por qualquer modo que seja.

Em testemunho e firmeza do que fizemos passar a presente carta, por nós assignada,
sellada com o sello grande das armas do imperio, e referendada pelo nosso ministro e
secretario de estado abaixo assignado.

Dada no palacio do Rio de Janeiro, aos 16 do mez de Junho do anno do nascimento do
Nosso Senhor Jesus Christo de 1867.

(L. S.) PEDRO, IMPERADOR. (Com guarda).

Antônio Coelho de Sá e Albuquerque.

(Está no relatório do anno passado as resoluções relativas aos arts. 2º e 27 deste
tratado.)

N. 89.

PROCLAMAÇÃO POR PARTE DA BOLÍVIA.

(Tradução.)—A assembléa nacional constituinte decreta:

Artigo unico. Approva-se o *Tratado de amizade, limites, navegação, commercio e ex-
tradição* celebrado entre o governo da republica e S. M. o Imperador do Brasil, por meio
dos respectivos plenipotenciarios, em 27 de Março de 1867; em consequencia do que regu-
lará como lei do Estado.

Communique-se ao poder executivo para sua execução e cumprimento.

Sala das sessões em La Paz, aos 17 de Setembro de 1868. — *Manceo José Ribera*,
presidente. — *José Manuel Gutiérrez*, deputado secretario. — *Santiago Soruco*, deputado
secretario.

Palacio do supremo governo em La Paz de Ayacucho, aos 27 de Setembro de 1868.

Cumpra-se. — (L. S.) *Mariano Melgarejo*. — (Referendado.) O ministro do interior,
da justiça e das relações exteriores, *Mariano Donato Melles*. — Está conforme. — O official-
maior, *José Francisco Velardo*.

Demarcação de Limites.**N. 90.***Nota do governo imperial á legação de Bolivia.*

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 16 de Março de 1868.

Tenho a honra de communica'r ao Sr. coronel D. Quintino Querado, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da república de Bolivia, que S. M. o Imperador dignou-se nomear, por decreto de 4 do corrente, ao coronel do imperial corpo de engenheiros, Innocencio Veloso Pederneras, commissario brasileiro, para de commun accordo com o que for nomeado pelo governo boliviano, proceder á demarcação da linha divisoria entre o Brazil e Bolivia, nos pontos em que fór necessario e de conformidade com as estipulações do art. 2º do tratado de amizade, limites, navegação e commercio celebrado pelos dois paizes a 27 de Março de 1867.

Com este motivo offereço ao Sr. coronel Querado as minhas seguranças de minha alta consideração.

Ao Sr. coronel D. Quintino Querado.

João LUSTOSA DA CUNHA PARAGAGUÍ.

N. 91.*Nota da legação de Bolivia ao governo imperial.*

(Tradução).—Legação de Bolivia.—Rio de Janeiro, 18 de Março de 1868.

Tive a satisfação de receber a apreciavel communicação do Sr. ministro dos negocios estrangeiros, pela qual se servio annunciar-me que S. M. o Imperador leuue por bem nomear, por decreto de 4 de corrente, o coronel do imperial corpo de engenheiros, Innocencio Veloso Pederneras, commissario brasileiro, para, em commun com o que fór nomeado pela Bolivia, proceder á demarcação da linha divisoria entre o Brazil e a

Bolivia nos pontos em que fesse necessario e de conformidade com o art. 2º do tratado de amizade, limites, navigação e commercio, celebrado pelos dois paizes em 27 de Março de 1807.

Em resposta, é-me grato assegurar ao Sr. ministro que pelo primeiro vapor darei dilato conhecimento ao meu governo, que, por sua parte, está certo, terá feito igual nomeação, em cumprimento das estipulações do mencionado tratado.

Queira o Exm. Sr. Paranaguá acchar os reiterados protestos da alta e distinta consideração com que tenho a honra de ser,

Ex^{ma} Sr. ministro dos negocios estrangeiros,

Seu attento servidor,

Quirino Quevedo.

N. 92.

Nota da legação de Bolivia em Buenos-Ayres ao governo imperial.

(Tradução.)—Legação de Bolivia.—Buenos-Ayres, 10 de Agosto de 1868.

Sr. ministro.—Tenho a honra de communicar a V. Ex. que o meu governo, por officio de 17 de Junho, que chegou retardado, declarou-me que S. Ex. o presidente da republica nomeou por parte de Bolivia commissario para a demarcação dos limites estipulados no tratado de 27 de Março celebrado com o Imperio, ao Sr. Dr. D. Emeterio Villamil que, em princípios de Julho, deveria ter-se posto a caminho para a villa de Corumbá, onde deverá encontrar-se com o nomeado por S. M. o Imperador, afim de proceder de accordo com elle á dita demarcação.

Isto foi-me communicado pelo meu governo, em resposta á participação que lhe fez em data de 27 de Março, dando-lhe conhecimento da nota de Sr. Paranaguá, antecessor de V. Ex., na qual annunciava-me a nomeação do Sr. coronel Innocencio Vallejos Pederneras por parte do governo imperial.

Aproveitando-me d'esto ensejo tenho o prazer de reiterar a V. Ex. as expressões do minha distinta consideração,

A' S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros do Imperio do Brasil.

Quirino Quevedo.

N. 93.

Nota do governo imperial á legação de Bolivia.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 26 de Agosto de 1868.

Tenho a honra de accusar a recepção da nota de 10 do corrente pela qual communica-me o Sr. D. Quintino Querredo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da republica da Bolivia, haver sido nomeado commissario para a demarcação dos limites com o Imperio, por parte da mesma republica, o Sr. D. Emeterio Villamil, o qual deve ter partido em Julho para Corumbá, onde encontrar-se-ha com o commissario brasileiro.

Em resposta, compes-me dizer ao Sr. Querredo, que, segundo informou o Sr. Lopes Netto por officio de 29 de Junho ultimo, combinára com o Sr. Villamil que aguardasse em Santa Cruz de la Sierra a noticia da chegada de Sr. Pederneras a Corumbá, por lhe parecer que este não poderia achar-se alli na época aprazada, melados do mez corrente.

Naquelle seu officio ponderou o enviado brasileiro que lhe parecia que o governo imperial devia determinar ao Sr. Pederneras não só que partisse para Corumbá apenas terminasse a guerra contra o governo do Paraguay, mas tambem que escrevesse ao Sr. Villamil logo que chegasse áquella villa, convidando-o a ir reunir-se a elle, afim de darem principio aos trabalhos da demarcação antes das chuvas, que commecam em Novembro, segundo lhe consta.

O commissario brasileiro ainda não partiu para o seu destino, nem poderá fazê-lo antes da libertação de Corumbá do poder dos paraguayes.

O governo imperial, que julga procedentes as observações de seu ministro na Bolivia, espera, para satisfazê-las, que se remova o embaraço acima alludido.

Reitero ao Sr. Querredo as seguranças de minha alta consideração.

Ao Sr. D. Quintino Querredo.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 94.

Despacho do governo imperial á missão especial na Bolívia.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 23 de Março de 1868.

Participo a V. S. que S. M. o Imperador houve por bem nomear por decretos de 4 de corrente ao coronel do imperial corpo de engenheiros, Innocencio Veloso Pederneras, commissario brasileiro, para de commun accordo com o que fór nomeado pelo governo de Bolívia, proceder á demarcação da linha divisoria entre o Brasil e essa republica nos pontos em que fór necessario e de conformidade com o artigo 2º do tratado de amizade, limites, navigação e commercio, celebrado pelos dois paizes a 27 de Março de 1867.

Dei conhecimento desta resolução imperial ao Sr. coronel D. Quintino Quevedo, que em esta do dia 18 agradeceu a communicação.

Renovo a V. S. as seguranças de minha perfeita e distincta consideração.

Ao Sr. Felippe Lopes Netto.

João Lezosa da Costa Paranaíba.

N. 95.

Officio da missão especial do Brasil na Bolívia ao governo imperial.

Missão especial do Brasil na Bolívia. — La Paz, 22 de Junho de 1868.

Tenho a honra de accusar a recepção do despacho, expedido pela 1ª secção, em 22 de Março ultimo, no qual V. Ex. dignou-se communicar-me que o Sr. coronel do imperial corpo de engenheiros, Innocencio Veloso Pederneras, fôra nomeado commissario para proceder, por parte do governo imperial, á demarcação das fronteiras do Brasil com esta republica, e bem assim que V. Ex. havia dado conhecimento da dita nomeação ao Sr. coronel D. Quintino Quevedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Bolívia, junto de S. M. o Imperador.

Em resposta comprou-me declarar a V. Ex. que o governo boliviano acaba de nomear também commissario para a mencionada demarcação o Sr. D. Emeterio Villamil, a quem ordenei, como V. Ex. verá da nota, junta por cópia, que fosse encontrar-se com o Sr. Pederneras na povoação de Corumbá, lugar indicado por mim, como o mais conveniente, em meados de Agosto proximo futuro.

Não obstante esta ordem, combinei com o Sr. Villamil, que aguardasse em Santa Cruz de la Sierra a noticia da chegada do Sr. Pederneras á Corumbá, por me parecer que este não poderia achar-se lá naquella época.

Assim parece-me que o governo imperial deve determinar ao commissario brasileiro que não vá para Corumbá, apenas terminar a guerra do Paraguay, mas também que escreva de lá ao Sr. Villamil, convidando-o a ir reunir-se com elle, afim de poderem dar principio aos trabalhos da demarcação, antes das cheias, que começam em Novembro, segundo as informações que tenho.

Aproveito a oportunidade para reiterar a V. Ex. os protestos de meu profundo respeito.

A' S. Ex. o Sr. João Lustosa da Cunha Paranaguá.

FELIPE LOPES NETTO.

N. 96.

Nota do governo de Bolivia á missão especial do Brasil.

(Tradução.)—Ministerio das relações exteriores. — Bolivia, La Paz, 15 de Junho de 1888.

Sr.—Tenho á honra de senunciar a V. Ex. que o governo da Bolivia nomeou o Sr. D. Emeterio Villamil, commissario para a demarcação da linha divisoria, em conformidade das estipulações do tratado da Bolivia com o Brasil.

O Sr. Villamil, seguirá desta cidade em principios do proximo mez de Julho, afim de achar-se em Corumbá em meados de Agosto.

Sirva-se V. Ex. dar disto conhecimento ao seu governo, acatando as minhas expressões de respeito e alto apreço.

Ao Exm. Sr. conselheiro Felippe Lopes Netto.

MARIANO DONATO MESTOZ.

N. 97.

Despacho do governo imperial á missão especial na Bolívia.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 12 de Agosto de 1868.

Pelo officio n. 3 de 22 de Junho proximo passado, communica V. S. haver sido nomeado commissario da commissão demarcadora do limites, por parte do governo da republica, o Sr. D. Eusebio Villamil.

Tomo nota das observações que V. S. faz sobre a opportunidade da partida do commissario brasileiro para Corumbá.

Reitero-lhe os protestos de minha perfeita estima e distincta consideração.

Ao Sr. Felippe Lopes Netto.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS.

Concessão de fero de cidadão a todo americano, que entrar no territorio da Bolívia com a intenção de ahí estabelecer-se.

N. 98.

Nota do governo de Bolívia ao governo imperial.

[Traducção.] — Ministerio de relações exteriores da Bolívia. — La Paz, 30 de Junho de 1868.

O cheife assignado, chefe do gabinete e ministro de relações exteriores na republica da Bolívia, tem a honra de dirigir-se ao Ex. Sr. ministro dos negocios estrangeiros do imperio do Brasil, em cumprimento de um dos mais sagrados *deveres* do seu governo, para fazer chegar ás mãos de S. Ex. os deus decretos, juntos por cópia autentica, expedidos a 18 de Março de 1860 e 16 de Julho do corrente anno, os quaes declaram este grande principio, que na Bolívia o fero de cidadão é commun para os filhos do continente americano.

S. Ex. o capitão-general Melgarojo, presidente da republica, e seu gabinete, compe-

hondando a grandeza do principio da união americana e desejando leva-lo ao terreno da pratica por meio da franqueza e de todo o genero de facilidades para estreitar nossas mutuas relações, declarou pelos ditos decretos, que na Bolivia não serão d'ora em diante considerados como estrangeiros os americanos, que pisarem seu solo, os quaes não só poderão exercer livremente suas profissões e industrias, como tambem adquirir a fóra de cidadão boliviano, contando sómente que manifestem sua vontade de estabelecer-se no país, sendo-lhes lícito, por consequente, gozar de todas as vantagens e privilégios concedidos por lei aos proprios bolivianos.

Ao dictar esta medida de adelantada liberalidade o governo da republica não attendeu unicamente aos sentimentos de fraternidade e americanismo que sempre nutrio para com os Estados deste continente; quiz tambem alcançar de uma maneira solida a harmonia e unidade, a que são chamados para alcançarem o laudavel futuro de ventura e prosperidade que lhes promettem a riqueza de seu solo e o patriotismo de seus filhos. Na Bolivia encontrarão os americanos uma patria, que lhes abra suas portas sem nenhuma restricção, assim como os bolivianos encontrarão tambem a sua em qualquer outra nação americana sempre que ellas acolherem unsimes este generoso sentimento.

A America viria a ser desta modo a patria de todos os americanos, o só hospitalro onde cada um poderia empregar sua industria e sua actividade, sem empecilho algum; pois em qualquer parte della actuariam as mesmas vantagens e o mesmo cordial acolhimento que em seu país natal.

O governo boliviano se persuade que o desso imperio, liberal e expansivo em suas idéas e sentimentos, acclamará por sua parte os principios contidos nos dous citados decretos e se servirá dictar as medidas, que sejam conducentes a inculca-los nessa nação livre, pois assim o exigem a fraternidade americana, a identidade de principios adoptados em seu regimen politico, e o futuro common que os espera como partes integrantes do continente do Colombo.

O abalço assignado reza ao Exm. Sr. ministro dos negocios estrangeiros se dignar ao seu illustrado governo conhecimento deste despacho e dos decretos a que se refere, com o pedido especial, que está encarregado de fazer, de que, se o julgar conveniente aos interesses de sua patria e da America, se sirva accliar as franquizas concedidas pela Bolivia.

O abalço assignado aproveita esta occasião para renovar ao Exm. Sr. ministro dos negocios estrangeiros as seguranças de respeito e alta estima com que tem a honra de assignar-se,

Exm. Sr. ministro dos negocios estrangeiros do imperio do Brasil,

De V. Ex. mui obediante servo,

MARIANO DONATO MUÑOZ.

DECRETOS A QUE SE REFERE A NOTA DO GOVERNO DE BOLIVIA AO DO IMPÉRIO.

(Tradução.) — Mariano Melgarejo, presidente provisório da republica da Bolivia, etc., etc.

Considerando que a communidade de fóra de cidadão na America é uma necessidade que a Bolivia não pôde por sua parte esquecer, quando a união das diferentes repu-

Muitos interessados na guerra estrangeira que ameaça a autonomia de todas, assegura a independência e a glória do continente.

Que a Bolívia deve procurar que a união criada pela guerra seja aliçada para a época da paz, como uma homenagem à civilização do novo mundo.

Usando da plenitude dos poderes públicos, de que me acho investido,

Decreto:

Art. 1.º— As fronteiras da Bolívia não serão consideradas desde esta data, com relação aos americanos do sul, senão como linhas mathematicas, destinadas a determinar o limite da jurisdição nacional.

Art. 2.º— Os nativos das republicas da America do Sul, que entrarem no territorio da Bolívia, como particulares, ou nelle reassamirem esta qualidade, gozarão dos mesmos direitos que os bolivianos, excepto unicamente para desempenhar a presidencia dos ditos poderes, legislativo, executivo e judicial.

Art. 3.º— O exercicio dos direitos politicos perta aos nativos das outras republicas, que os obtiverem, de protecção de seus governos, e impõe-lhes os deveres e obrigações que as leis prescrevem e prescreverem aos bolivianos.

Art. 4.º— Os americanos do sul, que, segundo as leis da Bolívia, só se acham investidos no territorio, da qualidade de transeuntes, não estão habilitados para exercer direitos politicos, nem contrahir as obrigações prescriptas no artigo anterior.

Art. 5.º— Os bolivianos, que forem solicitados para obter empregos publicos em outros Estados da America no interior ou exterior, poderão aceita-los, sem permissão prévia, nem outro dever que não seja o de communicar-lo por um simples aviso ao governo de sua patria.

Art. 6.º— O governo da Bolívia, interessado em consolidar a união americana, communicará o presente decreto aos demais governos da America.

Promulga-se por bando nacional.

Dado na sala do meu despacho na moi illustre e demorada cidade de la Paz de Ayacucho, aos 18 do Março de 1866.

(Assignado) Mariano Melgarejo.

(Relatado) O secretario geral de estado,

MARIANO DÍAZ DE MENDOZA.

Está conforme.

O official-maior,

J. FRANCISCO VELAZQUEZ.

(Tradução). — Mariano Melgarejo, benemerito da patria em grão heroe e embaixador, presidente provisório da republica, capitão-general de seus exercitos, grão cidadão de Bolívia, conservador da ordem e da paz publica, grão-cruz da Imperial ordem do Cruzeiro do Brazil, general de divisão do Chile, etc., etc.

Considerando que a communidade do Rio de cidadão, proclamada pelo governo em seu decreto de 18 de Março de 1866, comprehendendo unicamente aos americanos do sul do continente;

Que é necessário estender este direito a todos os fillos do novo mundo, qualquer que seja sua nacionalidade, para realizar-se na pratica o grande principio da união e da fraternidade americana, que ha-de elevar estes povos ao seu mais alto gráo de prosperidade e grandeza;

Que o governo da Bolívia, fiel interprete do sentimento nacional, necessita, para completar a sua obra de expansão e franqueza, supprimir todos aquelles empecilhos e restricções, que não se acham em harmonia com nossa actual organização, além de que as americanas possam livremente estabelecer-se no territorio da república o exercer, sob toda classe de garantias, suas profissões e industrias;

Que medida tão liberal, não só satisfaz as novas exigencias da America, que tendo irresistivelmente á sua união como meio poderosa de engrandecimento e de força, mas também collocá a república da Bolívia na altura de seus destinos para poder utilizar-se do concurso das intelligencias e industrias dos Americanos, que queiram nella habitar, introduzindo as melhoras de que é susceptivel;

Ouvindo o parecer affirmativo do conselho de ministros e usando da plenitude do poder publico de que me acho investido,

Decreto:

Art. 1.º— Nenhum americano será considerado estrangeiro na Bolívia.

Art. 2.º— Todo americano de qualquer nacionalidade que seja, poderá obter o fôro de cidadão boliviano, unicamente declarando, por escripto, perante qualquer das prefeituras, sua vontade de estabelecer-se na república. Inscrito seu nome no registro civil a mesma prefeitura lhe fornecerá sua carta de cidadão.

Art. 3.º— Poderão, igualmente, os americanos exercer livremente na república suas profissões liberais, scientificas, litterarias ou artisticas sempre que apresentem o diploma respectivo, credencial ou título, expedido por autoridade competente e legalizado na devida forma para seu exame e acção pelo governo nacional.

Art. 4.º— O presente decreto se considerará como complemento do de 18 de Março de 1806.

O ministro de relações exteriores fica encarregado de communicar ambos os decretos aos governos das nações americanas, solicitando ao mesmo tempo a adopção de igual medida, afim de que se façam extensivas a todo o continente as franquias acordadas.

Dado na sala de meu despacho na mui illustre e benedicta cidade de la Paz de Ayacucho aos dezesseis dias de mex de Julho do anno de mil oitocentos e sessenta e oito.

[Assignado) MARIANO MELGAREJO.

(Referendado) O ministro de governo, justiça e relações exteriores,

MARIANO DOSATO MURTO.

O ministro de culto e instrucção publica,

ANGEL RIVERO REYOLLO.

O ministro da fazenda,

MANUEL DE LA LASTRA.

O ministro da guerra,

NICOLAS BOLAS.

Está conformado.

O official-maior,

J. FRANCISCO VELAZQUE.

N. 99.

Nota do governo imperial ao da Bolívia.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 28 de Novembro de 1868.

O abaixo assignado, do conselho de S. M. o Imperador do Brasil e seu ministro e secretario do Estado dos negocios estrangeiros, tem a honra de roechar a nota que em data de 29 de Julho ultimo lhe dirige o Ex.^{ma} Sr. D. Mariano Donato Muñoz ministro de relações exteriores da república de Bolívia, transmittido cópias de dois decretos de seu governo, datados a 18 de Março de 1866 e 10 de Julho do corrente anno, pelos quaes se concedem os fôros de cidadão boliviano, com certa e muy limitada restricção, a todo o cidadão das outras nacionalidades americanas que entre no territorio da república com a intenção de ali estabelecer-se.

Do mesmo tempo expõe S. Ex. o Sr. ministro de relações exteriores as razões que aconselharam ao governo da república os principios estatados nos referidos decretos, e manifesta a esperanza de que o de S. M. o Imperador lhes preste sua adhesão e se torne effectivos por sua parte no territorio brasileiro.

Tendo-se dado pressa em levar a referida nota ao conhecimento do governo de Sua Magestade, o abaixo assignado cumpre agora o dever de manifestar a S. Ex. o Sr. ministro que o mesmo governo imperial apreciou devidamente o sentimento amigavel que inspirou e comita que lhe foi dirigida, assim como o pensamento politico, que dictou tão generosa medida por parte da república de Bolívia.

Respeitando, porém, a doutrina dos decretos bolivianos como expressão legitima de sua soberania, o governo imperial está longe de poder adherir a ella, porque a lei fundamental do Brasil estabelece sobre essa materia principios algum tanto diversos, que não cabe nas leis ordinarias mudar e a que os brasileiros se mostram firmemente addictos.

Segundo o art. 6.^o da nossa constituição, são cidadãos brasileiros:

- 1.^o Os que no Brasil tiveram nascido, quer sejam ingenuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço da sua nação.
- 2.^o Os filhos de pai brasileiro e os illegítimos de mãe brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no imperio.
- 3.^o Os filhos de pai brasileiro que estivessem em paiz estrangeiro em serviço do imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brasil.
- 4.^o Todos os nascidos em Portugal e suas possessões que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a independência nas provincias onde habitaram, adheriram a esta expressa ou tacitamente pela continuação de sua residência.
- 5.^o Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião.

Segundo o art. 7.^o perde os direitos de cidadão brasileiro: 1.^o, o que se naturalisar em paiz estrangeiro; 2.^o, o que sem licença do Imperador aceitar emprego, pensão ou condecoração do qualquer governo estrangeiro; 3.^o, o que fir banido por sentença.

Adstricta, por dever e por convicção, a esta doutrina da constituição brasileira, uma das mais sôbias e libérrimas que o mundo moderno conhece, não pôde o governo imperial aquiescer ao miséravel convite do governo boliviano. Espera, pois, que esta sua recusa será benevolamente acolhida, e que o governo da república, na pratica dos seus princípios que recentemente adoptou, terá em vista resolver os direitos e obrigações do Brasil para com os seus nacionaes, que não perderem esta qualidade nos casos ou prazos previstos na constituição do imperio, bem como o abuso que os eruditos de tra e outro pois poderiam fazer da generosa concessão dos decretos bolivianos, se a providencia destes fosse illudida.

O abaixo assignado se compraz em aproveitar esta occasião para saudar ao Ex.^{ta} Sr. ministro de relações exteriores com os protestos de sua mais alta consideração.

N. S. Ex. e Sr. ministro de relações exteriores da república de Bolivia.

JOSE MARIA DA SILVA PAULISTA.

Reclamações de extradição apresentadas ao governo da república Oriental do Uruguay.

N. 100.

Acto do ministerio de estrangeiros ao da justiça.

Ministerio das negocies estrangeiras.—Rio de Janeiro, em 17 de Agosto de 1868.

Mm. e Esm. Sr. — Diveras são as reclamações de extradição de criminosos que a legação imperial em Montevideo tem apresentado nestes ultimos annos ao governo da república Oriental do Uruguay por ordem do S. M. o Imperador.

A mór parte daquellas reclamações, porém, não tem tido o resultado que seria para desejar por differentes motivos, sendo o principal a falta das necessarias informações sobre o lugar do homicidio e signaes physicos dos rios.

Comprehende-se facilmente os embarços que devem encontrar as autoridades da república na prisão de criminosos, acerca dos quaes, na materia dos casos, não sabem senão o nome.

Com o fim de facilitar áquelles agentes e aos vice-consules do Brasil o descobrimento e captura dos individuos reclamados pelo governo imperial, rogo a V. Ex. que se sirva

providenciar para que, com os officios requisitando a extradição de accusados ou condemnados, refugiados no territorio oriental, ou de qualquer outro país, as nossas autoridades enviem documentos comprobatorios do crime, informações precisas sobre o lugar do homicidio e os signaes physicos dos réos.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. as seguranças de minha mais alta estima e moi distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. José Martiniano de Azevedo.

José MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 101.

Atto do ministro da justiça ao de estrangeiros.

Ministerio dos negocios da justiça.—Rio de Janeiro, em 20 de Agosto de 1868.

Mto. e Exm. Sr.—Em arto n. 10, de 13 do corrente, communicou-me V. Ex. que por diferentes motivos, e principalmente por falta das necessarias informações sobre o lugar do homicidio e sobre os signaes physicos, não têm tido o resultado que seria para desajar as reclamações de extradição de criminosos, feitas nestes ultimos annos pela legação imperial em Montevideo ao governo da republica Oriental do Uruguay.

E para que se evitem os embaraços, que na prisão dos criminosos devem por vezes faltar encontrar as autoridades daquella republica e de outros países, onde se tenham de fazer effectivas as reclamações, expedi aos presidentes de provincia a circular junta por cópia, recommendando enviem com os officios, em que exponham a necessidade de extradição, os documentos comprobatorios do crime, as informações precisas sobre o lugar do homicidio e os signaes caracteristicos dos réos refugiados.

Aproveito o ensejo para renovar os meus protestos de estima e consideração a V. Ex., a quem Deos guarde.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

José MARTINIANO DE AZEVEDO.

Circular de que se refere a aula do ministério da justiça.

Ministério dos negócios da justiça.—Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 1868.

Mm. e Exm. Sr.—Em aviso de 13 do corrente S. Ex. o Sr. ministro e secretario do Estado dos negócios estrangeiros declarou-me os motivos por que não têm tido o resultado, que seria para desejar, a maior parte das reclamações de extradição apresentadas nestes ultimos annos pela legação imperial em Montevideo ao governo da republica Oriental do Uruguay, sendo entre elles o principal a falta das necessarias informações sobre o lugar do homicidio e signaes caracteristicos dos réos.

Manda, portanto, S. M. o Imperador que V. Ex., no interesse de facilitar aos agentes e aos vice-consules do imperio o descobrimento e captura dos individuos reclamados, corra com os officios, em que exponham a necessidade da extradição, os documentos comprehensivos do crime, as informações precisas sobre o lugar de homicidio, e os signaes caracteristicos dos réos refugiados no Estado Oriental ou em outro qualquer paiz.

Deus guarde a V. Ex.

Sr. presidente da provincia de...

José Maximiano de Almeida.

Extradição de criminosos refugiados no imperio. Entrega do subdito francez Emilio Réboul.

N. 102.

Aviso do ministério de estrangeiros ao da justiça.

Ministério dos negócios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 6 de Maio de 1868.

Consta a este ministério que a policia desta corte, em virtude do requisição directamente a ella apresentada pela legação ou consulado de França, capturou e entregou o subdito da mesma nação, Emilio Réboul, calzeiro gerente de uma casa commercial franceza de Buenos-Ayres, o qual, depois de subtrahir do mesmo estabelecimento diversos valores, refugiou-se nesta capital.

Rogo á V. Ex. que se sirva mandar averiguar o facto, que allás foi referido pelo chefe da dita casa commercial em um artigo inserto no *Jornal do Commercio* de 12 de Janeiro ultimo.

Seria conveniente que as informações que ora solicito de V. Ex. respondam sobretudo aos seguintes quesitos:

1º, quem e por que forma foi solicitada a extradição do criminoso; 2º, quem determinou a sua captura e entrega; 3º, quaes os documentos comprobatorios do crime e do lugar em que foi commettido e da nacionalidade do réo, apresentados pela legação ou consulado; 4º, qual a medida por que teve lugar a prisão e entrega do réo, como fez-se a apprehensão dos valores em poder d'elle e a quem foram estes entregues; 5º, finalmente, se a policia deu ao ministerio a cargo de V. Ex. conhecimento do acto antes ou depois de li-lle praticado.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. as seguranças de minha mais alta estima e mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

JOÃO SILVEIRA DE SOUZA.

N. 103.

Avizo do ministerio da justiça ao de estrangeiros.

Ministerio dos negocios da justiça.—Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1868.

Mm. e Exm. Sr.—Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex. as informações incluzas por cópia, relativas á prisão do subdito francez Emílio Rahoul, e exigidas por V. Ex. em avizo n. 20 de 6 do corrente mez.

Aproveito o ensejo para renovar os meus protestos de estima e consideração a V. Ex., a quem Deos guarde.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro João Silveira de Souza.

MARTIN FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADA;

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O AVISO NÚM. 6.

Secretaria d'a policia do cetro.—Rio de Janeiro, 12 de Maio de 1868.

Ilm. o Exm. Sr.—Em cumprimento do aviso de 9 do mez corrente, tenho a honra de submisinar a V. Ex. as informações exigidas no aviso do ministerio de estrangeiros, datado de 6, ora devolvida, relativas á prisão do francez Emilio Réboul, singularmente nas cinco questões sobre que devem ellas versar, nos termos do mesmo aviso.

Em officio de 6 de Janeiro deste anno, por cópia junta, requisitou-me o consul de França nesta corte a detenção do francez Emilio Réboul, que aqui se achava, tendo fugido do Buenos-Ayres por haver commettido o desvio do caixa de duzentos mil francos que devia ter ao st.

Considerando a natureza grave do facto, que constitue um crime previsto nos codigos, penaes das nações cultas, considerando haver urgencia na adopção de providencia convergente a obviar a occultação ou dissipação dos valores assim desviados em prejuizo do proprietario; considerando ainda pretender o francez Emilio Réboul seguir para a Europa, no paquete inglez *Os-rda*, que partio effectivamente no dia 8 ás 8 horas da manhã, e fallar por isso tempo para se recorrer ao governo imperial; e, sobretudo, considerando que identica requisição por parte do Brasil fôra já attendida pelo governo de França, expedi orden para ser conduzido á minha presença o subredito francez Emilio Réboul, uma vez que fosse encontrado em terra. Achando-se, porém, o francez Emilio Réboul a bordo do paquete inglez *Os-rda*, entendeu-se o consul de França com o respectivo commandante sobre o objecto, e, de accordo e com annuncição desta, desembarcou aquelle ás 2 horas da tarde de 7 de Janeiro, e foi conduzido a esta secretaria.

O consul de França apresentou-me os documentos comprehensivos do crime, do lugar em que fôra commettido e da nacionalidade de Emilio Réboul, que lhe haviam sido enviados pela legação franceza em Buenos-Ayres, documentos estes que, depois de examinados, foram ao mesmo consul restituídos, por assim o pedir.

Comparecendo em minha presença o francez Emilio Réboul, reconheceu ser subdito francez, confessou o criminoso desvio de que era arguido, declarando não ter intenção de se apropriar de taes valores, e pretender ao contrario restituí-los, e entregar voluntariamente lhetas, que consiga lhetas, na importancia de setenta e cinco contos de réis, quasi equivalente á somma desviada.

Terminada assim esta diligencia, a que assistiu o consul de França, puz á sua disposição, por assim o requisitar, o francez Emilio Réboul, ficando desde logo encarregado das referidas lhetas, o que se effectou no dia 9 do predito mez de Janeiro proximo findo.

Conscio da gravidade do assumpto, julguei do meu dever, em acto continuo, dar sciencia a V. Ex. de todo o occorrido em offido com a mesma data de 9 de Janeiro, por cópia junta, não o tendo feito antes pelo motivo de urgencia acima exposta.

Deos guarde a V. Ex.

Ilm. o Exm. Sr. Conselheiro Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

Luz Carlos de Faria Texeira, chefe de policia.

Officio do gerente do consulado de França ao chefe de policia da Cêrta.

(Tradução).— Consulado de França no Rio de Janeiro, em 6 de Janeiro de 1868.

Sei por diversas communicações de Sr. encarregado de negocios de França, em Montevideo, que um Sr. Emilio Réboul, subdito francez, fugio de Buenos-Ayres depois de ter desviado uma somma de cerca de 200,000 francos, que deve ter comalga.

Pede-se-me a captura deste fugitivo, que presentemente se acha no Rio de Janeiro e ninguem que o antolene.

Acceita, Sr. chefe de policia, a segurança de minha mais distincta consideração.

Le Sr. chefe de policia.

Le Barç,

Gerente do consulado de França.

Officio do chefe de policia ao ministerio da justiça.

Secretaria da policia da Cêrta, 9 de Janeiro de 1868.

Mm. e Exm. Sr.— O consul de França requisita-me em officio de 6 do corrente a detenção do subdito francez Emilio Réboul, que viera clandestinamente de Buenos-Ayres, por ter alli commettido o desvio de uma somma de quasi dezentos mil francos, de que devia ser portador, conforme lhe fôra commettido pelo encarregado de negocios de França em Montevideo.

Atendendo a esta requisição, expedi ordem para ser detido o francez Emilio Réboul no caso de ser encontrado em terra.

Achando-se, porém, Emilio Réboul a bordo do paquete *Ingles Arco* e estando-se o consul de França com o respectivo commandante, effectou-se nella a detenção do referido francez, que foi posto á minha disposição, tendo sido nesta data remettido ao consul de França em virtude de sua requisição.

Fôrto encontradas em poder de Emilio Réboul letras no valor de setenta contos de réis, das quaes se acha empossado o consul de França. O que tudo, como é do meu dever, tenho a honra de communicar a V. Ex. para seu conhecimento.

Deos guarde a V. Ex.

Mm. e Exm. Sr. conselheiro Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

Leu Carlos de Faria Teixeira, chefe de policia.

N. 104.

Ata do ministerio de estrangeiros ao da justiça.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 8 de Junho de 1868.

Mm. e Exm. Sr.—Tendo a honra de receber o recebimento do aviso que V. Ex. dirigio-me a 15 de mez proximo passado, transmittindo copia das informações que o chefe da policia da corte prestou sobre a captura e extradição do subdito francez Emílio Réboul.

Resulta das mesmas informações que o facto por mim referido no meu aviso reservado n. 30 de 6 de Maio ultimo passou-se tal qual veio ao conhecimento deste ministerio, isto é, que a policia da corte, sem sciencia do governo imperial, resolveu a extradição de um criminoso refugiado no territorio brasileiro.

O acto da policia não pôde ser approvado pelo governo imperial por estas razões:

1.ª A extradição dos criminosos deve ser reclamada do governo a governo por via diplomatica.

A de que se trata foi pedida ao chefe da policia pelo chancelier, encarregado do consulado de França nesta capital.

2.ª A entrega dos réos de crimes committidos no estrangeiro, e aqui refugiados, é resolvida exclusivamente pelo governo de Sua Magestade em vista de reclamação do governo reclamante apresentada por via diplomatica.

A entrega em questão foi deliberada pela policia da corte sem que este ministerio, pelo qual correm os negocios como isto, tivesse della conhecimento.

3.ª A extradição só pôde ter lugar quando o crime, pelo qual se reclama, tiver sido committido no territorio do governo reclamante.

Emílio Réboul foi entregue ao consulado de França por delicto praticado no territorio da republica Argentina.

4.ª A extradição tambem só tem lugar quando o crime é provado por meio do documento, cujo valor é apreciado pela repartição á meu cargo.

As informações não dizem que os documentos que foram apresentados.

5.ª A entrega de criminosos é feita mediante tratado ou accordo internacional.

A França não tem tratado de extradição com o Brasil; entre os dois paizes ha apenas as notas reversas de 23 de Dezembro de 1846 e de 4 de Fevereiro de 1847; de 25 de Abril e 5 de Maio de 1865, e de 5 e 8 de Fevereiro do corrente anno.

As duas primeiras notas foram publicadas no relatório desta repartição de 1847 á paginas 121 e 122 e as duas ultimas no deste anno á paginas 157.

Das actas não publicadas envio a V. Ex. aqui inclusas cópias authenticas.

Confrontado o procedimento da policia da corte e do consulado francez com os accedidos, vê-se que, na extraditção de Emilio Riboul, foram esquecidas todas as regras ali estabelecidas.

Mas isto não é tudo; para V. Ex. bem avaliar a questão posso a expôr-lhe succinatamente o que tem occorrido entre os governos brasileiro e francez acerca da extraditção de criminosos.

Em 1846 o primeiro daquelles governos pediu a entrega de certos criminosos, e o segundo concedeu-a, mediante prôprio accôrdo.

Mais tarde o mesmo governo, depois de muitas solicitações deste ministerio, entregou oito criminosos refugiados na Guyana franceza.

Depois dessa concessão a França nunca mais chamou as nossas reclamações de extraditção, e assim é que, não obstante a promessa de reciprocidade feita na reversal de 23 de Dezembro de 1846, denegou ella nosi formalmente, em 1863, a entrega do allemão Hermann, que havia commettido na Bahia delicto semelhante ao de Riboul.

Eis explicando o motivo porque, não obstante o prímiero accôrdo, o governo francez por meio de sua legação nesta corte celebrou ainda sobre o mesmo assumpto os ajustes de 1864 e do corrente anno.

Hermann, tendo commettido o delicto na Bahia, partio para França. A presidencia dessa provincia, para aproveitar tempo, dirigio-se directamente á legação imperial em Paris para que ella pedisse a entrega do réo, o que seria depois confirmado pelo governo imperial.

A legação, em consequencia dessa requisição, pediu ao prefeito de policia de Sena a prisão preventiva do Hermann, para, depois de receber as ordens deste ministerio, reclamar formalmente a sua extraditção.

O réo foi com effeito preso, mas o prebito declarouo sendo logo á legação que seria preciso regularisar o acto, dirigindo-se ella á repartição competente.

Antes da legação dar algum passo naquella sentida, Mr. Drouyn de Lhuys lhe perguntou, por escripto, se a prisão havia sido por ella solicitada. Tendo se respondido affirmativamente o dito que se aguardavam as ordens do governo imperial para apresentar a reclamação de extraditção, retorquiu S. Ex., que entre o Brasil e a França não havia accôrdo estabelecendo a entrega de criminosos, e que o art. 8º do tratado de 6 de Junho de 1826 apenas permitia a expulsão de Hermann do territorio francez.

O ministro do Brasil, apesar dos esforços que empregou, não conseguiu do governo de França senão a expulsão do réo.

Hicera notar que da correspondencia trocada entre a legação do Brasil e Mr. Drouyn de Lhuys se evidencia que, a intelligencia directa da mesma legação com o prefeito de policia de Sena não foi approvada pelo governo francez.

Portanto, se as informações do chefe de policia da corte se referem ao caso do Hermann, unico que este ministerio conhece, não podem ellas justificar o seu procedimento, visto como não ha paridade alguma entre aquelle caso e o de Emilio Riboul.

Cumpre-me notar ainda que, logo apoe aquelle caso — o de Riboul —, o governo frappez, tendo de pedir a extraditção de dois réos aqui refugiados, celebrou com o do Brasil o tratado accedido acima citado.

É mister ainda que eu communique a V. Ex., além de completar os esclarecimentos

que tenho dada, que o governo francez apresentou em 1857 um projecto de tratado de extradição. O governo imperial offereceu contra-projecto, no qual inserio um artigo estipulando a devolução dos escriptos profugas do Brasil para a Guyana franceza.

Essa disposição obsteu a que se proseguisse na negociação do tratado.

Pela falta do concenção sobre a materia, ou antes por não ter sido accoito o projecto offerecido, talvez se possa explicar as difficuldades que o governo francez sempre oppoé ás nossas reclamações de extradição.

Assim fica V. Ex. habilitado, ainda por este lado, a apreciar o procedimento da policia da corte.

O facto de que tenho tratado dá lugar a que eu peça a V. Ex. que se sirva tomar as providencias que lhe parecerem mais acertadas, affin de que não se repita tal abuso.

Queira V. Ex. accitar as novas seguranças de minha mais alta estima e mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

JOÃO SILVEIRA DE SOUZA.

N. 105.

Asses do ministerio da justiça ao de estrangeiros.

Ministerio dos negocios da justiça.—Rio de Janeiro, 29 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Communico a V. Ex. que nesta data dedarei ao chefe da policia da corte que não foi regular a concessão de extradição do subdito francez Emile Hébert, por não ter precedido ordem expressa do governo imperial, a quem compete resolver se ella tem lugar em virtude de tratados, accórdes ou praxe, firmada no principio de reciprocidade; e outrossim levo ao conhecimento de V. Ex. a cópia da circular, que neste sentido expedi aos presidentes das provincias.

Aproveito o ensejo para renovar as protestes de minha estima e consideração a V. Ex., a quem Deos guarde.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

JOSÉ MARTINIANO DE ALMEIDA.

CIRCULAR A QUE SE REFERE O LIVRO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA.

Ministério dos negócios da justiça.—Rio de Janeiro, 29 de Julho de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—Declaro a V. Ex., para seu conhecimento e execução, que a extradição de criminosos só pôde ser concedida por expressa determinação do governo imperial, á quem compete resolver se ella tem lugar em virtude de tratados, acórdãos, ou praxe firmada no princípio de reciprocidade.

Deus guarde a V. Ex.

A' S. Ex. o Sr. presidente da provincia de...

JOSE MARTINIANO DE ALEXANDRE.

Captura e entrega de desertores.

N. 106.

Atto do ministerio de estrangeiros ao da justiça.

Ministério dos negócios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 6 de Maio de 1868.

Ilm. e Exm. Sr.—As convenções consulares celebradas com a França, Italia, Hespanha e Portugal estabelecem que a captura dos desertores dos navios de guerra ou mercantes se faça por este modo:

« Os consules geraes, consules e vice-consules poderão mandar prender e remetter, ou para bordo ou para seu país, os marinheiros e todas as outras pessoas que fizerem parte da equipagem dos navios de guerra ou mercantes, e que tiverem desertado dos ditos navios.

« Para este fim deverão dirigir-se por escripto ás autoridades locais competentes e provar, pela exhibição dos registos do navio ou do rol da equipagem, e, se o navio já tiver partido, pela cópia authenticada de taes documentos, que as pessoas reclamadas faziam realmente parte da equipagem.

« Ser-lhes-ha, além disso, prestado todo o auxilio e assistência para a busca e prisão dos ditos desertores, os quaes serão mantidos nas cadeas do país a pedido e á custa dos consules até que estes achem occasião de fazê-los partir.

« Esta detenção não poderá durar mais de tres mezes, contados do dia da prisão. Decorrido esse prazo será o encarcerado posto em liberdade, e não poderá ser preso pelo mesmo motivo. »

Entretanto, consta a este ministério que as prescrições, acima transcritas, não têm sido cumpridas, não só quanto à maneira de capturar os desertores, mas também quanto ao bem po da detenção.

Assim consta que alguns consules nomeadamente os do Portugal e Hespanha, têm agentes seus, unidos de potentes viasdas pelo chefe de policia da corte, os quaes prendem a seu talante desertores e até mesmo individuos que apenas são como tais suspeitos, sem preceder requisição dos ditos consules, comprovada com os necessarios documentos.

Esta prisão, effectuada no territorio do Imperio por agentes dos consules estrangeiros é abusiva das ditas disposições e demais offende a soberania territorial.

A captura dos desertores não pôde, nem deve ser feita senão por agentes do territorio, em vista da requisições com as formalidades determinadas nas convenções.

Consta ainda que o tempo da detenção tem excedido em diversos casos no que é marcado nas convenções.

Parece que ainda hoje estão detidos em prisão militar desta corte dous desertores, capturados, ha mais de cinco mezes, por solicitação do consul-geral de S. H. Hollandez.

A Hollanda não tem convenção com o Brasil. Conceder-lhe, portanto, o que se deu a outros países, mediante accordo e promessa de reciprocidade, é já uma regra muito importante.

Nestes termos rogo a V. Ex. que se sirva mandar averiguar os factos aqui referidos, além do, no caso de serem exactos, se tomarem as necessarias providencias.

Seria conveniente que as informações que ora solicito da V. Ex. respondessem a estes quesitos: 1º, se é exacto que existem agentes dos consules da Portugal e Hespanha, com patentes concedidas pelos ditos consules e viasdas pelos chefes de policia, com a commissão de prenderem desertores, e no caso affirmativo qual o teor das ditas patentes; 2º, se as capturas de desertores são feitas unicamente em virtude de requisição por escripto dos consules, comprovada com documentos e não sendo assim, qual a praxe seguida pelas autoridades desta corte e agentes consulares estrangeiros; 3º, uma relação dos desertores capturados nas tres ultimas annos com declaração do dia da prisão e o da partida ou entrega aos respectivos consules; 4º, finalmente, se é exacto que ainda estão detidos em prisão militar desta corte dous desertores capturados ha mais de cinco mezes á requisição do consul da Hollanda.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. as seguranças de minha mais alta estima e mui distinta consideração.

A S. Ex. o Sr. Martin Francisco Ribeiro de Almeida.

João Souto de Souza.

N. 107.

Aviso do ministerio da justiça ao de estrangeiros.

Ministerio dos negocios da justiça.—Rio de Janeiro, 20 de Maio de 1868.

Mm. e Exm. Sr.—Satisfazendo a requisição constante do aviso desse ministerio, datado de 6 deste mez, passo ás mãos de V. Ex. o incluso officio documentado que o chefe de policia da corte me dirigio em 16 do mesmo mez, informando sobre a captura de desertores de navios estrangeiros de guerra, ou mercantes.

Aproveito o ensejo para renovar os meus protestos de estima e consideração á V. Ex. a quem Deus guarde.

A' S. Ex. e Sr. conselheiro João Silveira de Souza.

MARTIN FRANCISCO RIBEIRO DE ANDRADE

Documentado á que se refere o aviso do ministerio da justiça.

Secretaria da policia da corte.—Rio de Janeiro, 16 de Maio de 1868.

Mm. e Exm. Sr.—O ministerio de estrangeiros, em aviso de 6 do mez corrente, sollicita de V. Ex. informações sobre os seguintes questios:

- 1.º Se é exacto que existam agentes dos consules do Portugal e Hespanha, com patentes concedidas pelos dits consules e visadas pelo chefe de policia com a commissão da prenderem desertores, e no caso affirmativo, qual a teor das dits patentes;
- 2.º Se as capturas de desertores são feitas unicamente em virtude de requisição por escripto dos consules comprovada com documentos, e, não sendo assim, qual a praxe seguida pelas autoridades desta corte e agentes consulares estrangeiros;
- 3.º Uma relação dos desertores capturados nos tres ultimos annos, com declaração do dia da prisão e o da partida ou entrega aos respectivos consules;
- 4.º Finalmente, se é exacto que estão ainda detidos em prisão militar desta cidade dois desertores capturados ha mais de cinco mezes á requisição do consul da Hollanda.

E determinando V. Ex., em officio da secretaria de Estado de 11 deste mez, que preste as informações exigidas pelo Sr. ministro de estrangeiros no citado aviso, passo a satisfazer este proccito.

1.º Não é exatto que assistam agentes dos consules de Portugal e Hespanha, com patentes por elles concedidas e visadas pelo chefe de policia com a commissão de prenderem desertores.

Alguns consules adoptaram o expediente de autorisar por escripto certos agentes seus para promoverem a prisão de desertores das respectivas nações.

O chefe de policia, tendo sciencia de tal procedimento, e julgando indispensavel prevenir os abusos que dahi poderiam resultar, dirigio aos consules existentes nesta corte em data de 19 de Abril de 1856, a circular per cópia junta: 1.ª, prevenindo-os de que não era licito aos agoues dos consules, prender, por si sós, os desertores, mas somente indica-los á autoridade ou força policial para captura-los; 2.ª, rogando-lhes que, sempre que dássem aos agentes authorisação para o dito fim, a carriassem á esta repartição para ser rubricada, e ao mesmo tempo munissem os ditos agentes com a relação dos desertores, visada pelos consules, de modo que podesse ser logo reconhecida a identidade da pessoa, e consequentemente a validade da prisão.

Fica, portanto, claro que a authorisação concedida pelos consules á seus agentes limitava-se unicamente á indicação dos desertores para serem capturados pela autoridade do país, e não para poderem elles effectuar a captura dos mesmos desertores.

2.º Em via de regra a captura dos desertores é feita em virtude da requisição por escripto dos consules, comprovada com documentos, sempre que alguma duvida se offereça acerca da identidade da pessoa.

A prisão dos desertores, em geral, não excede a tres mezes, mesmo porque os consules tratam de dar logo destino aos presos, no intuito de se pouparem ao pagamento das despesas de alimentação, que corre por conta delles.

So algum subdito portuguez tem sido conservado em prisão por mais de tres mezes, é isso devido a accordo entre o consul e a autoridade policial, quando se trata de vagabundos e rufões mais incorrigiveis, aos quaes convem dar destino, aguardando-se a oportunidade para fazê-lo.

O aviso do ministerio da justiça de 20 de Outubro de 1855, resenthecendo a autoridade dos consules para requisitarem a prisão dos desertores, assim como o dever de prestar-se-lhes o auxilio necessario para sua captura, por ser este auxilio admittido pela pratica de todas as nações, e por utilidade reciproca, uma consequencia dos principios de soberania e jurisdicção internacional, é entendendo tambem ser conveniente, como representára o chefe de policia da corte, e, fixar o maximo do tempo da prisão de tacs desertores, ordena, entretanto, que se continue a proceder como até então, isto é, que vigore a pratica de se permitir a prisão por tempo indefinido, enquanto pelo ministerio dos negocios estrangeiros, á quem compete providenciar a respeito, não for dada essa providencia.

Quanto ás nações com quem celebrou o Brasil convenções consulares, nas quaes se estipulou o maximo do tempo da prisão dos desertores, é inquestionavel não vigorar a disposição do citado aviso, qua, aliás, respeitavelmente falando, vigora á respeito das demais nações, como a Hollanda, com as quaes não ha convenção consular, visto como não foi dada ainda pelo ministro dos negocios estrangeiros providencia alguma á respeito.

3.º Inclua-se á relção de todas os estrangeiros capturados á requisição dos consules nos últimos tres annos, quer como desertores, quer por insubordinação a bordo, com declaração de dia da prisão e da soltura.

De sua leitura resulta a exactidão de quanto se expôs na informação relativa ao 2.º quesito.

Devo ponderar a V. Ex. que, sempre que ha demora do estrangeiros presos á requisição dos consules, na casa de detenção, tem esta repartição todo o cuidado em dar do tal facto sciencia aos consules para providenciarem opportunamente sobre a soltura dos mesmos.

4.ª A requisição do consul da Hollanda, baseada em documento authenticos, foi effectuada em 22 de Novembro de 1867 a prisão de duas soldadas da mesma nação, pertencentes ao corpo militar que estava aquartelado á bordo da fragata *Paraguay*, de nomes Savick e Schunay, que desertaram na occasião da marcha de mesmo corpo para seu destino, ficando este na casa de detenção, e removido aquelle para o quartel do corpo policial, por assim o haver pedido o mesmo consul.

Estes individuos foram postos em liberdade, tambem á requisição do consul da Hollanda, em 5 do corrente mez.

A prolongada demora da prisão destes duas desertoras, a que alhies não podia remediar, em virtude do citado ariso de 29 de Outubro de 1866, tem longe de ser prejudicial aos presos, foi-lhes ao contrario por demais benefica.

Porquanto, podendo o consul da Hollanda requisitar desde logo a entrega destes desertores, e fazê-los seguir o seu destino, não o fez, em razão de empenhos de pessoas gradas desta cidade, que solicitaram do governo da Hollanda, por intermedio do consul, o perdão destes infelizes, que afinal o obtiveram; sendo o proprio consul quem, como fica dito, me requisitou sua soltura.

Parece-me ter cumprido satisfactoriamente a ordem que V. Ex. dignou-se transmitir-me.

Devolvo o ariso do ministerio do estrangeiros, que acompanha o citado officio da secretaria do Estado.

Deos guarde a V. Ex.

Ilm. e Exm. Sr. conselheiro Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

LOU CARLOS DE PAIVA TEIXEIRA, chefe de policia.

N. 108.

Atto do ministerio de estranhos ao da justiça.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1858.

Mm. o Exm. Sr. — Tenho a honra de accusar o recebimento do aviso que V. Ex. dirige-me a 20 de Maio ultimo em resposta ao meu do dia 10 do mesmo mez, marcado com o n. 6.

Das informações prestadas pelo chefe de policia da corte vê-se que, em regra, a captura e entrega dos desertores dos navios de guerra ou mercantes da França, Hespanha, Italia e Portugal, não são feitas segundo as disposições das convenções consulares celebradas entre o Brasil e as ditas nações, o que, quanto aos desertores de embarcações de outras nacionalidades, segue-se pratica mui inconveniente, porquanto delli resulta o facto de conceder-se aos peitos com os quaes o Imperio não tem tratado, mais vantagens do que as outorgadas nas referidas convenções consulares.

Com o fim de regular a materia em questão, recomendo nesta data ao chefe de policia da corte e ás presencias das provincias o cumprimento rigoroso das instrucções, que tenho a honra de apresentar a V. Ex. por cópia sob n. 1.

Na relação das estrangeiros presos á requisição dos consules desde 1 de Janeiro de 1855 até 31 de Dezembro de 1857, documento esse annexo ás alludidas informações do chefe de policia, se vê: 1.º, que nas 439 prisões effectuadas durante aquelle prazo ha 394, cujo motivo não é declarado; 2.º, que ha casos em que os desertores tem permanecido nas cadeas desta corte além do prazo de tres mezes; 3.º, finalmente, que, em geral também não se indica o destino do capturado.

Tudo isto prova a necessidade de preclar a maneira por que deve ser feita a captura e entrega dos desertores de navios estrangeiros. As instrucções acima alludidas satisfazem áquella exigencia, não só quanto aos desertores das embarcações da França, Hespanha, Italia e Portugal, como também em relação aos das outras nacionalidades.

Com as providencias adoptadas na segunda parte da circular lica regulada, como V. Ex. verá, a ultima disposição do art. 46 do decreto n. 855 de 8 de Novembro de 1851 e também preenchida a lacuna de que trata o final do aviso n. 369 expedido pelo ministerio, ora a cargo de V. Ex., em 20 de Outubro de 1856 ao chefe de policia da corte.

Remetto também a V. Ex., aqui annexa, sob ns. 2 e 3, cópia da circular, que heja pozado ao corpo diplomatico estrangeiro sobre a materia vertente e um exemplar das convenções consulares citadas nos documentos que acompanham a este aviso.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Ex. as seguranças da minha mais alta estima e mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. Martin Francisco Ribeiro de Andrada.

José SILVEIRA DE SOUSA.

Despacho do ministro do estrangeiro ao chefe de policia da corte.

Ministerio dos negocios estrangeiros.— Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1868.

Constando ao governo de Sua Magestade que na captura e entrega dos desertores de navios de guerra e mercantes estrangeiros se segue pratica muy inconveniente, não só da parte das autoridades locais, como tambem dos agentes consulares, recommendo a V. S. que faça cumprir no municipio da corte as seguintes instrucções:

Em relação á captura e entrega dos desertores de navios de guerra ou mercantes da França, Hespanha, Italia e Portugal, observar-se-ha rigidamente o que prescrevem as convenções consulares, aqui annexas, nos respectivos arts. 9, 10, 12 e 14.

Conven, portanto, que não se admitam sob nenhum pretexto agentes comissionados pelos consules para procederem no territorio do imperio á captura de desertores. Esta será feita, em todos os casos, por ordem e por meio das autoridades locais, as quaes antes a condemnarão serão em virtude de pedido por escripto dos agentes consulares, acompanhada dos indispensaveis documentos espediçados nas convenções.

Quando não houver nesta corte agente consular, o pedido poderá ser apresentado a V. S. pelos commandantes dos navios, guardadas porém, as formalidades prescriptas no direito convencional e nestas instrucções.

A exhibição dos registros do navio ou do rol de equipagem é, pois, indispensavel para que se faça a captura e entrega de qualquer desertor. Se porventura o navio já tiver partido, apresentarão os consules cópia authentica daquelles documentos. Sem estas formalidades nada se fará.

Presos os desertores, serão elles mantidos nas cadeias desta capital a pedido e á custa dos consules, até que estes agentes tenham occazão de fazê-los partir.

Esta detenção, porém, não poderá durar, em caso algum, mais de tres mezes, decorridos os quaes mediante priore aviso de tres dias ao consul, será o encarcerado posto em liberdade, não podendo ser preso de novo pelo mesmo motivo.

Se o desertor tiver commettido qual-quer delicto em terra, a sua extraditção será difficilida pelas autoridades locais até que os tribunaes hajam proferido sentença, e esta tenha sido plenamente cumprida.

Aos desertores de navios de outras nacionalidades, que não sejam as que mencionei, dever-se-ha tambem applicar as mesmas regras acima indicadas, não só em relação á captura como tambem ao tempo da detenção.

Com esta ultima determinação fica regulada a segunda parte do art. 16 do decreto n. 855 de 8. de Novembro de 1861, e preenchida a lacuna de que trata o literal do artigo n. 369 expedido pelo ministerio dos negocios da justiça ao chefe de policia da corte a 29 de Outubro de 1866.

Devo declarar a V. S. que os desertores das embarcações de guerra e mercantes estrangeiras, sendo cidadãos brasileiros, ficam exceptados das presentes determinações.

Portanto, não será entregue indivíduo algum que allegue a condição de brasileiro, quer se trate de deserção, quer de insubordinação ou outro delicto commetido a bordo dos navios a cuja equipagem pertença.

Recomendo por último a V. S. que me remetta acuriosamente um mappa estatístico de todas as prisões que se effectuarem nesta côrte de desertores de navios estrangeiros, com as seguintes declarações: data e modo por que foi feito o pedido para a captura, com indicação dos documentos justificativos; dia em que foi effectuada a prisão; des. lino de capturado; tempo da detenção; nacionalidade do desertor, nome deste e do navio á cuja tripulação pertença e a sua classe á bordo do mesmo.

Remetto tambem a V. S., aqui annexa, cópia da circular que passei com data de hoje ao corpo diplomatico estrangeiro sobre a questão vertente.

Renovo a V. S. as seguranças de minha perfeita estima e consideração.

Ao Sr. Desembargador chefe do policia da côrte.

JOSÉ SILVEIRA DE SOUZA.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O DESPACHO DO CHEFE DE POLICIA.

Circular.—Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1898.

Ilm. e Exm. Sr.—Constando ao governo de Sua Magestade que na captura e entrega dos desertores dos navios de guerra e mercantes estrangeiros segue-se pratica muito inconveniente, não só da parte das autoridades locais, como tambem das agencias consulares, recomendo a V. Ex. que faça cumprir rigorosamente na provincia, cuja administração lhe foi confiado, as seguintes instrucções.

Em relação á captura e entrega de desertores de navios de guerra ou mercantéis da França, Hespanha, Italia e Portugal, observar-se-ha restrictamente o que prescrevem as convenções consulares, aqui annexas, nos respectivos arts. 9, 10, 12 e 13.

Convém, portanto, que não se admitam sob nenhum pretexto agencias commissiionadas pelos consules para procedorem no territorio do imperio á captura de desertores. Esta será feita, em todos os casos, por ordem e por meio das autoridades locais, as quaes nunca a ordenarão senão em virtude de pedido por escripto dos agencias consulares, acompanhado dos indispensaveis documentos especificados nas convenções.

Nas localidades em que não houver agencias consulares o pedido poderá ser apresentado á autoridade competente pelos commandantes dos navios, guardadas porém as formalidades prescriptas no direito convencional e nestas instrucções.

A exhibição dos registros do navio ou do rol de equipagem é, pois, indispensavel para que se faça a captura e entrega de qualquer desertor. Se porventura o navio já tiver

pátrido, apresentará os consules cópia authentica daquelles documentos. Sem estas formalidades nada se fará.

Presos os desertores, serão elles mantidos nas cellos dessa provincia a pedido e á custa dos consules, até que estes agentes achem occasião de fazê-los partir.

Esta detenção, porém, não poderá durar, em caso algum, mais de tres mezes, decorridos os quaes, mediante prévio aviso de tres dias ao consul, será o encarcerado posto em liberdade, não podendo ser preso de novo pelo mesmo motivo.

Se o desertor tiver commettido qualquer delicto em terra, a sua extradigão será differida pelas autoridades locais até que os tribunaes hajam proferido sentença, e esta tenha sido plenamente cumprida.

Ass desertores de navios de outras nacionalidades, que não sejam as que mencionei, dever-se-ha tambem applicar as mesmas regras acima indicadas, não só em relação á captura como tambem ao tempo da detenção.

Com esta ultima determinação fica regulada a segunda parte do art. 16 do decreto n. 855 de 8 de Novembro de 1851, e preenchida a lacuna de que trata o final do aviso n. 369 expedido pelo ministerio dos negocios da justiça ao chefe de policia da corte a 29 de Outubro de 1856.

Devo declarar a V. Ex. que os desertores das embarcações de guerra e mercantes estrangeiras, sendo cidadãos brasileiros, ficam exceptuados das presentes determinações.

Portanto, não será entregue individuo algum que allegue a condição de brasileiro, quer se trate de deserção, quer de insubordinação ou outro delicto commettido á bordo dos navios a cuja equipagem pertença.

Recomendo por ultimo a V. Ex. que me remetta somestralmente um mappa estatístico de todas as prisões que se fizerem nessa provincia de desertores de navios estrangeiros, com as seguintes declarações: data e modo por que foi feito o pedido para a captura, com indicação dos documentos justificativos; dia em que foi effectuada a prisão; destino do capturado; tempo da detenção; nacionalidade do desertor; nome deste e do navio á cuja tripulação pertencia e a sua classe á bordo do mesmo.

Aproveito o ensejo para offerecer a V. Ex. as minhas seguranças da minha perfeita estima e distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. presidente da provincia de.....

João SALVEM DE SOUZA.

CIRCULAR DO CORPO DIPLOMATICO ESTRANGEIRO.

Ministerio dos negocios estrangeiros.— Rio de Janeiro, 22 de Junho de 1868.

Tenho a honra de communicar ao Sr. ..., enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de. ..., que o governo imperial, no intuito de regular a captura e entrega dos desertores de navios de guerra ou mercantes estrangeiros, vantes nos portos do Brasil,

recomendou, em aviso-circular de 22 do corrente, ao chefe de polícia das capitais e às presidentes das províncias o rigoroso cumprimento das instruções, que vão aqui annexas por copia.

Com esta motivo offereço ao Sr. . . as minhas seguranças de minha alta consideração.

JOÃO SOUZA DE SILVA,

N. 110.

offício do chefe de polícia do chefe ao ministro de estrangeiros,

Secretaria da polícia da corte.— Rio de Janeiro, 4 de Junho de 1869.

Mm. e Exm. Sr.—Em cumprimento ao que foi determinado no ultimo paragra do n.º 4 de 22 de Junho de anno proximo findo, tenho a honra de apresentar ao V. Ex. a inclusa relação dos desertores estrangeiros, que, durante o semestre findo, foram presos em virtude de requisição dos respectivos consules.

Deos guarde a V. Ex.

Mm. e Exm. Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

Franco: Antonio Xavier de Brito, chefe de polícia

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O OFFICIO DO CHEFE DE POLICIA.

Relação dos desertores estrangeiros que foram presos durante o semestre de Julho a Dezembro de 1868, em virtude de requisição dos respectivos Consules.

N.º	NOME DO DESERTADOR	N.º DO PASS.	N.º DO PASS.	NOME DO DESERTADOR	PAIS DE ORIGEM	PAIS DE DESTINO	PAIS DE DESTINO	PAIS DE DESTINO	PAIS DE DESTINO	PAIS DE DESTINO
1	Henry Wilson . . .	Porto-Alexr.	Marinha.	Henry Wilson . . .	Porto-Alexr.	Marinha.	Porto-Alexr.	Marinha.	Porto-Alexr.	Marinha.
2	Alfred Webb . . .	Ingles.	Ingles.	Alfred Webb . . .	Ingles.	Ingles.	Ingles.	Ingles.	Ingles.	Ingles.
3	M. de Costa Marques . . .	Portuguez.	Triplante.	M. de Costa Marques . . .	Portuguez.	Triplante.	Portuguez.	Triplante.	Portuguez.	Triplante.
4	Michael James de Souza . . .	Idem.	Idem.	Michael James de Souza . . .	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.
5	John Frank . . .	Idem.	Idem.	John Frank . . .	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.
6	Harold Wilson . . .	Porto-Alexr.	Idem.	Harold Wilson . . .	Porto-Alexr.	Idem.	Porto-Alexr.	Idem.	Porto-Alexr.	Idem.
7	J. Thompson . . .	Idem.	Idem.	J. Thompson . . .	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.
8	Walter de Bary . . .	Hollandez.	Idem.	Walter de Bary . . .	Hollandez.	Idem.	Hollandez.	Idem.	Hollandez.	Idem.
9	Joel Antonio . . .	Portuguez.	Idem.	Joel Antonio . . .	Portuguez.	Idem.	Portuguez.	Idem.	Portuguez.	Idem.
10	Paulo José . . .	Idem.	Idem.	Paulo José . . .	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.
11	George Selviden . . .	Idem.	Idem.	George Selviden . . .	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.
12	Antonio Luis de Lima . . .	Portuguez.	Idem.	Antonio Luis de Lima . . .	Portuguez.	Idem.	Portuguez.	Idem.	Portuguez.	Idem.
13	Dionisio José de Jesus . . .	Idem.	Idem.	Dionisio José de Jesus . . .	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.
14	Edmundo Grimal . . .	Porto-Alexr.	Idem.	Edmundo Grimal . . .	Porto-Alexr.	Idem.	Porto-Alexr.	Idem.	Porto-Alexr.	Idem.
15	William Thompson . . .	Ingles.	Idem.	William Thompson . . .	Ingles.	Idem.	Ingles.	Idem.	Ingles.	Idem.
16	David Baker . . .	Idem.	Idem.	David Baker . . .	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.
17	John Baker . . .	Idem.	Idem.	John Baker . . .	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.
18	Thomas Brown . . .	Idem.	Idem.	Thomas Brown . . .	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.	Idem.

Secretaria da policia da Corte, em 4 de Janeiro de 1869. — FRANCISCO JOSÉ DE LIMA.

CIRCULAR DO CHEFE DE POLÍCIA DA CÔRTE AO CORPO CONSULAR ESTRANGEIRO.

Secretaria da policia da corte. — Rio de Janeiro, 19 de Abril de 1868.

Ilm. Sr. — Reço a V. S. digno-se prevenir aos agentes de consulado que não lhes é lícito prender por si sós os desertores dos navios de sua nação surtos neste porto, mas somente indica-los á autoridade ou força policial para captura-los, e, no intuito de prevenir desagradáveis conflitos, reço outrossim a V. S., que sempre que dór aquelles agentes autorisação para o dito fim, sirva-se cariar-a para ser rubricada, declarando nella os nomes dos agentes, que tambem se apresentará munidos da relação dos desertores visada por V. S., de modo que seja logo reconhecida a identidade da pessoa, e consequentemente a validade da prisão.

Deos guarde a V. S.

Ilm. Sr. consul.

O chefe de policia, D. NUNO RAFAEL CALLADO.

N. 111.

Despacho do ministerio de estrangeiros ao chefe de policia.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 18 de Janeiro de 1869.

Recbi com o officio n. 1, que V. S. dirigio-me a 4 do corrente, uma relação dos desertores estrangeiros que foram capturados e entregues aos respectivos consules durante o semestre de Julho a Dezembro de 1868.

A circular de 22 de Junho proximo passado declara que a exhibição dos registros de navio ou do ról da equipagem é condição indispensavel para que se faça a captura e entrega de qualquer desertor.

Os desertores mencionados na dita relação sob os ns. 3, 4, 5, 9, 10, 12 e 13 foram capturados em vista apenas do certificado do respectivo consul.

Esta, porém, não é o documento exigido pelas convenções consulares e pela alludida circular.

Os desertores relacionados sob numeros que vão de 14 a 18 foram capturados e entregues em virtude de simples requisição de seus respectivos consules.

A citada circular prescreve que nada se faça senão em virtude da requisição do consul o da apresentação dos documentos nella indicados.

Queira V. S. attender ao exposto, e informar-me se a circular tem deixado de ser observada por inconvenientes que se encontrarem na pratica ou por algum outro motivo. A este ministerio nada ainda foi ponderado a esse respeito.

Aproveito o ensejo para renovar a V. S. as seguranças de minha perfeita estima e consideração.

Ao Sr. Frederico Augusto Xavier de Brito.

JOSE MARIA DA SILVA FARIAS.

N. 112.

Officio do chefe de policia da corte ao ministerio de estrangeiros.

Secretaria da policia da corte. — Rio de Janeiro, 22 de Janeiro de 1869.

Mm. Exm. Sr. — Tenho a honra de accusar recebido o aviso de 18 do mez corrente, no qual exige V. Ex. esclarecimentos sobre alguns desertores estrangeiros, que foram capturados á requisição dos consules, e constam da relação enviada á V. Ex. com meu officio n. 1 de 4 do corrente; e, satisfazendo o preceito de V. Ex., passo a ponderar quanto me occorre á respeito.

Comquanto se houvesse expedido pelo ministerio á cargo de V. Ex. circular ao corpo diplomatico, dando-lhe sciencia do aviso de 22 de Junho de 1868, que estabelece os requisitos indispensaveis afim de ser attendida a requisição para captura de desertores; conquanto por esta repartição fosse no mesmo sentido dirigida circular aos consules, não cessam, todavia, estes de requisitar pura e simplesmente a captura de desertores, sendo mister grande esforço para se conseguir a remessa dos documentos necessarios.

Esta repugnancia, a circumstancia de urgencia quasi sempre invocada, e sobre tudo o bem fundado recuo de que os desertores se intromem no paiz, ou se cogiam em outros navios, d'ahi resultando queixumes da parte dos consules, tem dado lugar a que uma ou outra vez se attenda ás suas requisições baseadas somente em certificados por elles passados, ou mesmo sem tais documentos, conforme a urgencia.

Assim os desertores mencionados na alludida relação sob ns. 3, 4, 5, 9, 10, 12 e 13 foram capturados em vista de certificados dos consules, que, mais ou menos, satisfazem os requisitos exigidos nas convenções consulares, sendo sua materia legalizada pelos consules.

Quanto, porém, aos desertores mencionados naquella relação de ns. 14 e 18, effectua-se sua captura sem precedencia de documentos em razão da urgencia, havendo entretanto formal requisição dos consules para sua effectividade, e procedendo-se nesta repartição ás convenientes averiguações á respeito.

Do que lla exposto deprehendem-se os inconvenientes, que podem resultar da rigorosa execução da arisa de 24 de Junho, a rogo a V. Ex. digno-se, tomando-a em consideração, instruir-me acerca do procedimento que deve ter, prevenindo desde já a V. Ex. do que farei observar pontualmente a dita arisa, em quanto V. Ex. não me determinar o contrario.

Deos guarde a V. Ex.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

FRANCISCO MARCOS MARTES DA SILVA.

N. 113.

Despacho do Ministério de estrangeiros ao chefe de polícia do Rio.

Ministério dos negócios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 29 de Janeiro de 1861.

Atente o continudo do officio n. 3 que V. S. dirigiu-me a 23 do corrente.

Li com attenção as informações que V. S. presta, e a rogo da ao meu officio de dia 18, sobre a captura e entrega de alguns desertores estrangeiros mencionados na relação annexa ao seu officio n. 1.

Termine V. S. as suas ditas informações consultando sobre o procedimento que a polícia da corte deve ter relativamente a este negocio e declarando que, em quanto não recular ordem contrária desta ministério, fará observar pontualmente a circular de 24 de Junho do anno proximo passado.

Em resposta comprehendo declarar a V. S., em obedição à sua consulta, que, tratando-se de cumprir ajustes internacionaes em ponto que interessa à liberdade individual de uma classe de pessoas transcuentes, ou residentes no imperio, e tendo sido a referida circular communicada ao corpo diplomatico estrangeiro, com a que as autoridades territoriaes, a observam estritamente, não é, segundo as tenues dos artigos 9, 10, 12 e 13 das convenções consulares com a França, Hespanha, Italia e Portugal.

É preciso que o governo territorial verifique se, em vez de captura e entrega de aprehendidos desertores, se reclama a extradição de alguns. Esta verificação, porém, não pôde ser feita senão em presença dos documentos especificados na circular, que repeto para e simplesmente o que está estipulado nas ditas convenções.

O governo imperial não deseja pôr embaraço à captura e entrega de desertores estrangeiros; quer, porém, regular esse serviço de modo que se procurem abster contra a liberdade de pessoas transcuentes ou residentes no imperio, de quaes, consequente estrangeiros, deve toda a protecção.

Devemos applicar aos desertores de navios das outras nacionalidades as mesmas regras, já porque ellas foram estabelecidas em ajustes internacionaes, como por exemplo no tratado que celebrámos a 12 de Dezembro de 1828 com os Estados-Unidos da America, art. 34, já porque são a exata expressão dos principios geralmente admiuidos nesta materia.

É mister, portanto, que V. S. se dirija de novo aos agentes consulares estrangeiros, annunciando-lhes a estrita observancia da circular expedida por este ministerio a 22 de Junho ultimo.

Estou convencido que, em vista do exposto, V. S. com a sua reconhecida illustração convirá commigo na conveniencia que ha em não desistirmos das providencias tomadas.

Aproveito o ensejo para reitorar a V. S. as seguranças de minha perfeita estima e consideração.

Ao Sr. Frederico Augusto Xavier de Brito.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 114.

Officio do presidente da Bahia ao ministro de estrangeiros.

Palacio da presidencia da provincia da Bahia, 5 de Fevereiro de 1869.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. — Tenho a honra de passar as mãos de V. Ex., em cumprimento do arto-circular de 22 de Junho do anno passado, o mappa semestral das prisões dos desertores de navios estrangeiros de guerra ou mercantes, feitas nesta provincia, o qual me foi enviado pelo Dr. chefe de policia em officio de 5 do corrente.

Reitero a V. Ex. as seguranças de minha perfeita estima e mui distincta consideração.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. conselheiro ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros.

Bahia em 5. de Fevereiro.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O OFFICIO DO PRESIDENTE

Mapa dos desertores de navios estrangeiros, que foram presos durante o tempo decorrido de 1 de Agosto a 31 de Dezembro de 1868.

NOME.	NOME.
1	2
3	4
5	6
7	8
9	10
11	12
13	14
15	16
17	18
19	20
21	22
23	24
25	26
27	28
29	30
31	32
33	34
35	36
37	38
39	40
41	42
43	44
45	46
47	48
49	50
51	52
53	54
55	56
57	58
59	60
61	62
63	64
65	66
67	68
69	70
71	72
73	74
75	76
77	78
79	80
81	82
83	84
85	86
87	88
89	90
91	92
93	94
95	96
97	98
99	100

N. 115.

Despacho do ministerio de estrangeiros ao presidente da provincia da Bahia

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 22 de Fevereiro de 1860.

Mm. o Exm. Sr. — Recobi com o officio n. 11, que V. Ex. dirige a este ministerio a 5 do corrente, o mappa estatístico recommendado no arzo circular de 22 de Junho proximo passado.

O decrator mencionado no dille mappa foi capturado e entregue em virtude do requisição do respectivo consul, o qual não apresentou documento algum com que justificasse a sua reclamação.

Recommendando a V. Ex. que dê as convenientes ordens, além de que não se satisfaçam as requisições dos agencias consulares, que não estiverem acompanhadas dos documentos referidos na circular.

Renova a V. Ex. as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração.

À S. Ex. o Sr. presidente da provincia da Bahia.

DARIO DE OLIVEIRA.

Heranças portuguezas.

Legados deixados por Antonio Joaquim da Cunha.

N. 116.

Nota da Legação de Portugal ao governo imperial.

Legação de Sua Magestade Fidelissima. — Rio de Janeiro, em 12 de Junho de 1868.

M.^{te} e Ex.^{ma} Sr. — Havendo fallecido na cidade do Rio Grande do Sul, em 19 de Fevereiro de 1865, o subdito portuguez Antonio Joaquim da Cunha, legando em seu testamento *de septis dos saylos de Portugal* a quantia de cinco contos de réis, e tambem um conto e quatrocentos mil réis para as obras de

caridade de Portugal, ainda até hoje não foi cumprido neste e aquelle ponto o alludido testamento.

O respectivo vice-consulado de Portugal tem procurado realizar o cumprimento daquelles legados, diligenciando receber, como lhe cumpria, as referidas quantias, afim de as fazer chegar ao seu destino. Tem-se, porém, recusado a autoridade judicial da localidade a fazer tal entrega, allegando que o vice-consulado não é competente para a receber, sem que se possa alinar com o fundamento do semelhante allegação, pois é precisamente aos consules e seus delegados, que incumbe este ramo de serviço publico, e o intermedio dos funcionarios consulares o mais natural, e proprio, para a realisação de legados semelhantes.

Accrescem ainda a meu vêr irregularidades que resumidamente offerorei á esclarecida apreciação de V. Ex.

Assim é que foram os referidos legados sujeitos ao imposto de 30 por cento, de que trata a lei provincial numero 578, de 12 de Maio de 1864.

Ora, sem entrar agora na apreciação, de uma disposição aliaes excepçional, e, segundo penso, exclusivamente daquella provincia, é certo que a mesma lei citada não só não autorisa a referida deducção de 30 por cento, mas o seu artigo 12 terminante e salientemente estabelece excepção, com relação aos asylos de orphãos e casas de caridade.

Além disso consta-me, que a importancia dos referidos legados foi, por ordem do respectivo juiz, depositada em mão do Luiz Anastacio Cadaval, em vez de entrar para um cofre publico, onde ficaria vencendo o juro da lei.

Cummo pois a mais séria attenção de V. Ex. para os factos expostos, e estou certo de que se dignará V. Ex. providenciar convenientemente, afim de que legados de data já tão antiga cheguem devidamente livres de qualquer onus não estabelecido por lei, e por via do respectivo vice-consulado de Portugal, ao destino que legitimamente lhes deu o fallecido Antonio Joaquim da Cunha.

Aproveito esta occasião para offerocer de novo as seguranças de minha mais distincta consideração e particular estima pela pessoa de V. Ex.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro João Silveira de Souza.

JOÃO DE VASCONCELLOS E SOUZA.

N. 117.

Nota do governo imperial á legação de Portugal.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 16 de Junho de 1868.

Apresso-me em accusar a recepção da nota que em data de 12 do corrente fez-me a honra de dirigir-me S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Fidelissima, relativamente á entrega das quantias legadas pelo subdito portuguez Antonio Joaquim da Cunha ás orphãs dos asylos de Portugal e ás obras de caridade do mesmo reino.

Nesta data esboço do presidente da provincia de S. Pedro informações sobre o assumpto, e logo que as receber responderei á supracitada nota de S. Ex. o Sr. Vasconcellos e Souza.

Aproveito com prazer esta opportunidade para reiterar á S. Ex. os protestos de minha alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza.

JOÃO SILVEIRA DE SOUZA.

N. 118.

Nota do governo imperial á legação de Portugal.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 16 de Outubro de 1868.

Tenho a honra de passar ás mãos de S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Fidelissima, a inclusa cópia do officio que o juiz municipal da 2ª vara da cidade do Rio Grande dirige ao presidente da respectiva provincia, declarando os motivos por que foi recusada ao vice-consul de Portugal naquella cidade a entrega dos lega-

dos deixados pelo subdito portuguez Antonio Joaquim da Cunha ás orphãs dos reynos e ás obras de caridade de Portugal.

Ntuo a esperança de que o Sr. de Vasconcellos, á vista das explicações contidas no sobredito officio, concordará em que a autoridade local não proceda irregularmente, recusando entregar os referidos legados ao vice-consul de Portugal, tanto mais quanto as estipulações do accordo de 23 de Maio de 1867, como sem duvida o reconhece S. Ex., não são applicaveis ao presente caso, visto como trata-se neste de legados por título particular, e não de legados universaes ou por título universal.

Respondendo nestes termos á nota que o Sr. de Vasconcellos endereçou ao meu antecesor em 12 de Junho ultimo, só me resta pedir licença á S. Ex. para abster-me de manifestar o meu juizo sobre a questão de saber se os legados de que se trata estão ou não sujeitos ao imposto provincial de 30 por cento, porque pertencendo a decisão desta questão á administração da provincia deve ella ser agitada perante a autoridade competente pelos legatarios ou seus legitimos representantes.

Aproveito a presente oportunidade para renovar á S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza as seguranças da minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A NOTA SUPRA.

Rio Grande, 29 de Agosto de 1868.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.—Accusando o recebimento do officio de V. Ex., n.^o 9 de 13 do mez pasado, em que me ordena que este juizo preste minuciosas informações sobre todos os pontos da nota do ministro de S. M. Fidelissima ao Ex.^{mo} Sr. ministro dos negocios estrangeiros, representando contra o procedimento deste juizo relativamente á entrega ao vice-consulado de Portugal nesta cidade, das quantias legadas pelo subdito portuguez Antonio Joaquim da Cunha ás orphãs dos aylos de Portugal e ás obras de caridade do mesmo reino; em resposta sempre-me informar a V. Ex. o seguinte:

Sendo exacto que o finado Antonio Joaquim da Cunha legou, em seu testamento, ás orphãs dos aylos de Portugal a quantia de 3:000\$000 e 1:400\$000 réis ás obras de caridade do mesmo reino, o testamentario Desiderio Anto-

nio de Oliveira querendo prestar uma conta e vendo-se embaraçada no cumprimento destes dous legados; 1.^a, por não saber quantos asylos de orphãs havia em Portugal e consequentemente qual a quota parte que devia pertencer a cada um; 2.^a, por ignorar quaes as obras de caridade que haviam naquella reino; e 3.^a, porque tendo feito publicar, por todos os fôrums desta cidade, o testamento do predito Cunha sem que alguém se apresentasse habilitado, requereu ao meu antecessor para se proceder a deposito dos ditos dous legados, deduzidos a taxa e sello proporcional correspondente, para serem levantados pelas legatarias que se apresentassem legnmente habilitadas.

O meu antecessor deferio ao requerimento do testamenteiro e o deposito se fez em mão do depositario nomeado Luiz Anastacio Cadaval, pessoa particular, porém idonca na falta de depositario publico, conforme a pratica que aqui se segue e se seguiu sempre, por se ter entendido que com a extincção da receiveria de rendas internas extinguiu-se o deposito publico que existia nos cofres da mesma, deposito que não passou para a collectoria que a substituiu nem ultimamente para a alfândega em substituição da collectoria.

É verdade que o vice-consul de Portugal procurou haver os ditos legados em deposito, o que lhe foi indeferido, naturalmente, posto que dos autos não conste por não ter mostrado quantos asylos de orphãs, quantas e quaes as obras de caridade ha em Portugal, além de satisfazer o testamenteiro e juiz, legítimos fizees do cumprimento da vontade do testador, sendo que contra a convicção do testamenteiro ainda tinha o vice-consul a competente acção com recursos estabelecidos, do que não usou.

O testamenteiro e administrador da mesa de rendas provinciaes entendendo que a excepção do art. 12 da lei n. 578 de 12 de Maio de 1864 não é applicavel nos asylos de orphãs e casas de caridade de fóra do imperio, sujeitaram os ditos legados á competente taxa e sello, o que me parece que o meu antecessor não poderia ter eludido sem ser por meio de questão levantada e discutida na fórma da lei entre o vice-consul, o testamenteiro e o administrador da mesa de rendas provinciaes.

So o meu antecessor em vez de nomear, como nomeou, para depositarios dos ditos legados, deduzidos a taxa e sello proporcional como requereu o testamenteiro, fizesse o deposito em cofre publico, parece-me que esse deposito longe de vencer juras como entendeu o Sr. ministro do S. M. Fidelissima, estaria pelo contrario, sujeito ao desconto de duas por cento, que tanto se pagava na receiveria geral, antes de extincta, e de extincta por consequente o deposito publico que havia no cofre della. O meu antecessor entendeu, e eu como elle entendo que o vice-consul tem direito de por via de competente acção demandar ao testamenteiro como executor da vontade do testador para reconhece-lo legítimo representante das legatarias e lhe fazer entrega dos legados, mas não para pretender que o juiz administrativamente lhe mande fazer tal entrega, pretérindo direitos e recursos do testamenteiro e a audiencia do promotor dos residuos.

Se porém, se decidir que estou em erro, não duvido proceder como me for declarado de direito.

Dous guarde a V. Ex.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr. Dr. Israel Rodrigues Barcellos, 1.^o vice-presidente desta provincia.

RUISE TAVARES D'ALMEIDA.

N. 119.

Nota da Legação de Portugal ao governo imperial.

Legação de Sua Magestade Fidelissima.—Rio de Janeiro, em 9 de Novembro de 1868.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Sr.—Retolli em tempo, e apresso-me a agradecer a nota de V. Ex., datada de 16 do proximo findo mez de Outubro, acompanhando cópia do officio dirigido pelo digno juiz da 2.^a vara municipal da cidade do Rio Grande do Sul ao Sr. presidente da respectiva provincia. Respondam os dois citados documentos a pedido meu em data de 12 de Junho preterito, pelo qual solicitei fossem entregues ao vice-consul de Portugal, na localidade, os legados deixados pelo fallecido subdito de S. M. Fidelissima, Antonio Joaquim da Cunha, aos asylos de orphãos e ás obras de caridade daquelle reino.

Intrahido cabalmente do respectivo conteúdo, nada mais teria a acrescentar a esta minha resposta, de devota corteza, se podesse conformar-me com a ultima parte da precitada nota de V. Ex., em relação á qual peço, a meu turno, licença para citar as disposições de lei, em que me fundo, para afastar-me naquello ponto da opinião, sempre respeitavel, de V. Ex.

Segundo V. Ex. entende e se digna comunicar-me, não é o governo de S. M. o Imperador, mas a assembleia provincial do Rio Grande do Sul a competente para decidir, se estio ou não, sujeitos alli ao imposto de 30 por cento os ditas legados, cumprindo portanto aos legatarios, ou a seus legitimos representantes, agitar a questão perante a administração da provincia.

Inhibe-me de concordar com V. Ex. e penso pelo contrario, permita-me V. Ex. diz-lo, que seria razão e razão sufficiente para a intervenção do governo imperial o simples facto de considerar-se autorizada a administração da provincia a fazer, segundo me parece, uma excepção da propria lei que rege a materia. Esta que é de 12 de Maio de 1864, isenta absolutamente de impostos, no seu

art. 12, se eu me não engano, todo o qualquer legado pío, sem distincção de nacionalidade dos legatarios, ou outra.

Creio ainda ser favoravel ao meu modo de vêr, quanto á competência do governo imperial, para decidir a duvida, a disposição da lei geral n.º 317 de 24 de Outubro de 1843, artigo 31 e o regulamento numero 410 de 1845, art. 1.º.

Este estabelece muito claramente, que são comprehendidos, palavras textuaes, na disposição do alvará de 17 de Junho de 1809, para pagamento da taxa do sello das heranças e legados, os estrangeiros (art. 31 da lei n.º 317 de 24 de Outubro de 1843), e d'ellos se cobrará nos mesmos casos, e pela mesma forma, por que se cobra dos nacionaes.

Aquella não menos positivamente declara, que os estrangeiros estão comprehendidos, como os nacionaes, na disposição do alvará de 17 de Junho de 1809, relativo á decima de heranças e legados.

Peço, portanto, a V. Ex. á vista do exposto, se digne, com a benevolência que lhe é propria, reconsiderar a materia e habilitar-me a dar o devido andamento a este negocio, ao passo que aproveito o ensejo para renovar os protestos de minha mais subida consideração e mui particular estima pela pessoa de V. Ex.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos.

José de Vasconcellos e Souza.

N. 120.

Nota do governo imperial á legação de Portugal.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 1863.

Em nota de 16 de Outubro ultimo, tive a honra de declarar a S. Ex. o Sr. José de Vasconcellos e Souza, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. Fidelissima, que os legados deixados pelo subdito portuguez Antonio Joaquim da Cunha ás orphãs dos arcos e casas de caridade de Portugal não podiam ser entreghes, como reclamára S. Ex. ao consel portuguez em Porto-Alegre, porque, sendo legados por titulo particular, não estavam comprehendidos nas estipulações do accordo de 23 de Maio de 1861.

Respondendo a esta nota peço que se se não puzer-me com data de 9 de No-

venhbro próximo findo, prescinde o Sr. Vasconcellos de reclamar a entrega daquelles legados, mas contestando a declaração que enunciei no final da minha supplicada nota, sustenta que o governo imperial deve decidir que os referidos legados estão incluídos na isenção do imposto estabelecido, em favor dos asylos de orphãos e casas de caridade, pelo art. 12 da lei de 12 de Maio de 1864 da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.

Limita-se porém, o Sr. Vasconcellos, para fundamentar a sua opinião, a dizer que, assim como o art. 31 da lei n. 317 de 21 de Outubro de 1843, e o art. 1.^o do regulamento numero 310 de 4 de Junho de 1845 comprehendem os estrangeiros na disposição do alvará de 17 de Junho de 1809 para pagamento da taxa do sello das heranças e legados, assim tambem deve a isenção da sobre-dita lei provincial abranger todo e qualquer legado pio, sem distincção da nacionalidade do legatario, ou outra.

Peço licença a S. Ex. para não entrar na apreciação deste argumento, porque interessa á deciso da mesma questão que, como disse á S. Ex., não é o governo imperial competente para resolver.

Vejo-me, porém, obrigado a insistir na declaração contra a qual S. Ex. se pronuncia, e tratarci de justifica-la, confiando em que S. Ex. reconhecerá que não a posso modificar, porque a incompetencia do governo imperial na questão suscitada decorre das leis que no imperio crearam poderes provinciales, e lhes traçaram uma esphera de acção distincta da dos poderes geraes.

A lei de 24 de Outubro de 1832, que dividio a receita do imperio em geral e provincial, depois de enumerar as rendas geraes, declarou no artigo 83 que seriam provinciales todas os impostos existentes que não fossem comprehendidos na receita geral. Um desses impostos era o da taxa das heranças e legados, creado pelo alvará de 17 de Junho de 1809, e, como não fosse incluído na receita geral, passou a ser renda provincial.

Tendo, porém, a lei de 12 de Agosto de 1834, ou acto adicional á constituição, determinado que « a autoridade da assembléa legislativa da provincia em que estiver a côrte não comprehenderá a mesma côrte, nem o seu municipio », veio a referida taxa a pertencer, em parte á receita geral, em parte á provincial, por ter estaluido o artigo 36 § 1.^o da lei n. 38 de 3 de Outubro de 1834 que: « os impostos denominados provinciales que se arrecadarem no municipio da cidade do Rio de Janeiro e fôrem pertencentes á mesma côrte e municipio fariam parte da receita geral. »

Desde então foi mantida esta divisão do imposto, e desde a lei de 22 de Outubro de 1836 que, no artigo 21, repartio igualmente, entre a receita geral e provincial, a divida activa proveniente de impostos provinciales, correspondentes ao tempo decorrido do 1.^o de Julho de 1833 ao 1.^o de Julho de 1836, deixou a assembléa geral legislativa de occupar-se da taxa das heranças e legados pertencentes ás provincias, por serem as assembléas legislativas provinciales exclusivamente competentes, em virtude do artigo 10 §§ 5 e 6 e artigo 11 § 5 do

acto adicional, para legislar sobre os impostos provinciaes e sobre a fiscalisação do seu emprego.

A lei n. 317 de 21 de Outubro de 1843, que cita o Sr. Vasconcellos, assim como todas as outras leis de orçamento votadas pela assembléa geral legislativa desde 1834 até á ultima de n. 1307 de 16 de Setembro de 1867, não se refere senão á taxa de heranças e legados pertencentes ao município da cõrte.

O mesmo se dá a respeito do regulamento n. 410 de 4 de Junho de 1845; invocado por S. Ex., porquanto esse regulamento additou o de n. 136 de 28 de Abril de 1843, que foi expedido em virtude da authorisação dada ao governo, pelo artigo 17 da lei n. 243 de 30 de Novembro de 1841, para melhorar por meio de regulamentos além de outros impostos, o—da taxa de heranças e legados no município da cõrte.

Estes regulamentos pertencem á lei geral, assim como o de n. 3708 de 16 de Dezembro de 1860, que actualmente regula, com as alterações feitas pela lei do orçamento n. 1307 de 16 de Setembro de 1867, a arrecadação do referido imposto no município da cõrte.

As questões a que pôde dar occasião a cobrança deste mesmo imposto foram declaradas de natureza contenciosa administrativa, e tem de ser decididas pela justiça administrativa, de conformidade com os regulamentos n. 3708 supracitado, n. 2343 de 29 de Janeiro de 1839, e n. 2331 de 17 de Março de 1840.

O imposto provincial é regido por lei da respectiva provincia, em que não pôde o governo imperial ingerir-se, mas ainda quando o governo tivesse alguma competencia, a questão suscitada acerca de tal imposto não mudaria de natureza.

Os direitos particulares offendidos deveriam recorrer á justiça administrativa pelos seus legitimos canais, ou ao poder judiciario, conforme a legislação em pratica em vigor em cada provincia, visto que a jurisdicção administrativa não está ainda bem firmada no Brasil pelo que respeita aos negocios provinciaes.

Á vista dos motivos que acabo de expôr, espero que o Sr. Vasconcellos concordará em que não posso emitir juizo sobre a questão suscitada á respeito dos legados de que se trata.

Concluindo, pois, a minha resposta, e aproveitando a presente oportunidade, tenho a honra de offerecer a S. Ex. as reiteradas seguranças de minha alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. José do Vasconcellos e Souza.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS.

Código commercial de signaes marítimos.

N. 121.

Nota da legação da Austria ao governo imperial.

(Tradução.) — Legação imperial e real da Austria. — Rio de Janeiro, 1.^o de Junho de 1868.

Sr. ministro.— Tenho a honra de transmittir a V. Ex. aqui junto um exemplar do quadro, que o governo imperial e real da Austria acaba de publicar, enumerando todos os navios de guerra da marinha de Sua Magestade Imperial e Real Apostolica e todos os da marinha mercante austriaca com os signaes distinctivos, que lhes competem em virtude do novo código internacional de signaes marítimos.

Rogando a V. Ex. queira fazer chegar este impresso official á repartição competente do governo imperial, aproveito esta occasião de vos reitterar a segurança de minha muito alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. conselheiro Silveira de Souza.

HYPPOLITE DE SONNLEITHNER.

N. 122.

Nota do governo imperial á legação da Austria.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 3 de Junho de 1868.

Estou de posse da nota, que foi servido dirigir-me em data de 1.^o do corrente o Sr. cavalheiro Hyppolito de Sonnleithner, ministro residente de Sua Magestade Imperial e Real Apostolica, remetendo o exemplar de um folheto, impresso por ordem de seu governo e contendo a relação nominal dos navios que com-

põem as marinhas de guerra e mercante da Austria, e dos seus respectivos signaes distinctivos, feito de conformidade com o código commercial de signaes para uso dos navios de todas as nações.

Agradecendo ao Sr. de Sonnenleithner a offerta de um tlo interessante impresso, aproveito a occasião para ter a honra de retribuir-lhe as seguranças da minha mui distincta consideração.

Ao Sr. cavalheiro Hyppolite de Sonnenleithner.

JOÃO SILVEIRA DE SOUZA.

N. 123.

Nota da legação inglesa ao governo imperial.

(Tradução.) — Legação de Sua Magestade Britannica. — 9 de Fevereiro de 1869.

Sr. ministro. — O governo de Sua Magestade deseja fazer constar aos governos das nações alliadas, que adoptaram o código commercial de signaes, que julga chegada a época de exigir o conhecimento daquelle código dos que pretendem titulos de habilitação para capitães e immediatos de navios, e que neste sentido já foram expedidas instrucções de conformidade com as disposições da secção 448 do acto de navegação mercante de 1854.

Recebi pois ordem de transmittir a V. Ex., para conhecimento do governo de Sua Magestade Imperial, cópias dos principaes assumptos adoptados para exame, e aproveito a occasião para apresentar a V. Ex. as seguranças de minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. Barão de Cotegipe.

GEORGE BECKLÉT MATHW.

N. 124.

Nota do governo imperial á legação inglesa.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 13 de Fevereiro de 1869.

Acusso recobida a nota de 9 do corrente, que o Sr. George Buckley Mathew, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade Britannica, se servio dirigir-me, declarando que o seu governo deseja fazer constar aos governos das nações que adoptaram o codigo commercial de signaes que julga chegada a época de exigir o conhecimento daquelle codigo dos que pretendem titulos de habilitação de capitães e immediatos de navios, e que neste sentido já foram expedidas instrucções.

Agradecendo em nome do governo imperial esta communicação do de Sua Magestade Britannica, previno o Sr. Mathew que nesta data transmitto ao ministerio da marinha o exemplar impresso das alludidas instrucções que acompanharam a supra citada nota.

Tenho a honra de renovar ao Sr. Mathew as seguranças de minha alta consideração.

Ao Sr. George Buckley Mathew.

Baixo os Commaes.

N. 125.

Nota da legação franceza ao governo imperial.

(Tradecção.)—Legação de França no Brasil. — Rio de Janeiro, 1.^a de Março de 1869.

Sr. ministro. — Tenho a honra de communicar a V. Ex., em virtude de instrucções recebidas, que o governo francez, no intuito de facilitar as embarcações mercantes, a interpretação dos signaes transmittidos pelas de guerra, determinou que, para o futuro, os navios da armada imperial de França se sirvam

exclusivamente da serie unica de bandeiras empregadas á bordo dos navios mercantes de todas as nações, que adoptaram o código de signaes marítimos.

« Esta medida, diz o despacho que recebi de Paris, adoptada já na marinha Neerlandeza, tem por fim diminuir o numero dos signaes differentes que cada nação adoptou á bordo dos navios de guerra para representar uma mesma phrase; ella tendo a simplificar o uso do código e a assegurar sua vulgarisação. »

Acceptei, Sr. ministro, as seguranças da minha alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. ministro dos negocios estrangeiros.

GUILLERME DE ROQUETTE.

N. 126.

Nota do governo imperial á legação franceza.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro em 2 de Março de 1869.

Tenho presente a nota datada de hontem, pela qual o Sr. Guilherme de Roquette, encarregado de negocios de Sua Magestade o Imperador das Francezas, communica-me em virtude das instrucções que recebeu que, no intuito de facilitar as embarcações mercantes a interpretação dos signaes transmitidos pelas de guerra, determinou seu governo que os navios da armada imperial de França se sirvam exclusivamente da serie unica de bandeiras empregadas á bordo dos navios mercantes de todas as nações que adoptaram o código de signaes marítimos.

Manifestando ao Sr. de Roquette que o governo imperial agradece ao de França essa communicação, participo-lhe que em data de hoje a transmitto ao ministerio da marinha para os fins convenientes.

Aproveito esta opportuniidade para renovar ao Sr. de Roquette as seguranças de minha muito distincta consideração.

Ao Sr. Guilherme de Roquette.

Basto de Courcy.

Informações, que os agentes diplomaticos e consulares do Imperio devem prestar sobre commercio e navegação.

N. 127.

Circular ao corpo diplomatico e consular brasileiro.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 10 de Dezembro de 1868.

O governo julgou conveniente methodisar e dar a maior publicidade possível aos factos estatísticos commerciaes, e aos outros variados esclarecimentos que incumbem aos agentes diplomaticos e consulares prestar, conforme os regulamentos e ordens em vigor.

Neste intuito houve Sua Magestade o Imperador por bem approvar o plano de que trata o decreto n. 4288 de 30 de Setembro ultimo, junto aqui sob n. 1.

A execução desta medida exigia instrucções, que era exposto aos consules, e annexo ao presente despacho sob o n. 2.

Estão ahí especificados todos os assumptos a respeito dos quaes aquelles agentes são chamados pelo seu regulamento a dar informações; e addicionaram-se outros que pareceram dignos de estudo.

Queira V.... tomar conhecimento dessas instrucções, e observa-las por sua parte no que forem applicaveis aos trabalhos analogos que essa legação possa apresentar.

Os arts. 52, 54, 55 e 56 do regimento das legações impõem aos respectivos chefes o dever de communicar á esta secretaria de Estado :

1.º A conclusão de quaesquer tratados, convenções, ou ajustes, fazendo-se resenha de suas causas e consequencias ;

2.º As leis e regulamentos promulgados, as discussões importantes a que derem lugar nos parlamentos, e as difficuldades praticas que interromperem sua litteral execução ;

3.º As invenções de qualquer natureza; os progressos das sciencias e artes; as medidas adoptadas para promove-las e premia-las, bem como os meios por que se poderam estender seus beneficios aos subditos do imperio.

4.º Noticia do estado da saúde publica, com os regulamentos preventivos que se adoptarem em caso de contagio ou peste.

V. .i., providenciarei para que, tanto quanto seja possível, e sem prejuizo dos negocios diplomaticos e mais encargos imprescindiveis dessa legação, seus empregados se estroem por satisfazer aos utilissimos preceitos que acima se recordam e pela forma mais conveniente.

Para facilitar a impressão immediata no *Diário Official*, e a da collecção annual, muito importa que os escriptos estrangeiros, que possam ter esse destino, venham já acompanhados de uma traducção, noticia ou extracto, segundo sua extensão e natureza.

Esta remessa, porém, que exigirá alguma demora, não deve excluir a transmissão immediata do mesmo escripto ou impresso estrangeiro, todas as vezes que a legação dispuzer de mais de um exemplar.

A correspondencia destinada a fazer parte da dita collecção annual não deve conter noticias ou observações de caracter reservado, sendo que estas podem ser communicadas separadamente, em officios de outra serie.

E' escusado ponderar a V.... quanto o governo do Sua Magestade deseja que o Decreto n. 4238 de 30 de Setembro surta os effeitos que delle se podem esperar, e que muito recommendará os agentes diplomaticos e consulares do Brazil ao aprego de seus concidadãos.

Tenho a honra de renovar a V.... as expressões de minha....

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

Circular ao corpo consular brasileiro.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 10 de Dezembro de 1848.

Entre os variados deveres que o regulamento consular impõe aos consules gerais e consules, sobersahem os mencionadas nos arts. 80 a 88, relativos ás informações e dados estatísticos sobre o commercio e navigação.

Tendo em vista que se aproveitem e vulgarisem os trabalhos deste genero, o governo resolveu dar-lhes nom forma e systema; bem como fazê-las publicar no *Diário Official*, e n'uma collecção annual sob o título de — Informaçães dos agentes diplomaticos e consulares do imperio.

Assim o determina o decreto n. 4238 do 30 de Setembro ultimo, aqui junto sob o n. 1.

Sem ampliar o círculo das informações até hoje exigidas, farei algumas observações sobre a forma e o desenvolvimento de que carecem os mappas e relatorios trimestraes e annuaes, que prescreve o regulamento consular em seus arts. 80 e 82, 87 e 88.

Os relatórios devem ser concisos e claros, fundando-se nos dados colhidos em documentos officiaes e em qualquer outra fonte digna de confiança. Nesta ultima classe comprehendem-se os elementos que resultam da propria observação e registros dos Srs. consules; mas em todo caso cumpre declarar a origem de uns e outros dados, e o grau de exactidão que elles possam offerecer.

O anno para estas communicações será o economico, que se conta de Julho a Junho.

Os relatorios trimestraes apresentarão um quadro geral das operações com mercancias, e outro especial das que respectam ao Brasil; com observações sobre os preços correntes dos generos brasileiros e dos do paiz importador, cambios, taxas dos descontos, fretes, seguros, commissões e effeitos ordinarios da concorrência dos productos similares aos nossos.

Os relatorios annuaes serão a synthese daquelles, acrescentando-se-lhes um quadro comparativo de seus resultados com os dos tres annos anteriores mais proximos, sempre que isto seja possivel.

Nas materias proprias dessas informações periodicas se comprehendem dous assumptos de subida importancia, que por via do regra merecem ser objecto de officios especiaes, sempre que sua exposição exija grande desenvolvimento, ou quando de outro modo retarda-se muito a communicação que lhes fór relativa. Refiro-me ás tarifas de direitos de consumo e de exportação, e aos tratados de commercio, navegação e correspondencia postal.

As tarifas e suas successivas alterações, na parte que interessar ao commercio do Brasil, devem ser analysadas, comparando-se os direitos antigos com os modernos, e mostrando-se a influencia que possam exercer sobre os productos brasileiros, directamente ou pela protecção que prestem ao commercio ou produção de outros paizes.

Nesta parte não devem os Srs. consules limitar-se a dar conhecimento de actos consummados, releva que procurem preve-los, attendendo aos trabalhos preliminares, de manifestações da imprensa e ás declarações officiaes que do ordinario procedem a taes medidas.

Os tratados de commercio e navegação, e as convenções postaes serão apreciados sob o mesmo ponto de vista da legislação fiscal, isto é, considerando-se a utilidade ou inconvenientes que d'ahi possam provir ao imperio.

Outro assumpto não menos importante recommenda-se a mais sôria attenção dos agentes consulares do Brasil: são as leis e regulamentos concernentes á emigração, e os meios que mais convenga empregar de nossa parte para favorecer-lha no interesse do imperio.

Com este mesmo pensamento informarlo a respeito do movimento da emigração e immigração em seus respectivos districtos; declarando:

O numero de emigrantes; para onde se dirigem e d'onde procedem, em que portos embarcam, quanto custa o seu transporte até essas partes e até ao seu des-

tino definitivo : em que condições pecuniárias emigram ; porque preferem tal paiz a tal outro ; quaes as profissões, religião, costumes e moralidade da gente propozse a emigração ; como são recebidos e auxiliados nos differentes paizes á que se destinara.

Esta materia reclamaria de ordinario uma communicação especial, mas pôde ser incluída nos relatórios commerciaes, quando os consulados pouco tenham que dizer a esse respeito.

Os relatórios e mappaes annuaes devem chegar á secretaria de Estado dos negocios estrangeiros até ao mez de Dezembro, se não antes ; os trimestraes serão expedidos o mais brevemente possível, e nunca depois do segundo mez do trimestre seguinte. Uns e outros devem ser escriptos em folhas com o verso em branco, para facilitar a sua mais prompta impressão.

Para que os mappaes sejam facilmente annuados no livro da collecção annual, modificaram-se os antigos modelos do regulamento consular, que ficam assim substituídos pelos que acompanham o presente despacho.

Como se vê dos novos modelos, a modificação reduziu-se a serem substituído em dois os da navegação, e bem assim os do commercio, eliminando dos primeiros os nomes das embarcações, e separando dos segundos, para um mappa especial, os algarismos das cotações commerciaes.

Destarte podem todos ser construídos de modo que se torne facil o seu exame, e se prestem á impressão como folhas da collecção annual e de mesmo formato desta.

Fica sustentando que, nos Estados onde não houver agente diplomatico do Brasil, os Srs. consules prestarão as informações que o regimento das legações incumba aos chefes desta ; e que n'um e n'outro caso as informações ou commentarios do character reservado devem vir separadamente da correspondencia ostensiva e destinada a publicidade.

Desde Janeiro proximo em diante, considerar-se-hão revogadas a circular de 9 de Junho de 1859, e quizesquer outras ordens em vigor, que tenham por fim trabalhos incluídos nos que ora se preveerem, e bem assim a remessa de iguaes documentos aos outros ministerios, a qual sera supprida pelas publicações que possam a ser feitas no *Diário Official* e na collecção annual.

O governo conta com a intelligencia e zelo dos Srs. consules geraes e consules no cumprimento das presentes instrucções, que lhes ha por muito recommendas.

Recebo a V. as seguranças de minha estima e consideração.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

Documentos a que se refere a circular do corpo consular.

N. 1.

Senhor.—O regulamento consular de 11 de Junho de 1817, no capítulo que se inscreve—do favor ao commercio—, impõe nos consules brasileiros (art. 80) o dever de informar ao governo imperial quaes os ramos de produção brasileira mais procurados ou que formam a principal parte de nossa exportação, sua competência com os similares de outra origem, quaes podem obter maior consumo e por que meios.

Os arts. 82 e 87 exigem a remessa dos preços correntes, e observações sobre os cambios, com as causas de suas oscillações; mappaes muy circumstanciados de nossa importação e exportação, e uma revista geral do movimento commercial confrontado com o dos annos anteriores.

O regimento das legações prescreve aos respectivos chefes que comuniquem as leis e regulamentos estrangeiros, sempre que sejam de algum interesse para o imperio, bem como as discussões a que tais actos tenham dado lugar nas camaras legislativas; os melhoramentos scientificos e industriaes, as medidas adoptadas para promovel-os, e, finalmente, os meios de applicar seus beneficios á população do imperio.

Conquanto nem todas as legações e consulados tenham bem comprehendido estes deveres, e a alguns de nossos agentes fallecessem meios e oportunidade para apresentarem trabalhos perfectos, todavia, no archivo do ministerio dos negocios estrangeiros recolheram-se dados e informações, que, se a tempo fossem levadas á noticia do publico, teriam sido uteis e estimulado a apresentação de outros mais importantes.

A publicação regular de taes documentos pôde suscitar idéas prolicuas, abrir novas relações internacionaes e ampliar as existentes, ao mesmo tempo que contribuirá para desvanecer esse injusto preconceito de que o corpo diplomatico e consular é instituição de mero apparatus, ou cujos fructos não correspondem ao dispendio que motiva ao Estado.

Asnações mais praticas e adiantadas do que o Brasil ha muito comprehenderam a vantagem de uma tal providencia, e dão á luz annualmente os relatorios extensivos de seus agentes no exterior.

A simples inserção no *Diário Official* não pôde promover caladamente o fim que devemos ter em vista; é apenas um meio auxiliar e que não deve ser desprezado. Tem esta forma de publicação, quando exclusiva, além de outros inconvenientes, o de não reunir em volume especial, que possa ser facilmente consultado, os elementos dignos de estudo e comparação, que a administração publica procura colher em todos os paizes no intuito de vulgarisa-los e torna-los aproveitaveis entre nós.

Se a idéa que suggiro merecer a alta approvação de Vossa Magestade Imperial, será mister, para que sua realisação se opere do modo mais seguro e efficaz, expedir aos consules e legações novos modelos e instrucções, que, com o andar do tempo, se irão aperfeiçoando.

Movido destas considerações, tracei o plano que se resume essencialmente no projecto de decreto que ora tenho a honra de apresentar a Vossa Magestade Imperial.

Sou, com o mais profundo respeito, Senhor, de Vossa Magestade Imperial muito reverente e fiel subdito.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

DECRETO N. 4254 DE 30 DE SETEMBRO DE 1868.

Mando publicar anualmente uma collecção de documentos officiaes do ministerio dos negocios estrangeiros, sob o titulo — *Informações dos agentes diplomaticos e consulares do Imperio*—.

Convindo dar toda a publicidade possível ás informações scientificas, commerciaes, agricolas, e industriaes transmittidas pelos agentes diplomaticos e consulares do Imperio, hei por bem decretar:

Art. 1.º Os relatorios, mappas e informações que ora se exigem, e que de futuro se exigirem das legações e consules brasileiros, relativamente á legislação, ao commercio e ás industrias em geral, bem como a quaesquer melhoramentos momeis ou materiaes, cuja noticia interesse ao Brazil, serão publicados immediatamente no *Diario Official*.

Art. 2.º Com os elementos indicados no artigo precedente, e sob o titulo de — *Informações dos agentes diplomaticos e consulares* —, formar-se-ha uma collecção annual, que será posta á venda pelo menor preço possível, e distribuida pelas camaras dos deputados e senadores, bibliothecas e principaes repartições publicas.

Art. 3.º As condições da assignatura e do preço geral de cada volume, os periodos e a forma da publicação serão regulados pelo ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros.

Art. 4.º A referida collecção poderão ser adicionados os dados estatisticos, informações ou noticias semelhantes que os ditos funcionarios colligirem por ordem dos outros ministerios, especialmente os que disserem respeito aos ministerios da fazenda e da agricultura, commercio e obras publicas.

José Maria da Silva Paranhos, do meu conselho e do de Estado, senador do Imperio, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar.

Palacio do Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1868, 47.º da independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 2.

Mapa do movimento da navegação entre o Brasil e no 1º trimestre do anno de 18 . . .

ENTRADA.

EMBARCAÇÕES.	NÚMERO.	TONELAGEM.	EQUIPAGEM.	VALOR IMPORTADO.
Brasileiras				
Estrangeiras				
Total				

SAÍDA.

EMBARCAÇÕES.	NÚMERO.	TONELAGEM.	EQUIPAGEM.	VALOR EXPORTADO.
Brasileiras				
Estrangeiras				
Total				

Consuldo Geral do Brasil em

[illegible]

Consulado Geral do Brasil em:

N. 4.

Preço corrente e quantidade dos gêneros exportados de para o Brasil durante o 1º trimestre de 19

GÊNEROS	PREÇO DE VENDA	QUANTIDADE DE EXPORTAÇÃO	QUANTIDADE EXPORTADA	PREÇOS		
				AMERICA	EUROPA	ASIA
Algodão						
Grãos						
São						

[illegible]

Consulado-Geral do Brasil, em.

N. 5.

Quadro de cotações de câmbio, taxa de desconto e frete das embarcações no mercado de correspondente ao 1º trimestre de 19...

Câmbio.			
DESTINOS.	JANÉIRO.	Fevereiro.	Março.
Sobre o Brasil. a França. a Inglaterra.			
Taxa de descontos.			
ORIGEM.	JANÉIRO.	FeVReIRO.	Março.
Banco do Brasil. do Rio de Janeiro.			
Preço do frete.			
DESTINOS.	JANÉIRO.	FeVReIRO.	Março.

Comandado Geral do Brasil em

N. 6.

Mapa das embarcações que entraram nos portos do Consulado Geral nãdas do Brasil no anno de 18...

NÚMERO	EMBARCAÇÕES	PORTOS		NÚMERO		VALOR DA EXPORTAÇÃO DO CARGA DEBIDO
		PORTO DE ORIGEM	PORTO DE DESTINO	TOTAL	PARTE	
4	Brasileira	Santos	Bahia	500	50	R. 1.500
8	Estrangeira	"	"	1.500	112	R. 1.500
12	Somente	"	"	1.500	160	R. 3.000
...	Brasileira	Santos	Rosario			
...	Estrangeira	"	"			
...	Somente	"	"			
TOTAL						

NÚMERO	PRINCÍPIO	PORTOS		SÚMERO		VALOR DA ENTRADA DE CADA PORTO
		PAZES PROCEDES	VAL. ENTRADA	PROCEDES	ENTRADA	
	Transporte.					
	Brasileiros					
	Estrangeiros					
	Portos					
	Brasileiros					
	Estrangeiros					
	Portos					
TOTAL						

Consulado Geral do Brasil em

N. 7.

Mapa das embarcações que saíram dos portos deste Consulado Geral para os do Brasil no anno de 18...

ORDEN.	EMBARCAÇÕES.	PORTOS.		MATERIAS.		VALOR DA EXPORTAÇÃO DE CADA PORTO.
		PARTE PORTUARIA.	PARTE DESE PORTO.	TONELADAS.	BOQUELLES.	
5	Bombardier.....	Bombardier.....	Bombardier.....	500	100	500
7	Estimador.....	".....	".....	1.000	100	1.000
12	Sociedade.....	".....	".....	2.000	100	2.000
	Bombardier.....	Bombardier.....	Bombardier.....			
	Estimador.....	".....	".....			
	Sociedade.....	".....	".....			
Total.....						

NÚMERO.	PARAQUILLO.	PORTOS.		NÚMEROS.		VALOR DE EXPORTAÇÃO DE CADA PORTO.
		PARTE PORTUARIA.	PARTE DOCE PORTUARIA.	RECEITA.	DEBITOS.	
	Frangente.					
	Brasileiros.					
	Estrangeiros.					
	Soma.					
	Brasileiros.					
	Estrangeiros.					
	Soma.					
TOTAL.						

PORTOS.	Transporte			
	Número de canoas.			
	Valor.			
	Número de flotes.			
	Valor.			

Expedição de passaportes pelas legações e consulados do Imperio.

N. 128.^a

Circular ao corpo consular brasileiro.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 3 de Fevereiro de 1869.

A legislação relativa aos passaportes exigidos á entrada e sahida do imperio soffreu importante modificação, em consequencia das disposições do decreto n. 4176 de 6 de Maio de 1868; por outro lado, a concessão de passaportes aos subditos brasileiros existentes em paiz estrangeiro ainda pertence em regra ás legações imperiaes, e excepcionalmente aos consulados, conquanto haja relação íntima entre este ramo do serviço publico e a obrigação de matricular aquelles subditos brasileiros, que foi transferida das legações para os consulados pela circular expedida por este ministerio em 22 de Dezembro de 1864.

Convindo, pois, regular de harmonia com o decreto e circular citados, a expedição dos passaportes que está a cargo dos agentes diplomaticos e consulares do imperio, indicarei a V. os principios e regras, pelos quaes uns e outros devem pautar e seu procedimento nos casos occorrentes.

São os seguintes:

Para o subdito brasileiro, assim como para o estrangeiro domiciliado no Brasil, é actualmente voluntaria a exhibição dos passaportes, salvo os casos especificados no art. 1.^o do decreto n. 4176 de 6 de Maio de 1868.

O estrangeiro, que pela primeira vez entra no imperio, pôde vir sem passaporte, mas fica sujeito ás consequencias dessa omissão, especificadas no art. 7.^o do decreto n. 1531 de 10 de Janeiro de 1855, o, portanto, exposto a ser reexportado no mesmo navio, se houver suspeita de ser malfeitor e não exhibir atestados nos termos daquella disposição.

A falta de passaportes não sujeita os capitães de navio e passageiros a penalidade alguma, sendo que sómente lhes corre a obrigação de fazer as declarações do art. 85 do regulamento de 31 de Janeiro de 1842 confirmado pelo art. 4.^o do decreto n. 1531 de 1855.

A expedição dos passaportes fica pertencendo aos consules, mas as legações poderão conceder-las, em casos urgentes e especiaes, assim como os membros do corpo diplomatico, empregados deste ministerio, e pessoas de distincção, os que tiverem commissões do governo.

Os consules não deverão conceder passaportes aos menores e ás mulheres casadas sem authorisação expressa do pai, tutor ou marido.

A precedente restrição não é extensiva aos estrangeiros, cujos passaportes não têm de ser passados, mas tão sómente visados, pelos consules.

Fica entendido que os passaportes reservados para as legações também poderão ser passados pelos consules, quando as interessadas os solicitarem ou os chefes das legações assim o determinarem.

Recommendo a V. o fiel cumprimento das determinações desta circular, renovo-lhe as seguranças de minha.....

Ao Sr.

BARÃO DE COELHO.

Soccorros a estrangeiros.

N. 129.

Circular aos presidentes de provincias.

Ministerio das negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, em 22 de Outubro de 1868.

Ilm. Exm. Sr. — Deo-se em 1866 o facto de mandar a presidencia do Rio Grande do Norte conceder passagem, por conta deste ministerio, a chins e outros estrangeiros, que alli aportaram e se disseram necessitados desse socorro. Não havendo, porém, no orçamento do dito ministerio verba alguma que consigne fundos para prestação de soccorros a estrangeiros dervalidos, cumpre-me prevenir a repetição de igual occorrença, recommendando ás presidencias que não autorizem tais despesas, salvo caso muito especial, em que as relações internacionais o exijam e as circumstancias não permitam que se consulte antes ao governo imperial.

O que está previsto nas disposições legais em vigor é a necessidade de auxilio a subditos brasileiros que fortuitamente se achem em terra estrangeira sem recursos para effectuarem seu regresso ao imperio. Neste caso são os consules brasileiros que devem conhecer das circumstancias de cada individuo e proporcionar-lhes os meios de transporte, se o merecerem, e tendo sempre em vista a maior economia dos cofres publicos.

Aproveito-me da oportunidade para renovar a V. Ex. as seguranças de minha perfeita estima e distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. presidente da provincia de.....

José Maria da Silva Paranhos.

Pagamento de dous por cento da arrematação dos navios americanos *Virginia*,
Fanny Crenshaw, *Anna Grant* e *Abigail*.

N. 130.

Nota da legação americana ao governo imperial.

(Tradução).—Legação dos Estados-Unidos. — Rio de Janeiro, 24 de Março de 1869.

Tenho a honra de responder á nota, datada de 18 de Dezembro de 1868, de S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos, do conselho de S. M. o Imperador, ministro e secretario do Estado dos negocios estrangeiros, relativa á reclamação pela importância de dous por cento exigidos e cobrados sobre o depósito feito no thesouro, por sentença do tribunal na questão da execução e venda dos navios americanos *Virginia*, *Fanny Crenshaw*, *Anna Grant* e *Abigail*, assim como pelos honorarios do advogado pagos pelo consul dos Estados-Unidos afim de reaver a supradita quantia.

O conselheiro Paranhos, na sua nota, antes de entrar na demonstração da legalidade com que o tribunal procedeu quando admitto o depósito e ordenou o pagamento das respectivas custas, pede que, depois de considerada por esta legação, seja essa nota communicada ao governo dos Estados-Unidos.

A partida do paquete dos Estados-Unidos logo depois da recepção da nota do Sr. conselheiro Paranhos, só me deixou tempo sufficiente para um exame perfunctório, que foi contado bastante para mandar eu tirar uma cópia e traducção della, que remetti para Washington em 24 de Dezembro passado.

Pelo seguinte paquete de 25 de Janeiro escrevi ao departamento de Estado que, em consequencia das férias annuaes dos tribunaes, e da ausencia do advogado que dirigia o processo contra os navios do Richmond, não estava habilitado para aprofundar o exame da resposta do ministro dos negocios estrangeiros ao pedido feito ao governo imperial para restituição da quantia de dous por cento, deduzida da mesma paga no tribunal (ou no thesouro por ordem do tribunal) pelos Srs. Phipps & C.^{ts}; mas junctei cópias das leis citadas pelo Sr. conselheiro Paranhos em sua nota bem como uma traducção dellas e cópia traduzida da conta de custas do tribunal, na qual estava declarada a quantia de 1:486\$275, uma das reclamadas como illegalmente exigidas e a outra do mesmo genero na im-

portancia de 196,8275, que o consul vencido foi sentenciado a pagar; accrescentando em conclusão que:

De exame da reclamação, como eu o fizera, tinha concluido que o pagamento disputado, bem como todos os outros, fôra exigido de conformidade com a lei brasileira, e que a não haver alguma razão nova eu pedia licença para suggerir a reconsideração da reclamação com o fim de ser esta retirada.

Tenho agora o prazer de juntar cópia do despacho do secretario de Estado o honrado W. H. Seward em resposta á primeira nota desta legação datada de 24 de Dezembro de 1868.

Aproveito esta occasião para renovar a S. Ex. o barão de Cotegipe as seguranças de minha mais distincta consideração.

A' S. Ex. o Sr. barão de Cotegipe.

WILLIAM VAN VLIET LUDERWOOD.

CÓPIA DO DESPACHO A QUE SE RESPONDE A NOTA DA LEGAÇÃO AMERICANA.

(Tradução.)— Departamento de Estado.— Washington, 9 de Fevereiro de 1869.

Senhor. — Foi recebido o vosso despacho n.º 77 de 24 de Dezembro. Com elle remettestes uma cópia da nota do ministro dos negocios estrangeiros do Brasil em resposta á reclamação feita pelo Sr. James Watson Webb, ministro dos Estados-Unidos, da restituição de certas quantias exigidas e cobradas pelo thesouro imperial e da que o consul dos Estados-Unidos pagou aos advogados na questão dos navios americanos *Virginia*, *Fanny Crawford*, *Anna Grant* e *Abigail*.

Examinou-se a resposta do ministro brasileiro nesta questão, e ella parece sã e satisfactoria.

O consul demandou em um tribunal brasileiro, a lei brasileira exigia um deposito como garantia, e por este deposito carregou-se um juro, o qual, com outras despezas logaes, foi cobrado á parte vencida.

Todo o procedimento foi analogo á nossa lei, e cabe nas faculdades discretionarias de um tribunal ou governo impôr semelhante juro.

Sou, Sr.

Vosso obediente servo

WILLIAM H. SEWARD.

N. 131.

Nota do governo imperial á legação americana.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro, 1.º de Abril de 1869.

Tenho a honra de dirigir-me ao Sr. general James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario dos Estados-Unidos d'America para accusar o recalhamento da nota que em 24 do mez ultimo passou-me o Sr. William Van Vleet Lidgerwood, remettendo uma cópia do despacho que recebeu de S. Ex. o Sr. secretario d'Estado William H. Seward acerca do pedido de restituição dos dous por cento cobrados sobre o deposito do producto das arrematações dos navios americanos *Virginie*, *Fanny Crenshaw*, *Anna Grant* e *Abigail*.

Não deixarei, entretanto, de manifestar ao Sr. Webb que o governo imperial sente com satisfação que o dos Estados-Unidos submetteu a questão suscitada por aquelle pedido a um novo exame, e reconheceu a precedencia dos motivos em que este ministerio na sua nota de 18 de Dezembro proximo findo, fundou a sua recusa de conceder a restituição reclamada.

Aproveito esta oportunidade para reiterar ao Sr. Webb as seguranças de minha alta consideração.

Ao Sr. general James Watson Webb.

Basto de Catecume.

Balas explosivas. Declaração internacional, proscrivendo o uso delleas em caso de guerra.

N. 132.

Nota da Legação da Rússia ao governo imperial.

(Tradução.) — Legação da Rússia. — Rio de Janeiro, em 29 de Julho de 1868.

Sr. ministro. — Até agora, tanto na Rússia como nos outros Estados, não se usava para as espingardas d'infanteria senão de balas chcoias, que não se despedaçam quando ferem o corpo que alcançam.

Só em vista de fazer rebentar as caixas de artilheria, é que se tem introduzido em algumas partes da infantaria, e em diminuta quantidade, as balas que se chamam explosivas, cujo emprego pôde até certo ponto contribuir para o bom éxito do combate.

Decidiu-se no meu paiz que não seriam munidos de balas explosivas, na razão de 10 por cada homem, senão os officios inferiores dos batalhões e companhias de alandores.

As balas desta especie são providas de espoletas, e só rebentam pelo contacto dos corpos duros.

Entretanto, nestes ultimos tempos tem-se feito experiencias na Rússia e em outros Estados, com o fim de introduzir no exercito o uso de balas explosivas sem espoleta, de nova invenção, as quaes inflammam-se e rebentam no momento de ferirem os objectos ainda que de fraca densidade, taes como o pão, os corpos dos animaes.

Por essas experiencias tem-se verificado que uma bala explosiva desta especie ao rebentar, divide-se em 10, e até mais, pedaços; dado o caso de effectuar-se a explosão no corpo do homem, a ferida é mortal e muito dolorosa; além disso as materias fulminantes affectam gravemente o organismo, e augmentam inutilmente as dores. Os resultados obtidos demonstraram que, sob o ponto de vista tecnico, as balas explosivas podiam ser empregadas, sem inconveniente, não só para fazer rebentar caixas de artilheria, como tambem contra homens e cavallo.

Todavia, uma vez adquiridas estas provas, Sua Magestade o Imperador, antes

de resolver sobre a introdução de tais projectis no armamento de nossas tropas, interpele a questão de saber-se até que ponto o uso de uma arma tão gratuitamente mortífera estaria de accordo com as leis da humanidade.

Meu augusto amo considera que é um dever para os governos, em quanto o estado de guerra subsistir como uma eventualidade inevitavel, empregarem quaisquer esforços que dellas dependam para diminuir as calamidades que a guerra acarreta, e com este fim alistar tudo quanto possa aggravar-las sem uma necessidade absoluta.

No momento em que a attenção dos governos está especialmente dirigida para o melhoramento das armas de guerra, muito importa pôr ao aperfeiçoamento desses meios de destruição limites, que possam conciliar as exigencias militares com as da humanidade.

Na opinião do meu governo parece que esses limites podem ser traçados pelo próprio filo da guerra, que deve consistir em enfraquecer as forças e os recursos do inimigo quanto for indispensavel, além de assegurar o resultado das operações, sem accrescentar a isso inúteis soffrimentos.

Sua Magestade o Imperador julga, pois, que o emprego das balas explosivas deveria ser banido do armamento das tropas, ou pelo menos restringido ao das balas com espoletas, exclusivamente destinadas a produzir explosão nas caixas.

Sua Magestade Imperial ordenou-me, em consequencia, que manifestasse-me para com o governo imperial brasileiro a respeito da oportunidade de fazer desta medida o objecto de uma convenção internacional entre todos os Estados.

Informando a V. Ex. desta circumstancia, tenho a honra de levar ao seu conhecimento, que meu augusto amo declara estar desde já prompto a adoptar o principio de que se trata, como regra para o exercito russo, se como tal fôr admittida pelos outros governos.

Assim, Sr. ministro, as seguranças da minha alta consideração.

A' S. Ex. o Sr. José Maria da Silva Paranhos.

D. DE GLINKA.

N. 133.

Nota do governo imperial á legação da Russia.

Ministerio dos negocios estrangeiros.—Rio de Janeiro 30 de Agosto de 1868.

Tivo a honra de receber a nota de 29 de Julho ultimo, pela qual o Sr. Dmitry de Glinka, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de Sua Magestade o Imperador de todas as Russias, propõe em nome do seu governo ao

do Brasil que adhiu á idéa de um actôrdo internacional em virtude do qual fique prescripto no armamento dos exércitos o uso das balas explosivas de munição, ou pelo menos restricto ao das balas de espoletas, respeitando-se assim os sentimentos de humanidade que devem prevalecer nas guerras modernas.

Em resposta cabo-me communicar ao Sr. de Glinka que, sendo o ministério da guerra o competente para tomar qualquer resolução sobre esse objecto, vou dar-lhe conhecimento da referida nota, solicitando que a lince na séria consideração que merece a anagavel proposta do governo russo.

Reitero ao Sr. de Glinka as seguranças de minha alta consideração.

Ao Sr. de Glinka.

José Maria da Silva Paranhos.

N. 134.

Nota da legação da Rússia ao governo imperial.

(Tradução.) — Rio de Janeiro, 3 de Setembro de 1868.

Sr. ministro. — As respostas recebidas pelo gabinete de S. Petersburgo da maior parte dos governos, nos quaes elle tinha proposto que se entendessem a fim de preservar do armamento das tropas as balas explosivas, permittem-lhe dizer que quasi todos adherem explicitamente a esta proposta e que todos admittem o principio della.

Por esta razão o gabinete de S. Petersburgo julga chegado o momento de firmar este accôrdo por meio de um protocollo, em que se declare o principio sobre o qual as Potencias estão de accôrdo.

V. Ex aqui encontrará junto o projecto desse protocollo, que de ordem de S. M. o Imperador, meu augusto soberano, leva ao conhecimento do governo brasileiro, convidando-o ao mesmo tempo a dar ao seu representante em S. Petersburgo os poderes necessários para discutir os termos do dito protocollo e assiguar o respectivo instrumento.

O gabinete de Berlim respondeu a esta communicação por meio do despacho da cópia inclusa.

Delle resulta que, aceitando o principio proposto pelo gabinete de S. Petersburgo, deseja o governo prussiano dar-lhe a maior latitude possível, applicando-o a todos os meios de destruição que os progressos da sciencia põe á disposição da arte militar, e que ficam além dos limites que, no interesse da humanidade, estão as Potencias de accôrdo em pôr ás exigencias da guerra.

Como este tratado exige conhecimentos technicos, o gabinete de Berlim suggeriu a idéa de mandar a S. Petersburgo commissarios peritos, encarregados de discutir e de elaborar o protocollo que contenha o accordo das Potencias.

Tendo o Imperador, meu augusto soberano, adherido a esta proposta do gabinete de Berlim, recebi ordem de transmitti-la a V. Ex. e de expressar-lhe em nome do governo imperial da Russia o desejo de que se lhe dê conhecimento das disposições que em consequencia disto se tomarem, quer mandando-se um commissario especial, quer delegando-se os necessarios poderes ao representante do Brasil em S. Petersburgo.

Parece ao governo imperial da Russia que a reunião dos commissarios poderia ser marcada para o dia $\frac{1}{13}$ de Outubro deste anno.

Accitoi, Sr. ministro, a expressão da minha alta consideração.

A' S. Ex. e Sr. José Maria da Silva Paranhos.

D. DE GUSKA.

N. 135.

Nota do governo imperial á legação da Russia.

Ministerio dos negocios estrangeiros. — Rio de Janeiro, 20 de Setembro de 1868.

O abaixo assignado, de conselho de S. M. o Imperador e seu ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, teve a honra de receber a nota que o Sr. Demitry de Glinka, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario de S. M. o Imperador de todas as Russias lhe dirigio a 3. do corrente, relativamente ao accordo que o gabinete de S. Petersburgo promove para proscreever do armamento das exercitos o emprego de certas balas explosivas.

Diz o Sr. Glinka que a maior parte dos governos, a quem o de S. M. o Imperador de todas as Russias convidára para se entenderem sobre aquella medida humanitaria, responderam adherindo a ella em principio; e que consequentemente o seu governo julgára chegado o momento de precisar o dito accordo por meio de um protocollo, cujo projecto acompanha a nota do Sr. ministro.

Accrescenta o Sr. Glinka que o gabinete de Berlim, acatando o principio proposto pelo de S. Petersburgo, manifestára o desejo de que se dê a esse principio a maior extensão possível, applicando-o a todos os meios de destruição que os progressos da sciencia põem á disposição da arte militar, e que excederiam os

limites que, no interesse da humanidade as ditas Potencias concordam em preservar as exigencias da guerra. Como este exame exigiria conhecimentos technicos, o mesmo gabinete de Berlim suggerio a idéa de enviar a S. Petersburgo commissarios peritos encarregados de discutir a questão e de elaborar o protocollo que consagra o pensamento common dos respectivos governos.

Tendo S. M. o Imperador de todas as Russias dado seu assentimento a esta proposição do gabinete prussiano, o Sr. Glinka recebeu nova ordem, em additamento á de que me deu conhecimento pela sua nota de 29 de Julho ultimo, e conforme ella exprime o desejo de que o governo de S. M. o Imperador do Brazil lhe manifeste as disposições que tomará para ser representado na conferencia que, provavelmente, terá lugar no 1.º de Outubro proximo futuro.

O alheio assignado levou esta nova communicação, e o convite que ella encerra, ao conhecimento do governo de seu Augusto Soberano, e óra tem a honra de cumprir as ordens que recebe de Sua Magestade, declarando ao Sr. ministro que o gabinete imperial adhere desde já em principio ao pensamento benéfico que lhe é manifestado pelo de S. Petersburgo, mas aguardará o que fór acordado na indicada conferencia internacional, para então deliberar e responder definitivamente.

O governo imperial nem julga necessario tomar parte na dita conferencia, nem o poderia fazer com a brevidade que o caso exige; mas espera que, a exemplo do que em outras conferencias internacionaes se tem estipulado, lhe será dado mais tarde subscrever o accordo que fór alli adoptado, uma vez que este, como é de justiça, concilie o principio humanitario com as necessidades de defesa das nações mais fracas.

Deixando assim respondida a nota do Sr. Glinka, o alheio assignado aproveitou esta occasião para renovar-lhe as expressões de sua alta consideração.

Ao Sr. Demitry Glinka.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 136.

Nota da legação da Rússia ao governo imperial,

(Tradução.)—Legação da Rússia. — Petropolis, 6 de Fevereiro de 1869.

Sr. ministro. — Pelas minhas communicações de 29 de Julho e de 3 de Setembro do anno pasado fize a honra de levar ao conhecimento de S. Ex. e Sr. ministro dos negocios estrangeiros a proposta, que o governo imperial da Russia dirige a todos os outros governos, de se entenderem, no interesse da humanidade,

para que certos projectis sejam excluidos do armamento das tropas em tempo de guerra.

Na sua nota de 20 de Setembro ultimo o governo imperial do Brasil não hesitava em adherir ao principio dessa deliberação, apesar de crer que não poderia ter parte nella; reservando-se, porém, para considerar sobre as resoluções tomadas e para acceder a ellas, se se dâsse o caso de fazê-lo.

Tenho ora a honra de transmittir a V. Ex. cópias dos protocolos da commissão militar internacional, reunida em S. Petersburgo, bem como da declaração final submettida á assignatura dos Srs. plenipotenciarios.

Apresentando estes documentos a V. Ex. de ordem de S. M. o Imperador, meu Augusto Soberano, estou encarregado de convidar o governo de S. M. o Imperador do Brasil para que acceda a este accordo internacional, que todas as Potencias da Europa já subscreveram.

Se, como o gabinete de S. Petersburgo se compraz de esperar, o Brasil não tiver que objectar aos resultados desta deliberação, V. Ex. terá a bondade de munir a legação do Brasil em S. Petersburgo das ordens necessarias para que ella faça constar esta accitação, assignando a declaração.

Acredito, Sr. ministro, a expressão de minha alta consideração.

A S. Ex. o Sr. barão de Cotegipe.

D. DE GUZTA.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A NOTA DA LEGAÇÃO DA RUSSIA.

DECLARAÇÃO.

(Tradução.)— Havendo-se, sob proposta do gabinete imperial da Russia, reunido uma commissão militar internacional em S. Petersburgo a fim de examinar a conveniência de se excluir o uso de certos projectis em tempo de guerra entre as nações civilizadas, e tendo esta commissão fixado de commun accordo os limites technicos, nos quaes as necessidades da guerra devem cessar ante ás exigencias da humanidade, os abaixo assignados estão autorizados por ordem de seus governos a declarar o seguinte:

Considerando que os progressos da civilização devem ter o effeito de attenuar, tanto quanto possível, as calamidades da guerra;

Que o unico fim legitimo a que os Estados devem se propôr durante a guerra é o enfraquecimento das forças militares do inimigo;

Que para este fim, basta pôr fóra de combate o maior numero possível de homens;

Que este fim seria ultrapassado pelo emprego de armas, que aggrava-se inutilmente os soffrimentos dos homens postos sem de consolo, ou tornassem sua morte inevitável:

Que o emprego de semelhantes armas seria desde logo contrario ás leis da humanidade:

As partes contractantes comprometteram-se a renunciar mutuamente, em caso de guerra entre ellas, ao emprego pelas suas tropas de terra ou de mar, de todo projectil de um peso inferior a 400 grammas, que seja explosivo ou carregado de materias fulminantes ou inflammáveis.

Ellas convidam todos os Estados, que não tomaram parte por meio de delegados seus nas deliberações da commissão militar internacional reunida em S. Petersburgo, a aquiescer ao accordo presente.

Este accordo não é obrigatorio senão para as partes contractantes ou que a elle acedam em caso de guerra entre duas ou mais d'entre ellas, e não é applicavel ás partes não contractantes ou que a elle não acedderem.

Cessará igualmente de ser obrigatorio no momento em que, em uma guerra entre partes contractantes ou que tenham acedido, uma parte não contractante, ou que não tenha accedido, se ligar a um dos belligerentes.

As partes contractantes ou que tenham accedido reservam-se para se entenderem ulteriormente todas as vezes que uma proposta precisa for formulada á vista de aperfeiçoamentos futuros, que a sciencia possa trazer ao armamento das tropas, afim de sustentar os principios em que assentaram e de conciliar as necessidades da guerra com as leis da humanidade.

Feito em S. Petersburgo aos 29 de Novembro (11 de Dezembro) de 1864.

(Seguem-se as assignaturas.)

—XXXXXXXXXX—

ANNEXO N. 2

N. 1.

Quadro da secretaria de estado dos negocios estrangeiros.

Ministro e secretario de estado.

O Ex.^{ma} Sr. conselheiro José Maria da Silva Paranhos. (Em commissão no Rio da Prata.)

Ministro interino.

O Ex.^{ma} Sr. conselheiro Barão de Cotegipe.

Gabinete do ministro.

Os Srs :

João Carneiro do Amaral.

João Luiz Keating.

Director geral.

Conselheiro Joaquim Thomaz do Amaral.

Secção central, sob a immediata direcção da director geral.

1.^o *Officiaes*, Joaquim Teixeira de Macedo

Manoel Ferreira Lagos.

Luiz Pereira Sodré.

João Luiz Keating.

Praticante, Luiz Pereira Sodré Junior.

Primeira secção, dos negocios politicos e de contencioso.

DIRECTOR.

José Pedro de Azevedo Peçanha.

O 1.^o *Official*, Honório Hermelo Carneiro Leão. (Director interino.)

2.^o *Official*, João Pinheiro Guimarães.

Auxiliares, Manoel Pacheco da Silva Junior.

João Germano Vieira de Barros.

Praticante, Frederico Affonso de Carvalho.

Segunda secção, dos negocios commerciaes e consulares.

DIRECTOR.

João Pedro Carvalho de Moraes.

2.^o *Official*, Adolpho Paulo de Oliveira Lisboa. (Em commissão no Rio da Prata.)

Ameuueuer, Luiz Pedro da Silva Rom.
Antonio Felix Corrêa de Mello Junior.
Praticante, Eduardo Martins da Silva.

Tercera secção, da chancelleria e archivo.

DIRECTOR.

João Carneiro do Amaral.
2º Official, Pedro Pinheiro Guimarães.
 Thomas Angelo do Amaral.
 Feliciano José da Costa.
Praticante, Alfredo Carneiro do Amaral.

Quarta secção, da contabilidade.

DIRECTOR.

Alexandre Affonso de Carvalho.
1º Official, Constancia Neri de Carvalho.
2º " Frederico de Souza Reis Carvalho.
Praticante, Manoel Ferreira Lima Junior.

Traductor compiler (addido).

Antonio Dondoro de Pascual.

Porteiro.

Francisco Servulo de Moura.

Contadores.

Felisherto Deslindo Barham.
 João Fernandes Pereira.

Correios.

Carlos Mauricio da Silva.
 José Antonio de Oliveira Leitão.
 João Augusto de Paula Pereira.

Correios Adidos.

Afonso Pacheco da Cunha.
 José Antonio Vieira Junior.

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, em 20 de Abril de 1860;

JOAQUIM THEOZAR DE AMARAL.

N. 2.

Quadro do corpo diplomatico brasileiro.

Americas.

BOLIVIA.

Os Srs.:

Eduardo Callado, secretario de legação, servindo de encarregado de negocios.
José Gurgel do Amaral Valente, addido de 1ª classe.

CHILE.

Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, encarregado de negocios.

ESTADOS-UNIDOS D'AMERICA.

Domingos José Gonçalves de Magalhães, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Luiz Cesar de Lima e Silva, secretario de legação.

Luiz Augusto de Pedua Fleury, addido de 1ª classe.

ESTADOS-UNIDOS DE COLOMBIA.

Conselheiro Joaquim Maria Nascentes de Azambuja, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario em missão especial.

Joaquim Maria Nascentes de Azambuja Junior, addido de 1ª classe.

ECUADOR.

Ignacio de Avellar Barboza da Silva, encarregado de negocios.

REPUBLICAS ARGENTINA E ORIENTAL DO URUGUAY.

Missão especial.

Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Adolpho Paulo de Oliveira Lisboa, addido de 1ª classe.

REPUBLICA ARGENTINA.

Missão ordinaria.

Antonio Pedro de Carvalho Borges, ministro residente.

Luiz Antonio d'Alvarenga Silva Peixoto, addido de 1ª classe.

REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAY.

Mundo ordinária.

Antonio José Duarte de Araujo Gondim, ministro residente.
Benjamim Franklin Torrello de Barros, secretario de legação.
José de Almeida Vasconcellos, addido de 1ª classe.

VENEZUELA.

Felippe José Pereira Leal, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Europa.

ÁUSTRIA.

Francisco Adolpho de Varnhagen, ministro residente.
José Pedro Werneck Ribeiro de Aguiar, addido de 1ª classe.

BÉLGICA.

Conselheiro Thomaz Fortunato de Brito, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
José Marques de Souza Lisboa, secretario de legação.
Antonio Maria Dias Vianna Berquó, addido de 1ª classe.

CONFEDERAÇÃO SUÍÇA, BAVIERA, WURTEMBERG E GRÃES-BRIGADOS DE BADE, E ESSE DARMSTADT.

Julio Constancio de Villeneuve, encarregado de negocios.
Evaristo Camargo de Almeida Noncorvo, addido de 1ª classe.

ESTADOS PONTIFICIOS.

José Bernardo de Figueiredo, ministro residente.
João Pereira da Costa Motta, secretario de legação.

FRANÇA.

Conselheiro Barão de Itajubá, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
Henrique Luis Bailon, secretario de legação.
João Vieira de Carvalho, addido de 1ª classe.
Marcos Antonio de Araujo e Abreu, addido de 1ª classe.

GRAN-BREITANIA.

Conselheiro José Carlos de Almeida Arbas, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

João Pereira de Andrade Junior, secretario de legação.

Egas Muniz Barreto de Aragão, addido de 1ª classe.

João Arthur de Souza Correa, addido de 1ª classe.

Francisco de Carvalho Moreira, addido de 1ª classe.

ESPANHA.

Cactano Maria de Paiva Lopes Gama, encarregado de negocios.

ITALIA.

João Alves Loureiro, ministro residente.

PORTUGAL.

Conselheiro Miguel Maria Lisboa, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Julio Henrique de Mello e Alvim, secretario de legação.

João Bernardo Vianna Dias Borquê, addido de 1ª classe.

João de Magalhães Collaço Velasques Sarmiento, addido de 1ª classe.

PRUSSIA E CONFEDERAÇÃO D'ALEMAGNHA DO NORTE.

Cesar Severin Vianna de Lima, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Henrique Cavalcanti d'Albuquerque, secretario de legação.

Alfredo Sergio Teixeira de Macedo, addido de 1ª classe.

RUSSIA.

José Ribeiro da Silva, ministro residente.

Alarico José Furtado, addido de 1ª classe.

Secretaria de estado dos negocios estrangeiros, 26 de Abril de 1869.

JOAQUIM THOMAS DO AMARAL.

N. 3.

Quadro do corpo diplomatico estrangeiro.

Americas.

ESTADOS-UNIDOS.

Os Srs.:

James Watson Webb, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
W. van Vleck Lidgerwood, secretario de legação.

REPUBLICA ARGENTINA.

General D. Wenceslau Paunero, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
D. Norberto Quirno Costa, secretario de legação.

REPUBLICA DO CHILE.

D. José Victorino Lastarria, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
(Ausente.)

D. Guilherme Bies Gana, secretario. (Ausente.)

D. Alejandro Carrasco Albano, official da legação. (Ausente.)

D. Daniel Lastarria, addido. (Ausente.)

D. Demetrio Lastarria, official da legação. (Ausente.)

D. Francisco Subercaseaux, addido. (Ausente.)

REPUBLICA DE BOLIVIA.

Coronel D. Quintino Quevedo, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.
(Ausente.)

Dr. D. Juan Francisco Velarde, secretario de legação. (Ausente.)

D. Julio Quevedo, adjunto. (Ausente.)

Europa.

ASTORIA.

Conde E. Lüdolf, ministro residente.

SELVIA.

Eduardo Anspach, ministro residente.

ESTADOS PONTIFICIOS.

Monsenhor D. Domenico Sanguigni, internuncio apostolico e enviado extraordinario pontificio

Monsenhor D. Miguel Ferriol, auditor da nunciatura.

Desiderio Martins Vianna, chanceller.

FRANÇA.

Conde Arthur de Gobineau, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Jorge Emilio Guilherme de Roquette, secretario de legação.

Visconde René de la Marlière, addido.

Jorge de Montgomery, addido.

Theodore Tauray, chanceller da legação.

GRAN-BREITANIA.

Jorge Backley Mathew, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

Roberto Thomaz Carlos Middleton, secretario de legação.

Carlos Calvert Eden, 2º secretario. (Ausente.)

Carlos Saunders Dundas, secretario particular. (Ausente.)

Henrique George Edwardes, addido.

HESPAHA.

D. Norberto Ballesteros y Ordóñez, secretario de legação, encarregado de negocios interino.

ITALIA.

Barão Carlos Alberto Cavalcini Garofoli, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario.

PORTUGAL.

Bacharel Fausto de Queiroz Guedes, secretario de legação, encarregado de negocios interino.

Bacharel Caelano de Magalhães, 1º addido. (Ausente.)

Bacharel Antonio Tosar de Lemos, 2º addido ausente.

PRUSSIA E CONFEDERAÇÃO D'ALLEMANHA DO NORTE.

De Saint-Pierre, ministro residente.

RUSSIA.

Demitry de Glinka, enviado extraordinario e ministro plenipotenciario
Theodore de Smirnow, secretario de legação.

SUECIA E NORUEGA.

G. O. Hyllen Cavallius, encarregado de negocios. (Ausente.)

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, 26 de Abril de 1869.

JOAQUIM THOMAS DO AMARAL.

N. 4.

Quadro dos empregados desta secretaria d'estado, comprehendendo todas as commoções de que tem sido incumbidos desde sua primeira nomeação até ao presente.

NOMES		CATEGORIAS	DATAS DOS DECS. E PORTARIAS
<i>Director geral.</i>			
Conselheiro Joaquim Thomaz de Amaral.	Nomeado.	Commissario arbitro da commissão mista brasileira e inglesa em Serra Leoa.	14 Outob. 1840
	Exonerado	Da mesma commissão.	14 Junho 1842
	Nomeado.	Emprego com uma gratificação na leg. imperial em Londres.	3 Outob. 1842
	Nomeado.	Adido da 1. ^a classe; servio como encarregado de negocios de 15 de Março de 1850 a 1 de Junho de 1851.	17 Julho 1845
	Promovido	Secrta. de dita legação.	11 Nov. 1851
	Removido.	" para Paris.	14 Agosto 1854
	Promovido	Encarregado de negocios na Confed. Argentina e E. de Buenos-Ayres.	24 Fev. 1855
	Removido.	Repub. O. do Uruguay.	28 Set. 1856
	Promovido	Ministro resid. na mesma Republica.	9 Dez. 1858
	Acr. tamb.	Republica do Paraguay.	9 Dez. 1858
	Fimda . . .	A missão especial.	14 Fev. 1859
	Removido.	Ministro residente para a Belgica.	5 Fev. 1861
	"	Director geral desta secretaria d'estado	21 Março 1865
	Nomeado.	Exr. ext. e min. plen. em missão espec. nas Rep. Arg. e O. do Uruguay.	20 Dez. 1867
	Dispensado.	Da missão especial.	27 Janeiro 1869
<i>Dignitários da corte.</i>			
José Pedro de Azevedo Peçanha.	Nomeado.	Praticante da contabilidade da marinha.	11 Set. 1838
	"	Auxiliar da recebedoria do municipio	13 Maio 1837
	Exonerado.	"	19 Nov. 1840
	Nomeado.	Ajudante do grande-mór d'alcaidega	18 Agosto 1841
	"	Secretario do gov. da provincia do Maranhão.	2 Junho 1842
	"	Secretario interprete da insp. da saude do porto.	9 Dez. 1842
	"	2. ^o off. da sec. da faz.	21 Junho 1841

Continuação do quadro n. 2.

NOMES		CATEGORIAS	DATAS DOS DECS. E POSUIÇÔES
	Nomeado.	Chefe int. da 1ª secção.	31 Março 1852
	Promovido.	1º official	24 Abril 1852
	Nomeado.	Chefe da 1ª secção . . .	1 Maio 1852
	"	Official do gabinete do ministro do Imperio.	11 Maio 1852
	"	Consel geral em Monte- vidéo.	4 Outubro 1852
	"	Director da 1ª secção desta secret. d'estado.	19 Fover. 1852
	"	Official do gabinete . . .	1 Junho 1852
Alexandre Affonso de Carvalho	"	Adido a esta secretaria d'estado	29 Agosto 1852
	"	Amaturoso	15 Março 1842
	Promovido.	Official	29 Outubro 1852
	Nomeado.	Chefe int. da 3ª secção.	18 Nov. 1852
	"	Director da 2ª secção . .	19 Fover. 1852
	Transferido.	Para a 4ª secção. . . .	20 Maio 1853
	Designado.	Para servir de direc. geral.	28 Dec. 1857
	Dispensado.	De " " " " " " "	4 Fover. 1859
João Pedro Carvalho de Moraes	Nomeado.	1º official	19 Fover. 1852
	"	Director int. da 1ª secção.	1 Junho 1852
	Promovido.	Director da 2ª secção . .	30 Maio 1853
	Nomeado.	Secretario da missão esp. em Buenos-Ayres. . .	9 Nov. 1854
	Exonerado.	De secretario	21 Março 1855
João Carneiro de Azevedo	Nomeado.	Fiel do thesour. da pag.	5 Set. 1830
	"	Amaturoso desta secreta- ria d'estado.	15 Março 1842
	"	Consel geral em Belgica e nos Paizes-Baixos. .	18 Nov. 1851
	Exonerado.	Consel geral	20 Abril 1853
	Promovido.	Official desta secretaria.	20 Abril 1853
	Nomeado.	" de gabinete	15 Junho 1855
	"	1º official.	19 Fover. 1859
	Dispensado.	De official de gabinete.	20 Maio 1862
	Nomeado.	Director int. da 3ª secção.	24 Junho 1864
	Dispensado.	" " " " " " "	24 Dec. 1864
	Promovido.	" " " " " " "	8 Julho 1865
	Nomeado.	Official do gabinete . .	18 Julho 1869
<i>Principes officiers.</i>			
Luiz Pereira Sodré	Nomeado.	Adido da 2ª e. em Fran.	2 Julho 1850
	Promovido.	" da 1ª e., e incumbido do a. g. em Fran.	16 Junho 1852
	Removido.	Adido da 1ª e., servindo de secretario em Roma.	11 Março 1854
	Exonerado.	" " " " " " "	1 Junho 1855
	Nomeado.	Secretario para a Amst.	28 Julho 1857
	Exonerado.	" " " " " " "	17 Março 1862

Continuação do quadro n. 4.

NOMES		CATEGORIA	DATAS DOS DES- P. PORTARIAS
	Nomeado.	Adido a sec. de nego- cias int. na Rússia . . .	5 Fover. 1850
	Promovido.	" " para os Esta- dos-Unidos.	1 Set. 1851
	Acreditado.	Enc. do neg. int. nos Estados-Unidos. . . .	7 Janeiro 1852
	Exonerado.	E posto em disp. activa.	22 Março 1852
	Nomeado.	Official de gabinete.	9 Set. 1854
	"	1.º official desta secret.	8 Julho 1855
Manoel Ferreira Lagoa.	"	Official archivista . . .	12 Março 1843
	"	Chefe int. da 3.ª secção .	1 Maio 1851
	"	1.º official	19 Fover. 1850
	"	Director int. da 1.ª secção.	30 Maio 1853
	Dispensado.	" " "	13 Agosto 1855
Joaquim Teixeira de Macedo.	Nomeado.	Para conduzir os traba- lhos da missão do Vi- cende d'Almeida. . .	7 Julho 1844
	Exonerado.	Dequelles trabalhos . .	18 Outubro 1845
	Nomeado.	Participante desta secret.	
		d'estado	1 Março 1847
	Promovido.	Amassonense	29 Outubro 1852
	Nomeado.	Official de gabinete. . .	25 Junho 1855
	Dispensado.	" " "	23 Nov. 1857
	Nomeado.	Official	19 Nov. 1857
	"	Chefe da 3.ª secção. . .	23 Nov. 1857
	"	1.º official	19 Fover. 1859
	"	Official de gabinete. . .	1 Março 1859
	Dispensado.	" " "	30 Set. 1861
Constantino Neri de Carvalho.	Nomeado.	Part. desta sec. d'estado.	25 Set. 1847
	Promovido.	Amassonense	20 Abril 1853
	"	1.º official.	19 Fover. 1859
	Designado.	Para servir int. da dire- ctor da 4.ª secção . . .	15 Janeiro 1857
	Dispensado.	Da direcção interior. . .	4 Fover. 1859
José Luiz Keating.	Nomeado.	Participante do thesouro.	12 Junho 1854
	Promovido.	3.º escriptario	17 Março 1855
	Exonerado.	" " "	Outubr. 1857
	Nomeado.	Participante desta secret.	
		d'estado	21 Dez. 1857
	Promovido.	3.º official	19 Fover. 1859
	Nomeado.	Official do gabinete . . .	4 Março 1859
	Dispensado.	" " "	30 Set. 1861
	Promovido.	1.º official.	20 Maio 1858
	Nomeado.	Official do gabinete . . .	18 Julho 1859

Continuação do quadro n. 4.

NOMES		CATEGORIAS	DATAS DOS DEG. E PROMOÇÕES
Beneito Hermesto Carneiro Leta	Nomeado.	1. ^a official	19 Fev., 1850
"	"	Director int. da 2. ^a secção.	25 Nov., 1861
Dispençado.	"	" " "	3 Abril 1865
Nomeado.	"	" " 1. ^a "	13 Agosto 1866
<i>Segunda officina.</i>			
Frederico de Souza Reis Carvalho	Nomeado.	Adido a esta secretaria d'estado	8 Fev., 1851
"	"	Praticante	30 Dez., 1852
Promovido	"	Amassador	17 Outubro 1857
Nomeado.	"	"	10 Fev., 1859
Promovido.	"	2. ^a official	16 Maio 1868
Pedro Figueiro Guimarães	Nomeado.	Praticante desta secret. d'estado	11 Junho 1853
"	"	Secretario da commissão mista brasileira e port.	20 Março 1850
Promovido	"	Amassador	20 Agosto 1857
"	"	2. ^a official	19 Fev., 1859
João Figueiro Guimarães	Nomeado.	Praticante desta secret. d'estado	8 Outubro 1856
Promovido	"	Amassador	26 Nov., 1857
"	"	2. ^a official	19 Fev., 1859
Feliciano José da Costa	Nomeado.	Praticante	1 Agosto 1857
Promovido	"	Amassador	19 Fev., 1859
"	"	2. ^a official	20 Maio 1868
Adolpho Paulo de Oliveira Lisboa	Nomeado.	Adido a esta secretaria d'estado	10 Set., 1858
Promovido	"	Amassador	19 Fev., 1859
"	"	2. ^a official	13 Julho 1861
Nomeado.	"	Adidade 1. ^a classe d' mi- sto especial nas Rep. do Para	27 Janeiro 1869
Thomas Angelo de Amaral	Nomeado.	2. ^a official	19 Fev., 1859
<i>Amassadores.</i>			
Manoel Pacheco da Silva Junior	"	Amassador	19 Fev., 1859
Luiz Pedro da Silva Rosa	"	Adido a esta secretaria d'estado	9 Agosto 1861
Promovido	"	Amassador	20 Maio 1863
Serviu . .	"	No gabinete	do 1 Jan. a 1. ^a de Maio de 1865
Nomeado.	"	Adidade 1. ^a classe d' mi- sto especial nas Rep. Arg. e O. do Urug.	20 Dez., 1867
"	"	Secretario	4 Julho 1868
Dispençado.	"	De exercicio da secret. . .	31 Dez., 1868

Continuação do quadro n. 4.

NOMES		CARREIRAS	DATAS DOS DESL. E PROMOÇÕES
Joaquim Germano Vieira de Barros, ...	Nomeado, .	Adido a esta secretaria d'estado, ...	12 Janeiro 1863
"	"	Praticante	18 Maio 1868
Procurador	Promovido	Amargoso, ...	29 Maio 1868
Antonio Felix Costa de Mello Junior, ...	Nomeado, .	Adido a esta secretaria d'estado, ...	5 Julho 1864
"	"	Praticante	18 Maio 1868
Procurador	Promovido	Amargoso, ...	29 Maio 1868
<i>Praticante.</i>			
Frederico Afonso de Carvalho, ...	Nomeado, .	Adido a esta secretaria d'estado, ...	14 Janeiro 1867
"	"	Praticante	16 Maio 1868
Alfredo Carneiro de Amaral, ...	"	"	16 Maio 1868
Manoel Ferreira Lima Junior, ...	"	"	16 Maio 1868
Eduardo Martins da Silva, ...	"	"	16 Maio 1868
Luiz Pereira Sotol Junior, ...	"	"	28 Maio 1868
<i>Adido.</i>			
<i>O Traductor e compilador.</i>			
Antonio Desdoro do Paesal, ...	Encarregado	De varios trabalhos e con- siderado em comissão do governo, ...	18 Set. 1854
"	Nomeado, .	Adido a esta secretaria d'estado, ...	6 Agosto 1857
"	"	Traductor e compilador, .	19 Fev. 1859
Mandado	Mandado . .	Adido a esta secr. d'est. .	4 Maio 1869

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, 26 de Abril de 1869.

JOAQUIM THOMAS DO AMARAL.

Quadro das empregadas diplomaticas em effectividade de serviço, disponibilidade e aposentadas, e das agencias consulares brasileiras, comprehendendo todas as commoções de que tem sido incumbidos desde a sua primeira nomeação até ao presente.

ESTADO-EXTRAMORSEIROS E MINISTROS PLACIPOTENCIARIOS.

NOME DO EMPREGADO	COMOÇÕES EMPREGOS ETC.	CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ENVIADOS	DATAS DOS DECRETOS
Conselheiro Miguel Maria Loben	Nomado	Adida de 2ª classe.	Grm-Bretanha	15 Dez. 1838
	Promovido	Secretario	"	20 Nov. 1831
	Excomend.	"	"	6 Abril 1830
	Nomado	Encarg. de negocios.	Chile	21 Abril 1838
	Promovido	"	Venezuela	12 Abril 1842
	Exonerado	"	"	23 Agosto 1847
	Posto em .	Comissario para se- cretaria d'estado por Arto de 23 de Agosto de 1847 e 30 de Fe- vereiro de 1850.		
	Nomado	Ministro residente.	Beliza	18 Nov. 1851
	"	"	Venezuela, Equad. e Nova-Granada	10 Março 1852
	Excomend.	E posto em disposiç. e sem mais secretar- ia d'estado.		25 Agosto 1854
	Promovido	Enviado extr. e comis- sario plenipotenciario.	Pará	7 Dez. 1855
	Removido	"	Estados-Unidos	7 Maio 1859
Conselheiro Bento de Ita- juba	"	"	Belgica	21 Março 1865
	"	"	Portugal	22 Fev. 1868
	Nomado	Encar. de neg. int. e comul geral	Cidade Haugateas	9 Maio 1834
	Acreditado tambem	Encarg. de negocios.	Han., Old., Meck. Schwarz e Meckl. Strelitz	25 Nov. 1837
	Promovido	Ministro residente.	Nos mesmos paizes e na Franca	14 Nov. 1851
	"	Env. extr. e min. plen.	Nos paizes acima e na Dinam., Suecia e Noruega	31 Janeiro 1857
	Exonerado	Sómente dos tres ulti- mos paizes		5 Nov. 1859
	Removido	Env. extr. e min. plen.	França	12 Outubro 1857
	Nomado	Adida de 1ª classe.	França	9 Jan. 1885
Domingos José Gonçalves de Magalhães	Nomado	Adida de 1ª classe.	França	9 Jan. 1885

Continuação dos enviados extraordinários e ministros plenipotenciários.

NOMES DOS EMPREENDIDOS	NOMENCLATURA EMPREGOS EUA	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FO- RÃO ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Conselheiro Joaquim Maria Nascentes d'Almeida	Exonerado.	Adido de 1ª classe.	Franga	20 Abril 1836
	Nomeado.	Consul geral e encar- regado de neg. int.	Nápoles	27 Set. 1847
	Exonerado.	Sóccinto de consul ger.	"	6 Junho 1850
	Promovido.	Enc. de neg. effctivo.	"	14 Nov. 1851
	Removido.	" "	Sardenha	12 Junho 1854
	"	" "	Rússia	8 Fev. 1867
	"	" "	Espanha	9 Dez. 1868
	Promovido.	Ministro residente . .	Austria	7 Maio 1869
	"	Enc. ext. e min. plen.	Estados-Unidos	9 Março 1877
	Nomeado.	Adido de 1ª classe, servido de secret.	Estados-Unidos	23 Março 1840
	"	(Servio de encar. de neg. e consul ger. de 31 de Outubro 1840 até 1 de Julho 1841).		
	"	Official desta secreta- ria d'estado		5 Outubro 1840
	"	Official de gabinete		9 Janeiro 1845
	"	Offic de 1ª secção		22 Agosto 1845
	"	Official-mozor interino.		17 Julho 1847
Promovido.	"	"		13 Abril 1849
Nomeado.	Director geral.			18 Fev. 1859
Removido.	Enc. ext. e min. plen.		Estados-Unidos	21 Março 1865
Exonerado.	" "		"	9 Março 1867
Nomeado.	Em missão especial. .		Estados-Unidos de Columbia	9 Março 1867
Felippe José Pereira Leal.	Nomeado.	Adido de 1ª cl., ser- vidado de secretario.		
		(Servio de encar. de negocios de 2 de No- vembro de 1843 até 4 de Março de 1845.		
	Promovido.	Secretario	R. O. do Uruguay Estados-Unidos	31 Maio 1843 1 Fev. 1845
	"	(Servio de encar. de neg. de 9 de Julho de 1847 a 19 de Março de 1849).		
	"	Encarr. de negocios. .	Paraguay	29 Março 1859
	Removido.	" "	Venezuela, Nova- Granada, Equad.	25 Outubro 1855
	"	" "	Espanha	7 Maio 1859
	"	" "	Chile	20 Nov. 1861
	"	Encarregado de neg.	Italia	13 Agosto 1862
	Promovido.	Ministro residente . .	Repúbl. Argentina	30 Maio 1869
"	"	Enc. ext. e min. plen.	Venezuela	15 Maio 1867
Cesar Severino Vianna de Lima	Nomeado.	Adido de 2ª classe. .	Austria	29 Junho 1846
	Promovido.	Adido de 1ª classe. .	"	23 Set. 1850
	Nomeado tambem	" " "	Prussia	12 Dez. 1851

Continuação dos enviados extraordinários e ministros plenipotenciários.

NOME DOS ENVIADOS	NOMINAÇÃO REMPLEÇA STU.	CATEGORIA	PAISE EM QUE FO- RÃO ACRÉDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
	Promovido	Secretaria	Confed. Argentina	3 Agosto 1853
	Removido	"	Gran-Bretanha	3 Março 1855
	Promovido	Escarreg. de negocios.	Sardenha	6 Fev., 1857
	Removido	"	R. O. do Uruguay	13 Agosto 1862
	"	"	Dev., Wart., G. 15. de Bado., H. Erit., Honn G. Ducal e Confeder. Suissa	8 Nov. 1863
	Promovido	Ministro residente. . .	Confed. Argentina	5 Março 1864
	Removido	"	Paraguay	4 Agosto 1864
	Em . . .	Comiss. para o lito . .		1 Abril 1865
	Removido	Ministro residente. . .	Russia	23 Junho 1866
	Promovido	Env. extr. e min. plen.	Prussia	12 Outubro 1867
Cons. Thom. Fortes, de Brito	Nomendo	Adido de 1. ^a classe, (Por disp. de 24 de Março de 1851 foi transferido para a leg. em Turim, e pelo de 13 de Março de 1852 deservindo-se o posto em Roma e Toscana).	Roma, Toscana, Sar- denha e Parma	25 Janeiro 1847
	Mandado .	Servir unicamente.	Roma	26 Abril 1852
	Promovido	Secretaria	Conf. Arg. e E. de Buenos-Ayres	3 Março 1855
	Removido	"	R. O. do Uruguay	31 Janeiro 1857
	Promovido	Escarreg. de negocios.	Duas Sicilias	9 Dez. 1858
	Removido	"	Dinamarca	
	"	"	Suecia e Noruega	5 Nov. 1859
	"	"	Italia	30 Maio 1863
	Promovido	Ministro residente. . .	R. O. do Uruguay	6 Abril 1865
	Removido	"	"	18 Janeiro 1867
	Nomendo	Env. extr. e min. plen.	M. E. de Prato	18 Janeiro 1867
	Removido	"	Belgica	22 Fev., 1868
Conselheiro José Carlos de Almeida Artas	Nomendo	Env. extr. e min. plen.	Gran-Bretanha	24 Fev., 1868

Ministros residentes.

NOME DO EMPREGADO	CONDIÇÃO EMPREGO ETC.	EMPREGO	PAISE EM QUE FOI ACREDITADO	DATAS DOS DECRETOS
José Bernardo de Figueiredo.....	Nomeado	Adido de 1ª classe.	Franga	17 Março 1835
	Encarado.	" " "	"	20 Abril 1835
	Nomeado	" " "	"	4 Janeiro 1837
	Removido	" " "	"	"
		serv. de secretario.	Roma e Sardenha	8 Abril 1838
	Promovido.	Secretario.	Roma	22 Julho 1845
	Removido.	"	Naples	6 Julho 1840
	Promovido.	Encarr. de neg. (De 1840 até 1850 exercen int. as fars. de enc. de neg. dur. alg. meses em cada anno).	Roma e Florença	3 Nov. 1855
	"	Ministro residente....	Roma	10 Janeiro 1866
Antonio José Duarte de Araújo Gondim.	Nomeado	Adido de 2ª classe.	Portugal	16 Janeiro 1839
	Promovido.	" 1ª "	"	25 Agosto 1845
	"	Secr. (Servio de encarr. de neg. de 1 de Junho a 17 de Nov. 1851).	Estados-Unidos	24 Nov. 1848
	Removido	Secr. (servio enc. neg. de 4 Maio a 20 Outob. 1857 e de 13 Maio a 15 Outob. de 1858).	Francia, Old. Roma, Han., Old., Meckl. Schwarz e Meckl. Sotônia	1 Set. 1851
	Promovido.	Encarr. de negocios . .	Chile	7 Maio 1859
	Removido	" " "	Espanha	20 Nov. 1861
	Promovido.	Ministro residente. . .	Austria	9 Março 1867
	Removido	" " "	R. O. do Uruguay	22 Fevr. 1868
José Ribeiro da Silva.	Nomeado.	Adido de 1ª cl. 4ª. emp. do B. do Cayrã.		5 Dez. 1840
	"	Off. desta sec. d'est.		23 Julho 1842
	Encarado.	Da missão especial do Barão de Cayrã.		6 Fev. 1843
	Nomeado.	Secr. (Servio de neg. de 1 Nov. 1843 a 30 Jun. 1847, e de 20 de Maio de 1848 a Junho de 1850) . . .	Russia	7 Maio 1846
	"	Para servir tambem de secretario.....	Francia	10 Dez. 1847
	Removido.	Secretaria.	Roma	6 Julho 1850
	Promovido.	Encarreg. de neg. ..	Russia	1 Set. 1851
	Nomeado.	Enc. astr. o ministro plen. ad hoc.....	"	13 Maio 1856
	Removido.	Encarreg. de neg. ..	Duas-Sicilias	31 Jan. 1857
	Promovido.	Ministro residente. . .	Russia	9 Dez. 1858
	Encarado.	E posto em disponib.		30 Maio 1863
	Mandado servir.	Ministro residente. . .	Russia	12 Outob. 1867

Continuação dos ministros residentes.

NOMES DOS EMPREGADOS	MOVIMENTOS RENDOIMENTOS ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE PO- DÃO ACCREDITAR-SE	DATAS DOS DECRETOS
Francisco Adolpho de Vas- lagem, ...	Nomeado .	Ad. de 1. ^a cl. (serv. de ess. Abril a Set. 1843)	Portugal	19 Maio 1842
	Mandado .	Em uma comissão es- pecial a Hespanha de Março a Nov. 1846 .	Hespanha	4 Janeiro 1847
	Removido .	Adido de 1. ^a classe .	"	8 Junho 1847
	Promovido .	Secretario (serviço de ess. de neg. de 18 de Jun. a 11 Ag. 1847).	"	8 Junho 1847
	Incumb. de	Uma comissão para ar- chivar de Hes., cujo descrip. foi appres. e lancado em despacho ess. de 17 Fev. 1848.	"	"
	Promovido .	Encarreg. de negocios.	Hespanha	14 Nov. 1851
	"	Ministro residente, . .	Paraguay	9 Dec. 1852
	Removido .	" "	Venezuela, Nova- Granada e Equador	19 Janeiro 1861
	"	" "	Peru, Chile e Equad.	20 Maio 1862
	"	" "	Austria	22 Fev. 1868
A. P. de Carvalho Borges.	Nomeado .	Adido de 1. ^a classe .	Paraguay	9 Nov. 1848
	Removido .	" " " (Ser- viço de encarr. de neg. de 8 de Dec. 1853 a 31 de Jan. de 1854).	"	"
	Promovido .	Secretario	R. O. do Uruguay	15 Junho 1852
	N. também	C. da Junta do C. P.	"	12 Jan. 1854
	Exonerado .	" " "	"	20 Maio 1854
	Removido .	Secr. (Serviço de encarr. de neg. desde 1 Set. 1855 a 3 Out. 1859).	"	29 Set. 1858
	Promovido .	Encarregado de neg. . .	Estados-Unidos	31 Jan. 1857
	Removido .	" " "	Ven., N. Gr. e Eq.	17 Maio 1859
	Exonerado .	E posto em disponib. .	Paraguay	19 Jan. 1861
	Nomeado .	Encarregado de neg. .	"	8 Maio 1862
	Removido .	" " "	Chile	13 Agosto 1862
	Exonerado .	E posto em disponib. .	Bolivia	31 Maio 1863
	Promovido .	Ministro residente, . .	"	29 Set. 1866
			R. Argentina	15 Maio 1867
Jato Alves Laureiro, . . .	Nomeado .	Adido de 1. ^a classe .	Gran-Bretanha	8 Junho 1849
	Promovido .	Secr. (Serv. como enc. de neg. int. 22 Abril 1851 a 5 Jan. 1852).	"	"
	Removido .	Secretario	França	23 Fev. 1851
	"	"	Gran-Bretanha	14 Agosto 1854
	Promovido .	Encarreg. de negocios.	França	3 Março 1855
			Nos Reinos de Ba- viara, Wurt., Gran- Duc. de Bad., Hesse Elzweil, H. Grão Duc. e Conf. Suissa	31 Janeiro 1857
	Removido .	Encarreg. de negocios.	R. O. do Uruguay	8 Nov. 1862
	Promovido .	Ministro residente, . .	"	20 Maio 1863
	Removido .	" " "	Italia	6 Abril 1865

Encarregados de negocios.

NOME DO ENVIADO	NOMINAÇÃO REMOÇÃO etc.	EXERCÍCIOS	PAISES EM QUE FO- RÃO ACRESCITADOS	DATAS DOS DECRETOS
F. Xavier da Costa Aguiar d'Andrade.....	Nomeado. "..... Promovido. Removido. Promovido. Removido.	Adido de 1. ^a classe. (Serviço de secret. de 21 Setemb. 1852 a 30 Dez. 1853 e 6 Ag. a 30 Set. de 1854). Secr. (serviço de encar. de neg. de 1 de Ag. 1854 a 20 Maio 1855). Secr. (serviço de encar. de neg. de 31 de Jul. a 20 Set. 1857 a de 3 de Fev. a 4 de Março de 1858).... Encarreg. de negocios. " " "	Estados-Unidos " " " " Grão-Bretanha V. e Nova-Granada Chile	22 Março 1852 24 Fev. 1855 31 Janeiro 1857 9 Outubro 1853 28 Dez. 1850
Costa Maria de Paula Lo- pes Gama.....	Nomeado. Promovido. "..... Promovido. Exonerado. Mandado..	Adido de 1. ^a classe. Secr. (serviço de encar. de neg. de 15 de Out. de 1855 a 15 de Abril de 1858)..... Encarreg. de negocios. E posto em disp. act. Servir como encarreg. de negocio.....	Grão-Bretanha "..... Austria Paraguay "..... Hespanha	26 Março 1852 "..... 27 Março 1857 30 Maio 1853 4 Agosto 1864 9 Março 1867
J. Constantino de Villeneuve	Nomeado.. Promovido. "..... Removido. "..... Promovido. "..... Acreditado volunt.	Adido de 2. ^a classe.. " de 1. ^a " (Serviço de secret. de 2 de Maio a 30 de Jun- ho de 1857). Adido de 1. ^a classe. " " " Secr. (serviço de encar. de neg. de 4 de Junho a 4 de Out. de 1864, a de 1. ^a de Julho a 11 de Out. de 1865, a de 11 de Junho a 11 de Out. de 1866). Encar. de negocios.. Nos Reinos da . . .	Francia Estados-Unidos "..... Grão-Bretanha Francia "..... "..... Prussia Conf. Suissa Baviera, Wirtem- burg e Outros Do- mos do Reio e do Hannoverstadt .	15 Abril 1851 7 Dez. 1855 "..... 31 Jan. 1857 8 Março 1862 "..... "..... 30 Maio 1863 3 Out. 1866 2 Julho 1867
Ignacio de Avelar Barbosa da Silva.....	Nomeado..	Adido de 1. ^a classe. (Serviço de secret. de 1. ^a de Julho de 1866 a 23 de Dez. de 1868).	".....	".....

Continuação das encaregadas de negocios.

NOME DO EMPREGADO.	NOMINAÇÃO RENOVAÇÃO ETC.	CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ACRESCIDOS	DATAS DOS DECRETOS
		a de encarr. de neg. de 24 de Dez. 1858 a 31 Dez. de 1859).	R. O. do Uruguay	31 Março 1858
Nomeado		Comu. de C. M. em Montevideo, para li- quidar as reclama- ções brasileiras por prejuizos de guerra.	"	
Promovido		Secretario. (Servio de encarr. de neg. de 5 de Set. de 1859 a 12 de Julho de 1863)...		2 Junho 1858
Removido		Secretario.	R. O. do Uruguay	7 Maio 1859
Servio...		De encarr. de neg. de 27 Maio 1864 até 23 de Set. de 1865.	Estados-Unidos	30 " 1863
Removido		Secretario.....	Grã-Bretanha	28 Nov. 1865
		(Servio de encarr. de neg. desde 9 de Julho 1866 até 18 de Junho de 1867).	"	
Promovido		Encarr. de negocios.	Rep. da Equador	9 Março 1867

Secretarias.

NOMES DOS EMPREGADOS	NOVAÇÕES LIMBQUES ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FO- RÃO ACHETADOS	DATAS DOS DECRETOS
J. P. de Andrade Junior.	Nomeado Promovido Mau, como Nomeado Promovido Removido	Praticante desta secr. Asses da mesma . . Assessor Adido de 1ª classe . Secretario "	Grã-Bretanha " Portugal Grã-Bretanha	20 Dez. 1842 25 Junho 1846 12 Março 1853 17 Outubro, 1857 13 Outubro, 1858 22 Abril 1858
Henrique Luiz Ratten . .	Nomeado Removido " Promovido "	Adido de 2ª classe, servindo de secr. " de 2ª classe . . " " 1ª Secretario	Franga Portugal Franga " "	24 Agosto 1843 25 Set. 1847 22 Março 1849 17 Agosto 1849 31 Janeiro 1857
José Marques da Souza Loben	Nomeado Promovido Removido Promovido Removido	Adido de 2ª classe . " de 1ª " de Secretario "	Grã-Bretanha " Franga Peru Brazellas	20 Dez. 1848 2 Abril 1851 12 Fev. 1852 18 Maio 1859 6 Fev. 1861
H. C. de Albuquerque . .	Nomeado Promovido Removido " " " "	Adido de 1ª classe, (Servio de secr. de 16 de Nov. de 1852 a 15 de Agosto 1853, de 26 de Maio a 21 Nov. 1854 a 26 Maio a 26 Julho de 1855). Secretario " " (servio de en- carregado de negos. de 28 de Março até 15 de Nov. de 1855). Secretario (Servio de enqarreg. de negos. desde 23 Jan. até 30 Junho 1857 . Secretario	Grã-Bretanha Peru Rusia R. O. do Uruguay Estados-Unidos Prussia	5 Nov. 1850 2 Maio 1856 9 Dez. 1856 20 Maio 1863 28 Nov. 1865 25 Abril 1868
José D. da Ponte Ribeiro.	Nomeado Promovido Removido "	Ad. de 1ª cl. & n. sup. (Servio de secretario de 27 de Jan. a 13 de Dez. 1858, e desta data até 24 de Dez. 1859 como encarregado de negocios) . . Secretario "	Repabª do Pacifico " Peru Bolívia Peru	25 Fev. 1851 " 14 Janeiro 1853 7 Maio 1859 8 Fev. 1861
José Pereira da Costa Motta.	Nomeado " Promovido Removido " "	Consel geral Adido de 1ª classe . Secretario " " "	Belgica " Portugal Prussia Grã-Bretanha Venezuela	8 Fev. 1854 13 Julho 1851 20 Maio 1863 13 Outubro, 1868 9 Março 1867 12 Outubro, 1867

Continuação dos secretarios.

NOME DO EMPREGADO	NOME DAS RENOVAÇÕES ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FO- RAM ACREDITADOS	DATAS DOS SECRETOS
Eduardo Callado	Nomeado..	Adido de 1ª classe.	Ven., N. Gr. e Eq.	28 Dez. 1855
	Renovido..	" " "	Gran-Bretanha	19 Agosto 1857
	"	" " "	Franga	18 Junho 1858.
	"	" " "	Gran-Bretanha	8 Março 1862
	Exonerado..	" " "	"	30 Maio 1863
	Nomeado..	" " "	Prussia	22 Nov. 1864
	Renovido..	" " "	Russia	31 Julho 1865
	Promovido..	Secretario min. espec.	Bolivia	29 Set. 1866
B. F. Torcato da Barros . .	Nomeado..	Adido de 1ª classe.	Estados-Unidos	14 Fev. 1857
	Renovido..	" " "	Bolivia	29 Maio 1863
	"	" " "	Estados-Unidos	29 Julho 1865
	Promovido..	Secretario	R. O. de Uruguay	20 Maio 1869
Luiz Cruz de Lima e Silva.	Nomeado..	Adido de 2ª classe.	Russia	23 Março 1857
	Renovido..	" de " "	Austria	23 Junho 1858
	Promovido..	" de 1ª "	Baviera e Confeder.	
			Suiza	7 Maio 1859
	Renovido..	" de " "	Franga	23 Set. 1861
	Promovido..	Secretario	Estados-Unidos	28 Out. 1868
José Henriques de Mello e Alvim	Nomeado..	Adido de 1ª classe. (Servio de secr. 7 Set. de 1859 e de exc. do reg. 21 do mesmo mes até 22 Nov. 1863).	R. O. de Uruguay	7 Maio 1859
	Promovido..	Secretario (Servio de E. de N. desde 8 de Fev. até 31 de Março 1868).	" "	28 Nov. 1865
	Renovido..	Secretario	Portugal	9 Maio 1868

Addidos de 1.ª classe.

NOME DO EMPREGADO	DESCRIÇÃO DEMISSÃO ETC.	CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO A CREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
J. Bernardo Dias V. Berquá.	Nomeado.	Addido de 2.ª classe.	Portugal	21 Julho 1840
	Promovido.	" de 1.ª "	"	4 Janeiro 1847
	Exonerado.	" de " "	"	8 Nov. 1851
	Nomeado.	" de " "	Estados Pontificios	7 Dez. 1855
	Removido.	" de " "	Portugal	20 Maio 1856
		(Servio de secr. de 5 de Janeiro de 1858 até 20 de Out.)		
Antonio M. Dias Viana Berquá	Nomeado.	Addido de 2.ª classe.	Portugal	9 Março 1847
	Promovido.	" de 1.ª "	Roma	31 Janeiro 1857
		(Servio de sec. 28 Ag. a 2 Nov. 1858 e de sec. de reg. 3 Nov. a 31 Março 1863).		
	Removido.	Addido de 1.ª classe.	Bruxellas	30 Maio 1863
		(Servio de secr. 1 Nov. até 22 Out. 1864).		
João Vieira de Carvalho . .	Nomeado.	Addido de 2.ª classe.	Franga	28 Março 1854
	Promovido.	" de 1.ª "	Perú, Chile, Equad.	30 Maio 1853
	Removido.	" de " "	Franga	30 Dez. 1855
João de Almeida Vancu- cellos	Nomeado.	Addido de 2.ª classe.	Belgica	7 Agosto 1857
	Exonerado.	" de " "	Portugal	Junho 1858
	Admittido.	Ass. trabalhos desta sec.		24 Abril 1862
	Nomeado.	Addido de 1.ª classe.	Ven., N.-G. e Eq.	9 Janeiro 1863
	Removido.	" de " "	Portugal	30 Maio 1863
	Exonerado.	" de " "	"	22 Nov. 1864
	Nomeado.	" de " "	R. O. do Uruguay	8 Junho 1866
		(Servio de sec. desde 8 de Fev. 1867 até 19 Out. 1868).		
J. P. Wenceslao R. de Agui- lar	"	Addido de 1.ª classe.	Austria	19 Agosto 1857
João de Magalhães Collaço Vallanques Sacramento . .	"	Addido de 2.ª classe.	Portugal	20 Maio 1859
	Removido.	" de " "	Gran-Bretanha	3 Julho 1860
	Promovido.	" de 1.ª "	Portugal	6 Março 1861
	Removido.	" de " "	Gran-Bretanha	30 Maio 1863
	"	" de " "	Portugal	5 Dez. 1865
João Arthur de Souza Cor- reia	"	Addido de 1.ª classe.	Gran-Bretanha	18 Junho 1859
	Removido.	" de " "	Franga	30 Maio 1863
	"	" de " "	Gran-Bretanha	9 Março 1867
Evangelista Camargo de Attai- de Moniz	Nomeado.	Addido de 2.ª classe.	Franga	2 Agosto 1859
	Promovido.	" de 1.ª "	Confeder. Suissa	30 Dez. 1860

Continuação dos addidos de 1ª classe.

NOME DO EMPREGADO	NOMINAÇÃO REMOÇÃO ETC.	CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ATRIBUÍDOS	DATAS DOS DECRETOS
Egas Maxim Barrato de Azeite	Nomendo	Addido de 2ª classe. (Serviço de secr. de 1º de Junho a 21 de Out. 1861 e de 28 Maio a 8 Out. de 1862.)	Prussia	28 Out. 1859
	Promovido	Addido de 1ª classe... (Serviço de secr. de 4 de Junho a 4 de Out. de 1864).	"	30 Maio 1862
	Removido	Addido de 1ª classe... (Serviço de secr. de 28 de Junho a 28 de Set. de 1865).	Portugal	22 Nov. 1864
	"	Addido de 1ª classe... (Serviço de secr. desde 9 de Julho de 1866 até 11 de Nov., e como sec. de neg. int. de 12 deste mae, até 2 de Julho de 1868).	Gran-Bretanha	5 Dez. 1865
Marcos Antonio de Araújo e Alves	Nomendo	Addido de 2ª classe.	Prussia	7 Nov. 1859
	Admittido	Acreditado de 1ª classe.	"	10 Agosto 1863
	Promovido	" de 1ª "	Russia	25 Nov. 1865
	Removido	"	Paris	9 Março 1867
Leão Augusto de Padua Fleury	Mandado	Serv. nesta secr. d'ent.	"	6 Set. 1862
	Nomendo	Addido de 1ª classe... (Serviço de secr. de neg. de 28 de Abril a 27 de Maio de 1864 e de 18 de Agosto a 24 de Dez. de 1867. Serviço de secr. de 28 de Jan. a 28 de Abril de 1864, de 27 Maio de 1864 a 21 de Set. de 1865, de 29 Out. de 1865 a 25 de Nov. de 1865, de 23 de Jan. a 5 de Julho de 1867 e de 24 de Decembro de mesmo anno até 14 de Março de 1869).	Estados-Unidos	30 Maio 1863
Alfredo Sergio Teixeira de Macedo	"	Addido de 1ª classe. (Serviço de secr. de neg. de 4 Dez. 1864 a 31 de Maio de 1865).	Russia	2 Out. 1864

Continuação dos addidos de 1ª classe.

NOME DO EMPREGADO	NOMINAÇÃO REMOÇÃO STYL.	CATEGORIA	PAIS EM QUE FO- RÃO ADMITIDOS	DATAS DOS DECRETOS
	Removido.	Addido de 1ª classe., (Servio de encarr. de reg. de 6 de Junho a 18 de Out. de 1887).	Prussia.	31 Julho 1885
Francisco de Carvalho Mo- reira	Nomado.	Addido de 2ª classe. " de 1ª "	Prussia Guan-Bretanha	7 Out. 1884 29 Set. 1886
Luiz Antonio de Alvaraga e Silva Peixoto	" Promovido.	Addido de 2ª classe. " de 1ª "	Rep. Argentina " "	17 Maio 1886 20 Maio 1888
Joaquim Maria Nascimento de Azeiteira Junior.....	"	Addido de 1ª "	E. U. de Colombia	6 Março 1887
Aleixo José Fortado.....	"	Addido de 1ª "	Russia	29 Abr. 1888
José Gargel de Amaral Va- lente	"	Addido de 1ª classe.	Rep. da Bolivia	27 Janeiro 1890

Condules geraes.

SOMES DOS EMPREENDIDOS	INDICAÇÕES NOMEAÇÕES ETC.	CATEGORIAS	PAISES EM QUE FO- RÃO ACREDITADOS	DATAS DOS DECRETOS
Joaquim Manoel da Rocha.	Nomeado. Promovido. Nomeado..	Adido de 2ª classe.. Adido de 1ª classe.. 1º de serv. cons. ger.	Franga Estados-Unidos Franga	16 Abril 1891 20 Junho 1896 12 Março 1897
Antonio de Sousa Ferreira.	" Acreditado tambem Exonerado elemente	Consul geral..... Exerc. de neg. inter. " " " " " "	Peru " "	10 Julho 1895 4 Out. 1894 7 Junho 1898
Luiz Henrique Ferreira de Aguiar.....	Nomeado.. Incompleto.. Nomeado.. Exonerado.. Functo..... Nomeado.. Renovado..	Adido de 2ª classe.. Do consulado geral.. Consul geral..... " " Em dispatch. active.. Consul geral..... " "	Estados-Unidos.. " " " Rep. O. de Uruguay Estados-Unidos	28 Nov. 1897 16 Abril 1891 12 " 1892 10 Março 1893 5 Abril 1893 2 Fev. 1894 7 Nov. 1894
Ernesto Antonio de Sousa Lacoste.....	Nomeado.. Exonerado.. Nomeado.. Renovado.. Nomeado tambem Renovado.. " " "	Consul geral..... " " " " " " " " " " " " " " " "	Hispanha " Grecia Sardania e Toscana Parma Prussia Sard. e Grã-Bre. de Tosc. e Parma Grecia Suécia e Dinamarca	2 Março 1894 19 Junho 1895 25 Jan. 1897 21 Dec. 1893 16 Junho 1892 30 Maio 1894 28 Fev. 1897 3 Maio 1898 8 Jan. 1891
Frederico Magnus d'Abram- ches.....	Nomeado.. Renovado.. "	Consul..... " "	Cayenna Nuita Cayenna	5 Dec. 1890 10 Agosto 1898 12 Jan. 1891
José Carlos Pereira Pinto.	Nomeado..	Consul geral.....	Rep. Argentina	21 Junho 1898
Felix P. de Brito e Mello.	"	Consul geral.....	Hispanha	14 Out. 1893
Ernesto Soffert.....	"	Consul.....	Cabo de Boa-Espar.	6 Out. 1895
José de Almeida.....	"	Consul.....	Singapore	9 Out. 1896
Antonio Alves Machado de Andrade Carvalho.....	" Renovado.. "	Consul geral..... " " " "	Din., Sacc. e Nor. Turquia Holanda	11 Fev. 1897 7 Maio 1899 8 Abril 1891

Continuação das consulatos geraes.

NOME DO EMPLEADO	NOMINAÇÃO EXERCÍCIO ATO.	CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ACRESCENTADOS	DATAS DOS INGRESSOS
Francisco Manoel Barreto de Albuquerque.....	Nomeado..	Consul geral.....	Conf. Suíça, Bav., Bad., Würt., Han. Elzetal e Hesse Grau-Ducal	12 Out. 1857
	Removido..	" "	Old. Hesse., Grau- Ducado de Old. Mackl. Schwarzia e Mack. Strelitz.	8 Nov. 1862
Manoel Antonio Moreira...	Nomeado..	1.º official desta secre- taria de estado.....		19 Fev. 1859
	"	Consul geral.....	Bélgica	30 Maio 1863
Manoel de Araújo Porto- Alagoa.....	"	Consul geral.....	Prussia	18 Maio 1859
	Removido..	" "	Portugal	7 Fev. 1867
Dr. Cesar Perissini.....	Nomeado..	Consul geral.....	Sardenha	5 Fev. 1860
Melchior Carneiro do Men- des Frases.....	"	Consul geral.....	R. O. do Uruguay	6 Junho 1860
Manoel José Babello.....	"	Vice-consul.....	Porto	5 Agosto 1864
	Elevado a	Consul privativo....	"	7 Fev. 1867
Antonio Marques Soares..	Nomeado..	Consul geral.....	Prussia	7 Fev. 1867
José Baptista.....	"	Consul geral.....	Baviera, Würtemb., Suíça, Gr.-Duc. de Bade, Gr.-Du. de Hesse, Hesse Elet.	29 Maio 1867
Barão Marco de Morpurg.	"	Consul.....	Austria	4 Jan. 1868
Ignacio de Rego Barros Pen- a.....	"	Consul.....	Loreto	16 Janeiro 1869
Honrique Fernandes Elias..	"	Consul.....	Santa C. de la Sierra	27 Janeiro 1869

Agentes diplomaticos e consulares que se acham em disponibilidade.

N. NOME DO EMPREGADO	NOMINAÇÃO DEMISSÃO ETC.	CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RAO ATRIBUÍDO	DATAS DOS DECRETOS
Conde de Jussé Maria do Amorim.....	Nomado..	Adido de 2ª classe.	Grã-Bretanha	14 Julho 1835
	Promovido.	" de 1ª a ser- viço de secretario..	Estados-Unidos	29 Abril 1837
	Reversido.	Adido de 1ª classe.	Portugal e Hespanha	23 Agosto 1839
	Nomado..	Secretaria interior...	" "	13 Jan. 1841
	Promovido.	" effectivo...	Roum	9 Out. 1842
	"	Encarg. de neg. ...	Belgica	7 Maio 1843
	Reversido.	" "	Francia	21 Nov. 1848
	Exonerado.	" "	"	25 Fev. 1851
	Nomado..	Env. extr. e m. plen.	R. O. de Uruguay	4 Jan. 1854
	Reversido.	" "	Confed. Argentina	20 Set. 1856
	Accreditado tambem	" "	Paraguay	5 Jan. 1857
	Exonerado.	" alocado no	"	9 Dez. 1858
João da Costa Hugo Men- teira.....	Reversido.	"	Peru	21 Maio 1861
	Exonerado.	E posto em disp. ant.	"	19 Set. 1862
	Nomado..	Adido de 1ª classe.	Peru e Bolivia	23 Março 1840
	Promovido.	Encarg. de neg. ...	Bolivia	12 Abril 1842
	Exonerado.	" "	Bolivia (sem chi- funções até 30 de Nov. de 1843)	17 Nov. 1843
	Nomado..	C. g. e enc. neg. int.	Chile (sem acrição 5 de Julho 1851).	8 Julho 1848
	Reversido.	Encarg. de neg. .	Bolivia	1 Março 1851
	"	" "	Chile	18 Nov. 1851
	Promovido.	Ministro residente...	Bolivia	7 Maio 1852
	Exonerado.	E posto em disp. ant.	(Servio até 30 de Jan. de 1854.)	20 Maio 1853
Joaquim Castano da Silva.	Nomado..	Encarg. de negociaç.	Prussia-Boisac	14 Nov. 1851
	"	Tambem consul geral.	"	8 Fev. 1854
	Exonerado.	E posto em disp. ant. ...	"	3 Abril 1861
Conde de Bento do Prado.	Nomado..	Env. extr. e m. plen.	Estados-Unidos	18 Nov. 1851
	Reversido.	" " " "	Grã-Bretanha	4 Maio 1854
	Exonerado.	Em missão especial.	Francia	9 Abril 1855
	Reversido.	Env. extr. e m. plen.	Grã-Bretanha	12 Out. 1857
	Posto . .	Em disponibilidade	"	4 Nov. 1866
João J. F. dos Santos...	Nomado..	Sec. (Servio de encan- do neg. de 3 Junho a 30 de Dez. 1848, de 9 Junho 1853 a 11 Jan. 1854 e 30 Maio a 12 de Set. de 1855 e de 29 de Junho a 29 de Set. de 1860, e de 14 a 30 de Junho 1862).	Portugal	10 Abril 1848
	Exonerado.	E posto em disponib. .	"	20 Maio 1863

Continuação dos agentes diplomaticos e consulares que se acham em disponibilidade.

NOME DO EMPREGADO	NOMINAÇÃO MEMORIAES ETC.	CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ACHENTADOS	DATAS DOS LICENCIAS
Aurelio de Castro.....	Nomado..	Auxil. da sec. do Imp.	Prussia	17 Nov. 1852
	"	" desta secret.		11 Out. 1853
	"	Adido de 1. ^a cl. (Sere. int. do sec. 24 Maio 11 Junho de 1859).		19 Agosto 1857
	Promovido.	Sec. (Brega a leg. na ausencia do seu chefe, de 12 de Junho a 4 de Out. do mesmo an- no, de 28 de Maio a 5 de Out. de 1860, de 1 de Junho a 31 de Out. de 1861, de 28 Maio a 14 Out. 1863, e de 1 de Jun. a 20 de Set. 1864)	"	7 Maio 1862
	Exonerado.	E posto em disp. activa..		30 " 1862
Leonel Martiniano de Alga- ves.....	Removido.	Secretario.....	Paraguay	4 Agosto 1864
	Posto.....	Em disp. activa.....		21 Março 1865
	Mandado..	Servir nesta secret.	"	8 Março 1854
	Nomado..	Adido de 1. ^a classe.	R. O. do Uruguay	18 Abril 1854
	Removido.	Adido de 1. ^a classe, servindo da secret.	Austria	2 Maio 1858
José Maria da Gama Dias Beaqué.....	Promovido.	Secretario.....	Castela. Argent.	12 Fev., 1857
	Exatreg..	Da leg.int. por desp. da V. a corte.		1 Dec. 1859
	"	Em comm. reserv. em		22 Dec. 1859
	Removido.	Secretario.....	Estados-Unidos	5 Abril 1861
	Exonerado.	E posto em disp. a.t.		20 Maio 1863
	Mandado..	Servir exc. de neg. int.	Venezuela	6 Abril 1865
	Removido.	Secretario.....	Prussia	9 Março 1867
	Exonerado.	E posto em disponib.	"	31 Out. 1867
	Nomado..	Adido de 2. ^a classe.	Portugal	8 Agosto 1854
	"	Consul geral.....	Grecia	11 Julho 1857
João Wilton de Mattos..	Removido..	"	Suecia e Dinamarca	5 Maio 1860
	"	"	Grecia	8 Jan. 1861
	Exonerado.	"	"	13 Dec. 1861
	Posto.....	Em disponib. activa..		10 Dec. 1862
João Wilton de Mattos..	Nomado..	Consul.....	Cayman	26 Nov. 1866
	Removido..	"	Santa	12 Jan. 1861
	"	"	Lomb.	24 Set. 1861
	Exonerado.	Posto em disponib. . .	"	9 Janeiro 1869
Luiz P. de Lacerda Wencesl.	Nomado..	Consul geral.....	Baviera, Wurt. Gr.- Duc. de Bade, etc.	18 Julho 1863
	Exonerado	o posto Em disponib. activa..		29 Maio 1867

Agentes diplomaticos que se acham aposentados.

NOME DO EMPREGADO	FORMAÇÃO REMOÇÕES ETC.	CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÁO APOSTENTADO	DATA DO DEBITO
Conselheiro Duarte da Costa Beloire.....	Nomado..	Consul geral.....	Itaquara	20 Maio 1826
"	"	Dire. gen. de neg. int.	Pará e Chile	10 Fev., 1829
Exonerado..	"	Secr. de neg. int.	"	29 Nov. 1831
Nomado..	"	"	Estados Mexicanos	12 Julho 1832
Exonerado..	"	"	"	8 Fev., 1835
Nomado..	"	"	Pará e Bolivia	6 Julho 1838
Fimado...	"	A missão para ser in- cumbido de outra....	"	17 Agosto 1837
Nomado..	"	Official desta secretar- ia de estado e chefe da 2.ª secção.....	"	23 Nov. 1841
"	"	Ministro residente....	Confed. Argentina.	12 Abril 1842
Exonerado..	"	"	"	20 Janeiro 1844
Nomado..	"	Env. extr. e min. plen. em missão especial...	Nas Rep. de Chile, Bolív., Perú, Equa- dor, Ven. e N. Gra- nada.....	25 Fev., 1841
"	"	"	Quanto às tres últi- mas Repúblicas...	10 Março 1852
Fimado....	"	A missão.....	"	25 Julho 1852
Exonerado..	"	De official desta secret. de est., e consel. em disponção activa....	"	3 Janeiro 1853
Aposent...	"	Env. extr. e min. plen. com 2:2405.....	"	25 Junho 1857
Conselheiro Bento do Rio Grande.....	Nomado..	Secretario.....	Napoles	24 Julho 1826
Removido..	"	"	Franga	18 Janeiro 1828
Promovido..	"	Exoner. de seg. de est.	Estados-Unidos	29 Dec. 1838
"	"	Env. ext. e min. plen.	Gran-Bretanha	2 Dec. 1833
Exonerado..	"	"	"	30 Janeiro 1835
Nomado..	"	"	Portugal, além de comprimentar a Rainha.....	23 Agosto 1834
"	"	"	Franga	1 Dec. 1837
"	"	"	Gran-Bretanha, em missão especial...	27 Abril 1813
Exonerado..	"	Misto especial....	Gran-Bretanha, vol- tando para a missão de Franga.....	24 Nov. 1848
Aposent...	"	Com 2:4534333.....	"	19 Janeiro 1854
Conselheiro Antonio de Mo- niz de Vasconcellos de Draumond.....	Nomado..	Exoner. de neg. int. e consul geral.....	Prussia, Saxonia, Cid. Hamb., Han., Meckl. Schwerin e Meckl. Strélitz.	2 Set. 1830
Promovido..	"	Exonerado de neg. ..	Sardenha	9 Maio 1834

Continuação dos agentes diplomaticos que se acham aposentados.

NOME DOS EMPREGADOS	NOMENCLATURA EMPLO.	CATEGORIA	PAISES EM QUE FO- RÃO ACRESCITADOS	DATAS DOS EMPLEOS
	Removido.	Encarregado de neg..	Est. Pont., Tomo. Pariza e Nap.	6 Fev. 1835
	Transferido.	Ministro residente. ...	Est. Pont. e Tomo.	8 Abril 1836
	Acreditado tambem	" "	Sardenha	11 Maio 1836
	Transferido.	Env. extr. e min. plen.	Portugal	24 Abril 1837
	Exonerado.	Em posto em disp. activ.		6 Agosto 1838
	Aposentado	Env. extr. e min. plen. com o ord. de 3-2003.		21 Junho 1839
Joaquim Alves de Brito, ...	Removido..	Consul geral e encar. de negocios interiores..	Austria	28 Nov. 1839
	Transferido.	Secretario.....	"	10 Dez. 1839
	Removido..	Consul geral e encar. de negocios interiores.	Hollanda e Belgica	28 Julho 1837
	Exonerado.	" "	"	2 Set. 1837
	Removido..	Secretario.....	Russia	10 Outubro 1838
	Exonerado.	"	"	30 Dez. 1841
	Removido..	"	Austria	3 Dez. 1844
	Exonerado.	Em posto em disp. inact.		7 Julho 1854
		Posto " activ.		28 Abril 1858
	Aposentado	Secretario, com o orde- nado de 3-15360 m.		21 Junho 1859

Secretaria d'Estado dos negocios estrangeiros, 26 de Abril de 1860.

Joaquim Thomaz de Azevedo.

N. 6.

Quadro do corpo consular brasileiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCALES ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU NOMINAÇÕES
Austria.....	Consul geral Vice-consul Idem	Barão Marco de Morpurgo..... Barão G. de Hauser..... Maurício Schasppar.....	Austria Fiume Vienna	4 Jan. 1818 22 Março 1819 7 Nov. 1819
Bade.....	Consul geral Vice-consul	José Battania..... Ferdinco Mathias.....	Carlsruhe	20 Maio 1807 21 Dez. 1810
Baviera.....	Consul geral	José Battania.....		30 Maio 1807
Belgica.....	Idem Vice-consul Idem Consul hon. Vice-consul	Manoel Antonio Moreira..... Emilio Ullrich..... Constance Verhaeghe..... Johs Nagelskoren..... Emilio Perken.....	Bruxelles " " Gand Liège Antuerpia	15 Junho 1803 20 Março 1803 9 Set. 1804 8 Julho 1803 6 Fev. 1804
Bolivia.....	Idem	Manoel Barran.....	Cobija	30 Dez. 1807
Bremen.....	Consul Vice-consul	Henrique Witte..... Francisco Frederico Douts.....	Bremen " "	19 Nov. 1803 27 Abril 1810
Chile.....	Consul	José Henrique Patrocin.....	Valparaiso	8 Jan. 1823
Dinamarca.....	Consul geral Vice-consul Idem Idem Consul Vice-consul	Ernesto Ant ^o de Sousa Leonte... Viggo Whit..... Christian Peter Han..... Johs Schroeder..... Jacob Henrique Maren..... Jens H. Bollen.....	Copenhague " " Gluksstadt Copenhague I. de S. Thomas Stockholma	19 Jan. 1801 12 Set. 1810 25 Junho 1823 3 Março 1808 18 Jan. 1803 5 Maio 1808
Equador.....	Idem	Manoel Oerantis.....	Guayaquil	
Egypto-Syria.	Cons. g. hon. Vice-consul Idem	Conde Miguel de Deltant... E. Murrin..... G. H. Pondeliver.....	Alexandria " " Cairo	21 Fev. 1803 15 Set. 1808 15 Set. 1808
Est. Pontificios	Idem	Antonio Patrocin Lema.....	Gr. Veneia	32 Jan. 1807
Estados-Unidos d'America..	Consul geral Vice-consul Agente cons. Consul hon. Vice-consul Idem Agente-cons. Vice-consul Idem Idem Idem Idem	Luis Henrique Ferreira de Aguiar. Cesar Marques..... Camillo José Ludmann..... Archibald Foster..... Est. Higginson..... Edward S. Syers..... Jorge W. Mahol..... C. Oliveira O'Donnell..... Adolfo T. Kieckhefer..... Myer Myers..... Herman B. Baldwin.....	New-York " " " " Boston " " Philadelphia Baltimore " " Washington Norfolk Richmond	14 Nov. 1804 21 Agosto 1808 27 Nov. 1805 30 Nov. 1819 23 Dez. 1807 10 Fev. 1842 31 Maio 1845 25 Agosto 1847 7 Dez. 1855 20 Out. 1832 28 Março 1850

Continuação do quadro do corpo consular brasileiro.

PÁTRIA	EMPREGOS	NOME	LOCALES TYPE RESIDENCE	DATAS DAS CARTAS PATENTES OF REMPLACEMENT
Estados-Unidos d'America.	Vice-consul	Eugenio Buchet.....	Charleston	25 Agosto 1886
	Idem	André Foster Elliot.....	New-Orleans	10 Set. 1884
	Agente cons.	Charles Hyattier.....	"	27 Out. 1888
	Vice-consul	Guilherme Harry Judah.....	Panama	9 Agosto 1886
	Idem	Oscar G. Pender.....	Wilmington	27 Out. 1889
	Idem	James W. Mc. Donald.....	Savannah	21 Nov. 1887
Estados-Unidos da Colombia.	Consul	Henrique Fernandes Eiras.....	S.º C. de la Sierra	27 Janeiro 1889
	Vice-consul	José Venezuela.....	Santa Martha	24 Março 1889
França.....	E. do consulado geral	Juvencio Maciel da Rocha.....	Paris	
	Vice-consul	Luis Antonio Martins.....	"	19 Fev. 1886
	Idem	Eduardo Ferreira Alves.....	Hiers	23 Nov. 1888
	Consul hon.	Adolpho Bonfils.....	Cherburgo	23 Set. 1889
	Vice-consul	Luis João Baptista Victor Jours.....	Toulon	21 Nov. 1884
	Idem	J. A. Augoud.....	Abbeville	26 Junho 1887
	Idem	Hervéus Adams.....	Boulogne	6 Março 1885
	Idem	D. A. Victor Viéras.....	Montpellier	9 Maio 1887
	Idem	Antonio da Costa Saraiva.....	Marsella	3 Junho 1887
	Idem	J. B. Moufflet.....	Bayonne	27 Junho 1887
	Idem	R. Pay Filho.....	Lyon	7 Janeiro 1888
	Idem	J. M. Basile.....	Brest	18 Junho 1888
	Idem	José Baptista Ernesto Vieira.....	Bordeaux	16 Setembro 1883
	Idem	Renato Denis Grossen.....	Nantes	11 Julho 1885
	Idem	Carlos Gustavo Fitra.....	Dunkerque	6 Abril 1883
	Idem	Carlos Luis Pedro Schyns.....	Cotto	8 Agosto 1886
	Consul	Francisco Raman.....	Anger	8 Abril 1888
	Vice-consul	Léon Sellar.....	Loirent	10 Dezembro 1888
	Idem	J. Ma.....	Port-Vendres	10 Julho 1887
	Idem	José Baptista Birk.....	Niza	15 Março 1888
	Idem	Victor Masural.....	Oran	25 Agosto 1881
	Consul	Frederico Magno d'Alencastre.....	Cayenna	19 Janeiro 1881
	Vice-consul	Pedro Eugenio Niel.....	Porto de Rodon	19 Junho 1888
	Idem	Emilio Chevaller.....	Saint Nazaire	23 Fev. 1889
Gran-Bretanha e suas posses.	Idem	José Marques Braga.....	Liverpool	21 Janeiro 1883
	Chanceler	Ricardo Henrique Foster.....	"	6 Novembro 1881
	Vice-consul	Alfredo Fox.....	Falmouth	2 Maio 1887
	Idem	Samuel Wallard West.....	Dual	5 Junho 1885
	Idem	Guilherme Croft.....	Hull	12 Setembro 1886
	Idem	Samuel M. Lathas.....	Dover	20 Dezembro 1883
	Idem	Luis Augusto da Costa.....	London	11 Outubro 1883
	Idem	João Baker.....	Portsmouth	6 Março 1888
	Idem	Henrique Fox.....	Gloucester	20 Abril 1847
	Idem	Eduardo Ribon.....	New-Castle	10 Abril 1847
	Idem	Thomas Hill.....	Southampton	3 Janeiro 1847
	Idem	Thomas Ware Fox Junior.....	Plymouth	14 Janeiro 1858
	Idem	Thomas Harling.....	Cornu	2 Janeiro 1887
	Idem	Roberto Gray.....	Olaugov	2 Janeiro 1840

Continuação do quadro do corpo consular brasileiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCALES ONDE RESIDEM	ENTR. NAS CARTAS PATENTES OU DESEMPACIOS
Grã-Bretanha e suas posses.	Vice-consul	Henrique Duvernoy.....	Leith	26 Janeiro 1852
	Idem	Carlos Rovers.....	Birmingham	11 Abril 1859
	Idem	Diego Fyliking.....	Troon	20 Julho 1847
	Idem	Guilherme Collier.....	Dundee	20 Julho 1847
	Idem	Jorge Newham Harvey.....	Cork	7 Junho 1854
	Idem	Thomas Snow.....	Dublin	27 Abril 1857
	Idem	Ricardo G. Stothhouse.....	New-Port	10 Decemb. 1850
	Idem	Carlos Bath.....	Swansea	6 Octab. 1859
	Idem	Roberto Paul Raymond.....	Sidney (Austr.)	3 Janeiro 1858
	Consul	C. S. Papps.....	G. de Bea-Roy.	6 Janeiro 1854
	Vice-consul	Jorge Berg.....	"	20 Janeiro 1852
	Idem	Horacio La Boutillier.....	Gaspé (Canadá)	3 Fev., 1853
	Idem	Donald Sutherland.....	Montreal	3 Agosto 1857
	Consul hon.	Eduardo Sarrailh.....	Maurícia	6 Mar., 1858
	Idem	Clarence Edgard Art' de Souza.....	Calcutta	12 Agosto 1852
	Vice-consul	Guilherme Le Marquier.....	Gurumsey	10 Setemb. 1852
	Idem	Henrique Carlos Bertran.....	Jamsey	5 Junho 1855
	Idem	Diogo Rohm.....	Adelaide	12 Dez. 1853
	Idem	José Bento.....	Gibraltar	8 Octab. 1855
	Idem	Miguel Tobin.....	Halifax	21 Nov. 1856
	Idem	Guilherme Harrison.....	Shields	18 Agosto 1849
	Idem	José Lopes Hooe.....	Serra Leoa	6 Dez. 1847
	Idem	Jorge Moss.....	Santa Helena	29 Março 1848
	Idem	Miguel Roberto Ryan.....	Limerick	26 Octab. 1853
	Idem	Jorge Gerald Bingham.....	Belfast	6 Junho 1859
	Idem	Eduardo Just Night.....	Cardiff	3 Abril 1857
	Idem	Jonathan Rime Wren.....	Malbouras	26 Octab. 1853
	Consul hon.	Alfredo Lewton Hodge.....	Ramsgate	5 Junho 1855
	Idem	Cervantes Tagli.....	Malta	27 Março 1851
	Idem	José de Almeida.....	Singapore	12 Maio 1857
	Vice-consul	Antonio de Almeida.....	"	13 Junho 1857
	Idem	Rua Fernandes.....	Donbaine	5 Junho 1841
	Idem	Thomas Thompson Jackson.....	Millford	5 Nov. 1854
	Idem	Ricardo Pearce.....	Bristol	5 Nov. 1854
	Idem	Benjamin Corrie.....	Leeds	4 Dez. 1855
	Idem	Domínguez Montforn.....	I. da Trindad	8 Julho 1858
	Idem	José H. Cox.....	Manchester	12 Julho 1858
Haiti.....	Consul	José Maxwell Savage.....	"	21 Janeiro 1861
Hamburgo....	Consul geral	F. Moisés Barreto de Aragão.....	Hamburgo	3 Janeiro 1853
	Vice-consul	Barto F. G. de Lisetow.....	"	11 Maio 1851
Hispanha....	Consul geral	Felix Peixoto de Brito e Mello.....	Sevilla	21 Octab. 1853
	Vice-consul	Montague Bellamy.....	Cádiz	6 Abril 1854
	Consul hon.	Thomas d'Arrou.....	Malaga	25 Agosto 1846
	Idem	Salvador Vidal.....	Barcelona	31 Agosto 1853
	Vice-consul	D. Ramon Ben.....	"	30 Junho 1854
	Idem	Manoel Calde.....	Tarragona	5 Dez. 1851
	Idem	Fernando Acosta.....	Gerona	23 Setemb. 1858
	Idem	José María Abella.....	Carracho	22 Julho 1858
	Idem	Thomas José Espalín.....	Bilbao	20 Setemb. 1858
	Idem	Mathias Bover y Oliver.....	Palma	28 Março 1855

Continuação de quadro do corpo consular brasileiro.

PAÍSES	EMPREGOS	NOMES	LOCALES ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS	
				PATENTES OU DEMONSTRAÇÕES	
Hispânia	Vice-consul	Thomas Mircos.....	Sancti-Jer	4 Julho	1867
	Consul hon.	José Miguel Fernandes.....	Havana	16 Setemb.	1869
	Vice-consul	Fernão D. del Castellar y Zamora.	Valencia	5 Janeiro	1866
	Idem	D. José Lourenço Negreiros.....	Manilla	28 Setemb.	1854
	Idem	Jayme Ullar.....	Valah (L. Min.)	26 Abril	1843
	Idem	D. Barrozo Taveira.....	Sedilha	8 Julho	1841
	Idem	José Gudiñ y Morato.....	Alicante	4 Agosto	1855
	Idem	Francisco Filgueiras.....	Vigo	6 Abril	1859
	Idem	Angelo Cross.....	Tenorio	23 Fev.	1869
	Consul	José Emilio Teruñ.....	Porto-Rico	17 Setemb.	1862
	Vice-consul	José Manuel Adalid.....	Hugra	6 Abril	1864
	Idem	Miguel Ruiz de Vilanova.....	Almeria	28 Mar.	1864
Hann G.-Danz	Consul geral	José Bettanin.....		29 Maio	1867
Itália.	Idem	Dr. Cesar Perinzi.....	Genua	23 Agosto	1862
	Vice-consul	Francisco Domingo de Carvalho.	"	6 Nov.	1855
	Idem	José Petella.....	Veneza	30 Abril	1867
	Idem	Guadencio Costi.....	Spina	9 Agosto	1858
	Idem	Costanzo Urbana.....	Cagliari	15 Fev.	1851
	Idem	Luiz Bonzano.....	Lerici	14 Setemb.	1859
	Idem	Marcos Francisco Felles Carrega.	Sampierdama	15 Set.	1863
	Idem	Manoel Signorili.....	Sasi	15 Set.	1863
	Idem	Niccolò Pasotto.....	Ancona	15 Set.	1863
	Idem	Agostinho Molino.....	Rapallo	15 Set.	1863
	Idem	Antonio Cardella.....	Orgenati	15 Set.	1863
	Idem	Carico Manzoni.....	Milão	15 Set.	1863
	Consul hon.	Luiz Joaquim Souzaque.....	Turin	27 Março	1867
	Idem	Alexandre Bracchi.....	"	10 Junho	1866
	Vice-consul	José Maria.....	Savona	16 Julho	1851
	Idem	José Pinjao Volanti.....	Palerno	4 Abril	1866
	Idem	Antonio Lipari.....	Trapani	14 Setemb.	1866
	Idem	Gaston Morelli.....	Catania	5 Junho	1860
	Idem	Antonio Laguidara.....	Mellano	16 Outob.	1851
	Idem	Gaston Barbera.....	Catania	28 Setemb.	1859
	Idem	Enygdio Coppa.....	Pescara	18 Agosto	1849
	Idem	Vicenzo de Escuditi.....	Toronto	18 Decemb.	1851
	Idem	Salvador Lateta.....	Messina	4 Fev.	1864
	Idem	Paolo Ambrosi.....	Livorno	7 Janeiro	1864
	Idem	Domenico Bonarini.....	Brescia	6 Abril	1865
	Idem	Matteo Guillet.....	Ancona	6 Julho	1864
	Idem	Ernesto Naderio.....	Naples	5 Abril	1866
	Idem	Matteo Adami.....	Santi de Lerant	5 Abril	1866
Lubeck.	Consul geral	Francs. Moisés Barreto d'Arêga.....		3 Jan.	1863
	Vice-consul	José Fred. Laßfuss.....	Lubeck	27 Março	1861
Marrrocos.	Idem	José Daniel Collaço.....	Tanger	5 Jan.	1861
Mechl. Schwen.	Consul geral	Francs. Moisés Barreto d'Arêga.....		3 Jan.	1863
Mechl. Straßit.	Idem	Francs. Moisés Barreto d'Arêga.....		3 Jan.	1863

Continuação do quadro do corpo consular brasileiro.

PAIS	EMPREGO	NOME	LOCALES ONDE SERVE	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU DE NOMINAÇÃO
Nova-Granada.	Vice-consul	Maximino Peret.....	Panamá	13 Dec. 1884
	Idem	Paulo Macia.....	Cartagena	13 Junho 1884
	Idem	João Vasconcelos.....	S. Martha	24 Março 1888
Oldemburgo...	Consul geral	Freder. Maxim. Barthe d'Acampo..		3 Jan. 1883
Parce-Baixa.	Idem	Antonio Alves Machado d'Andrade Cavalho.....	Rotterdam	14 Abril 1881
	Consul hon.	H. F. Warbach.....	Amsterdan	5 Nov. 1883
	Vice-consul	Jacques H. C. van der Kooij...	"	22 Fev. 1849
	Idem	Vijm Rodenhuis Pleterman....	Berlingen	4 Fev. 1883
Perú.....	Consul geral	Antonio de Souza Ferreira.....	Lima	31 Maio 1837
	Vice-consul	Alexandre Westphal.....	"	4 Nov. 1883
	Consul	Ernesto de Rago Barros Pessoa...	P. U. de Lauro	16 Janeiro 1889
	Vice-consul	João Joffrê.....	Arim	13 Junho 1887
Portugal e suas depend. a...	Consul geral	Manoel de Araújo Porto-Alagoz..	Lisboa	22 Março 1887
	Chancelier do cons. geral	Francisco José de Faria Reis.....	"	17 Agosto 1888
	Vice-consul.	Martellino José Tavares.....	"	22 Julho 1838
	Consul	Manoel José Balbino.....	Porto	9 Fev. 1887
	Agente cons.	Acordo Francisco Velho.....	"	21 Abril 1886
	Vice-consul	Joaquim José Tavares.....	Faro	15 Fev. 1845
	Idem	Francisco Barreiros Rodrigues...	Evora	19 Jan. 1836
	Idem	Ignacio Miguel Hirsch.....	Bélem	14 Outubro 1838
	Idem	Antonio Barbosa Lobo Vianna...	Lagos	14 Outubro 1838
	Idem	Manoel Silveira dos Santos.....	Ilha do Pico	21 Maio 1884
	Idem	Manoel José Vieira Jernat.....	Ilha da Madeira	17 Agosto 1868
	Idem	J. A. de Mendonça e Almeida...	Ilha Terceira (Angra)	16 Março 1832
	Idem	Luiz Antonio Coelho de Mello...	Ilha do Maio	8 Nov. 1861
	Idem	Manoel José Hildebr.....	I. de S. Miguel (Ponta Delgada)	7 Nov. 1830
	Idem	João Antonio Martins.....	Ilha do Sul	12 Junho 1833
	Idem	Francisco da Cruz da Silva Reis..	Ilha do Fayal (Horta)	26 Abril 1841
	Idem	Thomas de Sousa Machado.....	Ilha Graciosa	24 Setembro 1838
	Idem	João Antonio Martins.....	I. de S. Vicente	12 Junho 1833
	Idem	Manoel Gonçalves da Rocha.....	Villa do Conde	17 Agosto 1838
	Idem	Manoel Antonio das Chagas Junior	Tavira	3 Julho 1844
	Idem	A. Luiz Gonçalves Vianna Junior.	V. do Minho	17 Setembro 1859
	Idem	Diogo José Guimarães.....	Villa Nova de	
	Idem	João Maria Duarte.....	Fernando	21 Set. 1836
	Consul	Alexandrine Antonio de Mello (Ju- rta de Cereja).....	Social	12 Jan. 1837
	Vice-consul	Antonio Alexandrine de Mello...	Mado	13 Abril 1849
	Idem	Francisco Baptista.....	"	1 Fever. 1880
	Idem	João Severino Gago da Câmara...	S. Martiño, Na- sareth e Alah.	3 Março 1883
	Idem	Affonso Ernesto de Barros.....	Ilha de S. Maria	21 Maio 1881
	Idem	Paulo Zelmaio Barbosa Paiva....	Figueira	20 Maio 1865
			I. de S. Thomé	11 Set. 1888

Continuação de quadro do corpo consular brasileiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCALES DOES RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU DESEMPLEAÇÕES
Prussia.....	Consul geral Vice-consul	Antonio Marques Soares..... João Behrend.....	Berlim. Sontis	2 Abril 1867 12 Março 1861
Rep. Argentina	Consul geral Vice-consul Idem Idem Idem Idem Idem Idem Idem Idem	João Carlos Pereira Pinto..... A. Marquez de Mendonça Junior.. Eustáquio Bolleiros..... Luiz Vidal..... João Leite Guimarães..... Domingos Duarte Moncyres..... Heur. Pelti..... João Dias Ferreira..... Luiz Macia Navarro..... Heur. Becker..... Manoel Coelho de Souza Galdino..	Buenos-Ayres " Paraná Quilguaychó C. de Uruguay Coronda Folugges Monte Caseros Bartagration Rosario S. Thame	25 Junho 1862 12 Jan. 1867 15 Jan. 1867 12 Maio 1858 2 Jan. 1861 11 Agosto 1860 27 Março 1864 5 Agosto 1865 13 Abril 1867 27 Março 1868 3 Dec. 1866
Rep. ^a d'Améri- ca Central..	Consul	Jorge João Hochmayer.....	Nicaragua	21 Maio 1867
Russia.....	Consul geral Vice-consul Idem Idem Idem Consul hon. Vice-consul Idem Consul	Augusto Ed. Schönte de Borst.. João Eugenio Muscin..... Alexandre Hill..... Luiz Hoopner..... Frederico Kraft..... Hermann Raffalenich..... Simão Suppichich..... Alexandre G. Waksan..... Reinold Frankel.....	S. Petersburgo " Riga Rosal Moscou Odessa " Cronstadt Helsingfors	3 Agosto 1858 4 Setembro 1862 3 Set. 1861 22 Março 1860 3 Abril 1859 7 Outubro 1859 9 Jan. 1858 18 Fev. 1862 14 Julho 1860
Sassia.....	Consul geral Vice-consul	Antonio Marques Soares..... Joaquim Ferreira de Sampaio..	 Brande	22 Outubro 1867 2 Abril 1864
Saxe, G. Goth.	Idem	Carlos Mathies.....	Gotha	3 Fev. 1865
Suecia e Nor.	Consul geral Vice-consul Idem Idem Idem Idem Consul hon. Vice-consul Idem Idem Idem Idem Idem	Ernesto Antonio de Souza Lacerda. Gabriel de La Grange..... Adolfo Mayen..... Nicolas H. Rostine..... Christiane Bieher Min..... Corrado Stal..... Antonio Mathias Jansen..... Axel Teeger..... Carlos Hanselquist..... Henr. Frés..... Francisco Horta Verdoyph..... C. Frederico Christopher Schneider. Jens Thomsen.....	Stockholmo " Gothenburgo Ostheraund Bergen Nybooping Trondhyjen Wasterwick Calmar Malmo Narbooping Gothenham Christiania	19 Jan. 1861 27 Abril 1868 10 Julho 1862 16 Março 1859 5 Maio 1864 27 Dec. 1861 16 Junho 1862 8 Nov. 1865 8 Março 1860 4 Dec. 1865 5 Abril 1866 5 Julho 1867
Suisa.....	Consul geral	João Bettanrio.....	Genebra	29 Maio 1867
Tunia.....	Consul hon.	Carlos Calzed.....	Tunis	12 Junho 1865
Turquia.....	Consul geral	A. de Sarmiento.....	Constantinopla	16 Junho 1860

Continuação do quadro do corpo consular brasileiro.

PAISE	EMPREGOS	NOMES	LOCALS CODE NUMBER	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU REPRESENTAÇÕES
Uruguay (Rep. Oriental de)	Consul geral	Melchior Carré da Mello de Franco.	Montevideo	23 Junho 1890
	Vice-consul	Jelio Carneiro Pontes de Aguiar.	"	28 Maio 1898
	Idem	Silverio da Costa Pereira.	Maldecado	11 Fev. 1897
	Idem	Miguel Joaquim de S. Machado.	Paysandó	10 Abril 1894
	Idem	João Guilherme Mariath.	S. José, Candelaria e colon. do Sacramento	19 Abril 1894
	Idem	João Jacintho Teixeira de Mello.	Serra Largo	19 Jan. 1891
	Idem	João Miguel Dias Ferreira.	Marcoiza	3 Agosto 1898
	Idem	Daniel José de Freitas.	Taquarubó	20 Maio 1892
	Agente cons.	Bartolo Vidal.	Santa Rosa	20 Maio 1892
	Idem	André Barrios.	Constituição	30 Maio 1892
	Idem	Beato José de Lima.	Soriano	7 Junho 1894
	Idem	Dominico Pereira da Tava.	Florida, Minas e	
	Idem	Rodrigues Picti.	Durango	7 Junho 1894
	A. commercial	Joaquim Pinto Dias.	Federção	27 Maio 1893
			Salto	25 Abril 1898
Venezuela...	Consul geral	João Ribb.	Caracas	30 Fev. 1899
	Agente cons.	Dr. Gedeon de Koebe.	La Guayra	32 Junho 1895
	Vice-consul	H. Bolshost.	Maracabo	21 Julho 1898
	Idem	Maria F. Lombruggen.	Puerto Cabello	21 Julho 1898
Wurtemberg..	Consul geral	João Bettanin.		29 Maio 1897

Secretaria d'estado dos negocios estrangeiros, 29 de Abril de 1899.

JOAQUIM THOMAS DE AMARAL.

N. 7.

Quadro dos consules honorarios do Brazil, que nãe estãe em exercicio.

PAISES	EMPREGOS	NOME	LOCALES ONDE RESIDEM	DATAS DAS CARTAS PATENTES OU REMPLAÇOS
Espanha....	Consul hon.	Angel Maria de Castriolaia....	Cadin	19 Julho 1850
Hamburgo....	Idem	Joséph David Hensch.....	Hamburgo	10 Julho 1855

Secretaria d'estado das neg. dos estrangeiros, 26 de Abril de 1859.

Joaquim Thomaz de Amaral.

Quadro do corpo consular estrangeiro residente no Imperio.

PAISES	EMPREGOS	NOME	LOCAL DE RESIDENCIA	DATAS DA ENTHRADA
Austria.....	Consul geral	Fernando Scholz	Brasilia	18 Fev. 1897
	Idem inter.	C. G. Gross	Brasilia	14 Jan. 1898
	Consul	J. G. Lehmann	Brasilia	18 Fev. 1898
	Idem	Barão de Löttersen	Porto Alegre	12 Junho 1898
	Idem inter.	Ulrich Keller	Brasilia	7 Março 1898
	Vice-consul	João Winter	Porto Alegre	18 Fev. 1898
	Idem inter.	Ad. Lenz	Maraca	27 Março 1898
	Vice-consul	Manoel José de Aguiar	Maraca	14 Jan. 1898
	Idem int.	José F. d'Q. Soares	Brasilia	27 Março 1898
	Vice-consul	José Roberto Cordeiro	Brasilia	28 Fev. 1898
	Idem	João Francisco Ferreira	Brasilia	28 Fev. 1898
	Idem	Carlos Budich	Brasilia	29 Julho 1898
Bélgica.....	Consul	Henrique Laurent	Brasilia	30 Nov. 1898
	Vice-consul int.	Carlos Guilherme Baring	Brasilia	28 Maio 1898
Bélgica.....	Consul	Carlos Rijk	Brasilia	18 Jan. 1898
	Vice-consul	Camillo Barreto de Sousa Faria	Porto Alegre	29 Março 1898
	Consul	Herrn. Berke	Brasilia	7 Maio 1898
	Idem	Manoel João de Aguiar	Porto Alegre	30 Março 1898
	Idem	Joseph Feller	Brasilia	29 Jan. 1898
	Idem	José Luis Cardoso de Silva	Porto Alegre	24 Out. 1898
Dinamarca.....	Consul geral	Edmundo Pieter Jensen	Brasilia	18 Jan. 1898
	Consul gen. int.	Luiz Lourenço	Brasilia	2 Abril 1898
	Consul	Victor Pieter	Brasilia	11 Março 1898
	Idem	E. Christensen Jensen	Brasilia	4 Fev. 1898
	Idem inter.	P. Bruckhoff	Brasilia	15 Março 1898
	Idem	Luiz Antonio de S. M.	Porto Alegre	28 Março 1898
	Vice-consul	Carlos Caldeira	Brasilia	18 Out. 1898
	Consul	Henrique Sørensen	Maraca	8 Jan. 1898
	Vice-consul	Manoel Antonio de Souza	Brasilia	2 Maio 1898
	Consul	Manoel Antonio de Souza	Brasilia	2 Out. 1898
	Idem	João Antonio de Aguiar	Brasilia	10 Julho 1898
	Consul int.	Fernando Felipe	Brasilia	9 Julho 1898
Dinamarca.....	Vice-consul	C. Budich	Brasilia	2 Jan. 1898
	Idem inter.	João Almeida	Brasilia	2 Abril 1898
Espanha.....	Consul	Bernardo Calvo	Brasilia	31 Out. 1898
	Idem	Camillo Costa	Porto Alegre	7 Março 1898
	Vice-consul	George Nathan	Brasilia	10 Set. 1898
	Idem inter.	João Angélio Filho	Brasilia	10 Set. 1898
	Vice-consul	Ignacio Ariza	Porto Alegre	18 Abril 1898
Espanha.....	Consul geral	Christiano Sørensen	Porto Alegre	28 Fev. 1898
	Consul int.	Guilherme L. de Mello	Brasilia	3 Set. 1898
	Consul	João G. Lehmann	Brasilia	28 Maio 1898
	Idem	C. L. P. Roca	Porto Alegre	8 Jan. 1898
	Idem	Guilherme Topp	Brasilia	21 Dez. 1898
	Consul int.	Guilherme Hansen	Brasilia	18 Maio 1898
	Vice-consul	C. Budich	Brasilia	29 Nov. 1898
	Idem	Guilherme Bertram	Porto Alegre	28 Jan. 1898
	Idem	C. N. Paul Jensen	Porto Alegre	18 Jan. 1898
	Idem	C. N. Paul Jensen	Porto Alegre	18 Jan. 1898

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EMPREGOS	NOME	LOCALES ONDE SERVEM	DATAS DO EMPREGO
Bremen.....	Vice-consul int. Consul	V. Volmann..... Henrique M. Brant.....	Porto-Alegre Caxari e Rio Grande do N.	23 Janeiro 1881 18 Julho 1883
Brunswick (Ho- cande da).....	Illeg	Reinhold Giersten.....	St. Catharina	28 Abril 1887
Chile.....	G. geral int. Consul inter. Vice-consul Consul Idem Idem Idem Vice-consul	J. M. de Frías..... José João d'Almeida..... Luiz da Rocha Santos..... Henrique de la Roques..... Manoel Antonio de Sá..... Antonio Pereira da Costa..... Henrique Schutel..... João de Freitas Travençolo.....	Rio de Janeiro Pernambuco Maucho Pará Santos Pernambuco St. Catharina Porto-Alegre	7 Nov. 1885 27 Fev. 1883 14 Fev. 1882 18 Set. 1849 23 Abril 1886 5 Junho 1848 20 Julho 1849 26 Junho 1850
Conf. d'Allem. do Norte....	Consul geral G. geral int. Consul " " " " Vice-consul Consul Idem Idem Idem Idem Idem Idem Idem Vice-consul Consul Consul Idem	H. Haupt (varante). W. Van Watten..... Guilherme Tappenberg..... H. F. L. Kalkmann..... João May..... C. H. C. Wagner..... F. E. P. Hackradt..... W. Tar detoggen..... L. Van Loon..... Victor Giersten..... Otto von Dürck..... Ed. Wackradt..... João C. P. Frazera..... C. E. Steidl..... A. K. Weber..... F. Otto Schaeffer..... Guilherme Otto.....	Rio de Janeiro Pará Caxari Bahia Santos St. Catharina Porto-Alegre Rio G. do Sul Col. do Rhm. Col. do D. Franco Petropolis Maucho S. Paulo Natal Sergipe Pernambuco	12 Fev. 1880 13 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880 12 Fev. 1880
Dinamarca....	Consul geral Vice-consul Consul Vice-consul Consul Vice-consul Idem Idem Idem Idem	Luiz Adolpho Poyt..... José Francisco de Mattos Pimenta Theod. F. Garcia..... Antônio Castello de Hollanda..... Eduardo Helmsen..... Mortuus Hoyer..... João Lourenço Pass de Sousa..... C. Badick..... Joaquim Antonio Guimarães..... Francisco Ernesto Krausichfeld (varante)..... J. R. Leebinger..... Ricardo Hoch..... W. I. Haeche..... Luiz Sand..... Fernando Hackradt..... C. B. Fink.....	Rio de Janeiro Campos Bahia Pernambuco Pernambuco Maucho Pará Santos Pernambuco Rio G. do Sul " " Porto-Alegre " " Portaleme St. Catharina Maucho	23 Nov. 1849 10 Set. 1847 3 Agosto 1887 4 Junho 1881 16 Março 1849 23 Agosto 1886 10 Set. 1881 6 Março 1883 3 Outubro 1884 21 Agosto 1885 7 Junho 1888 23 Jan. 1889 27 Jan. 1883 28 Maio 1882 5 Maio 1889 20 Agosto 1883
E. Pontificia..	Consul geral Vice-consul Idem	Carlos van Hochkoller..... Eloy Uyar..... Francisco José de Mattos Pimenta.....	Rio de Janeiro " " Campos	27 Agosto 1880 12 Maio 1887 21 Abril 1847

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	CARGOS	NOMES	LOGARES COMES RESIDENCIA	DATAS DO INGRESSO
E. Paesificica.	Consul	José Pereira	Bahia	12 Set. 1841
	Vice-consul	José Dias Martins	"	6 Dez. 1867
	Idem	Antonio L. d'Oliveira Azevedo . . .	Pernambuco	19 Julho 1868
	Idem	Antonio da Cunha Sobrinho	Paris	34 Dez. 1849
	Idem	Francisco Fernandes de Mesquita .	Rio G. do Sul	15 Maio 1847
	Idem	Carlos Henrique da Rocha	Maranhão	1 Maio 1880
	Idem	V. L. Basil Cande de la Hure . . .	St. Catharina	20 Nov. 1893
Estados-Unidos	Consul	James Monroe	Rio de Janeiro	30 Jan. 1893
	Idem	Ricardo A. Edes	Bahia	2 Outubro 1895
	Idem interino	Augusto Peixoto	"	8 Dez. 1864
	Idem	Guilherme R. Mc. Graft	Pernambuco	12 Fev. 1880
	Idem	Guilherme H. Evans	Maranhão	30 Junho 1882
	Idem	Diego B. Baid	Paris	8 Jan. 1898
	Vice-consul	Ed. L. Meade	Santos	20 Junho 1888
	Idem	Benjamin Lindsay	St. Catharina	18 Dez. 1861
	Idem	Asvin Young Junior	Rio G. do Sul	27 Out. 1883
	Vice-consul	Teodoro José Monteiro	Porto-Alegre	8 Dez. 1841
	Agente-cons.	John Mc Ginty	Porto-Alegre	8 Junho 1880
	Idem	Ricardo Cordeiro	Palotas	3 Dez. 1866
	Idem	Padro Bonelmann	Maceio	24 Dez. 1898
	Idem	José Smith de Vasconcelos	Fortaleza	10 Março 1884
	Agente cons.	Ricardo F. Hughes	Ceará	9 Abril 1880
	Ag. commercial	Eduardo Barnett	Pernambuco	11 Agosto 1898
	Agente cons.	R. J. Stalders	"	24 Dez. 1898
França.....	Consul	Rocost Jules de la Parie	Rio de Janeiro	14 Nov. 1885
	Chancelier da leg. e consul honorario . .	Theodore Tassay	"	8 Junho 1888
	Ag. Vice-cons.	P. Lecher	Campo	8 Nov. 1887
	Consul	Paulo G. Inard	Bahia	4 Maio 1884
	Idem	Guillaume Lepert	Pernambuco	27 Julho 1884
	Vice-c. inter.	G. Inard	"	29 Set. 1893
	Idem	Pogor L. (Albado)	Maranhão	28 Junho 1893
	Vice-consul	Carlos Robillard	Ubatuba	12 Out. 1882
	Idem	Francisco Montandon	Santos	25 Set. 1885
	Ag. Vice-cons.	E. de la Martinie	Santa Catharina	8 Nov. 1887
	Idem	Paulo Lira	Rio-Grande do Sul	17 Set. 1889
	Idem	Noel Paulo Baptista d'Orenano . .	Porto-Alegre	5 Jan. 1883
	Ag. Vice-cons.	Victor Gathelstein	Bahia	10 Abril 1883
	Idem	Mancel Nunes de Mello	Fortaleza	28 Abril 1883
	Idem	Victor Renaut	Barbacoa	8 Nov. 1887
	Idem	A. Rouquet	Pernambuco	8 Nov. 1887
Gran-Bretanha	Consul	Jorge Samuel Leeson Hunt	Rio de Janeiro	13 Dez. 1894
	Vice-cons. int.	W. Liddicot	"	16 Out. 1888
	Consul	John Morgan Junior	Bahia	18 Abril 1882
	Vice-consul	John Charles Morgan	"	22 Abril 1887
	Idem	Dr. Henrique Kessem	Pernambuco	6 Dez. 1881
	Consul inter.	Ricardo Austin	Pernambuco (?)	19 Junho 1885

(*) Este districto consular comprehendia as localidades da Parahyba, Alagoas, Rio-Grande do Norte e Ceará.

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCALES CODE ABBREVI	DATAS DO EMPREGO
Grã-Bretanha	Vice-consul	Ricardo C. Carfold	Pernambuco	27 Abril 1893
	Idem	John W. Stoddart	Coari	27 Março 1894
	Idem	Guillermo Bingham Wilson	Matucaba	22 Out. 1893
	Consul	James De Vries Drummond Hay	Pará (*)	7 Agosto 1896
	Idem inter.	M. C. S. Tupper	Santos	26 Nov. 1898
	Vice-consul	Alonso Leonidas d'Oliveira	Paranaguá	14 Out. 1894
	Consul	Randall Callender	Rio G. de Sul (*)	6 Abril 1897
	Vice-consul	Carlos Ernesto Berg	Rio Grande de Sul	12 Agosto 1898
	Idem	Gustavo Guillermo Wacharew	Maceré	11 Fev. 1891
	Idem	Michael Haisemann	Porto-Alegre	24 Out. 1898
	Idem	John Watson	Desterro	10 Março 1898
Grecia.....	Consul	Henrique Riddy	Rio de Janeiro	12 Abril 1845
	Vice-consul	Candido Soares de Mello	"	28 Maio 1847
	Idem	José Augusto de Figueireda	Bahia	19 Dez. 1853
	Idem	Ant. de Cunha Soares Guimarães	Pernambuco	18 Set. 1845
	Idem	Francisco José da Silva Araújo	Rio Grande de Sul	17 Julho 1851
Hamburgo...	Consul geral	Hermann Borch (ausente)	Rio de Janeiro	27 Julho 1894
	Consul ger. in.	Emilio Elvén	"	11 Agosto 1899
	Vice-consul	Antonio José Francisco de Cruz	Campos	2 Julho 1893
	Consul	John Witt	Bahia	4 Nov. 1892
	Idem	C. L. P. Rock	Pernambuco	18 Nov. 1892
	Vice-consul int.	Ricardo Hughes	Coari	29 Junho 1895
	Idem	Agracio Prado da Costa	Maranhão	18 Nov. 1898
	Idem	Hanses George Dandies (ausente)	Alagoas	28 Agosto 1893
	Idem	Manoel de Vasconcellos Junior	"	1 Dez. 1899
	Vice-consul	Joaquim Francisco Fernandes	Pará	20 Set. 1843
	Idem	C. N. Budich	Santos	11 Abril 1895
	Consul	Ottokar Carlitz	Col. do D. Paç	18 Fev. 1890
	Idem	Bruckner	Rio Grande de Sul	4 Dez. 1896
	Vice-consul	C. N. Paul (ausente)	Porto-Alegre	11 Julho 1893
	Idem int.	Joel Wolman	"	11 Fev. 1891
Espanha....	Consul	Manoel Collé	Rio de Janeiro	6 Agosto 1898
	Vice-consul	Cypriano Lopes de Oliveira	S. João de Barra	16 Março 1899
	Idem	José Ribeiro de Mello	Campos	16 Fev. 1896
	Idem	Francisco Xavier Machado	Bahia	9 Set. 1894
	Idem	Manoel Antonio Pires	Pernambuco	13 Março 1898
	Idem	João Bezerra	Pernambuco	13 Março 1898
	Idem	Leão Ribeiro da Cunha	Coari	11 Janeiro 1890
	Idem	Franc. de Vasconcellos Mendonça	Maceré	7 Junho 1901
	Consul	Joaquim José Alves	Maranhão	3 Nov. 1841
	Vice-consul	Joaquim José Alves Junior	"	3 Agosto 1846
	Idem int.	Violante Marietta	"	13 Abril 1893
	Vice-consul	João Manoel Alfai	Santos	1 Junho 1897
	Idem	Manoel Miró	Paranaguá	20 Maio 1894
	Idem	Carlos Duarte Silva	Santa Catharina	29 Março 1899
	Idem	Zeferino A. de Assunção	Rio Grande de Sul	20 Maio 1891
	Idem	Berito Mauro	Polinas	19 Junho 1891

(*) Este districto consular comprehende as paróquias de Amazonas e Marabá.

(*) Este districto consular comprehende as paróquias de Santa Catharina e do Paço.

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAIS	FUNÇÃO	NOME	LOCAL DE RESIDÊNCIA	DATAS DO INGRESSO
Bélgica....	Vice-consul	Edmundo Pelaez Willem.....	Natal	4 Fev. 1892
	Chanceler	Guarimões Henriques de Oliveira.....	"	23 Janeiro 1893
	Vice-consul	José Francisco dos Santos.....	Porto Alegre	24 Maio 1891
	Idem	Luiz Vianna de Moraes.....	Batatal	24 Junho 1892
	Idem	Euclides Jacinto Garcia.....	Bapt	11 Dez. 1893
	Idem	Flaviano B. L. de Aguiar.....	Cura-Pelo	29 Fev. 1891
	Idem	Antonio Marçal.....	Uraguayana	5 Abril 1893
	Idem	Antonio Soares Pitta.....	Park	19 Janeiro 1893
	Idem	José Ribeiro Coelho.....	Victoria	3 Fev. 1895
	Idem	Francisco Roldão de Souza.....	Colô	29 Março 1895
	Idem	Antonio José Villaverde.....	Caxias	20 Março 1895
Hollanda-In- diana.....	Consul geral	Henrique Laender.....	Rio de Janeiro	21 Junho 1893
	Vice-consul	Carlos Gilberto Hoising.....	"	10 Nov. 1893
	Idem	José José Pereira Buites.....	Campes	28 Out. 1897
	Idem	Estevão Lopes de Araújo.....	Rio Grande do Sul	21 Janeiro 1898
Itália.....	Consul	Alfonso Conelli.....	Rio de Janeiro	6 Nov. 1893
	Vice-consul de Prest.	Luiz Goyzatto dos Marques e de Tocenza.....	"	19 Junho 1893
	Vice-consul	L. Gomes Pereira.....	"	31 Maio 1899
	Ag. consular	Ottavio Lazzarini.....	Victoria	12 Julho 1897
	Deleg. consular	Joaquim José Barbato.....	Cari	7 Out. 1893
	Idem	Augusto Gomes da Silva.....	Pernambuco	7 Out. 1893
	Agente cons.	José Pereira Vianna.....	Pernambuco	4 Set. 1890
	Vice-consul	Francisco Guimarães da Costa P.....	Park	8 Dez. 1893
	Idem	José Vergara.....	Santos	11 Set. 1897
	Idem	Manoel Leandro de Oliveira.....	Pernambuco	18 Março 1899
	Idem	Oscar de Vilas.....	Santa Catharina	19 Agosto 1898
	Idem	Antonio da Silva Pereira Toga.....	Rio Grande do Sul	18 Abril 1892
	Idem	Antonio F. Barreto Quintão.....	Porto Alegre	3 Julho 1894
	Idem	Luiz Joaquim Rodrigues Lopes.....	Maranhão	19 Dez. 1890
	Idem	Medardo Riccio.....	Cayabá	10 Set. 1892
Lithuânia.....	Consul geral	Alexandre André Lallmand.....	Rio de Janeiro	17 Junho 1893
	Vice-consul	Guilherme Bajt.....	"	17 Set. 1897
	Idem interino	Fred. Grundvig.....	"	28 Out. 1898
	Vice-consul	José de Oliveira Guimarães.....	Campes	11 Agosto 1897
	Consul	José Mathias Meyer.....	Bahia	5 Dez. 1895
	Vice-consul	Miguel Tito de Sá.....	Rio Grande do Sul	18 Janeiro 1899
	Idem	Manoel Pereira da Silva Lira.....	Porto Alegre	1 Set. 1898
Mack. Schwarz.	Idem	José Carneiro Pereira Praxinos.....	Maranhão	17 Mar. 1890
	Consul	H. Hrypa.....	Rio de Janeiro	11 Set. 1898
	Idem interino	Carlos F. A. Gell.....	"	25 Jan. 1897
	Idem	Ph. Heineke.....	Bahia	7 Agosto 1898
Mack. Strolz.	Consul	Antonio da Mota Gross Ferreira.....	Pernambuco	17 Jan. 1895
	Idem	José Antonio de Araújo.....	Bahia	24 Set. 1894
Oleand. Sgo..	Idem	José Antonio de Araújo.....	Pernambuco	2 Abril 1895
	Idem	Justino José de Araújo.....	Bahia	24 Set. 1894
	Vice-consul	Frederico Palm.....	Pernambuco	2 Abril 1895
Oleand. Sgo..	Idem	Justino José de Araújo.....	Rio de Janeiro	20 Julho 1893
	Vice-consul	Frederico Palm.....	"	11 Dez. 1893

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCALS ONDE SERVEM	DATAS DO EMPLACETT
Ollenhurgo..	Vice-consul	Leão Manoel Gonçalves Lemos..	Bahia	4 Set. 1851
	Consul int.	Theodoro Just.....	Pernambuco	31 Julho 1855
	Vice-consul	G. H. Prager.....	"	4 Julho 1853
Tolosa-Baixas..	Consul geral	Julio Passa.....	Rio de Janeiro	9 Julho 1858
	Vice-consul	Bonifacio de Oliveira Malta....	"	17 Junho 1861
	Idem	Constantino Carlos Guimarães..	Congo	23 Maio 1814
	Consul	Ricardo Leppermann (jornaleiro)..	Bahia	19 Out. 1861
	Idem interino	Carlos Wackmann.....	"	21 Abril 1863
	Consul	General Brœder à Brande.....	Pernambuco	8 Agosto 1808
	Vice-consul	Joaquim Mendes de C. Guimarães	Courã	10 Fev. 1838
	Idem	Moyra Benedita.....	Maranhão	10 Nov. 1855
	Idem	Augusto Eduardo da Costa.....	Parã	22 Março 1836
	Idem	C. Berlich.....	Santos	12 Fev. 1853
	Idem	A. E. de Bittencourt.....	Rio Grande do Sul	2 Set. 1857
	Idem	Emilia Fress (jornaleiro).....	Porto Alegre	30 Julho 1861
	Idem interino	João Wallmann.....	"	10 Março 1863
	Vice-consul	E. J. Wyss.....	Sergipe	30 Maio 1860
	Idem	P. B. Schumann.....	Macedô	24 Julho 1867
Peru.....	Consul	Henrique Harper.....	Rio de Janeiro	26 Out. 1868
	Idem	Pedro Pereira de Andrade.....	Macedô	8 Abril 1861
	Idem	João Jacinto Tavares.....	Pernambuco	4 Abril 1861
	Idem interino	Jorge Tasso.....	"	25 Fev. 1864
	Vice-consul	Costello Moreira de Souza.....	Bahia	6 Abril 1861
	Idem	Joaquim José Alves Filho.....	Maranhão	6 Abril 1861
	Idem	Theodoro de Menezes Forjaz....	Santos	6 Abril 1861
	Idem	Manoel Leocadio de Oliveira....	Pernambuco	6 Abril 1861
	Idem	Eugênio de la Marizière.....	Santa Catharina	20 Agosto 1868
	Idem	João Ignacio Gomes Costa.....	Rio Grande do Sul	6 Abril 1861
Portugal....	Consul geral	Antonio de Almeida Campos....	Rio de Janeiro	24 Fev. 1867
	Vice-consul	João Maria de Sousa Loureiro....	Bahia	10 Abril 1861
	Idem	Joaquim Pinto de Magalhães....	Maranhão	28 Fev. 1862
	Idem	João Joaquim dos Santos.....	Paratã	21 Jan. 1860
	Idem	Antonio Cassiano de Carvalho....	Angra dos Reis	4 Jan. 1869
	Agente cons.	João Alago d'Arceles Moreira....	Cabo-Frio	21 Abril 1865
	Idem	Manoel Fernandes da S. Campos..	Macedô	2 Jan. 1865
	Idem interino	Alexandre Pereira de Sá Feres..	"	8 Agosto 1867
	Vice-consul int.	João Rodrigues Lopes.....	Barra de S. João	13 Junho 1866
	Ag. cons. int.	Bonifacio Gonçalves da Costa....	S. João da Barra	20 Julho 1865
	Idem	João Ribeiro de Mello.....	Campos	4 Fev. 1865
	Vice-consul	João Ant. Fernandes Magalhães..	Victoria	30 Dec. 1867
	Consul	Augusto Pinheiro.....	Bahia	27 Jan. 1863
	Vice-consul	Joaquim Fernandes Coelho.....	"	3 Set. 1861
	Idem	Valentin Affonso da Cunha Bessa..	Rio das Contas	20 Maio 1863
	Idem	Joaquim Ignácio Pereira Junior..	R. G. do Norte	21 Julho 1848
	Idem	João de Almeida Monteiro.....	Alagoin	3 Fev. 1845
	Idem	Francisco Pereira Novais.....	Paralyba	9 Abril 1867
Agente cons.	Agente cons.	Fernando de Souza Benício.....	"	13 Out. 1865
	Vice-consul	Bernardo Upph.....	Sergipe	22 Março 1869
	Idem	Paulino José Coelho Bastos.....	Piauí	17 Abril 1845
	Consul	Chadino de Azeite Guimarães....	Pernambuco	2 Fev. 1864
	Idem	Manoel Costazo de Guedes.....	Courã	4 Março 1839
	Vice-consul	Guilherme Augusto de Miranda..	"	22 Junho 1855

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCAIS ONDE SERVE	DATAS DO EMPREGO
Portugal....	Casal	José Correia Loureiro.....	Mossahito	13 Abril 1894
	Idem	Joaquim Baptista Martins.....	Paris	32 Maio 1897
	Vice-casal	Joaquim Francisco Fernandes...	"	5 Dez. 1896
	Idem	Alexandre Paulo de Brito Amorim.	Amazonas	21 Abril 1904
	Idem	José Machado de Gouveia.....	Orizaba	28 Fev. 1893
	Idem	Henrique P. Bastos.....	Santos	16 Agosto 1894
	Hem inter.	Manoel A. F. de Silva.....	"	20 Dez. 1897
	Vice-casal	Joaquim Victorino da Cunha....	Urutaba	29 Março 1892
	Idem	Manoel José Vieira de Macedo....	S. Sebastião	8 Nov. 1898
	Agente cons.	A. José Rodrigues da Oliveira...	V. da Estrada	2 Maio 1895
	Idem	José Maria Correia.....	Petropolis	2 Maio 1895
	Idem	João Coelho de Sousa Haugel...	V. da Parahyba do Sul	2 Maio 1895
	Idem	Antonio da Rosa Martins.....	V. de S. João do Príncipe	2 Maio 1895
	Idem	João Baptista de Araújo Leite...	Valença	2 Maio 1895
	Idem	José d'Almeida Ribeiro Junior...	Vianovira	4 Dez. 1898
	Idem	Honorário José Pereira Guimarães.	Castagallo	3 Maio 1895
	Idem	Francisco José de Magalhães...	Nova Friburgo	3 Maio 1895
	Idem	Alexandre José de Carvalho.....	S. Fielis	3 Maio 1895
	Agente consul.	Francisco Pinto Duarte.....	V. de Iguaçu	7 Nov. 1898
	Vice-consul.	Manoel José Correia.....	Paranápolis	25 Set. 1897
	Agente-consul.	João de Almeida Torres.....	Jaguarião	4 Março 1897
	Idem	José Marques da Matta Guimarães.	Rioverde	3 Maio 1895
	Idem	Antonio Gedinho Simões.....	V. de Maria	3 " 1895
	Idem	Lino Machado de Valle.....	V. de R. Bonito	3 " 1895
	Idem	Antonio Marques da Silva.....	V. de Indaial	3 " 1895
	Idem	José Pereira da Silva Porto....	Niteroi	3 " 1895
	Idem	Antonio Alfredo Fleury de Barros.	Therapopolis	3 " 1895
	Idem	Joaquim José de Carapea.....	Bom Jardim	3 " 1895
	Idem	Manoel Pinto de Carvalho.....	Magé	3 " 1895
	Idem	João de Castro Vieira.....	S. Maria Mag.	3 " 1895
	Idem	F. Bernardino Lopes de Aguiar...	Ouro Preto	4 " 1895
	Idem	Henrique Coelho de Sousa Bastos.	João de Faria	4 " 1895
	Idem	J. Teixeira Lopes Guimarães....	T. de Leopold.	5 " 1895
	Idem	Theodoro Dias de Carvalho.....	Bogotán	5 " 1895
	Idem	José Gonçalves da Costa.....	Mor da Macauba	5 " 1895
	Idem interino	João Pereira de Magalhães.....	"	22 Julho 1897
	Agente cons.	Antonio Borges Sampaio.....	Uberaba	5 Maio 1895
	Idem	Luiz Fernandes da C. Guimarães.	Buquendy	11 Julho 1895
	Idem	José da Costa Rodrigues.....	S. José d'El-Rei	5 Maio 1895
	Idem	Ricardo Serafim da Silva Porto.	Paracatu	5 " 1895
	Idem	Nicolau Gonçalves Ferreira da Silva Vianna.....	Artes	5 " 1895
	Idem	João Antonio da Silva Castro...	Brasília	29 Junho 1895
	Idem	Joaquim José Sousa.....	Sorocaba	11 " 1895
	Idem	Alexandre da Silva Villela.....	Pouso-Alago	15 Maio 1895
	Idem interino	Antonio Baptista de Oliveira....	"	31 Julho 1897
	Agente cons.	Victorino da Silva Franco.....	Parahybana	15 Maio 1895
	Idem interino	Antonio Q. de S. e Castro.....	"	28 Dez. 1897
	Agente cons.	Francisco Gonçalves Bastos e Sá.	Rio Formoso	10 Agosto 1895
	Idem	Antonio Domingues de Souza...	Goyana	15 Maio 1895
	Idem	João Vieira de Azevedo.....	Marangapne	15 " 1895
	Idem	João Correia de Melo.....	Marangapne	3 Junho 1897
	Idem	Fernando Pastorello Rosa.....	Ponta Grossa	15 Maio 1895

Continuação da quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCALES ONDE SERVEM	DATAS DO INGRESSO
Portugal	Agente cons.	Manoel Rodrigues de Miranda . .	Benevente	25 Set. 1867
	Idem	João Baptista Viçes de Carvalho Visconde de	Pirahy	5 Maio 1868
	Idem	António Gomes de Souza	Constituição	9 Junho 1868
	Vice-consul	Antonio da Rocha Paranhos . . .	Santa Catharina	29 Dec. 1868
	Idem	Antonio da Silva Pereira Tigas . .	Rio G. de Sul	26 Dec. 1867
	Idem	Francisco José Bello	Pernambuco	10 Nov. 1866
	Idem	Daniel Joaquim Ribeiro	Parahyba	19 Jan. 1869
	Idem	João Vieira Pinheiro	Palmas	2 " 1865
	Idem interino	Joaquim José Rebello	Iguape	21 Dec. 1864
	Idem	Joaquim L. dos Santos Villeverde .	S. Paulo	8 Fev. 1865
	Agente cons.	Joaquim Cândido Thavener	"	8 Maio 1860
	Idem	João Fortunato da Silveira	Taubaté	2 Março 1865
	Idem interino	João Constantino P. Guimarães . .	Berquely	3 Maio 1864
Prússia	Consul inter.	Guilhermo de Watten	Rio de Janeiro	7 Agosto 1868
	Idem Idem	Adolfo Kleinenschmidt Junior . . .	Bahia	24 Julho 1868
	Consul	G. Tappesbeck	Paris	5 Abril 1861
	Idem	Joaquim Francisco Fernandes . . .	"	4 " 1861
	Vice-consul	Theodoro Wille (ausente)	Santos	4 Dec. 1844
	Vice-consul int.	L. Diederichsen	"	23 Agosto 1858
	Consul	Oskar Dorff	Col. D. Fozes*	3 Maio 1867
	Idem	Victor Götze	Col. Blumenau	3 Maio 1867
	Idem	Fred. Harnel	Col. de St. Cruz	3 Maio 1867
	Vice-consul	Rudolf Wachsmidt	Petropolis	2 Abril 1867
Rep. Argentina	Consul geral	João M. de Faria	Rio de Janeiro	16 Agosto 1864
	Vice-consul	Erico Pella	"	4 Nov. 1864
	Idem	João Francisco Martins	Campos	4 " 1857
	Consul	João Manoel de Amorim Sobrinho .	Pernambuco	24 Dec. 1868
	Vice-consul	Alvaro Duarte Godinho	Maranhão	24 Dec. 1868
	Idem	António Talles de Menezes	Ceará	23 Set. 1859
	Consul	João Coelho da Gama e Alenc. . .	Paris	12 Jan. 1863
	Vice-consul	Manoel R. Carneiro	Paranaguá	18 Março 1863
	Consul	Hygino Durto	Rio G. de Sul	20 Abril 1861
	Idem	Rubens Arnsel	Uruguayana	24 Março 1865
	Vice-consul	Paulo Rigall	Itajaí	4 Nov. 1864
	Idem	João Agostinho de Maria	Santa Catharina	18 Março 1863
	Consul interino	Joaquim Pereira Marinho	Bahia	14 Julho 1863
	Vice-consul	D. Durio Sanchez	Jaguaria	9 Dec. 1862
	Consul	Frederico Dorel	Pernambuco	9 " 1862
	Vice-consul	Henrique Vares	Sant'Anna do Livramento	18 Março 1863
Rússia	Idem	Franklin Alvaes	Rio de Janeiro	29 Jan. 1860
	Idem	C. F. Laporte	Bahia	28 Agosto 1862
	Idem interino	Luiz Hoffman	"	22 Out. 1866
	Vice-consul	Thomas Barreto Lima de Barros . .	Pernambuco	3 Julho 1866
	Idem	Augusto Edwards da Costa	Paris	3 Dec. 1863
	Idem	Hermon C. Howe	Rio G. de Sul	6 Agosto 1868
	Idem	Luiz Ribeiro da Cunha	Fortaleza	10 Set. 1866
Saxonia	Agente cons.	João Guilherme da Costa	S. Luiz	27 Abril 1850
	Vice-Consul	Antônio A. Albuquerque Bloem . .	Bahia	4 Abril 1859
	Idem	Antônio José Leal das Reis	Pernambuco	

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOGAÇOS ONDE SERVEM	DATAS DO REQUISITO
Saxônia.....	Vice-consul.	Theod. Ad. Deumeyer.....	Perambuco	9 Julho 1894
	Vice-consul	José Luis Lopes da Silva.....	Rio G. do Sul	21 Nov. 1898
	Agente com.	Robert Schlotbach.....	Philadelphía	28 Abril 1899
Suécia e Noruega.	Consul geral	Leonardo Akertidom.....	Rio de Janeiro	7 Março 1896
	Vice-consul	Gustafsson Boja.....	"	7 Julho 1896
	Mém. interino	Carlos Boja.....	"	27 " 1896
	Vice-consul	Leif de Espinosa Tisco.....	Campos	29 Set. 1893
	Consul	David Lindgren.....	Bahia	20 Nov. 1893
	Mém. interino	A. Kleinhardt.....	"	29 Agosto 1893
	Vice-consul	Harold Theophile Alves Ribeiro.....	R. Grande do N.	1 Junho 1899
	Mém.	E. H. Wynn.....	Sergipe	21 Nov. 1896
	Consul interino	F. A. Vaglin.....	Perambuco	10 Nov. 1898
	Vice-consul int.	Ricardo F. Hughes.....	Coarã	23 Set. 1895
	Vice-consul	Ignacio Frasco de Costa.....	Muritiba	1 Jan. 1899
	Mém.	Augusto Eduardo de Costa.....	Pará	1 Junho 1899
	Mém.	C. Budich.....	Santos	12 Jan. 1893
	Mém.	Luiz Leavel.....	Rio G. do Sul	6 Agosto 1899
	Mém.	Wenceslao Joaquim Alves Leite..	Porto Alegre	13 Dez. 1892
Suécia.....	Mém.	Rob. J. Stelders.....	Paraná, do Norte	8 Nov. 1897
	Mém.	Rogério de la Martinière.....	Santa Catharina	12 Fev. 1899
	Consul geral	Eugenio Emilio Rathed.....	Rio de Janeiro	12 Fev. 1899
	Vice-consul	Theophile Keller (presente).....	"	24 Set. 1891
	Mém. interino	Edis Paves.....	"	4 Junho 1894
	Consul	Emilio Keller (presente).....	Bahia (*)	1 Março 1897
	Mém. interino	Francisco Jaber.....	"	19 Agosto 1897
	Capel	F. Lindén.....	Perambuco (*)	24 Setemb. 1891
	Mém.	Lars Rothén.....	Pará	3 Dez. 1893
	Mém.	Francisco Geldert.....	Rio G. do Sul	29 Julho 1895
	Vice-consul	Carlos Ecker.....	Castroville	31 Maio 1894
	Mém.	George Krug.....	S. Paulo, com res. em Campinas	17 Junho 1891
	Consul	Fernando Hackradt.....	Santa Catharina	6 Setemb. 1891
	Vice-consul int.	Frederico Luiz Jonasson.....	Paraná e Curitiba	29 Julho 1895
Uruguay (Rep. Oriental do).	Consul geral	Belio A. Peto.....	Rio de Janeiro	9 Fev. 1898
	Vice-consul	Domingos José de Campos Porto.....	"	15 Dez. 1896
	Mém.	Epifanio Franco de Miranda.....	Campos	14 Jan. 1899
	Consul	José Luis de Abreu e Silva Junior.....	Bahia	17 Out. 1895
	Vice-consul	Paulo Joaquim Tello Junior.....	Alagoas	8 " 1897
	Mém.	José Harbord.....	Sergipe	20 Abril 1894
	Consul	Antonio V. de Santa Barroca.....	Perambuco	20 " 1894
	Mém.	José Dias Macielina.....	Coarã	8 Nov. 1897
	Mém.	Carlos Henrique da Rocha.....	Marcelão	25 Nov. 1897
	Mém.	José Pereira Thomas.....	Santos	24 Jan. 1897
	Consul	Lourenço Pereira de Sá Rêma.....	Perambuco	19 Set. 1895
	Vice-consul	L. J. de Sá Rêma.....	"	3 " 1897

(*) Exerce o mesmo emprego nas províncias de Sergipe e Alagoas.

(**) Exerce o mesmo emprego nas províncias de Coarã, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Continuação do quadro do corpo consular estrangeiro.

PAISES	EMPREGOS	NOMES	LOCAIS ONDE SERVEM	DATAS DO EMPREGO
Uruguay (Rep. Oriental do).	Vice-consul	Hyppolito Gautier	Santa Catharina	26 Abril 1885
	E. do r. cons.	P. Libes	Rio G. do Sul	28 Julho 1880
	Consul	Antonio Coelho Ferreira Paschoa.	Porto-Alegre	11 Nov. 1898
	Vice-consul	Frederico Torres	"	7 Julho 1893
	Idem	Benito Maurel y Lanza	Pelotas	10 Jan. 1887
	Idem	Luis Cayo Aparicio	Dagü	17 Nov. 1895
Venezuela....	Idem	Antonio L. Manjarrin.	Uruguayana	11 Nov. 1868
	Consul	Pedro Rodrig. Fernandes Chaves.	Rio de Janeiro	5 Fev. 1902
	Idem	João Ferreira Cantão	Paris	27 Maio 1898
	Idem	João Francisco da Silva Neves ..	Pernambuco	27 Maio 1902
Württemberg..	Idem	José Antonio de Freitas	Bahia	10 Set. 1898
	Idem	Francisco Sarrazon (ajudante) ..	Rio de Janeiro	12 Fev. 1899
	Consul interino	Gustavo Gerber	"	2 Nov. 1897
	Vice-consul	Gustavo P. Elmschmidt	Bahia	17 Junho 1893
	Idem	Jorge Pfeiffer	Porto-Alegre	18 Março 1895

Secretaria d'Estado dos negocios estrangeiros, 26 de Abril de 1899.

JOAQUIM THOMAS DE AMARAL.

N. 9.

Transporte de saldo de umas para outras verbas.

Senhor.— A lei do orçamento n. 1507 de 26 de Setembro de 1867 consignou, no art. 4.^o para despesas do § 1.^o « secretaria de Estado », no exercício de 1867—1868, a quantia de 137:045\$000

Tres despesas, porém, importaram em 141:003\$230

Dando-se na respectiva verba um deficit de 3:118\$230 que provém da impressão de documentos relativos á guerra contra o Paraguay e á interpretação das convenções consulares celebradas com Portugal e a Suissa, e de outras de marcenaria feitas para a secretaria de estado dos negocios estrangeiros.

A mesma lei votou para despesas do § 3.^o « extraordinarias no exterior » a quantia de 11:932\$330.

Sendo insufficiente esta quantia, foi eletrada a 144:692\$971 mediante o credito supplementar de 102:759\$611, concedido pelo decreto n. 4135 de 1 de Abril do corrente anno. A despesa effectiva excedeu ainda a este credito, avultando no excesso as differenças de cambio. Estas montam a 280:937\$161, quando a despesa autorizada não foi superior a 12:480\$601.

Ha, portanto, nessa verba um deficit de 292:417\$743, que resulta da somma daquellas duas parcellos e foi occasionado pelas circumstancias excepcionaes em que se acha o paiz.

Em outras verbas a despesa ficou aquem dos creditos, apresentando as seguintes sobras :

No § 2.^o — Legações e consulados. 23:118\$230

No § 6.^o — Extraordinarias no interior. 12:000\$000

E no § 7.^o — Comissões de limites e de liquidação de reclamações. 23:000\$000

No exame dos algarismos acima expostos, vê-se que o deficit da verba do § 3.^o seria diminuto e poder-se-hia supprir com as sobras de uma das ditas verbas, se não fossem lançadas á conta do ministerio dos negocios estrangeiros as differenças de cambio, que avultaram no exercício de que se trata em consequencia da sua baixa constante.

É, pois, mister usar dos dous meios legos, transporte de sobras e credito supplementar, para saldarem-se as contas do ministerio dos negocios estrangeiros, no exercício de 1867—1868. O decreto que ora tenho a honra de submeter á approvaçõ e assignatura de Vossa Magestade Imperial, em conformidade do que dispõe o art. 13 da lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1862, só tem por fim

a applicação das ditas sobras na importancia de 58:118/230 para supprimento das verbas cujos creditos foram insufficientes.

Tenho a honra de ser, Senhor, de Vossa Magestade Imperial muito reverente e fiel subdito.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 10.

DECRETO N. 4300 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1868.

Autorisar o ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros a applicar as despezas da verba « secretaria do Estado » do exercicio de 1867 — 1868, a quantia de 3:118/230, tirada das sobras da verba « legações e consulados » e a da verba « extraordinarias no exterior » a quantia de 55:000/000, tirada tambem das sobras da mesma verba « legações e consulados » e da de « extraordinarias no interior » e « commissões de limites e de liquidação de reclamações » do mesmo exercicio.

Não sendo sufficiente a quantia que a lei do orçamento n. 1507 de 26 de Setembro de 1867 consignou para despezas do § 1.^o do art. 4.^o « secretaria do Estado » nem a que a mesma lei e o decreto n. 4135 de 4 de Abril deste anno concederam para as despezas do § 5.^o « extraordinarias no exterior »; hei por bem, tendo ouvido o conselho de ministros, e de conformidade com o disposto no art. 13 da lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1863, autorisar o meu ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros a applicar ao pagamento das despezas do § 1.^o a quantia de 3:118/230, tirada das sobras da verba « legações e consulados »; e ao pagamento das do § 5.^o, a quantia de 55:000/000, tirada tambem das sobras da mesma verba « legações e consulados », e das dos §§ 6.^o e 7.^o « extraordinarias no interior » e « commissões de limites e de liquidação de reclamações » do referido exercicio, observando-se as formalidades indicadas no mencionado art. 13.

José Maria da Silva Paranhos, do meu conselho e do de Estado, senador do imperio, ministro e secretario de Estado dos negocios estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de Dezembro de 1868, 47.^a da independencia e do imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

JOSÉ MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 11.

Abertura de um credito supplementar.

Senhor. — As quantias votadas para despesas da verba « extraordinarias no exterior » do ministerio dos negocios estrangeiros, no anno financeiro de 1867 e 1868, foram as seguintes:

Pela lei n. 1507 de 26 de Setembro de 1867	41:933,8330
Pelo decreto n. 4135 de 1 de Abril de 1868	102:759,9641
E pelo decreto n. 4300 de 18 de Dezembro de 1868	55:600,8000
Total	199:692,8971

As despesas que se têm de effectuar pela mesma verba

importam em	438:110,075
-----------------------	-------------

Ha portanto um deficit de 238:417,104
 deficit devido á avaliada despesa de differenças de cambio, que
 no referido exercicio elevou-se á quantia de 280:937,141

Para supprir esse deficit tenho a honra de submeter á approvação e assignatura de Vossa Magestade Imperial, em conformidade da lei, o decreto anexo que concede ao ministerio dos negocios estrangeiros um credito supplementar de 238'417,104, para ser applicado pela verba do § 3º do art. 4º da lei do orçamento de 1867 — 1868, ao pagamento de despesas provenientes de differenças de cambio.

Tenho a honra de ser, Senhor, de Vossa Magestade Imperial, muito reverente e fiel subdito.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 12.

DECRETO N. 4301 DE 18 DE DEZEMBRO DE 1868.

Abre ao ministério dos negócios estrangeiros um crédito supplementar de 238:417\$106 para ser applicado, pela verba do § 5º do art. 4º da lei do orçamento em vigor no exercicio de 1867 — 1868, ao pagamento de despesas provenientes de differenças de cambio.

Não havendo a lei do orçamento n. 1507 de 25 de Setembro de 1867 consignado fundos no art. 4º para pagamento das differenças de cambio correspondentes ás despesas extraordinarias no exterior, ás ajudas de custo e aos vencimentos dos empregados do corpo diplomatico e consular brasileiros, que são calculados ao cambio de 27 dinheiros esterlinos por 1\$000, e tendo de ser satisfeita a importância dessas differenças de cambio pela verba do § 5º do referido artigo, onde por isso se dá um deficit de 238:417\$106; hei por bem, de conformidade com o que dispõe o art. 12 da lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1862, e tendo ouvido o meu conselho de ministros, autorisar o ministro e secretario de Estado dos negócios estrangeiros para abrir um credito supplementar de 238:417\$106; assim de ser applicado pelo § 5º do supramencionado art. 4º ao pagamento de despesas provenientes de differenças de cambio, observando-se as formalidades prescriptas por lei.

José Maria da Silva Paranhos, do meu conselho e do de Estado, senador do imperio, ministro e secretario de Estado dos negócios estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessários.

Palácio do Rio de Janeiro, em 18 de Dezembro de 1868, 47ª da independencia e do imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

JOSE MARIA DA SILVA PARANHOS.

N. 13.

Transporte de sobras de uma verba para outra.

Senhor. — As despesas da verba « ajudas de custo » já effectuadas no corrente exercicio financeiro, importam em 47:150\$000

Para essas despesas foi consignado no § 4.º do art. 4.º da lei

n. 1307 de 26 de Setembro de 1867, a quantia de 40:000\$000

Existe, pois, na alludida verba um deficit de 7:150\$000
que terá de elevar-se, em consequencia da continução da guerra, á quantia de 23:900\$000.

Para supprir esse deficit, venho submeter á approvaçõ e assignatura de Vossa Magestade Imperial, de conformidade com a lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1862, o decreto junto que manda applicar ás despesas do § 4.º « ajudas de custo » do art. 4.º do orçamento de 1868 — 1869 as sobras da verba do § 7.º « com-missões de limites e de liquidaçõ de reclamações » do mesmo orçamento, na importância de 23:900\$000.

Tenho a honra de ser, Senhor, de Vossa Magestade Imperial, subdito muito reverente.

Basto de Carvalho.

N. 14.

DECRETO N. 4359 DE 25 DE ABRIL DE 1868.

Autoriza o ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e interino dos estrangeiros a applicar de despesas da verba « ajudas de custo » do art. 4.^o do orçamento vigente a quantia de 23:900\$000, tirada das sobras da verba « comissões de limites e de liquidação de reclamações » do mesmo artigo.

Não sendo sufficiente a quantia que a lei do orçamento n. 1507 de 26 de Setembro de 1867 consignou no art. 4.^o para as despesas da verba « ajudas de custo » no corrente exercicio: hei por bem, tendo ouvido o conselho de ministros e de conformidade com o que dispõe o art. 13 da lei n. 1177 de 9 de Setembro de 1862, autorisar o meu ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e interino dos estrangeiros, a applicar ao pagamento das despesas daquella verba, a quantia de 23:900\$000, tirada das sobras da verba « comissões de limites e de liquidação de reclamações » do mesmo artigo, observando-se as formalidades prescriptas por lei.

O barão de Cotogipe, do meu conselho, senador do imperio, ministro e secretario de Estado dos negocios da marinha e interino dos estrangeiros, assim o tenha entendido e faça executar, expedindo os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro, em 25 de Abril de 1868, 48.^a da independencia e do imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

Barão de Cotogipe.

N. 15.

Balanço geral resumido das creditas e das despesas do ministerio dos negocios estrangeiros no exercicio financeiro de 1867 — 1868.

VERBAS.		CREDITOS.					DESPENDIDO.	SALDO.
		De Lei N.º 1207 de 20 de Setembro de 1867.	Decreto N.º 422 de 1 de Abril de 1868.	Decreto N.º 4225 de 18 de Dezembro de 1868.	Decreto N.º 4224 de 18 de Dezembro de 1868.	TOTAL.		
Artigo 4.º	§ 1.º Secretaria d'Estado, moeda do país.	137:045p000.		3:118p930.		141:003p930.	140:162p320.	100p000.
	§ 2.º Locações e conselhos, ao cambio de 27 d. st. por 1p000.	533:375p000.				480:850p770.	473:710p500.	7:345p110.
	§ 3.º Empregados em dependência, moeda do país.	9:790p000.				9:709p008.	7:602p000.	1:033p033.
	§ 4.º Ajudas de custo, ao cambio de 27 d. st. por 1p000.	40:000p000.	60:648p888.			100:648p888.	103:132p888.	0:350p000.
	§ 5.º Extraordinarias no exterior, item	44:033p330.	108:789p000.	55:000p050.	338:417p104.	438:109p434.	407:409p000.	30:690p838.
	§ 6.º Dítas no interior, moeda do país.	50:158p000.				44:102p055.	41:282p510.	3:870p145.
	§ 7.º Comissões de limites e de liquidação de reclamações.	48:000p000.				25:000p000.	30:781p442.	4:216p888.
		517:800p183.	179:947p888.	58:118p930.	338:417p104.	1,247:871p273.	1,191:109p003.	56:710p273.

Secção de Contabilidade, em 20 de Abril de 1869.

O Director, ALEXANDRE AFFONSO DE CARVALHO.

N. 16.

Orçamento da despesa do ministerio dos negocios estrangeiros para o anno financeiro de 1870—1871.

Art. 4.º	1.ª Secretaria d'Estado, moeda do paiz.....	130:745\$000
"	2.ª Legações e consules, ao cambio de 27 d. st. por 1\$	401:073\$000
"	3.ª Empregados em disponibilidade, moeda do paiz...	9:808\$930
"	4.ª Ajudas de custo, ao cambio de 27 d. st. por 1\$.	69:070\$700
"	5.ª Extraordinarias no exterior, Mem.....	100:000\$000
"	6.ª Filas no interior, moeda do paiz.....	25:000\$000
"	7.ª Commissão de finanças, e de liquidação de reclamações	41:000\$000
		643:636\$666

Tabellas explicativas do orçamento da despesa do ministerio dos negocios estrangeiros para o anno financeiro de 1870—1871.

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	ROMBAS	TOTAL PARA 1868—1869
§ 1.º				
SECRETARIA D'ESTADO				
Ministro e secretario do Estado.....	Ord. Lei de 7 d' Agosto de 1852	12:000\$000		
Director geral.....	Ord. Decr. de 19 de Fev. de 1859	5:000\$000		
	Grat. Mem	4:000\$000		
4 Directores do sceção.....	Ord. Mem	14:400\$000		
	Grat. Mem	5:200\$000		
6 Primeiros officiaes ..	Ord. Mem	18:000\$000		
	Grat. Mem	6:040\$000		
6 Segundos officiaes ..	Ord. Mem	15:600\$000		
	Grat. Mem	4:800\$000		
4 Amannuncios.....	Ord. Mem	6:000\$000		
	Grat. Mem	2:000\$000		
5 Profissionais.....	Grat. Dec. de 2 de Maio de 1858	4:800\$000		
Augmento de 10 % a um director do sceção.....	Ord. Decr. de 19 de Fev. de 1859	500\$000		
2 Officiaes do gabinete.....	Grat. Mem	3:600\$000		
A transportar.....		109:000\$000		

Continuação das tabelas do orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VINCULAMENTOS	SOMMAS	TOTAL PARA 1868—1869
Transporte.....		102.000,000		
Gratificação a um 1. ^o official que serve de director.....	Decr. de 2 de Maio 1868	1.000,000		
1 Parteiro.....	Ord. Decr. de 19 de Fev. 1850	1.000,000		
	Grat. Idem	800,000		
2 Contínuo.....	Ord. Idem	2.000,000		
	Grat. Idem	800,000		
3 Correio.....	Ord. Idem	3.000,000		
	Grat. Idem	1.200,000		
Gratificação diária aos correios quando estão de serviço.....	Idem	1.200,000		
.....				
1 Traductor e compil.....	Ord. Idem	3.000,000		
	Grat. Idem	1.000,000		
2 correio.....	Ord. Idem	2.000,000		
	Grat. Idem	800,000	121.185,000	
<i>Expendidos.</i>				
Objectos necessarios para o es- pediente e registro.....		4.000,000		
Encadernação da correspon- dencia official.....		800,000		
Impressão de relatórios e actas do governo.....		6.000,000		
Castigadura para os correios.....		750,000		
Aluguel de casa para a secre- taria d'Estado.....		7.000,000	18.550,000	
			139.735,000	137.245,000

Continuação das taboallas do orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VERBEMENTOS	DOBRAS	QUOTA PARA 1903—1904
§ 2.º				
LEGAÇÕES E CONSULADOS				
<i>Estados-Unidos da America.</i>				
1 Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	3.200\$000		
Rep.	Decr. de 4 Agosto 1853	16.800\$000		
1 Secretario de legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1.200\$000		
Grat.	Decr. de 5 Abril 1852	2.800\$000		
1 Adido de 1ª classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	800\$000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1852	2.200\$000		
1 Consul geral. Ord.	Decr. de 7 Nov. 1854	1.500\$000		
Expediente da legação.		500\$000		
" do consuleado.		500\$000	20.500\$000	
<i>Venezuela.</i>				
1 Env. extr. e m. plenip. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	3.200\$000		
Rep.	Decr. de 15 Maio 1857	11.800\$000		
1 Secret. de legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1.200\$000		
Grat.	Decr. de 12 de Out. 1857	2.800\$000		
1 Adido de 1ª classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	800\$000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1852	2.200\$000		
Expediente da legação.		500\$000	22.500\$000	
<i>Pará.</i>				
1 Ministro residente. . Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	2.400\$000		
Rep.	Decr. de 30 Maio 1853	12.800\$000		
1 Secretario da legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	1.200\$000		
Grat.	Decr. de 7 Maio 1854	2.800\$000		
1 Adido de 1ª classe. . Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	800\$000		
Grat.	Decr. de 6 Abril 1852	2.200\$000		
1 Consul geral em Lima. Ord.	Decr. de 28 Fev. 1853	3.000\$000		
1 Consul em Loreto. Ord.	Decr. de 12 Fev. 1854	2.000\$000		
Expediente da legação.		500\$000		
" do consuleado geral.		200\$000		
" do dito em Loreto.		1.000\$000	20.700\$000	
<i>Chile.</i>				
1 Encarg. de negocios. Ord.	Lei de 22 Agosto 1851	2.000\$000		
Rep.	Decr. de 28 Dec. 1854	8.000\$000		
Expediente da legação.		500\$000	10.500\$000	
A transportar.			20.200\$000	

Continuação das tabelas de orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VINCULAMENTOS	SOMAS	TOTAL PARA 1888-1889
Transporte.			92:000000	
<i>Bolivia.</i>				
1 Encarg. de negociaç. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 2:000000				
Rep. Decr. de 6 de Abril 1853 8:000000				
1 Adido de 1ª classe. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 800000				
Grat. Decr. de 28 de Abril 1853 3:300000				
1 C. em R. C. de la Sierra Ord. Man de 27 Janeiro 1869 4:000000				
Expediente da legação..... 1:000000				
Dito do Consulado..... 500000			18:500000	
<i>Ecuador.</i>				
1 Encarg. de negociaç. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 2:000000				
Rep. Decr. de 9 Março 1857 8:000000				
Expediente da legação..... 500000			10:500000	
<i>Paraguay.</i>				
1 Encarg. de negociaç. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 2:000000				
Rep. Decr. de 6 Abril 1853 8:000000				
1 Adido de 1ª classe. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 800000				
Grat. Decr. de 6 Abril 1853 2:200000				
1 Cosent geral..... Ord. 2:000000				
Expediente da legação..... 500000				
" do consulado..... 500000			17:000000	
<i>Republica Argentina.</i>				
1 Ministro residente... Ord. Lei de 22 Agosto 1851 2:400000				
Rep. Decr. de 26 Maio 1853 12:400000				
1 Secretario da legação. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 1:200000				
Grat. Decr. de 21 Março 1855 2:400000				
1 Adido de 1ª Classe. Ord. Lei de 22 Agosto 1851 800000				
Grat. Decr. de 17 Maio 1856 2:900000				
1 Consul geral..... Ord. Decr. de 21 Junho 1852 4:400000				
2 Vice-consules..... Grat. 3:000000				
Expediente da legação..... 500000				
" do consulado..... 500000			30:000000	
A transportar.			148:200000	

Continuação das tabelas de orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	SOMAS	TOTAL PARA 1888—1889
Transporte.			148.200\$000	
<i>Republica Oriental do Uruguay.</i>				
1 Ministro residente.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	2.400\$000		
	Rep. Decr. de 6 Abril 1852	12.600\$000		
1 Secretario de legação.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	1.200\$000		
	Grat. Decr. de 28 Nov. 1855	2.400\$000		
1 Adido de 1ª classe.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	800\$000		
	Grat. Decr. de 4 Dez. 1851	2.200\$000		
1 Consul geral.	Ord. Decr. de 6 Junho 1850	1.500\$000		
5 Vice-consules.	Grat.	2.100\$000		
Expediente da legação.		500\$000		
" do consulado.		500\$000		
			32.600\$000	
<i>Gran-Bretanha.</i>				
1 Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	2.240\$000		
	Rep. Decr. de 6 Abril 1852	21.800\$000		
1 Secretario de legação.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	1.200\$000		
	Grat. Decr. de 6 Abril 1852	2.800\$000		
3 Adidos de 1ª classe.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	2.400\$000		
	Grat. Decr. de 6 Abril 1852	6.800\$000		
Expediente da legação.		4.000\$000		
" do consulado.		200\$000		
			42.200\$000	
<i>Francia.</i>				
1 Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	2.200\$000		
	Rep. Decr. de 6 Abril 1852	16.800\$000		
1 Secretario de legação.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	1.200\$000		
	Grat. Decr. de 6 Abril 1852	2.800\$000		
2 Adidos de 1ª classe.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	1.600\$000		
	Grat. Decr. de 6 Abril 1852	4.400\$000		
1 Consul geral em Paris.	Ord. Decr. de 13 Março 1837	2.500\$000		
1 Consul em Cayenna.	Ord. Decr. de 12 Jan. 1860	3.000\$000		
Expediente da legação.		1.400\$000		
" do consulado geral.		500\$000		
" do ditto em Cayenna.		500\$000		
			37.500\$000	
<i>Portugal.</i>				
1 Enviado extraordinario e mi- nistro plenipotenciario.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	2.200\$000		
	Rep. Decr. de 6 Abril 1852	14.200\$000		
1 Secretario de legação.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	1.200\$000		
	Grat. Decr. de 6 Abril 1852	2.400\$000		
2 Adidos de 1ª classe.	Ord. Lei de 22 Agosto 1851	1.600\$000		
A transportar		29.100\$000	282.500\$000	

Continuação das tabelas de orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	CLASSIFICAÇÃO	TRECHOS E DATAS	MONEDAS	TOTAL PARA 1888—1889
Transportes.				
.....		23:100\$000	2+2:500\$000	
Gest. Decr. de 6 Abril 1883		4:400\$000		
Expediente da legação.....		1:000\$000		
" de consulado geral em Lisboa.....		300\$000	38:700\$000	
Prussia e Affirmada do Norte.				
1 Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. Ord. Lei de 22 Agosto 1851		3:200\$000		
Rep. Decr. de 12 Out. 1867		11:400\$000		
1 Secretario da legação. Ord. Lei de 22 Agosto 1851		1:200\$000		
Gest. Decr. de 6 Abril 1882		2:800\$000		
1 Addido de 1ª classe. Ord. Lei de 22 Agosto 1851		800\$000		
Gest. Decr. de 6 Abril 1882		2:300\$000		
1 Consul gen. na Prussia. Ord. Decr. de 7 Febr. 1867		4:000\$000		
1 Consul geral nas Cidades Haeseticas..... Ord. Decr. de 8 Nov. 1862		4:000\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
" de consulado geral na Prussia.....		400\$000		
" de cons. nas Cidades Haeseticas.....		500\$000	31:500\$000	
Russia.				
1 Ministro residente... Ord. Lei de 22 Agosto 1851		2:400\$000		
Rep. Decr. de 30 Maio 1863		12:600\$000		
1 Addido de 1ª classe. Ord. Lei de 22 Agosto 1851		800\$000		
Gest. Decr. de 6 Abril 1882		2:200\$000		
Expediente da legação.....		500\$000		
" de consulado.....		300\$000	18:800\$000	
Austria.				
1 Ministro residente... Ord. Lei de 22 Agosto 1851		2:400\$000		
Rep. Decr. de 28 Febr. 1868		12:600\$000		
1 Addido de 1ª classe... Ord. Lei de 22 Agosto 1851		800\$000		
Gest. Decr. de 6 Abril 1882		2:200\$000		
Expediente da legação.....		500\$000	18:500\$000	
Belgica.				
1 Enviado extraordinario e ministro plenipotenciario. Ord. Lei de 22 Agosto 1851		3:200\$000		
Rep. Decr. de 21 Março 1863		11:800\$000		
1 Secretario da legação. Ord. Lei de 22 Agosto 1851		1:200\$000		
A transportar.....		16:200\$000	380:600\$000	

Continuação das taboallas de orçamento de despesa.

NATURZA DA DESPESA	LEGISLAÇÃO	VENCIMENTOS	PARCELAS	TOTAL PARA 1888—1889
Transportes.....		16.904,000	280.000,000	
1 A Hido de 1ª classe. Ord.	Decr. de 18 Maio 1888	4.200,000		
1 A Hido de 1ª classe. Ord.	Lei de 22 Agosto 1881	700,000		
1 A Hido de 1ª classe. Ord.	Decr. de 6 Abril 1882	2.500,000		
1 Conselho geral..... Ord.	Decr. de 30 Maio 1883	4.000,000		
Expediente da legação.....		500,000		
" do consulado.....		500,000	27.000,000	
<i>Rosa.</i>				
1 Ministro residente... Ord.	Lei de 22 Agosto 1881	2.400,000		
Rep.	Decr. de 10 Jan. 1889	7.000,000		
Expediente da legação.....		3.000,000		
Despesa de estipenda.....		125,000	11.925,000	
<i>Itália.</i>				
1 Ministro residente... Ord.	Lei de 22 Agosto 1881	2.400,000		
Rep.	Decr. de 6 Abril 1882	7.000,000		
1 Conselho geral..... Ord.	Decr. de 5 Maio 1880	3.750,000		
Expediente da legação.....		700,000		
" do consulado ger.		400,000	13.650,000	
<i>Hungria.</i>				
1 Escrever. da legação. Ord.	Lei de 22 Agosto 1881	2.000,000		
Rep.	Decr. de 6 Abril 1882	8.000,000		
1 Consul geral..... Ord.	Decr. de 14 Out. 1883	3.000,000		
Expediente da legação.....		500,000		
" do consulado ger.		500,000	14.000,000	
<i>Países Baixos.</i>				
1 Consul geral..... Ord.	Decr. de 8 Abril 1881	4.000,000		
Expediente do consulado ger.		500,000	4.500,000	
<i>Confederação Suíça.</i>				
1 Consul geral..... Ord.	Decr. de 29 Maio 1887	4.000,000		
Expediente do consulado ger.		500,000	4.500,000	
<i>América e Distâncias.</i>				
1 Consul geral..... Ord.	Decr. de 8 Jan. 1881	4.000,000		
Expediente do consulado ger.		500,000	4.500,000	
— A transportes.....			481.075,000	503.375,000

Continuação das tabeellas do orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LIBERAÇÃO	DESEMBOLSOS	SOMMA	TOTAL PARA 1908 — 1909
§ 3.º				
<i>Suprimentos na capitalidade.</i>				
2 Entab. entre militares e mil- itares p.º hospitalar. Ord.	Decr. n.º 910 de 26 de Maio de 1902.	3.758 g132		
1 Mis. de m. e f. Ord.	Item	1.000g000		
1 E. corr. g. de negócios. Ord.	Item	1.100g335		
2 Secretarias delegadas. Ord.	Item	1.000g000		
2 Consules geras. Ord.	Item	1.000g000	9.858g335	9.709 g00

NATUREZA DA DESPESA	LIBERAÇÃO	DESEMBOLSOS	SOMMA	TOTAL PARA 1908 — 1909
§ 4.º				
<i>Ajudas de custo.</i>				
De nomeação, renovação, re- tificação e expensas, no con- tínio do 27 d. al. por 1900.			10.000g000	10.000g000

NATUREZA DA DESPESA	LIBERAÇÃO	DESEMBOLSOS	SOMMA	TOTAL PARA 1908 — 1909
§ 5.º				
<i>Entr. diárias no exterior.</i>				
Para differença de cambio, socorros a lousalheiros des- validos, e naufragados em paizes estrangeiros, e even- tuais, no continio do 27 d. al. por 1900.			100.000g000	41.833g330

Continuação das tabeIIas do orçamento da despesa.

NATUREZA DA DESPESA	LENDIÇÃO	VERGIMENHO	QUOTA	TOTAL PARA 1908—1909
§ 6. ^o				
<i>Excepcionaes no interior.</i>				
Para directos serviços excec- cunarios no interior, e des- pesas extrinsecas.			25.000.000	25.000.000

NATUREZA DA DESPESA	LENDIÇÃO	VERGIMENHO	QUOTA	TOTAL PARA 1908—1909
§ 7. ^o				
<i>Commissões de finanças e de li- quidação de reclamações.</i>				
Para as commissões de finanças entre o Imperio e as re- publicas do Peru, do Para- guay e Argentina, e de li- quidação de reclamações.			45.000.000	45.000.000

Supp. de contabilidade, em 6 de Abril de 1909.

O Director, AGRACIADO AFFONSO DE CARVALHO.

INDICE

DAS MATERIAS CONTIDAS NESTE RELATORIO

EXPOSIÇÃO.

Guerra com o Paraguay.—Bons officios da Bolivia e do Chile	Par.	1
Convenção em chefe das exercitas alliadas.		2
Breveza fluvial.—Regresso do ministro americano, Sr. Washburn, d'Assumpção.		2
Transito das embarcações <i>Deidre, Ardite e Valor, Linnet e Cruiser</i>		5
Transito do ministro americano Mac-Mahon, para Assumpção		6
Comunicação entre o commandante do vapor norte-americano <i>Warp</i> e o general Mac-Mahon.		6
Comunicação entre o commandante do vapor da guerra ingleza <i>Boscon</i> e o marcial Lapet.		7
Protecção a subditos inglezes, lespanhados e d'Allemacha do Norte.		7
Governo proclama no Paraguay. Policia dos paraguayos para o estabelecimento de um		7
Lagito paraguaya aggregado ao exercito argentino. Concessão de uso da bandeira do seu país.		7
Tribunal militar misto, creado em Assumpção pelos generaes alliados para resolver sobre as		8
reclamações relativas aos generaes paraguayos alli depositados		8
Seque de propriedades estrangeiras no Paraguay.		9
Relações com os Estados-Unidos da Colombia. Limites e navegação fluvial		10
Discussão por motivo de algumas observações feitas no relatorio apresentado ao congresso		11
Colombiano.		11
Observações da camera dos Srs. deputados sobre a representação diplomatica das repúblicas		12
vizinhas.		12
Relações com a república da Bolivia. Tratado de 27 de Março de 1867.		12
Fôre de cidadãos bolivianos.		12
Relações com a república do Perú. Demarcação da fronteira.		13
Relações com a Hespanha		14
Morda fôre		14
Reclamações d'extradição apresentadas ao governo oriental		16
Extradição de criminosos refugiados no imperio. Entrega do subdito francez Emilio Haloul.		16
Captura e entrega de desertores		17
Homenagens portuguezas. Legados deitados por Antonio Joaquim da Cunha		18
Código commercial de alguns marinhãos.		18
Informações que os agentes diplomaticos e consulares brasileiros devem prestar sobre com-		19
mércio e navegação		19
Expedição de passaportes pelas legações e consulados brasileiros		20

Recursos a estrangeiros.	Par.	20
Pagamento da percentagem d'armamento da cinco nações americanas.		20
Bales explosivas. Declaração internacional.		21
Misto especial ao Rio da Prata.		22
Misto especial ao Bolívia.		23
Corpo diplomatico estrangeiro.		23
Sociedade a república oriental do Uruguay.		24
Amortizante dos empréstimos a república argentina em 1854 e 1857.		25
Pagamentos da emprestimo argentino de 1865 e 1868.		25
Despesas do ministerio em 1867—1868.		26
Orçamento do exercito de 1868—1869.		26
Orçamento para o exercicio de 1870—1871.		27

ANNEXO N. 1.

UNION COM O PARAGUAY.

Seus officios da Bolívia e do Chile.

N. 1. Nota das legações da Bolívia e do Chile ao governo imperial.	3
N. 2. Nota do governo imperial ás legações da Bolívia e do Chile.	4
N. 3. Protocollo assignado em Buenos-Ayres acerca dos tres officios.	5
N. 4. Nota da missão especial do Brasil ao Rio da Prata ás legações da Bolívia e do Chile.	6
N. 5. Nota das legações da Bolívia e do Chile á missão especial.	7

Relações sociais. — Regras de ministros americanas, Sr. Wladimir de Assumpção.

N. 6. Officio do commandante do Itapá ao Marquez de Caxias.	8
N. 7. Officio do mesmo commandante ao Marquez de Caxias.	9
N. 8. Officio do Marquez de Caxias ao commandante do Itapá.	10
N. 9. Officio do commandante do Itapá ao Marquez de Caxias.	12
N. 10. Officio do Marquez de Caxias ao commandante do Itapá.	13
N. 11. Officio do commandante do Itapá ao Marquez de Caxias.	15
N. 12. Officio do Marquez de Caxias ao commandante do Itapá.	17

Correspondência ao Rio de Janeiro.

N. 13. Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.	18
N. 14. Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos.	20
N. 15. Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.	24
N. 16. Nota do governo imperial á legação dos Estados-Unidos.	23
N. 17. Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo imperial.	26
N. 18. Despacho do secretario de estado dos Estados-Unidos ao general Webb.	28
N. 19. Protocollo assignado em Buenos-Ayres, presidindo o Marquez de Itapá.	40

Trânsito das embarcações Desjôlto, Arlita, Lisart, Valco e Cracker.

N. 20.	Nota da legação de França na república Argentina ao governo da mesma.	41
N. 21.	Nota da legação da Itália na república Argentina ao governo da mesma república.	42
N. 22.	Nota da legação Britannica na república Argentina, ao governo da mesma república.	42
N. 23.	Protocollo acerca do transito da <i>Desjôlto</i> .	43
N. 24.	Protocollo acerca do transito da <i>Arlita</i> .	44
N. 25.	Protocollo acerca do transito da <i>Lisart</i> .	45
N. 26.	Nota da legação Italiana na república Argentina ao governo da mesma república.	46
N. 27.	Nota da legação Italiana na república Argentina ao governo da mesma república.	47
N. 28.	Protocollo acerca do transito da <i>Valco</i> .	48
N. 29.	Nota do governo Oriental ao governo Argentino.	50

Trânsito da embarcação inglesa Cracker.

N. 30.	Nota da legação Britannica ao governo Argentino.	51
N. 31.	Protocollo acerca do transito da <i>Cracker</i> .	51

Trânsito do ministro norte-americano, general Mac-Mahan, para Assumpção.

N. 32.	Nota da legação dos Estados-Unidos ao governo Argentino.	52
N. 33.	Protocollo acerca do transito do general Mac-Mahan.	53

Comunicação entre o commandante do Wasp e o general Mac-Mahan.

N. 34.	Officio do commandante do Wasp ao general Guilherme Xavier de Souza.	54
N. 35.	Officio do general G. X. de Souza ao commandante do Wasp.	55
N. 36.	Officio do commandante do Wasp ao general G. X. de Souza.	57
N. 37.	Officio do commandante do Wasp ao general G. X. de Souza.	58
N. 38.	Officio do general G. X. de Souza ao commandante do Wasp.	59
N. 39.	Officio do general G. X. de Souza ao commandante do Wasp.	60
N. 40.	Officio do commandante do Wasp ao general G. X. de Souza.	63
N. 41.	Protesto do commandante do Wasp contra as guerras alliadas por haverem sagado o transito 'quella vapor.	64
N. 42.	Officio do general G. X. de Souza ao commandante do Wasp.	65

Comunicação entre o commandante do vapor de guerra inglês Beasco e o presidente Lopez. — Procepção aos subditos Britannicos, Americanos e Allemanos do Monte.

N. 43.	Officio do commandante do Beasco á missão especial no Rio da Prata.	68
N. 44.	Nota da missão especial no Rio da Prata ao commandante do Beasco.	70

Governo provisório no Paraguay.

N. 45.	Petição de paraguayos para o estabelecimento da mu	Pao.	72
--------	--	------	----

Legião paraguaya ao serviço da república Argentina. Contrato da respectiva bandeira.

N. 46.	Nota da governa argentina á missão especial do Brasil no Prata	73
N. 47.	Nota da missão especial do Brasil no Prata ao governo argentino	74
N. 48.	Officio do general G. X. de Souza á missão especial do Brasil no Prata	76

Tribunal creado en Asunción para juzgar a los generales aliados para o julgamento de reclamações sobre a propriedade de productos paraguayos encontrados nos depósitos daquela cidade.

N. 49.	Officio do general G. X. de Souza á missão especial do Brasil no Prata	77
	Instrução para os dois reges o tribunal	78
N. 50.	Consulta da comissão de reclamações aos generaes aliados	80
N. 51.	Resolução dos generaes aliados a respeito da consulta da comissão acima	82

Mapa de propriedades estrangeiras no Paraguay, attribuido ao exercito brasileiro. Reclamação francesa.

N. 52.	Nota do Sr. Cuverville ao Marquez de Caxias	83
N. 53.	Officio do Marquez de Caxias ao Sr. Cuverville	85
N. 54.	Officio do commandante da 6. ^a brigada ao Marquez de Caxias	86
N. 55.	Officio do mesmo commandante ao Marquez de Caxias	91
N. 56.	Officio do commandante das forças de cavallaria ao Marquez de Caxias	91

Reclamação italiana.

N. 57.	Officio do consal de Italia ao general G. X. de Souza	92
N. 58.	Officio do general G. X. de Souza ao consal de Italia	94
N. 59.	Officio do commandante da 6. ^a brigada ao ajudante general do exercito	95
N. 60.	Officio do commandante das forças brasileiras ao Marquez de Caxias	96
N. 61.	Officio do inspector de policia em Asunción ao deputado do ajudante general do exercito	98

Reclamação americana.

N. 62 e 63.	Paraphras dos officios de 25 de Fevereiro e 9 de Março de 1869 do commandante do Warp ao general G. X. de Souza	100
N. 64.	Officio do commandante do Warp ao general G. X. de Souza	101

N. 65.	Officio do general G. X. de Souza ao commandante do Warp . . .	Par. 101
N. 66.	Officio do commandante da 8. ^a brigada ao chefe do estado-maior do exercito . .	104
N. 67.	Officio do general-G. X. de Souza á minsta especial no Rio de Prata . . .	106
	Documentos a que se refere o officio do mesmo general . . .	107 a 111

Relações com os Estados-Unidos da Colombia. Limites e occupação fiscal.

N. 68.	Nota da minsta especial em Bogotá ao governo colombiano.	112
N. 69.	Nota do governo colombiano á minsta especial	113
N. 70.	Nota da minsta especial ao governo colombiano.	114
	Memoandum a que se refere esta nota	117
N. 71.	Nota da minsta especial ao governo colombiano.	120
	Memoandum a que se refere esta nota	124
	Documentos a que se refere este memorandum	124 a 137
N. 72.	Nota do governo colombiano á minsta especial	138
	Contra-memoria a que se refere esta nota	139
N. 73.	Nota da minsta especial ao governo colombiano.	142
N. 74.	Nota do governo colombiano á minsta especial	144
N. 75.	Nota da minsta especial ao governo colombiano.	146
N. 76.	Nota do governo colombiano á minsta especial	147
N. 77.	Nota da minsta especial ao governo colombiano.	149
	Documentos a que se refere a nota da minsta especial em Colombia. . .	156 a 161
N. 78.	Nota da minsta especial ao governo colombiano	162

Discursos proferidos de algumas observações feitas relativamente ao Brasil em um relatório apresentado ao congresso pelo ministro de relações exteriores.

N. 79.	Nota da minsta especial ao governo colombiano.	165
N. 80.	Nota do governo colombiano á minsta especial	170
N. 81.	Nota da minsta especial ao governo colombiano	172

Observações feitas na camera dos Sen. deputados sobre a representação diplomatica das repubblicas vizinhas. Resoluções do ministro de Relações e do correspond. de negocios do Chile.

N.		
N. 82.	Nota da legação da Bolívia ao governo imperial.	173
N. 83.	Nota do governo imperial á legação da Bolívia.	176
N. 84.	Nota da legação da Bolívia ao governo imperial	177
N. 85.	Nota da legação do Chile ao governo imperial	178
N. 86.	Nota do governo imperial á legação do Chile	180
N. 87.	Nota da legação do Chile ao governo imperial	181

Relações com a república da Bolívia. Tratado de amizade, limites, navegação, commercio e extradição.

N. 88.	Proclamação por parte do Brasil	P. 182
N. 89.	Proclamação por parte da Bolívia	183

Demarcação de limites.

N. 90.	Nota do governo imperial à legação da Bolívia	184
N. 91.	Nota da legação da Bolívia ao governo imperial	184
N. 92.	Nota da legação da Bolívia ao governo imperial	185
N. 93.	Nota do governo imperial à legação da Bolívia	185
N. 94.	Despacho do governo imperial à missão especial do Brasil na Bolívia	187
N. 95.	Officio da missão especial na Bolívia ao governo imperial	187
N. 96.	Nota do governo boliviano à missão especial	188
N. 97.	Despacho do governo imperial à missão especial na Bolívia	189

Contrato de fira de cidades a todo o americano, que entrar no território da Bolívia com a intenção de ali estabelecer-se.

N. 98.	Nota do governo da Bolívia ao governo imperial	189
	Decreto a que se refere a nota do governo da Bolívia ao do imperio	190
N. 99.	Nota do governo imperial ao da Bolívia	193

Reclamações de extradição apresentadas ao governo da república Oriental.

N. 100.	Aviso do ministério de estrangeiros ao da justiça	194
N. 101.	Aviso do ministério da justiça ao de estrangeiros	195
	Circular a que se refere o aviso do ministério da justiça	196

Extradictos de criminosos refugiados no imperio. Entrega de subditos francez (Raulin Ribaut).

N. 102.	Aviso do ministério de estrangeiros ao da justiça	196
N. 103.	Aviso do ministério da justiça ao de estrangeiros	197
	Documento a que se refere o aviso do ministério da justiça	198
	Officio da guarda do consulado francez ao chefe de policia	199
	Officio do chefe de policia ao ministério da justiça	199
N. 104.	Aviso do ministério de estrangeiros ao da justiça	200
N. 105.	Aviso do ministério da justiça ao de estrangeiros	202
	Circular a que se refere o aviso do ministério da justiça	203

Captura e entrega de desertores.

N. 106.	Aviso do ministerio de estrangeiros ao da justiça	Pag. 203
N. 107.	Aviso do ministerio da justiça ao de estrangeiros	205
	Documento á que se refere aquella aviz.	206
N. 108.	Aviso do ministerio de estrangeiros ao da justiça	208
N. 109.	Despacho do ministerio de estrangeiros ao chefe de policia	209
	Documento á que se refere o dito despacho.	210 a 211
N. 110.	Officio do chefe de policia ao ministerio de estrangeiros	212
	Documento á que se refere o officio do chefe de policia.	213
	Circular do chefe de policia ao corpo consular estrangeiro.	214
N. 111.	Despacho do ministerio de estrangeiros ao chefe de policia.	214
N. 112.	Officio do chefe de policia ao ministerio de estrangeiros	215
N. 113.	Despacho do ministerio de estrangeiros ao chefe de policia.	216
N. 114.	Officio do presidente da Bahia ao ministro de estrangeiros	217
	Documento á que se refere o officio do presidente	218
N. 115.	Despacho do ministro de estrangeiros ao presidente da Bahia	219

Revanças portuguezas. Legados deitadas por Antonio Joaquim da Costa.

N. 116.	Nota da legação portugueza ao governo imperial.	219
N. 117.	Nota do governo imperial á legação portugueza.	221
N. 118.	Nota do governo imperial á legação portugueza.	221
	Documento á que se refere a nota do governo imperial	222
N. 119.	Nota da legação portugueza ao governo imperial.	224
N. 120.	Nota do governo imperial á legação portugueza.	225

Codigos commercial de signatarios maritimos.

N. 121.	Nota da legação austríaca ao governo imperial.	228
N. 122.	Nota do governo imperial á legação austríaca.	228
N. 123.	Nota da legação ingleza ao governo imperial.	229
N. 124.	Nota do governo imperial á legação ingleza.	230
N. 125.	Nota da legação franceza ao governo imperial.	230
N. 126.	Nota do governo imperial á legação franceza	231

Informações que os agentes diplomaticos e consulares do imperio devessem prestar sobre commercio e navegacao.

N. 127.	Circular ao corpo diplomatico e consular brasileiro.	232
	Circular ao corpo consular brasileiro.	233
	Documentos á que se refere a circular ao corpo consular.	236 a 242

Expediente de passaportes pelas legações e consules do Imperio.

N. 128.	Circular ao corpo consular brasileiro	Pao. 263
---------	---	----------

Socorros a estrangeiros.

N. 129.	Circular aos presidentes de provincias	264
---------	--	-----

Pagamento de dous por cento de arrendamento das navios americanos Virgilio, Feany, Consabre, Anna Grant e Abigail.

N. 130.	Nota da legação americana ao governo imperial	265
	Cópia do despacho a que se refere a nota supra.	266
N. 131.	Nota do governo imperial á legação americana	267

Baixas applicadas. Declaracão internacional preservando o uso d'ellas em caso de guerra.

N. 132.	Nota da legação da Russia ao governo imperial.	268
N. 133.	Nota do governo imperial á legação da Russia	269
N. 134.	Nota da legação da Russia ao governo imperial	269
N. 135.	Nota do governo imperial á legação da Russia	261
N. 136.	Nota da legação da Russia ao governo imperial	262
	Documento a que se refere a nota supra.	263

ANNEXO N. 2.

N. 1.	Quadro da secretaria de estado dos negocios estrangeiros	3
N. 2.	Quadro do corpo diplomatico brasileiro	5
N. 3.	Quadro do corpo diplomatico estrangeiro	8
N. 4.	Quadro das empregados da secretaria de estado dos negocios estrangeiros comprehendendo todas as commissões de que tem sido incumbidos desde sua primeira nomeação até o presente.	11
N. 5.	Quadro das empregados diplomaticos em effectividade de serviço, disponibilidade e aposentados.	16
N. 6.	Quadro do corpo consular brasileiro.	34
N. 7.	Quadro dos consules honorarios do Brazil que não estão em exercicio.	41
N. 8.	Quadro do corpo consular estrangeiro	42
N. 9.	Transporte de sal. de uma para outra vez.	52
N. 10.	Decreto n. 1300 de 18 de Dezembro de 1868.	43
N. 11.	Abertura de um credito supplementar	54
N. 12.	Decreto n. 1301 de 18 de Dezembro de 1868.	55
N. 13.	Transporte de obras de uma vez. para outra.	56
N. 14.	Decreto n. 1302 de 25 de Abril de 1869.	57
N. 15.	Balanc. das rendas e das despezas d'este ministerio no exercicio de 1867 e 1868.	58
N. 16.	Organetto da despesa d'este ministerio para o anno financeiro de 1870 e 1871.	59

100

A página 66 do "n" 2 onde se lê — 0.127.000 — diga-se — 3.753.000 e onde se lê — 1.333.000 — diga-se — 1.333.000.